UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TITO LÍVIO MAULE FILHO

**FÁBULAS TÓXICAS:
OS AGROTÓXICOS NO BRASIL DA AGRICULTURA
MUNDIALIZADA**

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TITO LÍVIO MAULE FILHO

**FÁBULAS TÓXICAS:
OS AGROTÓXICOS NO BRASIL DA AGRICULTURA
MUNDIALIZADA**

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana
Orientadora: Profa. Dra. Larissa Mies Bombardi

De acordo: _____
Profa. Dra. Larissa Mies Bombardi

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Mf Maule Filho, Tito Lívio
Fábulas Tóxicas: os agrotóxicos no Brasil da
agricultura mundializada / Tito Lívio Maule Filho;
orientadora Larissa Mies Bombardi.- São Paulo, 2018.
198 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. Agrotóxicos. 2. Agronegócio. 3. Fábula.
4. Agricultura de Precisão. 5. Legislação. I.
Bombardi, Larissa Mies, orient. II. Título.

FICHA DE APROVAÇÃO

Autor: Tito Lívio Maule Filho

E-mail: titomaule@usp.br

Título: Fábulas Tóxicas: os agrotóxicos no brasil da agricultura mundializada

Orientadora: Profa. Dra. Larissa Mies Bombardi

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra Larissa Mies Bombardi, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor na área de Geografia Humana.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Larissa Mies Bombardi
FFLCH - USP

Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan
FFLCH - USP

Profa. Dra. Rita de Cassia Ariza da Cruz
FFLCH - USP

Profa. Dra. Kendra Briken
University of Strathclyde - Scotland

Aprovado em: 20 de abril de 2018

A HISTÓRIA NADA MAIS É QUE UMA FÁBULA CONVENCIONADA.

L'HISTOIRE N'EST QU'UNE FABLE CONVENUE.

Bernard de Fontenelle

Agradecimentos

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Larissa Mies Bombardi, pela oportunidade, pela confiança e, principalmente, pela generosidade e acolhida que possibilitaram essa travessia, do mundo das leis e do Direito ao universo da Geografia, sempre compartilhando seus saberes e ensinamentos com coragem, dignidade e alegria.

À Prof.^a Dr.^a Rita de Cassia Ariza da Cruz e à Prof.^a Dr.^a Sueli Ângelo Furlan por terem participado decisivamente deste estudo através da leitura atenta, interessada e contundente do meu relatório de qualificação, pelas contribuições que se revelaram fundamentais para o seu êxito.

À Bel, minha esposa, sempre presente ao longo desta e de outras jornadas, geográficas ou não, pelo afeto, carinho, respeito, compreensão e cumplicidade que tornaram o sonho em realidade. Aos meus filhos, Felix e Dante, pelo carinho, compreensão e paciência e por entenderem as muitas ausências no nosso convívio que esse estudo acarretou.

Um agradecimento especial ao amigo e Prof. Dr. Mauro Bertotti, incentivador primeiro desta empreitada, que com seu inabalável otimismo e com sua enorme crença no valor da ciência sempre me estimulou a seguir “*avanti*”.

Ao Prof. Dr. Wanderley Pignati, da Universidade Federal de Mato Grosso, por me receber e por me fazer um membro “*ad hoc*” da sua equipe no trabalho de campo realizado em Mato Grosso, experiência essa que constitui parte significativa e essencial deste estudo.

Aos amigos que fiz na Geografia, ao longo dessa convivência acadêmica, nas salas de aula, nas bibliotecas, nas rampas e vãos, nos trabalhos de campo. Professores, funcionários e alunos do Departamento de Geografia da USP, com os quais desfrutei de um período profícuo de aprendizado e camaradagem.

Agradeço, muito, ao Prof. Dr. Gustavo Cepolini Ferreira, da Universidade Estadual de Montes Claros, pelas sugestões, aportes, críticas e pela solidariedade nas horas de incertezas e, igualmente, por celebrar as conquistas e avanços.

Não poderia deixar de agradecer, também, aos colegas, Tiago Maiká Schwade, Ângelo Cavalcanti, Alex Sória, Caio Olivares, Dorival Bonfá Neto, Fernando Rakzca, João de Sá Brasil Lima, Leonardo Milani, Murilo Fabris, Rafael Fazzi, Thiago Moreira, Victor Ayres Leite, Elaine Mundim e Soraia de Fátima Ramos, pelas conversas, discussões, sugestões e apoio.

Dedicatória

Este estudo é dedicado à memória de Armin G. Dauner e à memória dos meus pais.

Ao Geógrafo e Mestre, a quem devo a minha descoberta e minha paixão pela Geografia, pelos espaços, paisagens, montanhas, rios e mares, gentes, caminhos, rumos, idas e vindas.

Aos meus pais, por me proporcionarem todo o amor e a liberdade necessários para aprender e crescer com alegria e encantamento, para enfrentar os desafios que a vida nos traz e para sempre acreditar que é possível vencê-los.

RESUMO

MAULE FILHO, Tito Lívio. Fábulas Tóxicas: os agrotóxicos no Brasil da agricultura mundializada. 2018. 212f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Esta tese tem como objetivo analisar como as ações e as forças representadas pelos interesses do Agronegócio globalizado estruturaram, a partir de um encadeamento de concertações realizados por atores institucionais e corporativos, um conjunto de fábulas que vem conformando a expansão da produção agrícola brasileira. Discorre-se a partir da acepção de fábula proposta por Santos (2000) sobre a difusão do processo de globalização que incorpora uma série de fabulações que seriam necessárias para homogeneizar o planeta sob um processo no qual prevaleceriam as fábulas criadas a partir da máquina ideológica sustentada pelas forças de capital hegemônico. Discute-se como, com base nessa contextualização, um intrincado arranjo de interesses com abrangência nas esferas geopolítica, financeira, científica e midiática que contribui para que suas fabulosas narrativas venham convertendo o campo brasileiro em uma extensão de agricultura mundializada. Resgata-se, a partir de uma perspectiva histórica, como os detentores da terra e do poder oligárquicos no Brasil vem se articulando politicamente para tornar o Estado submisso aos seus interesses. Procura-se demonstrar como a ação concertada do establishment capitalista deu impulso à expansão das corporações transnacionais fomentando o avanço tecnológico no campo e o fenômeno da Revolução Verde e seu papel nas narrativas constituintes das fábulas tóxicas. Descreve-se como o conceito de Precisão Agricultura, enquanto sucessor ideológico da Revolução Verde, foi articulado pelo estabelecimento globalizado do agronegócio para legitimar suas fabulosas narrativas. Discute-se como estas forças políticas conservadoras foram impelindo ao Estado e inserindo este na esfera das fábulas que resultaram em uma forte interferência sobre o aparato legal-racional e técnico-estatal, beneficiando as forças políticas e econômicas conectadas ao Agronegócio mundializado e criando um leniente sistema normativo dos Agrotóxicos. Discutem-se as estratégias de marketing engendradas pelas grandes corporações produtoras de Agrotóxicos e pelos demais atores do establishment do Agronegócio e as fabulações a partir das quais se constroem os esforços de convencimento quanto à prevalência do modelo de produção agrícola lastreada na Agricultura de Precisão. Destaca-se como o Agronegócio concentra suas iniciativas voltadas à prática do *greenwashing* em grandes eventos cenográficos representados pelas suas feiras setoriais que simbolizam a homogeneização das estratégias de propaganda e marketing. Demonstramos que a sustentabilidade é o principal termo utilizado pelo arranjo geopolítico-financeiro-científico-midiático para promover esta narrativa fabulosa sobre o fenômeno no Brasil e, de forma concertada, também no exterior. Realizaram-se trabalhos de campo em consonância com análise bibliográfica e materiais publicitários dessas empresas do agronegócio para atingir tais objetivos, os quais permitem indicar a tese, ou seja, a construção e consolidação das fábulas tóxicas. Conclui-se que um conjunto de fábulas tóxicas, numa perspectiva mundializada, conformam a expansão da produção agrícola brasileira.

Palavras-Chave: Agrotóxicos. Agronegócio. Fábula. Agricultura de Precisão. Legislação.

ABSTRACT

This thesis aims at analyzing how the actions and forces that represent the interests of the globalized Agribusiness have structured, from a chain of arrangements carried out by institutional and corporate actors, a set of fables that has shaped the expansion of the Brazilian agricultural production. It is based on the interpretation of fable as proposed by Santos (2000) concerning the diffusion of the globalization processes that incorporates a series of fabrications that would be necessary to homogenize the planet under a set of fables created from the ideological machine supported by the forces of hegemonic capital. It is discussed how, based on such contextualization, an intricate array of interests has been built with a broader scope in the geopolitical, financial, scientific and media spheres that contributes to making its fabulous narratives regarding the conversion of the Brazilian countryside into an extension of globalized agriculture. It seeks to demonstrate how the concerted action of the capitalist establishment has given an impulse to the expansion of multinational corporations fostering the technological advance in the field and the phenomenon of the Green Revolution and its role in the constituent narratives of the toxic fables. It is described how the concept of Precision Agriculture, as the ideological successor of the Green Revolution, has been articulated by the globalized Agribusiness establishment to legitimize its fabulous narratives. Departing from a historical perspective it demonstrates how the landowners and the oligarchic powers in Brazil have been articulating politically to make the State submissive to their interests. It seeks to reveal how the concerted action of the capitalist establishment gave impulse to the expansion of multinational corporations through the technological advance in the field and the phenomenon of the Green Revolution and its role in the constituent narratives of the toxic fables. It is described how the concept of Precision Agriculture, as the ideological successor of the Green Revolution, has been articulated by the globalized Agribusiness establishment to legitimize its fabulous narratives. It is discussed how these conservative political forces were impelling the State to insert itself in the sphere of the fables that resulted in a strong interference on the legal-rational and technical of the States' apparatus, benefiting the political and economic forces connected to the globalized Agribusiness and creating a lenient system of regulation for pesticides. It discusses the marketing strategies engendered by the large agrochemical producers and by the other actors of the Agribusiness establishment and the fabrications from which the efforts of convincing about the prevalence of the agricultural production model backed by Precision Agriculture are constructed. It highlights how the Agribusiness concentrates its initiatives aimed at the practice of greenwashing in major staged events represented by its industry trade fairs that symbolize the homogenization of their advertising and marketing strategies. We demonstrate that sustainability is the main term used by the geopolitical-financial-scientific-mediatic arrangement to promote this fabulous narrative about the phenomenon in Brazil and, in a concerted way, also abroad. Fieldwork was carried out in consonance with the bibliographical analysis as well as to the marketing materials made by these Agribusiness' companies, which consents to indicate the thesis, that is, the construction and consolidation of the toxic fables. It is concluded that a set of toxic fables, in a globalized perspective, conform the expansion of Brazilian agricultural production.

Keywords: Pesticides. Agribusiness. Fable. Precision Agriculture. Legislation.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS e TABELAS

- Figura 01 - Propaganda do evento promovido pela parceria entre as corporações produtoras de Agrotóxicos e entidade do Agronegócio (Fundação MT) em Sapezal-MT..... p. 109
- Figura 02 - Material sobre o Agronegócio TV Globo, mencionando o Programa Globo Rural.... p. 113
- Figura 03 - Página inicial da Bayer Crop Science na Internet..... p. 115
- Figura 04 – Agrishow, a referência da Rota Oficial do Agronegócio..... p. 130
- Figuras 05 e 06 - “Plots” na Agrishow 2017 p. 132
- Figura 07 - Material promocional distribuído pela DuPont na Agrishow 2017 vinculando o uso de agrotóxicos à sustentabilidade ambiental..... p. 133
- Figuras 08 e 09 - Vista parcial da Bahia Farm Show 2017 p. 134
- Figura 10 - Banners oficiais da Agrishow 2017 e da Bahia Farm Show 2017..... p. 137
- Figuras 11 e 12 - Estande da Rede Globo, respectivamente na Agrishow 2017 e da Bahia Farm Show 2017..... p. 137
- Figura 13 - Estande da DuPont na Agrishow 2017..... p. 138
- Figura 14 - Estande da DuPont na Bahia Farm Show 2017..... p. 139
- Figura 15 - Estande da Precision Planting aludindo à possibilidade de se obter 99% de precisão na produção agrícola..... p. 140
- Figura 16 - Estande da John Deere atestando seu elo com a Agricultura de Precisão..... p. 141
- Figuras 18, 19, 20 e 21 -: Estandes das corporações produtoras de Agrotóxicos na Expoagro 2017..... p. 144 e 145
- Figura 22: John Deere “store” na Bahia Fram Show 2017..... p. 146
- Figura 23: New Holland “Store & Cafe” na AGRISHOW 2017.....p. 146

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 01 - Produção Mundial de Alimentos e Terra Cultivada para Alimentação..... p. 16
- Gráfico 02 - Recursos disponibilizados pelo PNA, em bilhões de reais..... p. 50
- Gráfico 03 - Recursos disponibilizados pelo PRONAF, em bilhões de reais p. 53

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01 – As 10 maiores empresas produtoras de Agrotóxicos no ano de 2016 p. 94
- Tabela 02 - As 6 maiores empresas produtoras de Agrotóxicos 2018 – Projeção p. 96

SUMÁRIO

- Introdução	1
Capítulo I – O Agronegócio Mundializado	7
1.1 O Agronegócio Mundializado	7
1.2 O Avanço das Relações Capitalistas no Campo	9
1.3 O Desenvolvimento do Inovador Repertório Tecnológico	13
1.4 A Influência Neoliberal	14
1.5 A Geopolítica da Territorialização dos Monopólios na Agricultura	21
1.6 As Parcerias Locais	29
Capítulo II – A Política, o Estado e o Agronegócio no Brasil	32
2.1 Aspectos Históricos	32
2.1.1 O Período Imperial	32
2.1.2 A República Velha	34
2.1.3 A Revolução de 30 e a Era Vargas	36
2.1.4 O Período Democrático 1946-1964	37
2.1.5 O Período da Ditadura Militar 1964-1985	39
2.1.6 Da UDR à Frente Parlamentar da Agropecuária	42
2.1.7 A Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA	46
2.2 Os Incentivos Governamentais ao Agronegócio	48
2.2.1 O Plano Agrícola Agropecuário – PNA	48
2.2.2 O Programa Nacional de Fortalecimento Agricultura Familiar	51
2.3 O Agronegócio no Estado	54
2.4 A Atuação Política Agronegócio na Positivação das Fábulas Tóxicas	60
Capítulo III – A Agricultura de Precisão – A Ciência como Instrumento das Fábulas Tóxicas	68
3.1 A Agricultura de Precisão	68
3.2 A Pesquisa Agrícola Dirigida	78
Capítulo IV - As Corporações Produtoras de Agrotóxicos e seu Marketing Fabuloso	91
4.1 As Corporações Produtoras de Agrotóxicos	91
4.2 O Impacto das Corporações Chinesas no Campo Brasileiro	96
4.3 O Marketing Fabuloso	101
4.3.1 Estratégias de Marketing	107
4.3.2 O Marketing do Agronegócio Mundializado no Brasil – a perspectiva do estrangeiro	115
4.4 As Feiras Setoriais do Agronegócio Mundializado	128
4.5 O Marketing e a Fábula da Sustentabilidade	147
4.5.1 A SYNGENTA e o Projeto Soja + Verde	161
4.5.2 A CropLife e o Alcance Global da Fábula da Sustentabilidade	167
Considerações Finais	172
Referências	176

INTRODUÇÃO

O foco desta tese foi investigar como as ações e as forças representadas pelos interesses do Agronegócio mundializado estruturaram, a partir de um encadeamento de concertações protagonizadas por atores institucionais e corporativos, um conjunto de fábulas que vem conformando a expansão da produção agrícola brasileira.

A metodologia utilizada para a condução desta pesquisa foi o levantamento bibliográfico, a visita e análise dos *websites* de divulgação das principais corporações produtoras de Agrotóxicos e a realização de trabalhos de campo que compreenderam: duas feiras agropecuárias no Brasil (Agrishow 2017 e Bahia Farm Show 2017) uma na Argentina (Expo Agro 2017), um evento voltado à Agricultura de Precisão nos Estados Unidos (InfoAg 2017) e uma viagem aos municípios mato-grossenses de Sapezal e de Campo Novo do Parecis.

Inicialmente nos cabe indicar que a acepção de fábula que utilizamos incorpora aquela encontrada nos ensinamentos de Milton Santos. Para o eminente geógrafo, em teoria revelada na sua obra *Por Uma Outra Globalização*, a difusão do processo de globalização compreendia o exercício de uma série de fabulações que seriam necessárias para - a serviço dos desígnios dos atores hegemônicos, dos mercados - homogeneizar o planeta, fenômeno este que promoveria, entretanto, um aprofundamento das diferenças locais. No curso desse processo, prevaleceriam as fábulas criadas a partir da máquina ideológica sustentada pelas forças do capital hegemônico e também, segundo o autor, “por um Estado interessado em atender aos reclamos das finanças e dos grandes interesses internacionais” (SANTOS, 2000, p. 17-21). Além desta definição dada por Santos (2000) utilizamos a expressão “fábula” numa acepção ampla, que incorpora aquelas trazidas por Ferreira (1986) e por Houaiss (2010). Fábula no sentido de “ficção, de falsidade e de sucesso inventado”, segundo Ferreira e de “fato inventado, invencionice, de narração de aventuras e fatos (imaginários), de fabulação”, como definiu Houaiss.

É a partir essa contextualização que trataremos desse intrincado arranjo de interesses com abrangência nas esferas geopolítica, financeira, científico e midiática, que contribui para que suas narrativas fabulosas venham convertendo o campo brasileiro em uma fecunda jurisdição, dentro da qual seu vasto território tem convenientemente servido à legitimação do modelo preconizado pelo *establishment* capitalista, aquele da agricultura mundializada.

Tal modelo tem, como uma de suas principais características, a exaltação incondicional do uso de Agrotóxicos¹ como fator determinante do sucesso empresarial da atividade agrícola. Nesse contexto, e como conector desses fatores, a questão da comercialização, do uso e da regulação dos Agrotóxicos assume uma dimensão fundamental e estratégica para a reprodução do modelo vigente.

No primeiro Capítulo abordamos como o conceito de Agronegócio, positivado a partir das observações feitas sobre o desenvolvimento das cadeias produtivas na atividade agropecuária dos Estados Unidos, alcançou o resto do mundo na esteira do avanço das relações capitalistas no campo e do desenvolvimento de um inovador repertório tecnológico voltado ao incremento da produção e da lucratividade no campo.

Demonstramos como a atuação concertada entre o aparato estatal norte-americano e o *establishment* capitalista deu impulso à expansão das corporações transnacionais no período do pós-guerra e permitiu a mundialização do capital sob a hegemonia econômica e ideológica dos Estados Unidos. Foi nesse período que ocorreu, também, o primeiro significativo processo de avanço tecnológico no campo que, marcado pelas inovações introduzidas pelas indústrias química e biológica, desencadeou o fenômeno conhecido por Revolução Verde e que contribuiria decisivamente para as narrativas constituintes das fábulas tóxicas.

As dinâmicas econômicas da produção agrícola sob a Revolução Verde ensejaram a consolidação de um modelo fortemente dependente da tecnologia e de vultuosos recursos, fato que viria a beneficiar a difusão do Agronegócio mundializado e de suas *commodities chains*.

O avanço dessas forças hegemônicas ganharia ênfase com a reiteração dos discursos e políticas que garantiram a materialização da doutrina neoliberal e da sua expansão global a partir dos países centrais, também se conformou indelevelmente no campo brasileiro com o advento da formação e da territorialização dos monopólios na agricultura tanto por empresas transnacionais quanto por suas congêneres e

¹O termo “Agrotóxicos” é a forma mais utilizada no Brasil dentre outras, sendo também aquela definido Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 para se referir aos “produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, pastagens, proteção de florestas nativas ou implantadas e de outros ecossistemas, bem como de ambientes urbanos, hídricos e industriais cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento”.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4074.htm. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

parceiras brasileiras. Apontamos também, nesse contexto, que o processo de territorialização dos monopólios no campo brasileiro foi viabilizado pelo Estado, por meio da atuação de sucessivos chefes de governo do Brasil que verbalizaram, em solenidades institucionais, a “natural vocação” do país para ser um dos principais protagonistas do Agronegócio mundializado.

No segundo Capítulo descrevemos, a partir de uma perspectiva histórica, como os detentores da terra e do poder oligárquico no Brasil vêm se articulando politicamente para tornar o Estado submisso aos seus interesses.

Apontamos como esses interesses, após o marco da redemocratização e da consequente conformação de uma eficiente frente de atuação política, foram impelindo ao Estado e inserindo este na esfera das fábulas, sob uma conveniente atuação concertada, a promoção de iniciativas e políticas públicas que resultaram em uma forte interferência sobre o aparato legal-racional e técnico-estatal, beneficiando as forças políticas e econômicas conectadas ao Agronegócio mundializado.

Nesse sentido, abordamos, também, como o Agronegócio mundializado, através de ações coordenadas em parceria com a Frente Parlamentar da Agricultura moldou, à sua conveniência, os instrumentos e as narrativas que proporcionaram, concomitantemente, sua territorialização e a disseminação das suas fábulas tóxicas no Brasil.

Demonstramos como o aparato institucional do Estado se conforma dentro desse intrincado embate ideológico, frente às forças hegemônicas do *establishment* capitalista presentes no Agronegócio e nos seus representantes nas organizações de caráter corporativo e político. Destacamos como o encadeamento de forças conservadoras dentro do espectro político nacional contribuiu decisivamente para que o leniente sistema normativo dos Agrotóxicos em vigor no Brasil fosse permeado de lacunas e imprecisões, de modo a autorizar o uso de formulações e de ingredientes ativos de Agrotóxicos já banidos em outras jurisdições, notadamente aquelas existentes nos países centrais.

No terceiro Capítulo, descrevemos como o emprego do termo Agricultura de Precisão vem sendo articulado pelo *establishment* do Agronegócio mundializado para legitimar as narrativas do modelo que promove o uso dos Agrotóxicos como parte de um *moderno* pacote científico-tecnológico que constitui, segundo essa articulação, o fator determinante para o sucesso empresarial da atividade agrícola.

Este cenário forjou a elaboração de estudos e publicações sobre as alegadas vantagens e potencialidades da Agricultura de Precisão que a colocaram, sob o patrocínio do *establishment* do Agronegócio e do aparato estatal, na mesma perspectiva antes ocupada pela sua predecessora histórico-ideológica, a Revolução Verde. Nesse sentido, demonstramos como o capitalismo tem a necessidade de reconfigurar suas fabulações para se manter hegemônico e, no curso de tal processo, como aponta Soja (1990), subverte e transforma, manipulando convenientemente uma ideologia - no caso, a ideologia da Agricultura de Precisão - para a produção da natureza, como indicado por Smith (2008).

Demonstramos que existem evidências de que estão ocorrendo, por meio de ingerências indevidas das corporações produtoras de Agrotóxicos em órgãos da administração pública estatal, comprometimentos de natureza ideológico-corporativa, no caso das investigações e pesquisas que concentram suas investigações nas eventuais e possíveis implicações e danos que tal utilização dos agrotóxicos no campo brasileiro têm, tanto em relação à saúde humana, quanto ao meio ambiente.

Nesse Capítulo terceiro apontamos, ainda, que os resultados de tal empenho científico (fenômeno aqui por nós referido como “Pesquisa Agrícola Dirigida”), importam, invariavelmente, em constatações que são claramente contraditórias, e que incorporam, ainda, uma persistente conexão entre os diferentes resultados alcançados e as fontes e organizações que conduziram os respectivos estudos e das interações que estas mantêm com o Estado.

No quarto Capítulo, abordamos as dinâmicas que movem as maiores corporações globais produtoras de Agrotóxicos e as suas estratégias de *marketing*. A pesquisa aponta a concentração econômica que vem marcando o segmento e as repercussões que esse fenômeno de monopolização e concentração dessas empresas tem acarretado nas geografias onde o Agronegócio mundializado se territorializa.

Nesse contexto, identificamos o extraordinário avanço do capital chinês sobre o mercado mundial de Agrotóxicos na esteira da sua ascensão ao posto de segunda maior potência econômica do planeta. Esse protagonismo chinês alterou a correlação de forças existentes no âmbito do *establishment* do Agronegócio mundializado, introduzindo uma nova perspectiva no eixo de poder do segmento agroquímico, antes fortemente marcado pela centralidade hegemônica de empresas européias e norte-americanas.

As estratégias de *marketing* engendradas pelas grandes corporações produtoras de Agrotóxicos e pelos demais atores do *establishment* do Agronegócio mundializado nos remetem às definições de fábula anteriormente mencionadas onde – como procuramos demonstrar - se imbricam invencionices, ficções, sucessos inventados e fabulações a partir das quais se constroem os esforços de convencimento quanto à prevalência do modelo de produção agrícola lastreada na Agricultura de Precisão e na ampla utilização de insumos agroquímicos.

Esses esforços de convencimento têm a ampla colaboração dos maiores grupos de comunicação e mídia do Brasil (*establishment* midiático) e, enquanto representantes do modelo econômico hegemônico, aproveitam a oportunidade para realçar ideologicamente e fazer a difusão e a promoção da exitosa expansão do Agronegócio mundializado no Brasil.

Destacamos como o *establishment* do Agronegócio mundializado concentra suas iniciativas voltadas à prática do *greenwashing* em grandes eventos cenográficos representados pelas suas feiras setoriais que simbolizam a homogeneização das estratégias de propaganda e *marketing*. Demonstramos que a sustentabilidade é o principal termo utilizado pelo arranjo geopolítico-financeiro-científico-midiático para promover esta narrativa fabulosa sobre o fenômeno no Brasil e, de forma concertada, também no exterior.

Nesse sentido, sustentabilidade que abrange, ao mesmo tempo, elementos vinculados à saúde, ao meio-ambiente e ao bem-estar das populações, e que têm sido dissimuladamente empregados para auferir uma perspectiva que, entendemos, configura a prática do *greenwashing*.

Isto posto, apontamos três eixos indissociáveis que estruturam nossa tese sobre as fábulas tóxicas no Brasil da agricultura mundializada.

O primeiro aborda como o Estado, no seu papel de regulador e ordenador do território e das relações sociais, jurídicas e econômicas que nele ocorrem, tem atuado para viabilizar essas fábulas. Sustentamos que a submissão do Estado aos interesses e às causas patrocinadas pelo Agronegócio e que o beneficiam tem um relevante precedente histórico que insiste em continuar. Entendemos que o Estado tem falhado, por ação ou omissão, não obstante os avanços institucionais que o Brasil alcançou nas últimas décadas, ao permitir que seu aparato legal-racional e técnico-estatal esteja a serviço do grande capital. O segundo eixo sustenta que a Agricultura de Precisão se configura como uma reedição ideológica, revista e ampliada da Revolução

Verde, reverberando e buscando valorizar os discursos que remetem à modernidade no campo e aos benefícios que os avanços tecnológicos que incorporam agora, além do pacote agroquímico, a manipulação genética de sementes e toda uma nova gama de equipamentos da era digital, características estas que são objeto de especial projeção nas ações de *marketing* e divulgação da Agricultura de Precisão.

No terceiro eixo tratamos como se deu a construção das fábulas que permeiam o imaginário sobre o modelo de produção agrícola representada pelo Agronegócio mundializado no Brasil e como estas foram - a partir de um arranjo de interesses, amplamente divulgadas através da mídia, de ações de propaganda e *marketing* - orquestradas pelas corporações produtoras de Agrotóxicos e fabulosamente promovidas nos eventos e feiras setoriais do Agronegócio.

Pretendemos, desta forma, confirmar nas Considerações Finais dessa pesquisa a tese de que um conjunto de fábulas tóxicas, numa perspectiva mundializada, sustentam, no plano ideológico, a expansão da produção agrícola brasileira.

CAPITULO I – O Agronegócio Mundializado

1.1 Introduzido por dois pesquisadores da Universidade de Harvard nos anos 1950, o conceito de Agronegócio traz uma definição sistemática da produção agrícola que vincula uma integração da agricultura e da sua cadeia produtiva com os complexos industriais (MENDONÇA, 2013). Segundo estes pesquisadores “agronegócio é a soma total de todas as operações envolvendo a produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção dentro da fazenda; o armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e dos itens produzidos a partir deles” (DAVIS; GOLDBERG, *apud* WHATMORE, 1995).

Ainda que essa conceituação apresentada por Davis e Goldberg tenha restado datada como uma importante referência histórica do processo de modernização da agricultura estadunidense, esse movimento já havia sido identificado desde a segunda metade do século XIX, com a adoção de novas técnicas de produção agrícola que incluíam, além da utilização de fertilizantes comerciais (guano e fosfato), os primeiros Agrotóxicos químicos (inorgânicos ou derivados de plantas) e de avançados sistemas de irrigação (BURBACH; FLYNN, 1980).

Esse feito seria intensificado ainda mais a partir da metade do século XX com a sofisticação da crescente mecanização que avançava no campo através da introdução de tratores e colheitadeiras munidas de motores que utilizavam combustíveis fósseis, com a ampliação de projetos de irrigação em larga escala e com o advento dos novos insumos desenvolvidos a partir da evolução técnica da indústria petrolífera - bem como de sua congênere, a indústria petroquímica - como novos fertilizantes e Agrotóxicos.

Somadas, todas essas condições propiciaram notáveis ciclos de crescimento na produção agrícola nos Estados Unidos os quais, por sua vez, permitiram uma forte expansão do comércio de bens de capital por toda a sua cadeia produtiva.

Tais ciclos de crescimento, dentro da dinâmica da acumulação capitalista, geram excedentes de produção que originam uma oferta excepcional de produtos, o que acaba impactando sensivelmente os preços (MARTINEZ-ALIER, 2007).

Períodos de preços elevados ocasionam novos investimentos e, conseqüentemente, novas dívidas. Quando ocorre uma retração nos preços (que, da mesma forma, também é cíclica) e parte dessas dívidas não conseguem ser quitadas,

inicia-se um ciclo negativo de inadimplência e falências que acarretam a forçosa venda de terras e de equipamentos para concorrentes, o que leva a uma concentração do poder econômico (BURBACH; FLYNN, 1980).

Esse quadro contribuiu para um aumento da industrialização do setor agrícola estadunidense, como argumentam Burbach e Flynn (1980)²

“Com cada ciclo de expansão e contração, agricultores compram mais maquinário, aplicam mais fertilizantes, e aumentam o tamanho de suas operações. Ao assim fazê-lo, a própria natureza da agricultura passa por mudanças fundamentais que a fazem parecer, de certo modo, uma fábrica de produção industrial” (BURBACH; FLYNN, 1980, p. 27).

A agricultura vai ganhando, assim, contornos que justificariam a conceituação proposta por Davis e Goldberg, ou seja, que a agricultura se convertera num crescente negócio. Esse pujante negócio passa a incluir a fabricação e a comercialização de insumos tecnológicos e de produtos alimentares processados, sob formas altamente concentradas de propriedade e de gestão corporativa (DAVIS; GOLDBERG, *apud* WHATMORE, 1995).

O “*business*” nas cadeias produtivas da agricultura alcançaria, também, os proprietários de terras e indústrias, associações de empresários, instituições de pesquisa, universidades, grupos de *lobby*, além do governo, que assumiriam a função de apoiar estudos e políticas de regulamentação e comércio (DAVIS; GOLDBERG, *apud* MENDONÇA, 2013).

O fato do conceito de Agronegócio ter sido produzido e apresentado ao mundo a partir da Universidade de Harvard, um dos mais poderosos e influentes centros de difusão dos ideais capitalistas no mundo, conferiu ao tema uma inequívoca relevância simbólica num momento histórico em que os Estados Unidos emergiram para o mundo como potência econômica hegemônica após o fim da Segunda Guerra Mundial (OLIVEIRA, 1998, p. 243).

Em relação à agricultura, o período conhecido como pós-guerra ficaria marcado por dois fenômenos indissociáveis e que corroboraram para a exaltação ideológica do Agronegócio “harvardiano”: o avanço das relações capitalistas no campo e o

²Texto original em inglês: With very cycle of expansion and contraction, farmers buy more machinery, apply more fertilizers, and increase the size of their operations. As they do so, the nature of farming itself undergoes fundamental changes which make it resemble in some ways industrial factory production. BURBACH, Roger., FLYNN, Patricia; *AGROBUSINESS in the AMERICAS*, New York: Monthly Review Press, 1980.

desenvolvimento de um inovador repertório tecnológico voltado ao aumento da produtividade e da lucratividade no campo.

12 O Avanço das Relações Capitalistas no Campo

O primeiro fenômeno se conformou com o processo de consolidação dos oligopólios internacionais e a consequente introdução das empresas transnacionais como protagonistas da industrialização da agricultura (OLIVEIRA, 1998).

Tal avanço das relações capitalistas no campo, dentro de um processo mais amplo, aquele da mundialização do capitalismo, foi fortemente marcado pela atuação das empresas transnacionais que significaram, no entendimento de Oliveira:

“a expressão mais avançada de um capitalismo que, a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, que por sua vez permitiram superar as contradições geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais. O domínio e a expansão das empresas transnacionais dessa forma, envolvem simultaneamente três processos inter-relacionados: necessidade de movimentos internacionais de capitais, produção capitalista internacional e existência de ações de governos em nível internacional” (OLIVEIRA, 1998, p. 242-3).

Nesse contexto histórico do pós-guerra, o primeiro desses processos – o dos movimentos internacionais de capitais - ocorreu a partir desse cogente ímpeto estadunidense de consolidar seu protagonismo econômico sobre os territórios e os respectivos espólios materiais decorrentes do grande conflito mundial. Ancorado nos planos Marshall e Colombo, os Estados Unidos direcionaram vultuosos recursos para a reestruturação e a reorganização da economia na Europa Ocidental e, posteriormente, na Ásia - notadamente, no Japão e na Coreia do Sul.

A partir desses investimentos financiados a “fundo perdido”, os Estados Unidos e seus complexos empresariais representados pelas empresas transnacionais, como verdadeiras extensões *de facto* do seu singular capitalismo, passaram a irrigar as economias dos países beneficiados por esse novo rearranjo geopolítico e financeiro criando, assim, um círculo virtuoso de crescimento, de estruturação e de propagação da sua doutrina econômica liberal que a potência hegemônica passaria a incentivar e tentar replicar como ideologia dominante para o resto do mundo.

Segundo Oliveira:

“Eles estimularam o crescimento das finanças internacionais, dos depósitos em bancos estrangeiros, dos investimentos nos mercados europeus e depois japoneses de divisas e títulos e particularmente dos investimentos em capital acionário de empresas transnacionais efetuados por investidores não-nacionais. Os investimentos diretos de capitais no estrangeiro pelas transnacionais constituíram a base de uma enorme superestrutura de captação de capitais em todas as partes do mundo” (OLIVEIRA, 1998, p. 244).

Essa arrancada da internacionalização do capital estadunidense criaria as condições para que o segundo desses processos - segundo a perspectiva de Oliveira e, por nós compartilhada – a produção capitalista internacionalizada.

O ímpeto capitalista que tornou irrelevantes as distinções econômicas pré-existentes entre as nações, fomentou a monopolização pelas empresas transnacionais das pesquisas e, também, das tecnologias delas derivadas, consolidando o controle da força de trabalho, os mercados e as fontes de matérias-primas dos diversos países.

Ainda de acordo com o autor, numa atualização da sua teoria ocorrido em 2015:

“Assim, formou-se o mercado mundial de mão-de-obra, a posse e monopólios das fontes de matérias-primas e, a divisão dos mercados. A disputa foi substituída pela cooperação entre as empresas estrangeiras pelo processo de associação e/ou fusão com as nacionais. Dessa forma, as empresas mundiais nasceram como fruto dessa nova aliança de classe entre as burguesias nacionais de diversos países, transformando-se também, em burguesia mundial”. (OLIVEIRA, 2015, p. 236-7)

Por fim, seguindo o entendimento de Oliveira (1998 e 2015), as “ações internacionais de governos” completariam a tríade desses processos inter-relacionados que explicariam a mundialização da economia. Essas ações, de natureza intervencionista e, portanto, contraditórias na perspectiva prevalente dentro do repertório clássico do capitalismo, foram coligidas sob o contexto do referido rearranjo geopolítico e econômico global liderado pelos Estados Unidos. Concebida ainda antes do fim da Segunda Guerra Mundial³, essa nova ordem mundial alcançava

³ As iniciativas patrocinadas pelo governo dos Estados Unidos e que contou com uma estreita participação do governo britânico, ocorreram em junho de 1944 em Bretton Woods, no estado norte-americano de New Hampshire, e acabaram resultando na criação do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), criando o que, posteriormente, se convencionou chamar de “Sistema Bretton Woods”. A criação das Organizações das Nações Unidas ocorreria um ano e quatro meses mais tarde, em outubro de 1945, na cidade de São Francisco, no estado norte-americano da Califórnia.

primeiramente a questão econômica – com a criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional - e, posteriormente, as questões de natureza da política internacional, que culminariam com a criação da Organizações das Nações Unidas ONU em 1945.

Ainda que a ortodoxia capitalista clássica preconizada pela nação vitoriosa do conflito global seja baseada na não intervenção, na onipotência do mercado e na preeminência da livre concorrência entre os agentes econômicos é a partir desse momento histórico - quando os Estados Unidos passam a ostentar o incontestado poder hegemônico dentre as nações capitalistas - que seus métodos de atuação estratégica se tornam evidentes.

A intervenção nos mercados orientados pelos esforços de reconstrução financiados pelo Plano Marshall (e, em menor escala, pelo plano Colombo), ainda que decorrente do seu caráter excepcional, afrontou a lógica capitalista do *laissez-faire*, ao consentir um fluxo de intervenções e de dirigismo econômico que resultaram numa estreita associação entre esses novos atores - com destaque para o FMI e o Banco Mundial, além de outros⁴ - e as nações interessadas em uma economia internacionalizada, viabilizada pela cooperação internacional. Para Oliveira:

“A constituição de governos nacionais/internacionais originou-se da deterioração dos poderes clássicos dos Estados nacionais associada ao emprego crescente de instrumentos de política econômica internacional, favorecendo simultaneamente a mundialização do capital e a do trabalho pela empresa mundial” (OLIVEIRA, 2015, p. 239, grifo nosso).

Tal sujeição aos ditames desta nova ordem mundial também foi apreendida por Porto-Gonçalves, quando da análise do referido contexto histórico:

“Os anos pós 1945 assinalam, portanto, para além do fordismo, a importância do Estado no planejamento do desenvolvimento. A ideia de planejamento e, mais, do planejamento do desenvolvimento por meio de instituições governamentais ganha corpo tanto à escala dos Estados

⁴ Além do FMI e do Banco Mundial, podemos elencar algumas de suas instituições afiliadas e/ou coligadas que tiveram uma participação ativa nesse processo como a International Finance Corporation (IFC), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Corporação Financeira Internacional (CFI), a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), a Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) o Council for Mutual Economic Assistance (CMEA), o International Bank for Economic Cooperation (IBEC), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o International Investment Bank (IIB).

Nacionais como de organismos multilaterais. O BIRD⁵ (e, depois, o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento) se tornarão verdadeiros globalizadores do desenvolvimento, uma espécie de Plano Marshall em escala mundial a pretexto de “ajuda ao desenvolvimento”. Assim, desde fins da Segunda Guerra vem sendo gestado um novo padrão internacional de poder que se configura com a importância cada vez maior das grandes corporações empresariais transnacionais, em termos institucionais num conjunto de entidades supranacionais como a ONU, o FMI, o BID e o BIRD e, em termos mais especificamente econômicos, nos acordos de Bretton Woods” (PORTO-GONÇALVES, 2006, pg. 34, grifo nosso).

O “novo padrão internacional de poder” conforme anotado por Porto-Gonçalves (2006) e o “emprego crescente de instrumentos de política econômica internacional” indicado, no mesmo sentido, por Oliveira (2015) servem para descrever a dimensão alcançada pela mundialização do capital, fenômeno este que viria a permear, de forma constante - em maior ou menor grau - até os dias atuais, as principais teorias e diretrizes macroeconômicas de orientação capitalista e, que de forma contraditória, conformaram a ideologia política neoliberal.

Recorrendo novamente a Oliveira:

“Portanto, foi a partir desse processo que os Estados nacionais permitiram que as empresas monopolistas mundiais passassem a se constituir nas novas organizações de controle da economia capitalista mundial [...] As receitas de política econômica do Fundo Monetário Internacional há muito tempo se tornaram políticas econômicas de muitos Estados nacionais onde ocorrem investimentos das transnacionais. Estas constituíram, no pós-guerra, uma verdadeira rede mundial de aplicação/captação de mão-de-obra. Disso resultou a unificação simultânea do capital mundial e da força de trabalho mundial no seio de um novo um novo sistema que modificou completamente o sistema de economias nacionais característico do capitalismo concorrencial. Essa unificação reduz a independência dos Estados nacionais e exige a formação de instituições supranacionais para manejar a interdependência crescente dos mesmos” (OLIVEIRA, 2015, pg. 239).

Não podemos afirmar, contudo, que tanto as ocorrências quanto as dispersões geográficas desse fenômeno transcorreram de forma ordenada ou uniforme nos territórios das nações que já se encontravam ou que passariam a orbitar sob a hegemonia estadunidense. Tampouco nos cabe concluir que os ímpetus dessa

⁵ O BIRD "Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento" (BIRD) era a antiga denominação do Banco Mundial. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/120-banco-mundial>

incursão geopolítica-capitalista dos Estados Unidos sobre as economias desses países ocorreram de forma aleatória e não estratégica, sem o concurso dos grandes conglomerados dos setores industriais e financeiros e, também, num momento posterior, dos serviços.

A lógica de maximizar o retorno dos vultuosos investimentos necessários para viabilizar tal crescimento e assegurar a expansão dos mercados, o fluxo comercial e o acesso às matérias-primas imprescindíveis para sustentar a produção e a acumulação não alcançaria a totalidade do espectro econômico-empresarial, já que - devido às suas características e particularidades (escala de produção, estrutura societária, restrições técnicas e de propriedade intelectual, etc.) – nem todas as corporações são suscetíveis de se tornarem transnacionais e, portanto, de exercerem um papel de protagonismo no processo de mundialização do capitalismo.

Segundo Shatz e Venables (2000):

“A preeminência das transnacionais não é distribuída igualmente em todos os setores, mas concentra-se fortemente em indústrias caracterizadas por altos níveis de pesquisa e desenvolvimento, que contam com grande parcela de profissionais qualificados e técnicos, e que produzam bens tecnicamente complexos ou diferenciados⁶” (SHATZ; VENABLES 2000, p. 126)

Nesse sentido, conforme referido por Oliveira (2015), é que ocorre a estreita cooperação com “governos nacionais empenhados em uma economia internacionalizada”, que criam e facilitam as condições para a instalação das empresas transnacionais, para dar vazão à expectativa de que uma inserção nos mercados e fluxos globais irá fomentar o crescimento econômico e a modernização.

Esse acolhimento por parte dos governos nacionais alcança, convenientemente, o interesse das empresas que buscam uma expansão em outros mercados e territórios, como observam Shatz e Venables:

“Estes podem ser atenuados pela colaboração com empresas locais através de *joint-ventures*, acordos de licenciamento ou subcontratação. Alguns são custos de produção, variáveis e fixos, dependendo do seu tamanho, dos preços dos fatores e da tecnologia. A presença de economias de escala em nível de planta aumentará o custo de estabelecer plantas estrangeiras, em comparação com a produção de

⁶ Texto original em inglês: “The pre-eminence of multinationals is not spread equally across sectors, but instead is concentrated heavily in industries characterized by high levels of research and development, a large share of professional and technical workers, and production of technically complex or differentiated goods

uma única planta doméstica. Do outro lado da equação, mudar de exportação para a produção local trará economia de custos, a mais óbvia das quais são economias em custos ou tarifas de transporte⁷ (SHATZ; VENABLES 2000, p. 130)

Tal movimento de expansão das corporações transnacionais (predominantemente estadunidenses) com uma intensa participação das empresas que atuavam no setor agrícola e que, posteriormente, viriam a se tornar as precursoras do Agronegócio. Em tal segmento se enquadraria – como supramencionado – na categoria das indústrias “caracterizadas por altos níveis de pesquisa e desenvolvimento” a indústria de Agrotóxicos.

13 O Desenvolvimento do Inovador Repertório Tecnológico

O segundo fenômeno, igualmente essencial, para a consolidação do conceito de Agronegócio modelado por Davis e Goldberg foi o desenvolvimento de novas tecnologias que permitiram o incremento da produtividade e da lucratividade na agricultura.

Podemos afirmar que os dois fenômenos citados são indissociáveis posto que foi justamente o incremento das relações capitalistas no campo e a sua internacionalização que engendraram as pesquisas e o desenvolvimento tecnológico tão imprescindível para a conformação de uma, então nascente, agricultura “industrializada e integrada” ao grande capital.

Ainda em relação à questão das pesquisas e do consequente desenvolvimento tecnológico na agricultura, é oportuno ressaltar que, nos Estados Unidos, não foi apenas o seu poder de criar grandes conglomerados ou a sua priorização pelas empresas capitalistas que resultaram em inovações que, mais tarde, seriam aplicadas à agricultura.

O país já buscava, desde meados do século XIX⁸, organizar um aparato educacional-científico que pudesse amparar sua ambiciosa aspiração de ter uma

⁷ Texto original em inglês: “These may be mitigated by collaboration with local firms through joint-ventures, licensing arrangements, or sub-contracting. Some are production costs, both variable and fixed, their size depending on factor prices and technology. The presence of plant-level economies of scale will raise the cost of establishing foreign plants, as compared to producing from a single home plant. On the other side of the equation, switching from exporting to local production will bring cost savings, the most obvious of which are savings in transport costs or tariffs”.

⁸ O *Morril Act*, oficialmente intitulado “Lei de Doação de Terras Públicas aos Estados e Territórios que possam criar Colégios para o Benefício da Agricultura e das Artes Mecânicas”, forneceu a cada estado representado no Congresso norte-americano 30 mil hectares de terras federais. A terra foi vendida pelos estados e os recursos

produção agrícola que atendesse suas necessidades alimentares domésticas e seus anseios econômicos em relação aos mercados internacionais de produtos agrícolas (HILLISON, 1996).

Todo esse empenho governamental iria representar que, justamente, até o citado e transformador período do pós-guerra, a maioria dos recursos direcionados para pesquisa e desenvolvimento tecnológico no campo teve como origem o setor público (HUFFMAN; EVENSON, 2006).

Outro importante fator para o aprimoramento do conhecimento e que iria contribuir para a consolidação do modelo de Agronegócio, preconizado por Davis e Goldberg, foi aquele originado a partir do espólio do aparato científico-tecnológico legado pelo esforço industrial-militar estadunidense, fomentado a partir do envolvimento do país na Segunda Guerra Mundial (HERMAN, 2012).

Dentre esses inventos e suas posteriores derivações para o uso na agricultura podemos citar os fertilizantes químicos, as diversas versões de agrotóxicos (notadamente o DDT⁹), o desenvolvimento dos radares e a sua aplicação nas ciências meteorológicas, as tecnologias relacionadas aos transportes (navegação, propulsão à jato), à logística e às telecomunicações (DAVIS, *apud* MENDONÇA, 2003).

Para os efeitos desta pesquisa, o resgate desse período histórico é emblemático por nos permitir contextualizar o início da atuação hegemônica dos monopólios capitalistas – por nós denominado de “arranjo geopolítico/financeiro/científico/midiático” e do qual nos ocuparemos nos capítulos seguintes - na agricultura e por trazer a formalização da disseminação global do conceito de Agronegócio como a ideologia dominante para a moderna exploração econômica do campo.

Protagonista histórica-ideológica do primeiro fenômeno moderno da “cientificação” do campo, o que se convencionou denominar de Revolução Verde representou um conjunto de iniciativas de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias que ambicionavam obter a primazia retórica na instrumentalização da redenção definitiva do problema da fome em escala global através da introdução de inovações, meios e técnicas de produção que seriam cientificamente revolucionárias

utilizados para financiar colégios públicos que se concentraram na agricultura e nas artes mecânicas.
<https://www.loc.gov/rr/program/bib/ourdocs/Morrill.html>.
Consulta em 27/09/2017

⁹ DDT - Dicloro-Difenil-Tricloroetano.

e que viriam amparados por uma determinada participação institucional de governos e organizações internacionais (PORTO-GONÇALVES, 2006)¹⁰.

Ainda que a produção global agropecuária tenha aumentado de modo significativo no período entre 1961 e 2011 - mesmo em detrimento da diminuição relativa da área cultivada (vide gráfico 01 abaixo) - o avanço da técnica sobre o campo representou, acima de tudo, uma oportunidade única por parte dos protagonistas do *establishment*¹¹ geopolítico-financeiro-científico-midiático que, amalgamados às cadeias do Agronegócio, experimentaram um aumento substancial dos seus lucros e as suas respectivas estruturas corporativas (SHIVA, 1991; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Gráfico 1: Produção Mundial de Alimentos e Terra Cultivada para Alimentação

Fonte: HILL, 2014.¹²

¹⁰ A iniciativa contava com apoio da, entre outras, ONU através da FAO, do Banco Mundial, da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford.

¹¹ Segundo o Dicionário Houaiss da língua portuguesa, em sua edição de 2001, *establishment* é definido “a elite social, econômica e política de uma país” e também como “grupo de indivíduos com poder e influência em determinada organização ou campo de atividade”.

¹² Esse gráfico mostra a quantidade de alimentos (lavoura + pecuária) produzidos no mundo de 1961 a 2011. A quantidade é indicada em forma de índice, de modo que o valor em qualquer ano é a quantidade produzida nesse ano em relação à quantidade média produzida entre 2004 e 2006. Os dados providos pela FAOSTAT e compilados por Hill (2014) indicam um aumento de 300% na produção de alimentos a partir de 1961 (índice = 36) a 2011 (índice = 117). Isso se deu principalmente pelo fato do *establishment* do Agronegócio ser o detentor das técnicas e das patentes predominantes da Revolução Verde, representadas pelas sementes melhoradas geneticamente (principalmente as variedades híbridas do trigo, do milho e do arroz) e, também, pelos fertilizantes químicos e pelos agrotóxicos (SINGH, 2011).

Esse repertório do domínio tecnológico foi construído a partir da intenção, por parte desse *establishment* do Agronegócio, de fazer prevalecer sua narrativa quanto ao protagonismo da modernização da agricultura (SANTOS, 2006).

Todo esse esforço induziu os agricultores a empreenderem mudanças no uso que faziam na terra, na natureza do trabalho no campo, nas máquinas e nos insumos utilizados na sua produção, o que resultou em maiores safras e produtividade. O consequente aumento na oferta de produtos agrícolas resultou na diminuição dos preços, o que acabou por onerar e pressionar ainda mais os pequenos agricultores que já enfrentavam dificuldades para fazer frente – segundo a narrativa dos agentes do *establishment* do Agronegócio - aos imprescindíveis investimentos modernizadores (SHIVA, 1991; SINGH, 2011).

Essa pressão econômica por uma produção em escala acabou por fazer com que muitos pequenos agricultores fossem excluídos da dinâmica imposta pelo *establishment* do Agronegócio, sujeitando-os à marginalização dentro da perspectiva produtiva da Revolução Verde.

Esse fenômeno ocorreu em escala global e acabou, de certa forma, por desorganizar as formas de produção e também a organização social diretamente por ele afetada, permitindo a criação de novas desigualdades (ELIAS, 2003).

Além das implicações socioeconômicas decorrentes desse processo de empobrecimento e de marginalização, a Revolução Verde também impactaria, sensivelmente, os recursos naturais e o meio ambiente. A maior quantidade de maquinário implicava em uma maior utilização de recursos energéticos enquanto as novas variedades de sementes demandavam mais água, mais fertilizantes e uma maior aplicação de Agrotóxicos. Todas essas condições contribuíram para diminuir a disponibilidade de água tanto para o consumo humano quanto para o uso nas lavouras dos pequenos agricultores, além de aumentar a poluição, empobrecer e causar a perda do solo, reduzir a diversidade genética e disseminar a resistência das pragas nas áreas afetadas pelos agrotóxicos (SHIVA, 1991; SINGH, 2011).

As transformações e os impactos causados no campo pela Revolução Verde contribuíram contraditoriamente e, simultaneamente, para duas perspectivas distintas com relação à modernização da agricultura.

A primeira perspectiva está vinculada ao modelo imposto pelo *establishment* do Agronegócio e subsidiado pelo arranjo geopolítico-financeiro-científico-midiático que indica que a técnica não passa de uma mera mediadora entre a sociedade e

natureza, como se dela pudesse se afastar, como apontou Porto-Gonçalves (2006): “para que se pudesse transformar a natureza em monoculturas subordinadas a uma lógica mercantil”. E prossegue: “toda a técnica é, assim, um sistema organizado, ordenado, visando o maior controle que se possa ter sobre seus efeitos” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 79).

A segunda perspectiva se assenta na idéia de infalibilidade de uma aplicação do modelo modernizante para todos os que vivem do campo. O modelo se revela excludente uma vez que este acaba por afastar do processo de produção no campo, sob uma alegada incapacidade econômica, um número significativo de agricultores que, mesmo na condição de detentores de saberes essenciais tanto para a produção agrícola quanto para a manutenção equilibrada do meio ambiente, passam à condição de desterritorializados e marginalizados (MARTINEZ-ALLIER, 2002).

Especificamente, em relação ao Brasil, essa conjuntura foi abordada por Oliveira que entende que o modelo de agricultura capitalista que era praticada no Brasil “estava sustentada pela produção particularmente, dos camponeses apoiada por fortes subsídios agrícolas, na agroquímica, no sistema de estoques governamentais e, a FAO era seu órgão mundial” (OLIVEIRA, 2015, p. 239).

Esse cenário de impotência diante da falta de alternativas ao modelo imposto pelo *establishment* do Agronegócio sob o contexto da Revolução Verde passaria a ganhar um contorno ainda mais inquietante com a atuação das corporações transnacionais e com as parcerias que estas viriam a constituir com os agentes representativos das oligarquias econômicas e políticas nacionais, as quais estruturariam as condições para a substituição da versão de agricultura capitalista até então praticada no Brasil por um modelo ainda mais alinhado com aquele existente no exterior, no qual predominavam práticas de contornos flagrantemente neoliberais.

14 A Influência Neoliberal

O movimento neoliberal promovido a partir dos Estados Unidos e da Europa, que apreendeu a América Latina entre a segunda metade da década de 1980 e a chegada do século XXI, impactou o capitalismo até então praticado no Brasil, impondo novas dinâmicas políticas e econômicas que trouxeram importantes consequências para a sua produção agrícola.

Constituída sob a reafirmação da prevalência dos mercados e dos agentes financeiros em prejuízo da atuação da organização estatal moderna, a base ideológica

do neoliberalismo prosperou sob os governos de viés flagrantemente conservadores de Ronald Reagan nos Estados Unidos e de Margaret Thatcher no Reino Unido (HARVEY, 2005, p. 7-9)¹³.

Sob o mote do “Estado mínimo” que seria alcançado através da austeridade fiscal, do fim dos subsídios, da desregulação de setores da economia, da livre concorrência dos mercados (inclusive no comércio exterior) e da privatização de empresas controladas pelo Estado, o neoliberalismo também teve um considerável suporte no meio acadêmico nos Estados Unidos, principalmente entre os pesquisadores vinculados à *Chicago School of Economics* e que, a partir dela, influenciariam economistas, agentes públicos e líderes empresariais pelo mundo afora (TOYE, 1993, p.71-74); (AGNEW; CORBRIDGE, 2003, p. 196-205).

A disseminação do ideário neoliberal atingiria seu apogeu através do chamado Consenso de Washington, que incorporava uma série de recomendações da parte do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos que deveriam ser observadas por países em desenvolvimento que, à época, enfrentavam profundas crises econômicas – a maioria delas relacionadas às dívidas contraídas no contexto das instituições financeiras do sistema Bretton Woods.

De acordo com Harvey:

“os modelos norte-americanos e britânicos de neoliberalismo foram definidos como a solução para os problemas globais [...] A formação da Organização Mundial do Comércio foi o ponto alto desse impulso institucional (embora a criação do NAFTA e a assinatura anterior dos acordos de Maastricht na Europa também tenham sido ajustes institucionais regionais significativos). Programaticamente, a OMC estabeleceu padrões e regras neoliberais para a interação na economia global. Seu principal objetivo, no entanto, era abrir o máximo possível do fluxo de capital sem obstáculos (embora sempre com a cláusula de advertência da proteção dos principais “interesses nacionais”), pois essa era a base da capacidade do poder financeiro dos Estados Unidos, bem como da Europa e do Japão, para cobrar o resto do mundo¹⁴” (HARVEY, 2005, p. 93).

¹³ O governo do Partido Republicano de Ronald Reagan 1981-1988 nos Estados Unidos e o do Partido Conservador de Margaret Thatcher 1979-1990 no Reino Unido foram marcados por conflitos entre sindicatos de trabalhadores de setores estratégicos da economia (como mineração, telecomunicações e energia) e a administração pública que resultaram no crescimento da taxa de desemprego e no aumento das tensões sociais.

¹⁴ Texto original em inglês: “The US and UK models of neoliberalism were there defined as the answer to global problems. [...]The formation of the World Trade Organization was the high point of this institutional thrust (though the creation of NAFTA and the earlier signing of the Maastricht accords in Europe were also significant regional institutional adjustments). Programmatically, the WTO set neoliberal standards and rules for interaction in the global economy. Its primary objective, however, was to open up as much of the world as possible to unhindered capital flow

No mesmo sentido, para Oliveira:

“O Consenso de Washington está no cerne dos programas de reformas econômicas e fiscais que viraram rotineiras na maioria dos países emergentes [...] O capitalismo monopolista mundializado, portanto, não está centrado apenas nos países ricos; o centro do capitalismo tornou-se difuso: está em todos os lugares do mundo onde estão as empresas monopolistas mundiais. Isso quer dizer que o capitalismo monopolista mundializado criou uma nova ordem mundial, fundada simultaneamente numa nova divisão internacional do trabalho nos termos de uma nova aliança da classe burguesa em nível mundial” (OLIVEIRA, 2015, p. 239).

As ondas de choque decorrentes desse fenômeno de exaltação do neoliberalismo ordenado pelas iniciativas das potências hegemônicas impactaram a atividade agrícola em escala global.

Os processos de industrialização da atividade agrícola, viriam a ser redimensionados para acomodar as novas dinâmicas dos capitais internacionais que, a partir de então, passariam circular com maior celeridade e com menores restrições nos diversos mercados e bolsas de valores internacionais. Essa industrialização da agricultura, é sistematizada pelo controle, por meio de uma combinação de modalidades de gestão de empresas monopolistas (quer na forma de investimento direto ou por suas subsidiárias locais), dos fatores de integração vertical da cadeia da produção de alimentos, conhecidas pelo termo em inglês “*commodity chains*” (McMICHAEL, 2000).

Livres e desembaraçados de uma maior supervisão estatal e, portanto, mais abertos às novas modalidades de financiamento da produção e de estruturas societárias, os grupos empresariais transnacionais viriam a estabelecer parcerias estratégicas com grupos locais para alavancar o surgimento de novas “*commodities chains*” e a sua continuada reprodução.

A criação da OMC em 1994 deu um impulso crucial para a liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas permitindo também que, tacitamente, as variedades destinadas anteriormente apenas à alimentação recebessem a categorização de “*commodity*” (mercadoria). Segundo Oliveira “Isso quer dizer que a lógica neoliberal atua no sentido de tentar converter todo alimento produzido em

(though always with the caveat clause of the protection of key ‘national interests’), for this was the foundation of the capacity of the US financial power as well as that of Europe and Japan, to exact tribute from the rest of the world.

mercadoria, não para ser consumido pelos que o produziram, mas para ser adquirido por quem tenha dinheiro, onde quer que esteja no mundo”. (OLIVEIRA, 2015, p. 240).

Segundo Harvey, o movimento neoliberal trouxe a preocupante perspectiva que tudo pode ser transformado em mercadoria uma vez que “a comoditização pressupõe a existência de direitos de propriedade sobre processos, bens e relações sociais, e que um preço pode ser atribuído a eles, e que estes podem ser negociados, desde que sujeitos a um contrato legal¹⁵” (HARVEY, 2005, p. 165).

Entendemos, no entanto, que o desenvolvimento do fenômeno neoliberal e suas implicações na atividade rural não se restringiram apenas aos esforços formais e concertados levados a efeito pelo *establishment* capitalista hegemônico global a partir de deliberações de seus agentes institucionais como, dentre outros já citados, o Banco Mundial, o FMI e a OMC (MARTINS, 2004).

Especificamente, para que tal empreitada se viabilizasse no campo era imprescindível que sua dispersão mundo afora contasse com um conceito, com uma atividade econômica capaz de materializar a colaboração e a articulação dos diversos atores do arranjo geopolítico-financeiro-científico-midiático de modo a realçar uma narrativa fabulosa e vitoriosa. Entendemos que coube ao Agronegócio exercer esse protagonismo.

Podemos decompor a influência política dos agentes do Agronegócio no Brasil em duas categorias que se embaraçam para estruturar suas ações hegemônicas no campo brasileiro: a geopolítica da territorialização dos monopólios na agricultura e a ação política desenvolvida pelos detentores de terras/agentes do Agronegócio e suas interações nas instituições e poderes da República.

15 A Geopolítica da Territorialização dos Monopólios na Agricultura

A primeira categoria, conexa à esfera da geopolítica internacional é representada pelas ações de grandes empresas mundializadas que se beneficiaram do arrimo institucional do *establishment* capitalista e financeiro global para se autoproclamarem como únicas protagonistas (pretensamente) viáveis para conduzir o desenvolvimento e os rumos da agricultura global. Como tal, suas ações se baseiam

¹⁵ Texto original em inglês: “Commodification presumes the existence of property rights over processes, things, and social relations, that a price can be put on them, and that they can be traded subject to legal contract”.

em alguns elementos da geopolítica¹⁶ que dependem, sobremaneira, de uma parceria marcada por uma elevada cumplicidade com o aparato do Estado. Essa cumplicidade, por sua vez, pode demandar e resultar em ações concretas na forma de investimentos (i.e, como no caso das redes de transporte e suporte à infraestrutura logística) ou em omissões (i.e, como no caso das relações de trabalho, na proteção do meio ambiente e na defesa das populações socialmente hipossuficientes).

Assim, para garantir a reprodução, a prevalência e a irreversibilidade do seu modelo de exploração econômica da agricultura, as forças hegemônicas necessitam, essencialmente, da conjugação de dois fatores: (i) assegurar a continuidade da sua aliança estratégica com o aparato do Estado para manter e robustecer seu *status quo* institucional e regulatório e (ii) desenvolver, produzir e difundir – incessantemente - as inovações tecnológicas e mercadológicas, que atendam à sua vocação precípua de alcançar maior produtividade, de obter mais lucro e de perpetuar a sua hegemonia no campo.

Nesse sentido, ganham relevância as movimentações desses sujeitos no contexto da geopolítica internacional por meio das ações concertadas nos fóruns globais onde são alardeadas as teorias que versam sobre a segurança alimentar¹⁷ e não mais sobre a soberania alimentar, sob a influência de uma perspectiva alarmista de viés neomalthusiano que revisita princípios e argumentos similares aos que fundamentaram a Revolução Verde (MENDONÇA, 2013, p. 82-83). Segundo Oliveira:

“as políticas públicas de segurança alimentar dos Estados neoliberais passaram a substituir os estoques governamentais pelos estoques das empresas monopolistas mundiais, tornando o mercado o único regulador do abastecimento alimentar das populações nacionais” (OLIVEIRA, 2015, p. 240).

O entendimento de Oliveira (2015) também é compartilhado por Porto-Gonçalves:

“No Brasil, o desenvolvimento do novo modelo agrário/agrícola também mostra o mesmo sentido de apontar para um modelo onde o

¹⁶ Becker (2007) traz uma importante colaboração ao abordar esse tema no artigo “Reflexões sobre a Geopolítica e a Logística da Soja na Amazônia”.

¹⁷ Ver discurso Presidente Lula em evento promovido pela FAO – disponível no sítio <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/10707-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-de-abertura-da-cupula-mundial-sobre-seguranca-alimentar-roma-16-de-novembro-de-2009>

monocultivo acentua a dependência do agricultor diante do complexo industrial-financeiro altamente oligopolizado e, com isso, aumenta a insegurança alimentar, tanto dos agricultores e suas famílias como do país como um todo" (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 222).

Essa dialética enviesada a partir do *establishment* capitalista internacional autorizou que entrassem em ação – com a providencial parceria do Agronegócio brasileiro - como indutoras e fomentadoras do discurso hegemônico, organizações não-governamentais e *think tanks*¹⁸, em conveniente junção de interesses com governos estrangeiros, para reverberar a vocação não apenas do Agronegócio brasileiro – mas também do aparato governamental - de acolher as empresas transnacionais e as suas respectivas inovações tecnológicas e mercadológicas.

Tal perspectiva é amplamente repercutida e reiterada em *papers* produzidos por organizações multilaterais como a FAO e a OECD¹⁹, o Banco Mundial²⁰ e em eventos organizados pelo *establishment* do Agronegócio²¹ global que servem como plataforma de divulgação e de afirmação da sua hegemonia.

¹⁸ Podemos destacar, dentre outras ONGs e *think tanks* que atuam no segmento da agricultura e da sustentabilidade as seguintes: The Nature Conservancy (TNC) - Disponível em: <https://www.nature.org/media/brasil/sustainable-agriculture-brazil.pdf>

Institute for Ethics and Emerging Technologies (IEET) - Disponível em: <https://ieet.org/index.php/IEET2/more/pellissier20100922>

OECD-FAO Disponível em: https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=HIGH_AGLINK_2010

Council on Foreign Relations (CFR) - Disponível em <https://www.cfr.org/report/global-brazil-and-us-brazil-relations>

Climate and Land Use Alliance (CLUA) – Disponível em: <http://www.climateandlandusealliance.org/initiatives/brazil/>

Global Environment Facility (GEF) – Disponível em: <http://www.thegef.org/news/major-players-join-forces-place-sustainability-heart-global-commodity-supply-chains>

Global Harvest Initiative (GHI) – Disponível em: <http://www.globalharvestinitiative.org/?s=brazil>

¹⁹ OECD/Food and Agriculture Organization of the United Nations (2015), OECD-FAO Agricultural Outlook 2015, OECD Publishing, Paris - Disponível em http://dx.doi.org/10.1787/agr_outlook-2015-en

²⁰ Impacts of Climate Change on Brazilian Agriculture - World Bank Impacts of Climate Change on Brazilian Agriculture - Disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/18740/687740Revised00LIC00web0brasil02030.pdf;jsessionid=780AA882255866038D18C084E0CBCE4A?sequence=1>

²¹ O maior desses eventos, o Global Agrobusiness Forum, ocorreu em 2016 na cidade de São Paulo e teve como maior atração a participação do Executivo Chefe da Monsanto, Hugh Grant. Disponível em www.globalagribusinessforum.com/. Acesso em 07 de dezembro de 2016.

Caberia ainda ao Brasil, por iniciativa dos seus mandatários, reiterar através de discursos permeados por frases feitas e clichês que viriam a corroborar com algumas vantagens competitivas presentes no campo brasileiro - tão caras aos olhos do Agronegócio global – tal qual as suas formidáveis condições edafoclimáticas, ou ainda à enorme disponibilidade de terras que o país teria para a exploração agrícola, para assumir o papel central de provedor global de alimentos a uma população mundial que não cessaria de crescer.

É o que ficaria patente nas manifestações proferidas, respectivamente, pelos Presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer:

“... nós podemos, com toda a tranquilidade, dizer que isto aqui será - já é, mas será mais ainda - realmente um celeiro da produção de carne bovina para todo o mundo [...] Mas não nos iludamos: isso é um passo inicial. O Brasil não é país para 80 milhões de toneladas de grãos. O Brasil é país para 170 milhões de toneladas de grãos”²².

“O Brasil dispõe de imensos recursos: terra, água, sol, energia e população. Graças aos avanços de nossas pesquisas em agricultura tropical, somos um grande celeiro do mundo [...] Há 30 anos, o Brasil domina a tecnologia do biocombustível. Há 30 anos, estamos tentando convencer o mundo de que para enfrentar o aquecimento global é preciso que tenhamos a coragem de definirmos, definitivamente, uma outra matriz energética para o mundo”²³.

“Hoje, produzimos alimentos em quantidade e qualidade para, com preços justos, garantir a segurança alimentar de nossa população e exportar para o mundo. Podemos dizer que nos tornamos o celeiro de alimentos do mundo, e isto deve ser motivo de orgulho para nós todos. Produzimos a verdadeira riqueza, porque é aquela riqueza que alimenta a população mundial [...] Antes de terminar, gostaria de parabenizar os produtores do agronegócio. Ontem foi anunciado que, no mês de maio, batemos um novo recorde histórico mensal de exportação de soja, no montante de 9,34 milhões de toneladas. É, sem dúvida, um mundo de

²² Presidente Fernando Henrique Cardoso - discurso feito na abertura oficial da 63ª Expozebu – Uberaba, MG, 02 de maio de 1997 - disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1997/02-de-maio-de-1997-discurso-na-abertura-oficial-da-63a-expozebu>

²³ Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – discurso feito em Nova Iorque em 16 de março de 2009 - disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/11132-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-do-seminario-brasil-parceiro-global-em-uma-nova-economia-estrategias-solidas-para-momentos-desafiadores-nova-york-16-de-marco-de-2009>

toneladas. A vitória de um segmento é a vitória de todos os produtores; e é a vitória do Brasil”²⁴.

“Então nós ficamos animados, nós ficamos entusiasmados, porque a gente vê o que é o Brasil quando você encara o agronegócio brasileiro. Você vê como o Brasil vai saindo da crise basicamente com o apoio do agronegócio brasileiro [...]. Tenho certeza de que a colheita será farta para todos os brasileiros. Não só apenas no que os senhores produzem, que é fundamental - porque nós podemos ser o celeiro do mundo, é o que me dizem em todas as reuniões internacionais, como também nas outras áreas, igualmente, aquilo que plantamos vamos começar a colher”²⁵

Veremos, mais adiante, no entanto que as falas presidenciais podem ser consideradas até mesmo como tendo um teor reservado diante daquelas emitidas pelos representantes do *establishment* midiático patrocinado pelo Agronegócio mundializado.

Essa mescla de ufanismo, triunfalismo e voluntarismo por parte do discurso oficial do governo brasileiro foi bem recepcionada e compartilhada pelos operadores e especuladores financeiros internacionais, principalmente após a escalada das cotações das *commodities* agrícolas internacionais que atingiram, segundo estudo da FAO²⁶ “no primeiro semestre de 2008 o mundo estava vivenciando os maiores níveis de preços em 30 anos e levando a uma crise de segurança alimentar global. Os preços dos alimentos aumentaram 40% em relação ao praticado em 2007 e 76% em relação aqueles praticados em 2006”²⁷ (FAO, 2009, p. 06).

As causas desses aumentos de preços seriam explicadas por alguns fatores. O primeiro fator seria a demanda por uma maior produção de etanol, de modo a atender o “clamor” internacional por fontes de combustíveis renováveis para reduzir

²⁴ Presidente Dilma Rousseff - discurso feito em Brasília em 02 de junho de 2015 - disponível em <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cermonia-de-lancamento-do-plano-agricola-e-pecuario-2015-2016-brasilia-df>

²⁵ Presidente Michel Temer – discurso feito em Brasília em 11 de julho de 2017 – disponível em <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-lancamento-do-plano-safra-2017-2018-brasilia-df>

²⁶ FAO - The State of Agricultural Commodity Markets 2009 - High food prices and the food crisis – experiences and lessons learned - Disponível em <http://www.fao.org/docrep/012/i0854e/i0854e00.htm>

²⁷ Texto original em inglês: “in the first half of 2008, the world was facing the highest food price levels in 30 years and a global food insecurity crisis. Food prices were up as much as 40 percent from their 2007 level and 76 percent from 2006”.

os efeitos do consumo de derivados de petróleo sobre o aquecimento global - o que fez com que, no campo brasileiro, muitos agricultores e agentes do Agronegócio global substituíssem as lavouras produtoras de alimentos pelo cultivo da cana-de-açúcar.

O segundo fator seria a atuação dos monopólios transnacionais do Agronegócio que detinham considerável influência sobre as cadeias produtivas e os estoques globais de alimentos sob o contexto da desregulação dos aparatos estatais impostos pela agenda neoliberal.

Segundo Oliveira:

“dois processos monopolistas comandavam e comandam a produção agrícola mundial. De um lado estava e está a territorialização dos monopólios que atuam simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária, o exemplo era e é o setor sucroalcooleiro, ou sucroenergético como eles estão autodenominando-se na atualidade. De outro lado, estava e está a monopolização do território desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir absolutamente nada no campo, controlava e controla através de mecanismos de sujeição, camponeses e capitalistas produtores do campo. Estas empresas monopolistas do setor de grãos, atuavam e atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, muitas vezes têm também, o controle igualmente monopolista da produção dos agrotóxicos e dos fertilizantes (OLIVEIRA, 2010, p. 26)

Um outro importante fator adviria da crescente demanda por produtos agrícolas pelos mercados da Índia e da China, que experimentavam um *boom* econômico que propiciou um maior consumo de alimentos por centenas de milhões de pessoas. Segundo von Braun et al., (2014):

“Uma terceira causa fundamental é a alta demanda, principalmente dos mercados emergentes, principalmente da China e da Índia. Nas palavras de Krugman (2010), o aumento dos preços das commodities é um sinal de que “estamos vivendo em um mundo finito, em que o rápido crescimento das economias emergentes está pressionando o fornecimento limitado de matérias-primas, elevando seus preços”. Além disso, o desenvolvimento econômico e o crescimento da renda estão mudando não só a quantidade de alimentos exigida, mas também a estrutura da demanda por produtos alimentares. À medida que os padrões alimentares se afastam de alimentos amiláceos para carne e produtos lácteos, existe uma demanda intensiva de grãos alimentares que elevam seus preços” (ALGIERI, A.; KALKUHL, M.; TADESSE, G.; von BRAUN, J.; 2014, p. 119)²⁸

²⁸ Texto original em inglês: “A third root cause is the high demand mainly from emerging markets, primarily China and India. In Krugman’s words (2010), rising commodity prices are a sign that “we are living in a finite world, in which the rapid growth of emerging economies is placing pressure on limited supplies of raw materials, pushing

Nesse contexto, tanto sob uma perspectiva geopolítica engendrada por parte governo brasileiro quanto do interesse resultante da conjuntura econômica internacional favorável à dinâmica expansionista das empresas monopolistas internacionais o Brasil reunia, assim, as condições ideais para materializar os anseios da sua classe dirigente, das oligarquias ligadas ao campo para incrementar a sua produção agrícola e assumir o protagonismo dentro do Agronegócio global.

As principais empresas monopolistas internacionais, aquelas acima referidas por Oliveira como “empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária” (*trading companies*) as quais elegemos classificar como integrantes centrais do *establishment* do Agronegócio, têm suas origens nos Estados Unidos e na Europa de onde se lançaram para, literalmente, dominar os negócios da moderna cadeia produtiva da agricultura mundializada.

Para termos uma perspectiva da atuação dessas empresas e o alcance que suas interações geopolíticas sua influência corporativa seu *lobbying* podem alcançar, as quatro maiores dessas empresas, a Archer Daniels Midland (ADM), a Bunge, a Cargill e a Louis Dreyfus²⁹ estão presentes, conjuntamente, em mais de 75 países e controlam mais de 90 por cento do comércio global de grãos.

Essas empresas monopolistas, de acordo com Burch et al., (2014)

“As principais negociantes não apenas trocam *commodities* físicas - elas atuam da fazenda até a fabricação de alimentos. Elas fornecem semente, fertilizantes e agroquímicos aos produtores e compram a produção agrícola e as armazenam em suas próprias instalações. Elas atuam como proprietárias de terras, gado e aves, processadores de alimentos, fornecedores de transporte, produtores de biocombustíveis e fornecedores de serviços financeiros nos mercados de *commodities*. As negociantes têm sido parte integral da transformação da produção de alimentos em um negócio complexo, globalizado e financeirizado. Os preços dos alimentos, o acesso a recursos escassos como terra e água, as mudanças climáticas e a segurança alimentar são todos afetados pelas atividades das negociantes³⁰” (BURCH; CLAPP; MURPHY, 2014, p. 13).

up their prices’’. In addition, economic development and income growth are changing not only the quantity of food demanded, but also the structure of demand for food commodities. As dietary patterns move away from starchy foods toward meat and dairy products, there is an intensifying demand for feed grains that drives their prices up’’. ”

²⁹ As citadas empresas têm suas sedes mundiais estabelecidas, nos seguintes países: ADM (Estados Unidos); Bunge (Holanda); Cargill (Estados Unidos) e Louis Dreyfus (Holanda).

³⁰ Texto original em inglês: “The major traders do not just trade physical commodities – they operate from the farm level all the way to food manufacturing. They provide seed, fertilizer and agrochemicals to growers, and buy

Entendemos, no mesmo sentido, que o protagonismo dessas empresas monopolistas em muito extrapolou o desempenho referente às atividades empresariais originais de todas as centenárias³¹ corporações, ou seja, o comércio de grãos (*grains trading*) e/ou à sua estocagem (*grains storage*). Atualmente, através de estratégias de subordinação, tais corporações têm uma performance mais relevante quanto ao controle da renda da terra atingindo, indistintamente, a produção camponesa e aquela dos produtores capitalistas na agricultura.

O modelo de negócio explorado por essas *tradings companies* contribui para que esse processo de subordinação aos ditames do capital seja continuado e intensificado a partir de uma atuação que vai “do campo ao banco”.

A primeira dessas modalidades de atuação é o oferecimento de serviços de consultoria para – a partir de incentivos financeiros, como a garantia da compra, o financiamento das sementes e dos insumos, etc. – definir quais as lavouras que deverão ser produzidas, em quais locais, em quais quantidades, e para quais mercados. Outra característica do modelo de negócio das *tradings companies* é o poder que elas têm para influenciar fortemente na formação das cotações das *commodities* agrícolas. Tal condição é influenciada basicamente por dois fatores: a capacidade financeira devido aos expressivos volumes operados e a agilidade para “correr os estoques”, ou seja, de conseguir “elevar e armazenar”, com agilidade e segurança, grandes quantidades de produtos agrícolas perecíveis.

As *tradings companies* monopolistas atuam, predominantemente, com *commodities* agrícolas que não são produtos-fim, mas que servem como insumos à cadeia produtiva dos alimentos processados, das rações para o consumo animal e dos biocombustíveis (DINIZ, 2006). Essas *commodities* são comumente negociadas nos mercados futuros das bolsas de mercadorias, mercados de derivativos e em outras modalidades especulativas que permitem um alongamento dos prazos para o pagamento das compras por parte das *tradings companies* e aumentam seus ganhos

agricultural outputs and store them in their own facilities. They act as landowners, cattle and poultry producers, food processors, transportation providers, biofuel producers and providers of financial services in commodity markets. Traders have been integral to the transformation of food production into a complex, globalized and financialized business. Food prices, access to scarce resources like land and water, climate change and food security are all affected by the activities of traders”.

³¹ Todas as quatro grandes empresas monopolistas internacionais atuam há mais de 100 anos, tendo sido incorporadas nos seguintes países e anos: ADM – Minneapolis, EUA, 1902; Bunge, Amsterdã, Holanda, 1818; Cargill, Minneapolis, EUA, 1865; Louis Dreyfus, Alsácia, França, 1851.

nas aplicações financeiras. O modelo de negócio das *tradings companies* implica na busca contínua de crescimento por meio de aquisições, fusões, parcerias societárias estratégicas (*joint-ventures*) tanto no segmento industrial quanto na gestão de propriedades agrícolas, sendo que esse crescimento corporativo é majoritariamente financiado com recursos próprios detidos pelas famílias controladoras dessas corporações³².

Para garantir maior controle e eficiência nas suas operações as *tradings companies*, dentro do seu modelo de negócio, incorporaram aos seus ativos infraestruturas de elevação, de armazenamento, assim como terminais intermodais de transporte, pelo mundo afora.

Por vezes essas infraestruturas físicas são financiadas diretamente pelos governos locais ou por meio de parcerias público privadas. Por fim, o modelo de negócio perpetrado pelas *tradings companies* monopolistas, impõe que estas tenham acesso à terra, indiferentemente da configuração jurídica-contratual sob o qual tal acesso possa se materializar. (BURCH; CLAPP; MURPHY, 2014) (OLIVEIRA, 2010; 2015) (PORTO-GONÇALVES, 2006) (KREBS, 1992)

Quer seja por meio de contratos para a exploração da produção agrícola, para o arrendamento de terras para a produção direta ou subcontratação ou para a gestão empresarial de propriedades rurais, as corporações monopolistas internacionais sempre precisam contar com a aquiescência das autoridades locais.

Para esse desígnio, o engajamento das corporações monopolistas internacionais em ações de *lobbying*, na composição de alianças estratégicas (fossem elas formais ou oportunistas) com protagonistas do Agronegócio mundializado e da política locais são de fundamental relevância – como mostraremos mais adiante – e é através dessas interações que o capital vai influir na concepção de um contexto jurídico e regulatório que abrigue sua ideologia corporativa, suas contradições, suas idiossincrasias e suas fábulas tóxicas.

1.6 As Parcerias Locais

³² No caso da estrutura societária dessas *tradings companies*, a Cargill e a Louis Dreyfus são controladas há gerações pelas famílias fundadoras das empresas enquanto a ADM e a Bunge têm o capital aberto, sendo seus títulos negociados nas principais bolsas de valores do mundo.

Podemos, à título de alegoria, emprestar o desgastado slogan “Pense Globalmente e Atue Localmente”³³, colocado em voga ao longo das últimas décadas pelo movimento ambientalista global para servir ao propósito de ilustrar como se reproduziu o modelo de exploração econômica que resultou na territorialização dos monopólios e a monopolização do território na agricultura no Brasil afinal, não foi sob outra forma, que as *tradings companies* avançaram no campo brasileiro.

Tendo seus principais elementos característicos – como o controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção (OLIVEIRA, 2015) – sido, há muito, praticados nos Estados Unidos e na Europa, sua reprodução para o campo brasileiro constitui-se num fenômeno convenientemente racional já que a concentração e a acumulação do capital nas mãos de grandes grupos econômicos no Brasil, eram recorrentes nas *commodities chains* aqui existentes.

Corporações monopolistas de capitais majoritariamente nacionais como Algar Agro, Amaggi, Aurora, Brasilagro, BRF Brazil Foods, Camil, Caramuru, Citrosuco, Coamo, Cooxupé, Copersucar, Cosan, Cutrale, Fibria, Heringer, J&F, Klabin, Marfrig, Minerva, Suzano, UNICA, dentre tantas outras, atuam sob as mesmas práticas e lógicas empresarias das suas congêneres estrangeiras, ou seja, atuam decisivamente para que seus interesses econômicos prevaleçam sobre aqueles das outras classes sociais, notadamente os do campesinato e o dos agricultores capitalistas não estreitamente vinculados à agricultura de perfil industrial (BOMBARDI, 2011).

A associação tácita existente entre os capitais internacionais e brasileiros para a exploração do campo brasileiro pelas corporações hegemônicas do Agronegócio mundializado ficaria demonstrada no *ranking* publicado pela Revista Exame³⁴ em agosto de 2017, o qual apontou que dentre as 50 maiores empresas do Agronegócio, 21 eram controladas por brasileiros, 27 eram controladas por estrangeiros e 2 eram *joint-ventures* com controle compartilhado entre capitais brasileiros e internacionais. Segundo a publicação, essas corporações “obtiveram 220 bilhões de dólares de

³³ Ver <https://newrepublic.com/article/117459/earth-day-2014-think-globally-act-locally-back>

³⁴ REVISTA EXAME, 10 de agosto de 2017. Disponível em <https://exame.abril.com.br/revista-exame/400-maiores-do-agronegocio/>

receita em 2016, com lucro de quase 3,8 bilhões de dólares, 108% maior do que o registrado no ano anterior”³⁵.

Não surpreendentemente, dentre as 10 maiores corporações do Agronegócio atuando no país figuravam as monopolistas transnacionais Cargill (na primeira posição), a Bunge (na terceira posição), a ADM (na sexta posição) e a Louis Dreyfus (na sétima posição).

Se estendermos nosso olhar para as 50 maiores corporações, notaremos que as monopolistas transnacionais dos Agrotóxicos aparecem com relativo destaque, na seguinte ordem: Basf (na décima quinta posição), Bayer (na décima sexta posição), Syngenta (na décima oitava posição), Monsanto (na trigésima sétima posição), DuPont (na trigésima oitava posição) e a Dow (na quinquagésima posição).

Os dados trazidos pelo *ranking* das maiores empresas e os números do crescimento dos lucros do Agronegócio brasileiro (de 108% de aumento) mostram uma dinâmica, uma capacidade de expansão do modelo de exploração da atividade agrícola por parte das corporações que implicaria – necessariamente – em um concerto, em um encadeamento de gestões políticas-ideológicas por parte de agentes políticos e do Estado para assegurar a sua reprodução e buscar a sua hegemonia.

³⁵_____, 10 de agosto de 2017. Disponível em <https://exame.abril.com.br/revista-exame/400-maiores-do-agronegocio/>

CAPITULO II

A ARTICULAÇÃO DA POLÍTICA, DO ESTADO E DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

2.1 Aspectos Históricos

2.1.1 O Período Imperial

Os estreitos vínculos entre os detentores da terra e o poder político e econômico no Brasil vêm permeando a história do país em especial àquela que abrangeu o período posterior ao Segundo Reinado³⁶.

Nesse sentido, entendemos ser oportuno destacar os ensinamentos trazidos por José de Souza Martins na sua obra “O Poder do Atraso” (MARTINS, 1994) acerca dos aspectos históricos que marcaram a ascensão das oligarquias da terra sobre o poder político e as instituições do Estado brasileiro.

De acordo com o autor, a dominação patrimonial que aparelha o Estado estabelece uma dependência entre a sociedade brasileira e esse Estado, que se sustenta por meio de um sistema político fundado na estrutura da propriedade da terra, a qual, essencialmente, segue a lógica do latifúndio. A mútua dependência entre Estado e sociedade tem suas origens históricas na confusão entre patrimônio público e patrimônio privado, que remonta às capitanias hereditárias (e posteriormente às sesmarias), as quais foram criadas pela Coroa como instrumentos de controle do território na forma de doação de terras brasileiras para portugueses, porém desde logo abrigaram interesse privados dos donatários sobre as terras recebidas, iniciando o círculo vicioso do poder pessoal e oligárquico, constituindo uma forma de clientelismo.

E é por força da tradição, que essa confusão que mescla os conceitos de público e de privado perdura até hoje, já que a prática de utilizar bens públicos para atender interesses privados está consolidada no tecido político brasileiro de forma indelével. Trata-se da conformação de uma sociedade de história lenta, conforme construída pelo autor, já que esta não busca sair da proteção do Estado, mas, pelo contrário, deseja nele se consolidar e se abrigar, vez que a confusão entre o público e o privado só o beneficia (MARTINS, 1994).

A reprodução de tal poder oligárquico passa, obrigatoriamente, pela questão agrária, uma vez que a concentração fundiária é um dos fatores propulsores da

³⁶ O “Segundo Reinado” é a expressão que se refere ao período histórico que compreende os 49 anos nos quais o Imperador Pedro II governou o Brasil. Tendo início em 23 de julho de 1840 e término em 15 de 1889, com a proclamação da república.

acumulação do capital que, de forma contínua, retroalimenta as estruturas políticas e institucionais patrimonialistas e conservadoras.

Como mencionado anteriormente, a concentração fundiária no campo brasileiro tem suas raízes no curso do processo histórico mediado entre os detentores do poder e aqueles que dele desejavam se aproximar para obter algum benefício ou privilégio. Esses privilégios, oriundos da troca de favores em que se media o grau de lealdade política aos detentores do poder, eram posteriormente materializados na forma de retribuições por meio da doação de terras, ou na concessão de títulos de nobreza ou de distinção social. Foi sob esse contexto que surgiu uma oligarquia rural de cunho latifundista que passou a ter um papel dominante na vida política e econômica brasileira e que progressivamente cresceu em poder e influência na sociedade.

O marco jurídico estatutário desse avanço foi a Lei de Terras de 1850, elaborada para introduzir o “moderno” no direito de propriedade no Brasil. A nova legislação intentava ocupar a lacuna existente no ordenamento jurídico da então colônia, causado pelo fim da Lei de Sesmarias de 1375, que havia deixado de vigorar no Brasil em julho de 1822.

Sob a perspectiva de “O Poder do Atraso”, podemos entender a Lei de Terras de 1850 como parte constitutiva de um pacto silencioso e retrógrado na forma de uma aliança entre capital e propriedade da terra, como uma “aliança do atraso” (MARTINS, 1994).

Assim, como preconizava o legislador, a Lei de Terras de 1850 acabou por dificultar o livre acesso à terra, uma vez que a mesma só poderia ser obtida mediante a compra, mesmo ao Estado. Esse raciocínio, segundo o autor, além de forçar uma escassez artificial da terra, impedia que tanto trabalhadores livres quanto escravos libertos reunissem condições de adquirir terras, sem que antes necessitassem trabalhar em lavouras de outrem, a fim de juntar recursos para efetuar a compra de terras para seu uso próprio.

A Lei de Terras de 1850 também regulamentava a importação de colonos para o trabalho no campo, para a substituição do trabalho escravo. Era parte do interesse do Império em se mostrar “moderno”, em fomentar uma colonização branca e européia e, de certa forma, reduzir a dependência no modelo baseado na mão-de-obra escrava que dava sinais de esgotamento, além da crescente pressão internacional para a abolição da escravatura.

Mas o grande influxo de imigrantes para as lavouras não significou uma mudança no sistema de produção, já que, essencialmente, o trabalhador do campo continuava a executar tarefas que visavam à manutenção da estrutura do monopólio na terra. Entende o autor, acertadamente, que a lei criou um direito absoluto de propriedade, já que transferiu aos particulares, além da posse útil e econômica, também o domínio sobre a terra, domínio este que, até então, pertencia ao Estado (MARTINS, 1994).

Ainda que a motivação do legislador fosse suprir uma ausência normativa e introduzir um reordenamento do território e do uso da terra, a oligarquia rural latifundista desejava também transformar a terra em mercadoria, já que controlava tanto a sua propriedade quanto a destinação do direcionamento das ações que o poder constituído poderia utilizar para permitir a apropriação e a posse de terras devolutas.

Como tinha o controle do parlamento imperial, a oligarquia rural latifundista, continuando seu pacto silencioso e sua “aliança do atraso”, resistiria à aplicação da Lei de Terras, até o advento da proclamação da República, em 1889.

2.1.2 A República Velha

A República reiterou a manutenção do poder político, no entanto, apesar de uma forte influência militar no seu período inicial, sob claro controle e orientação da oligarquia rural latifundista. Para agravar ainda mais uma situação fundiária marcada pela concentração das terras, incrementada pela Lei de Terras, o governo republicano decidiu conceder terras devolutas aos recém-criados Estados (antigas províncias), por força de disposição contida na primeira constituição da República de 1891.

Nesse processo, milhões de hectares de terras foram “distribuídos” e grilados por meio da troca de favores, do clientelismo entre os mesmos atores de sempre, o que resultou em incremento na concentração fundiária e, também, na devastação de florestas, motivada pela necessidade da abertura de novas fronteiras agrícolas com o intuito de atender à expansão da cafeicultura, que já havia se transformado no maior item das exportações brasileiras (OLIVEIRA, 2010).

Impulsionado pelos ares de uma incipiente modernização, e motivado pelo fim da escravidão em 1888 e pela ocorrência cada vez mais frequente do trabalho livre, o Brasil experimentava, no fim do século XIX, um considerável incremento na sua

atividade industrial que passou a ocorrer majoritariamente nos espaços urbanos ou peri-urbanos.

Segundo Martins (MARTINS, 1994), não surpreende, entretanto, que este inicial surto industrial também tenha como característica a presença atuante de considerável número de membros da oligarquia rural latifundista, agora na categoria de investidores capitalistas geralmente abrigados à sombra da proteção do Tesouro, que ficava com grande parte do risco, enquanto aos investidores cabia a maior parcela dos lucros. Era inequívoco, assim, um movimento de sujeição dos interesses públicos (desenvolvimento da economia nacional) aos interesses privados.

Consolidava-se, assim, um pacto tácito e duradouro entre a oligarquia da terra e a política brasileira. A reiteração dessa prática ao longo da história se traduz na necessidade constante da troca de favores entre agentes políticos e parte da sociedade, que já não vislumbra mais o caráter impróprio e indevido da confusão entre patrimônio público e interesses privados. Inequivocamente, as representações políticas derivadas do clientelismo tendem a reproduzir e perpetuar de forma natural o poder oligárquico, sonegando aos agentes sociais a possibilidade de constituir novos espaços políticos por intermédio de movimentos sociais que consigam fazer a ruptura entre a antiga prática política (na qual a sociedade é apenas um ente dominado pelo Estado) e a necessidade de transformação clamada pela sociedade (MARTINS, 1994)

Esse quadro propicia e fomenta o aumento da corrupção, das práticas lesivas aos interesses públicos em detrimento do favorecimento do particular, reforçando ainda mais o clientelismo de caráter conservador através da dominação do aparato burocrático e legal-racional, o qual coloca as instituições a serviço desta dominação política. É, também, a partir desse período que se nota um sensível incremento no aparato burocrático-legal como indutor do desenvolvimento econômico brasileiro. A chamada “República Velha” foi marcada inicialmente pelo domínio de setores mobilizados do Exército e, num segundo momento, pela dominação derivada da oligarquia rural latifundista, representada regionalmente na figura dos “Coronéis”, que estendiam seu poder ao campo e que também controlavam as estruturas políticas, das câmaras municipais aos palácios, dos governos estaduais ao Catete (PRADO JÚNIOR, 2000)

A alternância de poder entre as hegemonias paulista e mineira só chegou ao fim com a Revolução de 1930, que encerrou o período da República Velha, e que

representou uma tentativa de ruptura com o “atraso”. Foram fatores determinantes desse contexto a relativa decadência das oligarquias rurais devido à crise econômica de 1929 e aos problemas decorrentes da superprodução do café.

2.1.3 A Revolução de 30 e a Era Vargas

Em relação à questão agrária, com a Revolução de 1930 o Estado brasileiro buscou recuperar em parte o domínio da terra, para sobre ela poder exercer sua soberania, fazendo com que os interesses privados se subordinassem aos interesses nacionais.

Nesse sentido, buscou-se separar formalmente, por meio da lei, solo e subsolo, cabendo à União o domínio pleno do subsolo. Outra característica da Revolução de 1930 foi a tentativa de diminuir a influência da oligarquia rural latifundista através da instituição de um governo central forte, e da priorização de uma política econômica de caráter desenvolvimentista.

Segundo o entendimento de Martins:

[...] “a Revolução de 1930 pôs no poder uma aliança de militares e oligarquias regionais marginalizadas pelo sistema oligárquico, aliança de inspiração centralizadora, desenvolvimentista e, em princípio, antioligárquica”. Como marco histórico, a revolução de 1930 traz a “identificação dos governos militares com o desenvolvimento econômico, especialmente o desenvolvimento industrial, a repressão política e a precedência da centralização do poder nacional em relação ao poder regional dos Estados. E pela identificação dos governos civis e oligárquicos com os interesses rurais, com um certo liberalismo político e o fortalecimento dos Estados (e, portanto, das oligarquias antigas e novas)” (MARTINS 1994, p. 71)

Em relação à questão agrária, a principal consequência desse processo revolucionário foi que tanto as oligarquias antigas quanto as novas continuavam a usufruir da propriedade e da posse da terra, mantendo intocado o sistema de produção e impedindo uma modernização no campo. A “aliança do atraso” permanecia, acima de tudo, inabalável.

A liderança maior que emergiu com a revolução de 1930, Getúlio Vargas, era ele próprio um representante da oligarquia rural latifundista do Rio Grande do Sul, mas que se apoiava tanto no clientelismo rural quanto no populismo que controlava as massas operárias urbanas. Iniciada como uma reação reformista ao círculo vicioso de cunho clientelista da alternância de poder entre as oligarquias rurais latifundistas paulista e mineira, a tentativa de modernizar o País esbarrou nas limitações e

contradições existentes dentro dos próprios grupos políticos que conduziram Vargas ao poder após a revolução de 1930.

Uma dessas contradições foi invocada por tenentes dissidentes - de orientação socialista e de esquerda - da revolução de 1930, que já à época defendiam uma reforma agrária e, também, direitos sociais que afastassem o Brasil da orientação fascista que permeava muitas das ações políticas do grupo liderado por Vargas.

A história mostra que nessa disputa entre o “atraso” e a modernização prevaleceu, mais uma vez, o “atraso”. A aliança de Vargas com forças oligárquicas rurais latifundistas e com a hierarquia militar lhe garantiu o poder através de eleições indiretas em 1934 e lhe deu ampla guarida quando este, alegando conter o “perigo vermelho” de um iminente “golpe comunista”, impôs uma ditadura ao País (NEGRÃO, 2005) (GRYNSZPAN; PANDOLFI, 2009).

A ditadura Vargas, como de resto quaisquer outras ditaduras, levou o País a mais um processo de atraso, de negação do avanço social, garantido pela acomodação e pelo conluio entre os detentores do poder institucional e as elites econômicas (rurais e urbanas) que o suportam e que dele se beneficiam.

Uma constatação de que Vargas claramente preferiu continuar a manter uma relação ambígua especificamente com as oligarquias rurais latifundistas está na edição, no governo da sua ditadura (1937-1945), das primeiras legislações trabalhistas, fruto da influência do fascismo italiano de Benito Mussolini e da sua *Carta del Lavoro* de 1927. Essa legislação, no entanto, não incorporou aos trabalhadores rurais a proteção da lei, negando a eles relações contratuais de trabalho e, desta forma, mantendo sua sujeição de dependência e de servidão.

2.1.4 O Período Democrático 1946-1964

No âmbito federal, a questão agrária, no tocante às relações de posse, de propriedade e dos contratos agrários, continuava sob a regulamentação do Código Civil de 1917. A Constituição de 1946, elaborada com a redemocratização do Brasil após a saída do poder de Vargas em 1945, trouxe uma situação relevante para a questão agrária: pela primeira vez no ordenamento constitucional foi estipulada a possibilidade da desapropriação de terras para fins sociais mediante a obrigatoriedade de indenização prévia e em dinheiro.

O que parecia um avanço, no entanto, vai se revelar apenas como mais uma armadilha, uma intrujice propiciada pelo aparato burocrático, legal-racional, orquestrado pelos detentores do poder para a manutenção da sua hegemonia.

Marcada por um viés notadamente democrático, a Constituição de 1946 foi generosa em garantir direitos e liberdades políticas (inclusive com a legalização de partidos com orientação comunistas e socialistas) mas, em compensação, especificamente em relação à questão agrária, falhou ao não avançar na positivação de leis que disciplinassem tal “desapropriação de terras para fins sociais”, reduzindo sua aplicabilidade e, praticamente, tornando-a irrealizável (NORDER, 2014).

A partir da redemocratização em 1946, o debate sobre a Reforma agrária ganhou um novo impulso. Alguns fatores contribuíram para que a questão agrária experimentasse esse momento histórico e, dentre eles ganhou destaque o enfraquecimento político das lideranças oligárquicas, que ocorreu tanto pela organização via movimentos dos camponeses e trabalhadores rurais quanto pela atuação da Igreja e de seus programas de alfabetização e de conscientização das populações rurais. Mas é na falta, na ausência de um fator de mudança e de modernização social e econômica como aglutinador das relações de classes que não se combinavam que a questão agrária emergiu inquietando principalmente as oligarquias rurais latifundistas, mas por outro lado, não favorecendo alianças progressistas nem opções liberalizantes, como havia ocorrido em outros países que haviam experimentado processos históricos semelhantes (MARTINS, 1994).

Outro fator que corroborou para que o clamor pela reforma agrária enfrentasse forte resistência por parte de vários segmentos políticos (incluindo as forças armadas) e sociais foi a polarização global pós-Segunda Guerra Mundial, que acabou por gerar uma divisão do mundo entre “capitalistas” e “comunistas”.

Nesse contexto, as forças conservadoras encontraram um fértil território para ganhar relevância na política nacional por meio de dois partidos criados após o fim da Ditadura Vargas, a UDN, União Democrática Nacional e o PSD, Partido Social Democrático. Ambas agremiações partidárias reuniam em suas fileiras membros das oligarquias rurais latifundistas que tinham em comum o apego ao poder político e à manutenção dos seus privilegiados acessos aos recursos financeiros estatais, notadamente àqueles voltados aos esforços de modernização do País, movimento presente nas três gestões que se sucederam após a redemocratização, do governo Dutra (1946-1951), passando pelo último governo Vargas (1951-1954) até o governo

Kubitschek (1956-1961), buscaram imprimir ao País um caráter francamente desenvolvimentista com a criação de empresas estatais voltadas à formação de indústrias de base, a fim de modernizar o setor industrial brasileiro.

Esse surto desenvolvimentista foi fortemente financiado pelo setor público e, uma vez mais, se lançou o recurso de revestir de moderno uma prática patrimonialista, já que a burguesia industrial, de viés francamente conservador, se beneficiou do apoio recebido das iniciativas governamentais, da burocracia, do aparato burocrático, legal-racional (MARTINS, 1994).

Além de várias empresas estatais, também foram criados diversos órgãos públicos para coordenar e gerenciar esses esforços desenvolvimentistas.

Ao mesmo tempo em que se buscava inovar na administração do patrimônio público, aumentava também o clientelismo, já que os cargos de gestão dessas empresas e órgãos públicos eram “divididos” entre os grupos oligárquicos do Nordeste e os interesses supostamente modernizadores de empresários do Sudeste.

A partir desse desígnio, fruto da associação entre o “atraso” e o “moderno”, esperava-se legitimar o projeto modernizador, mas o que de fato ocorreu foi a perpetuação de práticas há muito desgastadas. Repetiu-se “mais do mesmo”: clientelismo às custas do Estado.

Na esteira desse surto desenvolvimentista, com o objetivo de aumentar a integração territorial brasileira foram abertas novas estradas em direção ao centro-oeste e ao norte e, conseqüentemente, novas áreas para a atuação e produção agrícola dos camponeses. Pretendia-se que essas novas fronteiras agrícolas pudessem levar ao campo a modernidade que se imagina ter já chegado aos grandes centros urbanos brasileiros que, nesse período, experimentavam uma considerável pujança econômica (DINIZ, 2006).

No entanto, como quase em toda situação que envolve a busca pela terra no Brasil (e que insiste em perdurar até os dias atuais), camponeses que pretendiam nela trabalhar e tirar o seu sustento se viram impelidos pelos grileiros a comprar terras com titulação falsa, o que os levaria inequivocamente a perder a terra por via judicial (MARTINS 1994, p. 63).

2.1.5 O Período da Ditadura Militar 1964-1985

A intervenção militar em 1964 golpeou a ordem democrática e instaurou no Brasil a ditadura que duraria 20 anos. No regime, a questão agrária brasileira

experimentou um incremento da exploração capitalista sobre a terra e sobre os que dela tiravam a sua sobrevivência e o seu sustento. No entendimento do autor, a intervenção dos militares vinha acompanhada de uma lógica, de um programa de governo que incluía um projeto de reforma agrária e que já vinha sendo preparado pelos serviços de inteligência do Exército, baseado nos conflitos que se desenvolviam no campo desde os fins da década de 1950 (MARTINS, 1994, p. 68). O Estatuto da Terra, promulgado em 1964, teve como base esse documento.

O autor ressalta que a oligarquia rural latifundista deu aos novos detentores do poder, através de suas entidades de classe como a Sociedade Rural Brasileira (um dos maiores esteios do conservadorismo nacional até os presentes dias), apoio decisivo à preparação do golpe. Afinal, tudo que interessava às oligarquias era a “manutenção da ordem” e “afastar os riscos de que o Brasil se transformasse num estado comunista”. Esse apoio aos militares foi incrementado com a perseguição política aos parlamentares progressistas e pró reformas sociais alinhadas aos moldes concebidos pelo deposto presidente João Goulart, o que determinou que a base parlamentar ficasse fracamente mais conservadora.

O apoio à ditadura por parte das forças conservadoras, no entanto, não ficou restrito à oligarquia rural latifundista. Segmentos do clero e da classe média, que temiam uma radicalização dos movimentos sociais que se faziam presentes no apoio a João Goulart, também tiveram relevância na defesa de valores tradicionais (as Marchas da Família com Deus pela Liberdade exemplificavam tal sentimento conservador). Era a constatação de que no Brasil, uma vez mais, assim como no caso da abolição da escravidão, e da proclamação da República, as reformas sociais fundamentais eram propostas pelos ditos “radicais” enquanto que a sua consumação se concretizava pelas forças conservadoras (MARTINS, 1994, p. 69).

É a “aliança do atraso”, aquela que conspira, dentro do aparato burocrático, legal-racional para garantir que prevaleça – ainda que o interesse preponderante na sociedade seja outro – a vontade dos chefes políticos, de interesses particulares, clientelistas e patrimonialistas. Com relação à atuação dos militares na questão agrária, no entanto, ainda que seu programa de governo contemplasse a possibilidade de uma reforma agrária, a legislação que daria sustentação jurídica à essa transformação na estrutura fundiária brasileira.

Trazia elementos que, enquanto dividiam os proprietários de terra, garantiam o apoio do grande capital, incluindo o capital multinacional, agora seguro pela “manutenção da ordem” e pelo fim da “ameaça comunista”.

A proposta dos militares no bojo do Estatuto da Terra encerrava uma classificação de propriedade no latifúndio considerando seu uso e a sua extensão. Eram contempladas, também, as figuras das empresas rurais, que não poderiam ser desapropriadas, indicando o viés capitalista na agricultura pretendido pelos militares.

A reforma agrária, agora possibilitada pelo Estatuto da Terra, não aconteceu de fato e acabaria sendo substituída por projetos de colonização nas fronteiras agrícolas, dentro da política de ocupação da região amazônica.

Os movimentos sociais no campo acabaram por perder força e espaço para o “desenvolvimento rural”, para a integração da agricultura com a indústria, invariavelmente patrocinados e subsidiados pela persistente parceria entre o patrimônio público e os interesses privados. Incentivos fiscais, juros subsidiados e estruturas financeiras, tendo o Estado numa ponta e empresários capitalistas na outra, mobilizaram o mercado de terras no Brasil da ditadura militar.

Esse quadro, segundo Martins, subvertia o modelo clássico:

“Ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital, em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave à circulação e reprodução do capital, no modelo brasileiro o empecilho à produção capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais” (MARTINS 1994, p. 79).

Outro fator importante para efeito desse arranjo entre o público e o privado, instrumentalizado pelo aparato burocrático, legal-racional, nessa nova equação da questão agrária brasileira, foi a utilização de aquisição de terras que prescindiam de documentação legal, já que eram fruto de grilagem, mas que eram utilizadas como meio para alavancar, por meio do recebimento de incentivos fiscais, o capital necessário para tornar a terra produtiva. Reforça esse entendimento o autor “O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Nesse sentido, reforçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando, conseqüentemente, o sistema oligárquico nela apoiado” (MARTINS 1994, p. 80).

Sob o regime militar, a propriedade da terra experimentou uma relativa modernização. A oligarquia rural latifundista e a nova elite empresarial rural estreitaram a cumplicidade com o Estado que pretendia promover o desenvolvimento econômico e que não media esforços para avançar seu controle sobre a sociedade. Esta conveniente correlação de forças impedia a expropriação dos grandes proprietários de terra e a sua substituição – como ocorrera em outras partes do mundo – por uma classe de pequenos proprietários e pela agricultura familiar que, são, reconhecidamente, aqueles que colocam o alimento na mesa do povo.

O autor entende que, por outro lado, estes mesmos agentes capitalistas foram compelidos, de forma análoga à ocorrida em outros momentos da história brasileira, a firmar um acordo tácito e oneroso com os detentores do poder. A diferença era que, além das implicações políticas e sociais, existia, também, um forte componente econômico derivado, em grande parte, dos anseios modernizadores por parte do Estado e da cobiça dos empresários capitalistas que decidiram investir no campo (MARTINS, 1994).

Concomitantemente à última década da Ditadura chegam no país os recursos técnicos advindos da Revolução Verde, fenômeno este que contou com a decisiva recepção e acolhimento da EMBRAPA³⁷, empresa estatal com atuação na pesquisa agropecuária e que, como veremos mais adiante, se constituiria em uma parceira estratégica fundamental para a dominação do campo brasileiro pelo Agronegócio Mundializado.

2.1.6 Da UDR à Frente Parlamentar da Agropecuária

Com o fim da ditadura em 1985 se esperava que, finalmente, havia chegado a hora de tratar a questão agrária com a importância e o peso social que o assunto exigia. Afinal, o regime democrático havia sido restaurado e a expectativa geral era que o Brasil iria, definitivamente, recuperar o tempo perdido e promover as transformações sociais que a sociedade demandava e que haviam sido postergados durante os 20 anos dos governos liderados pelos militares.

³⁷ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Criada pelo governo brasileiro em 1973 para desenvolver tecnologias e divulgar informações técnico-científicas voltadas para a produção agrícola e pecuária brasileira. Disponível em: <https://www.embrapa.br/missao-visao-e-valores>

O problema é que o próprio fim do regime militar só se concretizou através de uma ampla aliança política protagonizada pelos representantes das oligarquias rurais latifundistas e das oligarquias clientelistas que cresceram à sombra dos generais e, também, dos negócios feitos com a ditadura, e com alguns quadros do partido de oposição à ditadura. Qualquer semelhança com o quadro existente em 1946 não era mera coincidência, já que estavam presentes elementos de grupos políticos opostos, mas ambos com vieses liberalizantes. (MARTINS, 1994).

As iniciativas de fazer a reforma agrária por parte do governo da “Nova República” foram sempre tímidas e esbarraram nas amarras, nos laços de comunhão e de compadrio que prendiam as lideranças políticas do governo às oligarquias rurais latifundistas e clientelistas.

Esse quadro desalentador não impediu, contudo, que os movimentos sociais no campo retomassem, de forma bastante intensa e conjuntamente com setores progressistas da Igreja, a luta pela reforma agrária. Em vários pontos do País ocorreram conflitos pela terra decorrentes do descontentamento existente em meio ao campesinato pelo não atendimento das latentes e legítimas demandas de acesso à terra³⁸ (FERNANDES; GIRARDI, 2009, p. 339-366). Nesse período ocorreu uma intensificação da violência e da opressão a partir da reação contrária, por parte dessas oligarquias rurais latifundistas, a esse esforço voltado à reorganização social e produtiva no campo brasileiro.

Nesse contexto é criada a UDR - União Democrática Ruralista³⁹ - um movimento que arregimentou um vasto contingente de proprietários de terras ao invocar uma reação - conjuntamente com órgãos de classe como Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) – contra as iniciativas dos movimentos sociais, notadamente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que lutavam por uma transformação nas estruturas fundiárias brasileiras.

A polarização entre as oligarquias rurais latifundistas representada pela União Democrática Ruralista (UDR) de um lado e pelos partidos de esquerda e pelo

³⁸ Ver também DATALUTA, disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/>

³⁹ Associação civil criada em maio de 1985 por grandes proprietários de terras, com a finalidade de defender a propriedade privada e como expressão da radicalização patronal rural contra a política agrária promovida pelo governo federal no começo da administração do presidente José Sarney (1985-1990). Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-ruralista-udr>

Movimento dos Sem Terra (MST) do outro acabou por ensejar um texto constitucional marcado pela ambiguidade e que se revelou ainda menos eficaz, para os efeitos da reforma agrária, que a própria legislação criada pela ditadura militar (MARTINS, 1994, p. 91).

Ao fim, o texto constitucional incorporou uma ambiguidade quanto aos conceitos de terra produtiva, de empresa rural e da função social da terra autorizando interpretações plenamente contrárias à causa da justiça social e da reforma agrária. Percebe-se a atuação do aparato burocrático, legal-racional e dos agentes políticos ligados ao Agronegócio entrando em cena para impedir as transformações sociais no campo.

Os governos posteriores à promulgação da “constituição cidadã” foram extremamente tímidos nos seus esforços pela reforma agrária. Ainda que estes governos tivessem, entre eles, uma relativa diferenciação quanto às suas respectivas orientações ideológicas, todos, invariavelmente, defenderam a realização da reforma agrária e a pacificação do campo – ao menos nos discursos - mas pouco fizeram na prática⁴⁰ (DATA LUTA, 2014).

Enquanto que, por parte dos governos, a questão da reforma agrária se diluiu em meio às conveniências políticas circunstanciais, ganhando ou perdendo espaço nas agendas dos mandatários, os proprietários de terra – convertidos em ativos agentes do Agronegócio - se organizavam politicamente para influenciarem e sensibilizarem suas causas no Congresso Nacional e junto à sociedade, como um todo. O êxito alcançado pela atuação da UDR nos embates políticos ideológicos ocorridos no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988 (Constituinte) estimulou muitos dos seus membros e outros assemelhados a fazerem uso da política como instrumento de pressão junto aos governos em todos os níveis (municipal, estadual e federal), constituindo, de fato, uma dirigida, bancada ruralista.

Ainda que, sob uma perspectiva histórico-institucional, essa atuação política mais intensa não se revele inédita, o inusitado foram a intensidade e o desenvoltura com que a causa que começara “ruralista”, centrada na questão fundiária, foi convertida para um patamar indiscutivelmente mais amplo e, como defendido e promovido pelo “mercado”, mais “moderno”, aquela da defesa incondicional do Agronegócio em suas múltiplas dimensões.

⁴⁰ Entre 1988 e 2014, segundo o DATA LUTA, foram criados 8.890 assentamentos rurais no Brasil, totalizando 994.541 famílias. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2014.pdf

As elites agrárias latifundiastas buscavam, agora sob uma nova dinâmica institucional decorrente do fim do período autoritário, se organizar para poder convergir na defesa de seus pleitos e interesses junto a um Estado do qual sempre foram parceiros na forma de políticas de incentivos fiscais e subsídios à produção (BRUNO, 1997) (OLIVEIRA, 1998).

Dessa forma houve, a partir das eleições de 1986, uma significativa e crescente participação política de relevantes quadros das lideranças latifundistas e do Agronegócio que resultaram em bancadas representativas em sucessivas legislaturas do Congresso Nacional e também nas Assembléias Legislativas estaduais, nas Câmaras de Vereadores e nas prefeituras espalhadas por todo o território brasileiro.

Tal fenômeno, dentro do dilatado espectro político brasileiro, se consumou a partir de uma dispersão suprapartidária com matiz predominantemente conservadora.

Assim, políticos filiados desde o Democratas (DEM), partido que tem ligações ancestrais com o período da ditadura militar, passando por uma miríade de partidos que dele se originaram como o Partido Progressista (PP), Partido da República (PR), Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Republicano Brasileiro (PRB), e também por partidos que, teoricamente, se situam mais à centro-esquerda no espectro político nacional como o Partido do Movimento Democrático Nacional (PMDB), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido Trabalhista Brasileiro, o Solidariedade (SD) e até mesmo – ainda que em menor escala - por partidos de orientação mais progressista como o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o próprio Partido dos Trabalhadores (PT) têm, entre seu quadros, latifundiários e defensores da exploração agrícola por meio do modelo do Agronegócio (CASTILHO, 2012).

Com a finalidade de concentrar esforços para melhor poderem apresentar, pleitear e endossar as iniciativas, as políticas, as leis e regulações que compõem todo o aparato burocrático, legal-racional que provê suporte a um modelo de exploração econômica da produção de *commodities* agrícolas alavancado pelo uso intensivo de agrotóxicos e que demanda uma complexa inter-relação com corporações hegemônicas nacionais e estrangeiras, esses políticos criaram um coeso bloco de

atuação parlamentar⁴¹ no Congresso Nacional para ações de *lobby* institucional: a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

2.1.7 A Frente Parlamentar da Agropecuária

Criada em 1995 por membros da bancada ruralista⁴² sob a nomenclatura de Frente Parlamentar da Agricultura a entidade ganhou projeção e, em 2002, foi lançada a Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária que recebeu, em 2008⁴³, sua denominação atual, ou seja, Frente Parlamentar da Agropecuária.

Segundo a entidade, o objetivo da FPA é:

“estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional. Dentre as prioridades atuais estão a modernização da legislação trabalhista, fundiária, tributária, além da regulamentação da questão de terras indígenas e áreas de quilombolas, para garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor” (FPA, 2017)

A força da FPA pode ser mensurada pelo incremento de mais de 55% constatado nos seus quadros entre a 53ª (2007-2011) e a presente, 55ª (2015-2019), legislaturas. Nesta 55ª Legislatura (2015-2019) a FPA conta com a atuação de duzentos e cinquenta e quatro membros⁴⁴ sendo duzentos e trinta Deputados Federais e vinte e quatro Senadores, representando 21 partidos políticos.

A extensão do poder que flui pela FPA pode ser verificada pelo número de deputados que têm assento na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR, detendo quarenta dos cinquenta e um membros

⁴¹ Essa iniciativa foi repercutida em algumas Assembléias Legislativas, com destaque para os Estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Importante notar que nesses Estados citados, as Frentes Parlamentares fazem referência direta ao “Agronegócio” e não à “Agricultura”.

⁴² Sobre a bancada ruralista ver a Dissertação de Mestrado de Sandra Helena Gonçalves Costa, que fez uma detalhada análise sobre as origens, a constituição e a atuação desse bloco político (Costa, 2012).

⁴³ Segundo o Ato da Mesa nº 69 de 2005 da Câmara dos Deputados exige-se, para o registro de frentes parlamentares, a assinatura de pelo menos um terço do Poder Legislativo Federal. Segundo essa mesma regulamentação a frente parlamentar deve ser integrada de forma suprapartidária e buscar promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade. Disponível em http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11NOV2005SUP_B.pdf#page=8

⁴⁴ Dados disponibilizados pela assessoria de comunicação da Câmara dos Deputados. Disponível em - <http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes.asp?leg=55> e em - <http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=356>

titulares⁴⁵. Também na crucial Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania – CCJC, a FPA detém trinta e cinco dos sessenta e nove membros titulares⁴⁶. Já na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS, a FPA conta com treze dos vinte e um membros titulares⁴⁷.

Esse êxito, que coincide com a percepção de onipotência do Agronegócio divulgada pelo seu eficiente *lobby* midiático, é ostentado pela FPA:

“Nos últimos anos, a Frente Parlamentar tem se destacado nos trabalhos do Congresso Nacional. De composição pluripartidária e reunindo mais de 200 parlamentares, a bancada tem sido um exemplo de grupo de interesse e de pressão bem-sucedido. É considerada a mais influente nas discussões, articulações e negociações de políticas públicas no âmbito do Poder Legislativo”. (FPA, 2017)

A capacidade de articulação e execução de uma estratégia concertada para uma atuação em defesa do Agronegócio por meio dos seus representantes no Congresso Nacional, colabora para o controle *de facto* dessas importantes comissões parlamentares, permitindo que a agenda política sobre questões de seu interesse acabe por prevalecer, configurando o avanço da vontade de um segmento da classe política sobre as instituições, de modo a influir decisivamente na propositura de políticas públicas (FREY, 2000).

No caso do Brasil que, como vimos, tem uma estrutura fundiária marcada historicamente pela concentração de terras e pelo exercício de parte significativa do poder político pela oligarquia rural culmina, invariavelmente, pelo fortalecimento da influência política desse grupo.

A FPA conta - nas suas incursões pelo amplo espectro político nacional – com o suporte expressivo da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), a mais relevante das entidades representativas do *establishment* do Agronegócio brasileiro. A CNA é a principal entidade classista (patronal) dos produtores rurais organizados

⁴⁵ Dados disponibilizados pela assessoria de comunicação da Câmara dos Deputados. Disponível em - <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr>

⁴⁶ Dados disponibilizados pela assessoria de comunicação da Câmara dos Deputados. Disponível em - <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc/conheca/membros>

⁴⁷ Dados disponibilizados pela assessoria de comunicação da Câmara dos Deputados. Disponível em - <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads/conheca-a-comissao/membros>

sob os respectivos sindicatos rurais, representando os interesses das vinte e sete Federações da Agricultura e Pecuária existentes nos estados e no Distrito Federal.

De viés francamente conservador⁴⁸ a CNA compartilha com a FPA valores e posições de apoio ao Agronegócio, pleiteando conjuntamente verbas orçamentárias e empenho governamental para o custeio e o financiamento da produção agropecuária.

Esse fenômeno pode ser constatado pelas reiteradas e sucessivas indicações, por parte da Presidência da República – todas endossadas pela CNA - para o cargo de Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) de figuras representativas dos grandes proprietários de terra e do Agronegócio que são, também, detentores de cargos eletivos no parlamento brasileiro⁴⁹.

Toda essa concentração de poder por parte do *establishment* do Agronegócio fica evidenciado a partir de uma concisa análise das duas principais modalidades de incentivo governamental⁵⁰ à produção agrícola e pecuária nacionais: o Plano Agrícola Pecuário (PNA) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Os Incentivos Governamentais ao Agronegócio

2.2.1 O Plano Agrícola Pecuário – PNA

Os recursos destinados ao PNA, ou seja, voltados ao financiamento do Agronegócio, vem crescendo de forma significativa e alcançaram para o ano safra 2015/2016, o valor aproximado de R\$ 187,7 bilhões.

Esses valores são disponibilizados majoritariamente através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), segundo a própria instituição:

⁴⁸ A título ilustrativo, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo – FAESP, é presidida há quarenta e dois anos por Fábio de Salles Meirelles; a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Rio Grande do Sul – FARSUL, é presidida há vinte anos por Carlos Rivaci Sperotto; a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG, é presidida há quinze anos por Roberto Simões.

⁴⁹ No período entre 1997 e 2017, dos 11 ocupantes do cargo de Ministro da Agricultura apenas um, Roberto Rodrigues, não havia sido eleito ou exercia mandato parlamentar quando da indicação/aceitação da função de Ministro de Estado da Agricultura.

⁵⁰ O Sistema Nacional de Crédito Rural, foi criado no período da ditadura militar (1964-1985), através da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. No ano seguinte a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, institucionalizou o Crédito Rural.

“o BNDES é o principal financiador dos investimentos da agropecuária brasileira. São linhas especiais de crédito para o setor, que atendem às necessidades de agricultores e pecuaristas de todos os portes, desde o pequeno produtor familiar, passando pelas cooperativas, até os grandes empreendedores do agronegócio” (BNDES, 2017).

Para conseguir distribuir recursos de tal monta para o investimento no Agronegócio o BNDES se utiliza de uma extensa rede de agentes financeiros credenciados⁵¹ (BNDES, 2017).

Tais recursos são aplicados em três categorias: custeio, comercialização da safra ou como investimento. Todas as etapas da produção, do preparo da terra, da aplicação de insumos até a colheita são cobertas pelos créditos de custeio.

Os recursos destinados à comercialização da safra garantem o abastecimento e armazenamento da colheita. A aquisição de máquinas e equipamentos para a produção agrícola são viabilizadas pelos créditos de investimento (INPUT, 2016).

Deste modo, no âmbito do PNA via BNDES, estão outras 46 modalidades de incentivo ao Agronegócio dentre as quais destacamos o Programa de Modernização à Irrigação e Cultivos Protegidos (Moderinfra), o Programa de Modernização da Frota (Moderfrota), o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro), o Programa de Incentivo à Armazenagem para Empresas Cerealistas Nacionais (PSI – BNDES Cerealistas), o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), o Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro), o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro) e os BNDES Finem voltados à Agropecuária e à Recuperação e Conservação de Ecossistemas e Biodiversidade.

⁵¹ Esta rede é composta pelas seguintes instituições: ABC-Brasil, ABN AMRO, Alfa BI, Alfa CFI, Badesul, Badesul, Banco do Brasil, Bancoob, Bandes, Banestes, Banrisul, Basa, BDMG, BI BM, BNB, BNP Brasil, Bradesco BM, BRDE, BRP BM, BTMU BR, Caixa Econômica Federal, Caterpillar BM, Cecred, Citibank BM, CNH BM, Cresol Baser, Cresol SC-RS, Cresol Sicoper, Daycoval BM, Desenhahia, Desenvolve SP, DLL BM, Fomento Paraná, ING Bank, Itaucard BM, Itaú Leasing, Itaú Unibanco BM, John Deere BM, KDB, Komatsu, Mercedes BM, Moneo BM, Rabobank, Randon BM, Rendimento BM, Rodobens BM, Safra BM, Santander BM, Scania BM, SG Brasil, Sicredi, Stara Financeira, Sumitomo, Tribanco BM, Volkswagen BM, Volvo BM e Votorantim BM

Gráfico 2 - recursos disponibilizados pelo PNA, em bilhões de reais

Fonte: MAPA
Organizado por INPUT, 2016

Os dados apresentados na Figura I mostram um sensível aumento de cerca de 76% no volume de recursos do ano safra 2008-2009 para o ano safra 2009-2010, resultante da política anticíclica colada em prática pelo Governo Federal para enfrentar a crise econômica global iniciada em 2008.

Essa iniciativa buscou preencher a lacuna deixada pela aguda diminuição da oferta de recursos por parte das instituições financeiras privadas nacionais e internacionais. A partir da revascularização dos financiamentos agropecuários com recursos públicos o Governo Federal⁵² conseguiu fomentar uma maior produção agropecuária pelo Agronegócio brasileiro para atender um mercado global de *commodities* agrícolas à época impactado forte valorização do dólar estadunidense⁵³ e pela demanda vinda principalmente da China.

Outra informação relevante trazida no Gráfico 2 é a ocorrência de um novo e significativo aumento no volume de recursos, de aproximadamente 32%, no período entre os anos safra 2012-2013 e 2015-2016, momento em que houve uma atuação política muito relevante da FPA junto ao Governo Federal, liderados por um Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento que teve como Ministros dois dos maiores

⁵² Durante o período mais agudo da recente crise econômica global (2008-2011) o Governo Federal participou, por meio de instituições financeiras públicas por ele controladas como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do socorro financeiro e da reestruturação econômica e societária de diversas empresas do Agronegócio nacional incluindo, dentre outros, a fusão da Perdigão S.A com a Sadia S.A., e a expansão internacional do grupo agropecuário J&F.

⁵³ Entre os meses de abril de 2008 e maio de 2009 a valorização do dólar norte-americano frente ao Real alcançou 53%. Fonte: BACEN

representantes da oligarquia latifundista e do Agronegócio nacionais, a Senadora Kátia Abreu (TO) e o Senador Blairo Maggi (MT).

Se consolidava, assim, a influência da FPA na gestão estratégica da administração de vultuosos recursos destinados à expansão do Agronegócio mundializado no campo Brasileiro. A oportunidade de obter uma parcela desse grande volume de recursos disponibilizados pelo BNDES foi aproveitada indistintamente tanto pelas corporações monopolistas nacionais como pelas suas congêneres estrangeiras com subsidiárias no Brasil.

Dentre as grandes empresas nacionais destacamos Amaggi, Bom Futuro, Caramuru, Coopersucar, Cosan, J&F, Klabin, Suzano e UNICA. Já por parte das empresas estrangeiras vale menção à participação das onipresentes *tradings companies* como ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus. Os investimentos do BNDES, em especial aqueles destinados a essas corporações foram direcionados a projetos de infraestrutura viária (portos, modais de transporte), unidades fabris (processamento de grãos, de carnes e de fibras vegetais) e unidades de armazenamento da produção (silos, secadores e elevadores) (BNDES, 2017). Esse fenômeno denota o incentivo do Governo Federal à territorialização do Agronegócio nacional e estrangeiro principalmente na região conhecida como “Arco Norte⁵⁴”, de modo a viabilizar o escoamento da produção agropecuária da mais atual e promissora “fronteira” do Agronegócio, a Amazônia Legal.

2.2.2 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

A outra relevante modalidade de incentivo governamental à produção agrícola e pecuária nacionais é o PRONAF. Instituído pela Lei 11.326 de julho de 2006 e regulamentado pelo Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017 que definiu os parâmetros para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar bem como quais critérios seriam utilizados para sua identificação.

Diferentemente do PNA, o PRONAF tem por objetivo incentivar a produção agropecuária inserida numa escala menor pois

⁵⁴ Segundo o Governo Federal, o Arco Norte é “é um plano estratégico que compreende portos ou estações de transbordo dos estados de Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão. A região é vista como fundamental para parte do escoamento dos grãos de Mato Grosso. Disponível em <http://portaldaestrategia.transportes.gov.br/spntt/288-arco-norte-1.html>; Acesso em 19 de novembro de 2017.

“tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor” (BRASIL, 2017)

A Agricultura Familiar é reconhecida como um segmento essencial para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro pois a mesma é responsável por milhões de empregos, pela produção de milhões de toneladas de alimentos e pela sua importante função social ao promover a inserção do trabalho do homem no campo, proporcionando condições dignas de subsistência e de geração de renda.

O BNDES, no que concerne o PRONAF, financia projetos voltados “à implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar”, os quais eram originalmente disponibilizados por meio de 8 subprogramas: PRONAF Agroindústria, PRONAF Mulher, PRONAF Agroecologia, PRONAF ECO, PRONAF Mais Alimentos, PRONAF Jovem, PRONAF Cotas-Partes e PRONAF Microcrédito (BNDES, 2017).

De acordo com dados extraídos do derradeiro Censo Agropecuário nacional acontecido em 2006, “84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares” que eram responsáveis por “35% do produto interno bruto nacional”, ocupando “40% da população economicamente ativa do país” e formava a “base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes”. O Censo Agropecuário indicou, também, que proveem da produção agropecuária familiar “87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo produzidos no Brasil” assim como “60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país” (BRASIL, 2017).

Esses dados trazidos pelo Censo Agropecuário, demonstram o papel que a Agricultura Familiar tem para a produção de alimentos, em inequívoco contraste com vertente da produção agropecuária nacional baseada no Agronegócio mundializado que produz, quase exclusivamente, *commodities* agrícolas.

Ainda que esta discussão acerca das diferentes modalidades de exploração econômica do campo não seja objeto desta dissertação, necessário se faz anotar, mesmo que sucintamente, como as deliberações dos grupos políticos nacionais ligados ao Agronegócio mundializado tem destinado prioritariamente recursos e fomentado a institucionalização do já citado aparato burocrático, legal-racional que provê suporte ao modelo de exploração econômica da produção de *commodities* agrícolas alavancado pelo uso intensivo de agrotóxicos.

A extrema assimetria existente entre os volumes totais de recursos destinados ao PRONAF (vide dados informados na Gráfico 3, abaixo), os quais são infinitamente inferiores àqueles disponibilizados para o PNA, não encontram respaldo – a partir da análise dos dados trazidos pelo último Censo Agropecuário de 2006 – em qualquer análise socioeconômica racional, apenas fazendo sentido dentro de uma lógica contraditória, aquela da exploração capitalista do Agronegócio mundializado.

Gráfico 3- recursos disponibilizados pelo PRONAF, em bilhões de reais

Fonte: MAPA
Organizado por INPUT, 2016

Estamos, desse modo, diante de um padrão perverso que ofende a lógica, mas que, no entanto, permanece sendo aquele escolhido e endossado pelo Estado com o incondicional apoio dos representantes do Agronegócio na política brasileira e das grandes corporações (indistintamente se nacionais ou estrangeiras).

Ainda que os recursos destinados para o PRONAF para o ano-safra 2015-2016 (aproximadamente 30 bilhões de reais) sejam 50% maiores do que aqueles disponibilizados no ano-safra 2011-2012 (aproximadamente 20 bilhões de reais), esse montante corresponde a apenas 16,66% do total dos recursos destinados ao

fomento da produção do Agronegócio via PNA que alcançou, no mesmo ano-safra 2015-2016, a quantia aproximada de 180 bilhões de reais.

Posteriormente à instalação definitiva do Governo do Presidente Michel Temer em 31 de agosto de 2016⁵⁵, o PRONAF foi substancialmente modificado pela nova orientação ideológica dos novos detentores do Poder que colocaram o PRONAF sob a estrutura política institucional da Casa Civil da Presidência da República⁵⁶.

Em relação ao PRONAF, algumas iniciativas foram repaginadas para atender às expectativas de mudanças pretendidas pelo aparato midiático do Agronegócio e que, para ações e efeitos de comunicação social, foram subdivididas em 10 eixos temáticos: Eixo 1 - Garantia-Safra, Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), Seguro da Agricultura Familiar (SEAF); Eixo 2 - Novo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); Eixo 3 – Regularização Fundiária, Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária; Eixo 4 - Regulamentação da Lei da Agricultura Familiar; Eixo 5 – Agricultura Orgânica e Agroecologia; Eixo 6 - Apoio à modernização produtiva; Eixo 7 – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PÀ); Eixo 8 - Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); Eixo 9 - Agricultura Urbana e Periurbana; Eixo 10 - Ações Integradas no Semiárido.

Nos parece claro, pela análise do PNA e do PRONAF, que a atuação da FPA se revela essencial para que o poder econômico do Agronegócio se transmute em poder político e este, por sua vez, se materialize na forma de políticas públicas, de políticas de Estado que priorizam o Agronegócio e a produção agrícola em larga escala, em prejuízo da agricultura familiar e não intensiva.

2.3 O AGRONEGÓCIO no ESTADO

⁵⁵ Em 12 de maio de 2016 o então vice-presidente da República, Michel Temer, assumiu interinamente a função de Presidente da República, após a aceitação do processo de impeachment pelo Senado Federal que resultou no afastamento temporário da presidente Dilma Rousseff. Com a conclusão o processo, no dia 31 de agosto de 2016, Michel Temer assumiu o cargo de forma definitiva.

⁵⁶ A Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, alterou e revogou os dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que tratava da organização da Presidência da República e dos Ministérios, extinguindo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e transferindo suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Posteriormente, o Decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016, transferiu a competência do MDA, que estava sob o MDS, para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, vinculada à Casa Civil da Presidência da República.

A atuação da FPA foi instrumental e decisiva para a reorientação das políticas de Estado recentemente introduzidas pelo Governo do Presidente Michel Temer na estrutura organizacional⁵⁷, dos órgãos afeitos à questão da produção agropecuária brasileira e, também, daqueles voltados às políticas da reforma agrária realocando a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, a Secretaria de Reordenamento Agrário, a Secretaria de Agricultura Familiar, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a esfera de competência da Casa Civil em muito corroboram para que os interesses dos políticos vinculados ao Agronegócio prevaleçam sobre aqueles dos demais atores políticos institucionais e da sociedade civil organizada, como os movimentos sociais ligados à reforma agrária, à defesa do meio ambiente e às comunidades tradicionais e da saúde pública.

Ao vincular na Casa Civil, seção eminentemente política da estrutura administrativa federal⁵⁸, as alçadas da reforma agrária, da agricultura familiar bem como a atribuição da delimitação das áreas dos remanescentes quilombolas (e a autoridade para as suas demarcações), a iniciativa do Governo Temer afasta a competência técnica de órgãos já afeitos a esses temas em detrimento de uma maior ingerência e proximidade política por parte da FPA. Não se pretende afirmar, contudo, que a prevalência desses interesses políticos - e com forte repercussão econômica para o Agronegócio - sobre os demais tenha apenas se confirmado por instrumento das recentes ações midiáticas e de comunicação social levadas a cabo pelo presente governo. Entendemos que esse fenômeno remete a algo maior, consideravelmente mais amplo, no sentido do que Martins (1994) qualificou como sendo parte da “história lenta”, aquela que vai se delineando gradualmente para conformar o Estado aos comprometimentos dos detentores do poder político e econômico.

⁵⁷ As alterações introduzidas pelo Presidente Michel Temer foram consolidadas sob o Decreto nº 8.865, de 29 de setembro de 2016, o qual transferiu para a Casa Civil da Presidência da República a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário; a Secretaria de Reordenamento Agrário; a Secretaria de Agricultura Familiar; a Secretaria de Desenvolvimento Territorial e a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Pelo decreto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA também ficou subordinado à Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8865.htm

⁵⁸ Ver MEIRELLES, 2002.

A Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988) foi onde ocorreu o primeiro dos muitos embates entre o bloco político dos latifundistas (à época, auto-intitulada de bancada “ruralista”) e os atores políticos e movimentos sociais que lutavam por um campo mais justo. Como exposto no capítulo anterior, prevaleceram os interesses dos latifundiários, dos grandes grupos econômicos e das forças políticas conservadoras.

Ao seu fim, Assembléia Nacional Constituinte positivou na Constituição Federal de 1988, de forma expressa, abrigado dentre os “Direitos e Garantias Fundamentais”, o “direito à propriedade⁵⁹”. O “direito à terra”, no entanto, não obteve a mesma acolhida. Podemos creditar aos movimentos progressistas, contudo, a inclusão do conceito de “função social da terra”⁶⁰ abrindo, assim, a possibilidade para que propriedades que não comprovassem o cumprimento de determinados critérios subjetivos tais como produtividade, obediência às leis trabalhistas, exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores e do ordenamento protetivo do meio ambiente poderiam ser consideradas como sendo áreas passíveis de desapropriação para efeitos de reforma agrária.

Mesmo essa singela conquista ficaria atrelada, por cinco longos e “lentos” anos, a uma regulamentação do dispositivo constitucional que só viria a ocorrer em 1993⁶¹.

Não obstante a existência de dispositivos constitucionais e de ulteriores regulamentações infraconstitucionais que propiciariam a realização de uma reforma agrária que traria a almejada justiça social, o Poder Judiciário brasileiro - em suas múltiplas instâncias tem - reiteradamente, apresentado um viés francamente

⁵⁹ Constituição Federal, Artigo 5º, Inciso XXII - é garantido o direito de propriedade.

⁶⁰ Constituição Federal, Artigo 5º, Incisos XXIII - a propriedade atenderá a sua função social; e XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição; Artigo 184 - Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei; Artigo 186 - A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

⁶¹ A Lei Complementar nº 76/93, também conhecida como a Lei Processual da Reforma Agrária e da Lei nº 8.629/93.

conservador e pouco sensível no reconhecimento do legítimo “direito à terra” demandado pelos movimentos sociais. Esse conservadorismo existente no Poder Judiciário funciona como uma caixa de ressonância dos clamores emitidos demais poderes da República, o Poder Legislativo e o Poder Executivo.

Esse fenômeno decorre da própria estrutura orgânica do aparato legal-racional e político conservador, no entendimento aqui adotado, o de Martins (1994), segundo o qual, no Estado brasileiro as indicações para os magistrados do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça⁶² (e também para os mais altos cargos das Procuradorias) são feitas sob a discricionariedade e competência do Poder Executivo e necessitam de aprovação pelo Senado Federal.

É nesse périplo pelos meandros do poder, primeiramente junto à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal e posteriormente perante o seu plenário, que têm, invariavelmente, entre seus membros, parlamentares ligados à FPA⁶³, que os indicados para os tribunais superiores são aprovados.

Podemos inferir, nesse contexto, que tal estrutura orgânica do aparato legal-racional e político brasileiro corrobora terminantemente para que as decisões judiciais contrárias aos grandes interesses do Agronegócio não encontrem acolhida no país. Dessa forma, ao longo do período que se iniciou com a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, vimos assistindo à uma gradual e persistente desconstrução de uma perspectiva progressista e democrática de transformações nas estruturas fundiárias e produtivas do campo brasileiro.

A insensibilidade de antigos e atuais membros do Poder Executivo, de um considerável número de parlamentares e magistrados e a sujeição destes aos interesses do Agronegócio não ficaria restrita apenas à questão da interpretação da norma constitucional dedicada ao direito à propriedade ou à função social da terra.

A abrangência do alargamento do poder do Agronegócio sobre o Estado fica escancarada quando nos debruçamos sobre as dinâmicas de exercício do poder político ocorridas em duas votações de questões cruciais no Congresso Nacional,

⁶² Constituição Federal; Artigo 102 (Supremo Tribunal Federal) e 104 (Superior Tribunal de Justiça).

⁶³ Na atual legislatura do Senado Federal a FPA conta com 24 Senadores, sendo 11 destes membros da CCJ.

notadamente naquelas referentes à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra (CPMI da Terra)⁶⁴ e ao novo Código Florestal Brasileiro (Código Florestal)⁶⁵.

Nos servimos da análise de Castilho (2012), que expôs as interações empresariais dos políticos do Agronegócio nacional, elencando, de forma compreensiva, a dispersão geográfica das atividades ligadas à produção agropecuária alcançando, também, a ingerência em questões fundiárias e relacionadas ao meio ambiente (CASTILHO, 2012, p. 128).

Na CPMI da Terra a atuação dos representantes da FPA buscou atingir os movimentos sociais dos trabalhadores rurais que lutavam pelo direito à terra (notadamente o MST), classificando as ocupações de terra como “*atividade terrorista*” e “*crime hediondo*” (CASTILHO, 2012, p. 128-9).

Por ocasião das discussões sobre o Código Florestal a bancada da FPA trabalhou efetivamente para introduzir na nova legislação parâmetros de proteção ambiental - que quando não substancialmente inferiores aos existentes no Código Florestal anterior (Lei 4.771/65), pouco trouxeram em termos de um aperfeiçoamento no marco protetivo dos recursos naturais como já em voga a partir das conferências internacionais ocorridas sob os auspícios da ONU⁶⁶ - estabelecendo, assim, um claro retrocesso institucional.

A atuação concertada da FPA conseguiu incorporar no novo ordenamento jurídico vantagens que impactam diretamente a exploração econômica pelo

⁶⁴ A CPMI da Terra que foi instalada em dezembro de 2003 e foi concluída em novembro de 2005 tinha por objetivo investigar temas como a grilagem de terras, violência no campo, trabalho escravo, buscando fazer um “amplo diagnóstico da estrutura fundiária brasileira”.

⁶⁵ O novo Código Florestal Brasileiro foi introduzido pela Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. O mesmo diploma legal sofreu algumas alterações que foram instrumentalizadas pela Lei nº 12.727 e pelo Decreto nº 7.830, ambos de 17 de outubro de 2012.

⁶⁶ Notadamente a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (RIO-92), realizada no Rio de Janeiro em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (RIO+10), ocorrida em Johannesburgo em 2002, e a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (RIO+20), que aconteceu no Rio de Janeiro em 2012. Outro importante marco institucional foi a Conferência das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, realizada em Nagoya em 2010. Especificamente, abrangendo a questão dos Agrotóxicos e sob os auspícios da ONU, foi organizada em 1998 a Convenção de Roterdã, que estipulou um Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas. Comumente referida como a convenção PIC, a Convenção de Roterdã foi recepcionada pelo ordenamento legal brasileiro por meio do Decreto nº 5.360 de 31 de janeiro de 2005. O Brasil também é signatário da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes em 2001. Comumente referida como Convenção POP a Convenção de Estocolmo foi recepcionada pelo ordenamento legal brasileiro por meio do Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005.

Agronegócio, como a redução da restrição ao desmatamento das matas ciliares e a alteração da porcentagem de cálculo para a definição da reserva legal obrigatória.

Um outro item, dentro do escopo do novo Código Florestal, que teve a decisiva participação da bancada do Agronegócio foi a anistia às multas aplicadas até julho de 2008, conforme o caso, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ou pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio)⁶⁷. Segundo levantamento feito por Castilho (2012), multas milionárias foram anistiadas, beneficiando Senadores e Deputados membros da FPA distribuídos geograficamente pelos estados representativos das novas fronteiras do Agronegócio como o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia, Piauí, Rondônia e Roraima (CASTILHO, 2012, p. 129-2).

A anistia a essas multas só se tornou possível a partir de um instrumento introduzido pelo novo Código Florestal, o Cadastro Ambiental Rural (CAR). A lógica por trás da introdução do CAR era assegurar a regularidade ambiental dos imóveis rurais porquanto o mesmo seria utilizado como uma ferramenta para viabilizar os processos regularização ambiental de propriedades rurais a partir da coleta de informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente (APP), Reserva Legal (RL), remanescentes de vegetação nativa, área rural consolidada, áreas de interesse social e de utilidade pública, com o objetivo de traçar um mapa digital a partir do qual seriam calculados os valores das áreas para diagnóstico ambiental⁶⁸.

Entendemos que advento do CAR no âmbito do Código Florestal, no entanto, se converteu, oportunamente - para os grandes proprietários de terra ligados ao Agronegócio que haviam descumprido ao longo do tempo a legislação de proteção ambiental - num instrumento de apropriação do espaço e da consolidação de uma narrativa que lhes assegurassem o domínio incontestado não apenas de uma determinada propriedade rural mas, também, das transformações decorrentes do seu processo de antropização por obra da exploração da atividade econômica agropecuária.

⁶⁷ Enquanto o IBAMA tem competência para autorizar ou não uso dos recursos naturais e, também, pela fiscalização, monitoramento e controle ambiental, ao ICMBio cabe a administração e a fiscalização das áreas protegidas federais.

⁶⁸ Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/cadastro-ambiental-rural>. Acesso em 23 de novembro de 2017.

2.4 A Atuação Política do Agronegócio na Positivção Legal das Fábulas Tóxicas

À aprovação do novo Código Florestal (que resultou na consolidação de causas que favoreceram o Agronegócio) se somariam outros dispositivos legais que constituem o ordenamento jurídico institucional de apoio ao Agronegócio e que suportam decisivamente o modelo de exploração econômica da produção de *commodities* agrícolas alavancado pelo uso intensivo de agrotóxicos. Em relação a esse conjunto específico de dispositivos legais utilizaremos, para os efeitos da presente pesquisa, a experimentada terminologia “sistema normativo dos Agrotóxicos”. Mencionaremos, de forma não exaustiva, os dispositivos legais que entendemos mais relevantes e que contribuem para a que as fábulas tóxicas vicejem no Brasil.

O primeiro desses dispositivos legais é a Lei Complementar nº 87/1996, que se tornou amplamente conhecida como Lei Kandir⁶⁹. Segundo o disposto na Lei Kandir, todos os produtos primários e semielaborados destinados à exportação estão isentos da cobrança do imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS). O amplo segmento econômico abrangido pelas cadeias produtivas do Agronegócio brasileiro é um dos maiores beneficiários⁷⁰ da Lei Kandir.

Fortemente concentrado na produção de *commodities* agrícolas voltadas à exportação, o saldo positivo nas trocas internacionais do Agronegócio aumentou, segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), cerca de 480% no período entre 1996 (ano de entrada em vigor da Lei Kandir) e 2016 (CEPEA, 2017). O impacto político e fiscal produzido pela perda de receitas tributárias decorrentes da Lei Kandir por parte dos estados e municípios foram, segundo estudo realizado pela Câmara dos Deputados, no período de 1997-2015, de cerca de 450 bilhões de reais (Câmara dos Deputados, 2017).

Esses números revelam a extensão contraditória e perversa resultante do poder político e econômico do Agronegócio no Brasil. No caso da Lei Kandir, privilegia-se alguns segmentos econômicos – no caso os setores voltados à

⁶⁹ A Lei Complementar nº 87/1996 foi de autoria do então Deputado Federal por São Paulo e ex-ministro do Planejamento do governo de Fernando Henrique Cardoso, Antônio Kandir.

⁷⁰ Outro segmento econômico positivamente impactado pela Lei Kandir foi o da mineração o qual, como o Agronegócio: (i) produz e exporta *commodities* para todos os mercados internacionais, e (ii) tem marcante presença de operadores e investidores transnacionais.

exportação de produtos primários e semielaborados - em detrimento dos interesses maiores da sociedade, impactando sobremaneira a administração e as finanças públicas. Entendemos, no entanto, apesar do inegável estímulo à produção pela perspectiva da obtenção de maiores lucros pelo Agronegócio e do forte impacto econômico causados às contas públicas pela Lei Kandir, que a mesma apenas tangência o universo do sistema normativo dos Agrotóxicos.

Para materializar o estímulo à produção de *commodities* agrícolas, somam-se à Lei Kandir, a isenção total de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a redução em até 60% da base de cálculo do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), assegurado pelo Decreto nº 8950⁷¹, de 29 de dezembro de 2016, promulgado pelo Presidente da República e pelo Convênio 133/2017⁷² aprovado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, em 29 de setembro de 2017⁷³.

No contexto da presente obra, nos cabe abordar alguns dos temas específicos sobre a utilização de Agrotóxicos que foram incorporados - a partir da promulgação da Lei nº 7802 de 11 de julho de 1989 (referida como Lei Federal de Agrotóxicos, foi regulamentada pelos Decretos 98.816/90⁷⁴ e 4074/02), no marco institucional inicial do sistema normativo dos Agrotóxicos no Brasil – e que corroboraram para que o país fosse convertido num permissivo e leniente território onde o uso maciço dos Agrotóxicos se confundiu com o próprio conceito da produção agrícola moderna.

A Lei Federal de Agrotóxicos, como observou Folgado (2017), introduziu conceitos que anteriormente não eram adequadamente tratados pelos regulamentos⁷⁵ existentes anteriormente à sua promulgação. Dentre esses conceitos, um deles fundamental, se refere ao próprio uso da palavra Agrotóxicos já

⁷¹ O Decreto nº 8950/17 revogou e substituiu o Decreto nº 7660/11.

⁷² Convênio nº 133/2017 substituiu o Convênio nº 100/97 prorrogando, para até 30 de abril de 2019, a redução - em até 60% - da base de cálculo do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

⁷³ Atendendo a uma provocação do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, que havia impetrado uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN 5553), a Procuradoria Geral da República - PGR emitiu, em 17 de outubro de 2017, parecer de inconstitucionalidade a benefícios fiscais para Agrotóxicos autorizados a partir do Decreto nº 8950/17 e do Convênio nº 133/2017. Até 30 de janeiro de 2018 a ADIN 5553 não havia sido julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

⁷⁴ O Decreto nº 98.816/90 foi o primeiro a regulamentar a Lei Federal de Agrotóxicos, sendo posteriormente revogado pelo Decreto nº 4074, de 2002.

⁷⁵ O Autor faz referência, respectivamente, à Lei nº 4785/65 e ao Decreto 67112/70.

que os termos usados previamente eram “produtos saneantes fitossanitários” e “defensivos agrícolas”. O emprego de uma terminologia não neutra e, em contraste com as precedentes, serviu para “desarmar” o caráter dissimulatório defendido pelas empresas de Agrotóxicos que visavam mascarar a nocividade dos seus produtos ao meio ambiente e à saúde (FOLGADO, 2017, p. 32).

Cabe ressaltar que essa pretensão das empresas de Agrotóxicos de alterar a terminologia comumente utilizada no Brasil ou seja, de chamar produtos de ação biocida de “Agrotóxicos” para uma nomenclatura mais neutra e amena⁷⁶ como “fitossanitários” ou “defensivos agrícolas” encontrou ampla acolhida junto à bancada da FPA, sendo que a mesma propôs três projetos de Lei que substituem, entre outras disposições da Lei 7802/89, o termo “Agrotóxicos” por outros com conotações claramente mais amenas⁷⁷.

É, no entanto, um outro importante dispositivo contido na Lei Federal dos Agrotóxicos que fragiliza sobremaneira o sistema normativo dos Agrotóxicos. Trata-se da questão do prazo de validade dos registros dos Agrotóxicos. Inicialmente estipulado em cinco anos o registro dos Agrotóxicos deveria ser renovado após a conclusão de um novo processo perante os órgãos responsáveis (no caso os Ministérios da Saúde - MS, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e do Ministério do Meio Ambiente - MMA), esta exigência foi excluída na redação da nova regulamentação da Lei 7802/89 ou seja, no texto do Decreto 4074/02. Deste modo, na prática, perante o nosso sistema normativo dos Agrotóxicos, o prazo de validade de um determinado Agrotóxico inexistente.

Esse vácuo decadencial cria, na prática, dentro da jurisdição territorial brasileira, uma anomalia regulatória uma vez que permite que o registro de um determinado Agrotóxico perdure indefinidamente em absoluta contrariedade com o que prevalece no domínio de outros países (ou bloco de países) com produção agrícola relevante⁷⁸.

⁷⁶ A esse respeito ver também PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 266.

⁷⁷ São respectivamente, em ordem cronológica, o PL 6299/2002, de autoria do então Senador pelo Mato Grosso, Blairo Maggi, que adota a terminologia “defensivo agrícola”; o PL 1176/2015, de autoria do Deputado Federal pelo Ceará, Antônio Balhmann, que adota a terminologia “produtos destinados ao tratamento de culturas com tratamento fitossanitário insuficiente”, e o PL 3200/2015, de autoria do Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, Covatti Filho, que adota a terminologia “defensivo fitossanitário”.

⁷⁸ A título comparativo, na União Européia o prazo máximo de validade do registro pode chegar a 10 anos (vide https://ec.europa.eu/food/plant/pesticides/approval_active_substances/approval_renewal_en) e nos Estados

A existência desse contexto possibilita que a indústria dos Agrotóxicos e todos os participantes do Agronegócio que dela se beneficiam experimentem um ambiente de permissividade quanto ao alcance de eventuais controles por parte dos órgãos e instituições responsáveis pelo cumprimento das normas e restrições referentes aos Agrotóxicos.

Tal debilidade acaba por transcender as eventuais contenções formais que o aparato racional legal estabelece para a imposição de limites ao exercício – por determinados atores - de atividades econômicas que colocam em risco a saúde e o meio ambiente, criando, dessa forma, um poder extraordinário que passa a permear suas ações e iniciativas, tudo em absoluta dissintonia com os interesses da sociedade. De fato, é o que assistimos quando o Estado se deixa arrebatar por grupos de *lobby* e de pressão como é o caso específico da poderosa FPA.

Ainda que a legislação em vigor não preveja a existência de um prazo de validade, o que constitui, *per se*, uma afronta aos princípios já consagrados – no âmbito do Direito ambiental - da prevenção e da precaução, a mesma estipula a possibilidade de que seja feita uma reavaliação “quando organizações internacionais responsáveis pela saúde, alimentação ou meio ambiente, das quais o Brasil seja membro integrante ou signatário de acordos e convênios, alertarem para riscos ou desaconselharem o uso de agrotóxicos, seus componentes e afins caberá à autoridade competente tomar imediatas providências, sob pena de responsabilidade⁷⁹”.

O processo de reavaliação, no entanto, segundo o sistema normativo dos Agrotóxicos, decorre sob a competência simultânea de diversos órgãos governamentais⁸⁰ abrigados, no âmbito da administração direta federal, respectivamente, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA; no Ministério da Saúde - Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e no Ministério do Meio Ambiente - Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Unidos o prazo de validade do registro é de competência dos respectivos estados federados, sendo que o prazo máximo é de 15 anos (vide <https://www.epa.gov/pesticide-registration>).

⁷⁹ Artigo. 3º, parágrafo 4º da Lei 7802/89.

⁸⁰ Artigo. 3º da Lei 7802/89, cominado com os artigos 2º e seguintes do Decreto 4074/02.

Para coordenar as ações e buscar otimizar os esforços desses órgãos, a Lei determinou a criação de Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos, formado por dois representantes de cada um dos três órgãos federais envolvidos.

Aparentemente, essa estrutura se apresenta como razoavelmente suficiente para evitar que as reavaliações dos Agrotóxicos que já tenham uso autorizado no território brasileiro e que - por iniciativa de organizações internacionais ou por força de tratados e acordos dos quais o Brasil é parte – demandem uma nova análise, sofram pressões tanto de natureza política quanto aquelas relacionadas à indústria dos Agrotóxicos.

Entretanto, a FPA tem buscado alterar essa conjuntura por entender que o controle e o fluxo de autorizações devem ser concentrados, exclusivamente, e pelas razões aqui anteriormente consideradas, no MAPA ou em algum novo órgão sujeito à sua competência administrativa. Para esse fim, representantes da FPA apresentaram dezenove projetos⁸¹ para alterar a Lei Federal dos Agrotóxicos especificamente no que se refere à questão dos registros e/ou reavaliações de Agrotóxicos (FOLGADO, 2017, p. 40-4).

O mais significativo desses Projetos de Lei, o PL 3200/15, de autoria do Deputado Covatti Filho (PP/RS), traz uma redação extremamente permissiva que desconstrói parte expressiva do sistema normativo dos Agrotóxicos.

Segundo Reportagem Especial produzida pela Rádio Câmara em maio de 2017, o Projeto de Lei

“simplifica procedimentos para o registro de pesticidas novos, facilita o uso de genéricos, cria um novo órgão federal para cuidar do assunto, diminui o poder dos estados na fiscalização e muda o nome de agrotóxicos. Eles passam a ser chamados de defensivos fitossanitários. Os argumentos dos defensores da proposta são de que a legislação dificulta o registro de produtos e que a burocracia acaba levando o produtor para a ilegalidade, já que várias culturas simplesmente não têm pesticidas feitos especialmente para elas [...] O projeto muda o processo de registro, que vai ficar a cargo de um novo órgão, a Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários, ou CTNFito, no lugar do Ibama e da Anvisa. E os estados perdem o poder de vetar

⁸¹ O principal desses projetos é o já citado PL 3200/15, de autoria do Deputado e membro atuante da FPA, Covatti Filho (PP/RS). A esse PL, por deliberações da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, foram apensados dezoito Projetos de Lei, incluindo o PL 6299/02, de iniciativa do ex-Governador (2003-2010) e ex-Senador (2011-2016) do Mato Grosso e atual Ministro do MAPA, Blairo Maggi e o PL 6189/05, proposto pela influente Senadora do Tocantins, a ex-Ministra do MAPA (2015-2106) e ex-Presidente da CNA (2009-2014), Kátia Abreu, então filiada ao DEM/TO.

agrotóxicos autorizados pelo governo federal” (CÂMARA dos DEPUTADOS, 2017).

Percebemos, pelo exposto, e tomando como referência o PL 3200/15, que a tentativa de ingerência no sistema normativo dos Agrotóxicos pelos representantes da FPA é contrária aos princípios da prevenção e da precaução (que visam a tutela de bens que, quando maculados, poderão ser irreparáveis) além de avançar sobre a própria administração estatal ao atentar contra outro princípio basilar dentro de um estado democrático de direito, aquele que consagra a supremacia do interesse público sobre o interesse privado.

Afinal, ao postular o desmantelamento das funções fiscalizadoras do IBAMA e da ANVISA em favor de um novo órgão, no caso a Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários – CTNFito, diminui-se a possibilidade de fiscalização e controle enquanto que, ao mesmo passo, aumentam as chances de intromissão e de pressões políticas perante o corpo técnico a serviço do estado.

Entendemos, que as ingerências e pressões políticas já ocorrem amiúde pela atuação do Poder Executivo quando da regulamentação de Leis aprovadas pelo Poder Legislativo. No caso do diploma legal mais importante do sistema normativo dos Agrotóxicos, como bem assentado por Folgado (2017), “meros 23 artigos da Lei de Agrotóxicos, se desdobraram em 121 artigos no Decreto 98816/90” (FOLGADO, 2017, p. 29).

Assim, ao regulamentar a Lei, coube ao Poder Executivo criar embaraços – por meio da adoção de exigências que sabidamente não encontrariam acolhida na estrutura estatal devido a contingências e restrições de ordem material ou inerentes ao próprio aparato burocrático – à efetividade intentada e positivada pelo legislador.

Esse fenômeno, que Levi-Faur (2005) descreveu como sendo uma modalidade do neoliberalismo, o “Capitalismo Regulatório”, não tem sua ocorrência restrita ao sistema político brasileiro ou a de países com similar nível de desenvolvimento socioeconômico, mas se encontraria disseminado por todo o planeta:

A governança através da regulamentação (isto é, através da criação de regras e da aplicação de regras) está ao mesmo tempo restringindo e encorajando a disseminação de reformas neoliberais. A expansão regulatória adquiriu uma vida e dinâmica própria. As soluções regulamentares que foram moldadas na América do Norte e na Europa

são cada vez mais internacionalizadas e projetadas globalmente⁸² (LEVI-FAUER, 2005, p. 13).

Tal fórmula, afinal, não é nova ou tampouco estranha ao capitalismo neoliberal que a partir do começo dos anos 1990 ganhou espaço no Brasil.

O poder econômico das grandes corporações hegemônicas internacionais alinhadas às suas congêneres nacionais e aos detentores do poder político local atuando em um acordo mútuo para moldar o ambiente regulatório de modo a favorecer a expansão e o crescimento dos seus negócios alcançou - no caso específico da regulamentação da legislação sobre Agrotóxicos (tanto a atual como naquelas propostas por membros da FPA) - um êxito considerável já que a regulamentação da Lei dos Agrotóxicos foi alterada, respectivamente, em duas ocasiões, por meio dos Decretos 4074/02 e 5981/06.

As alterações introduzidas beneficiaram as empresas de Agrotóxicos ao permitirem o “registro simplificado, sem as exigências rigorosas que determina a Lei 7802/89 para produtos agrotóxicos equivalentes” (FOLGADO, 2017, p. 29).

As incursões da indústria de Agrotóxicos junto aos gestores e agentes públicos contaram com o suporte de diversas organizações e associações criadas pelas próprias partes interessadas (no caso a indústria de Agrotóxicos e de segmentos do Agronegócio) para fortalecer o *lobby* e as ações de convencimento quanto à necessidade de alterar o sistema normativo dos Agrotóxicos.

Entidades como a Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF⁸³, o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal – SINDIVEG, a Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos – AENDA, e a União dos Fabricantes Nacionais de Fitossanitários – UNIFITO⁸⁴, cumprem a diligente função

⁸² Texto original em inglês: “Governance through regulation (that is, via rule making and rule enforcement) is at the same time both constraining and encouraging the spread of neoliberal reforms. Regulatory expansion has acquired a life and dynamics of its own. Regulatory solutions that were shaped in North America and Europe are increasingly internationalized and projected globally.

⁸³ A ANDEF, que reúne as maiores empresas da indústria de Agrotóxicos, conta com treze empresas associadas: Arysta LifeScience, Basf, Bayer CropScience, Dow AgroSciences, DuPont, FMC do Brasil, Iharabras, Isagro, ISK Biosciences, Monsanto, Nichino Brasil, Sumitomo Chemical e Syngenta. Disponível em <http://www.andef.com.br/institucional/associadas>. Acesso em 26 de dezembro de 2017.

⁸⁴ A UNIFITO, que reúne empresas de menor expressão que produzem, prioritariamente, defensivos agrícolas genéricos, conta com quatro empresas associadas: Adama, Nortox, Nufarm e a UPL. Disponível em <http://www.unifito.com.br/associados/>. Acesso em 26 de dezembro de 2017.

de realçar, conjuntamente com a Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG, as supostas benesses do uso do pacote tecnológico que compreende o uso maciço de defensivos agrícolas. Todas as citadas entidades, irmanadas sob o mesmo espírito dos projetos de lei que patrocinam e que almejam alterações “modernizadoras” no sistema normativo dos Agrotóxicos, se eximiram de utilizar - em seus respectivos sites institucionais - o uso do termo Agrotóxicos. O mesmo é conveniente substituído por verbetes menos “sensíveis” e mais “sustentáveis” tais como “defensivos agrícolas”, “agroquímicos”, “fitossanitários” e “produtos para defesa vegetal”.

Essa atuação concertada - sob os auspícios e a conivência do Governo Federal - entre o *establishment* do Agronegócio, as entidades de classe política como a Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), as de caráter corporativo tal qual a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e suas congêneres na indústria de Agrotóxicos lideradas pela Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), encerra uma contraditória realidade.

Enquanto pleiteiam, perante o Estado, vultuosos recursos destinados à modernização da infraestrutura logística de modo a permitir melhores condições de competitividade para a produção agropecuária brasileira, ao mesmo tempo, lideram gestões para que o sistema normativo dos Agrotóxicos seja configurado de modo a permitir uma busca insaciável, ilusória, deletéria e “pretensamente”⁸⁵ moderna por uma maior produtividade no campo. Para que essa fábula tóxica por maior produtividade e por uma ambicionada crescente lucratividade se materialize é necessário - além da comunhão de interesses políticos e econômicos concertados entre o Agronegócio e o Estado - a incorporação de uma conjunção de fatores presentes nas narrativas que os agentes hegemônicos da agricultura mundializada prescreveram para o êxito do seu modelo de produção agrícola.

⁸⁵ Afirmamos que a busca por uma maior produtividade no campo lastreada no intenso uso de Agrotóxicos é “pretensamente” moderna porque, como vamos demonstrar, ela incorpora elementos que são incompatíveis com os valores que a sociedade moderna acolheu, dentre outros, como aqueles relativos aos cuidados com a saúde humana e com a proteção do meio ambiente.

CAPITULO III

A Agricultura de Precisão – A Ciência como Instrumento das Fábulas Tóxicas

3.1 Agricultura de Precisão

Articuladas a partir de iniciativas político-institucionais derivadas da sua interação com o Estado e das ações de *marketing* voltadas à disseminação de fábulas que combinam - sob o arrimo da Agricultura de Precisão - o moderno, o infalível e o sustentável, o Agronegócio se municiou de um extraordinário arranjo geopolítico-financeiro-científico-midiático para aprofundar seu processo de protagonismo e a sua expansão no campo brasileiro.

Essa empreitada passa, também, pela institucionalização e pelo fomento de iniciativas voltadas à construção, difusão e reificação das narrativas do inovador repertório tecnológico, agora sob a forma da Agricultura de Precisão.

Apresentada a partir da indústria (aqui compreendida *lato senso*, dentro da lógica do conjunto de corporações monopolistas e da sua cadeia produtiva) que pleiteava a aplicação da ciência e da tecnologia na agricultura tradicional, a Agricultura de Precisão emerge, então, no meio científico e midiático, como um complemento indispensável para o êxito do Agronegócio.

Convenientemente concebida para substituir e superar sua predecessora histórico-ideológica, a Revolução Verde, sob o formato de uma “edição revista e ampliada” na construção da narrativa da modernização do campo, a Agricultura de Precisão configura o cenário para a incorporação inescapável do Agronegócio triunfante.

O emprego pelo *establishment* do Agronegócio da terminologia “Agricultura de Precisão” – a qual acarreta, de forma indissociável, a noção de eficiência e de moderno – para qualificar a produção agrícola cientificada não buscou apenas dar uma marcação temporal ao conceito, mas, entendemos, intentou causar uma redefinição ideológica dentro do processo de transformação econômica do campo. Nesse sentido, escreveu Mészáros (2004):

[...] “o uso problemático do termo “moderno” se caracteriza pela tendência a esquecer a dimensão sócio-histórica, a serviço dos interesses dominantes da ordem estabelecida. Fiéis a esse espírito, as definições “modernidade” exigidas são construídas de tal maneira que as especificidades socioeconômicas são ofuscadas ou deixadas em segundo plano, para que a formação histórica descrita como uma

“sociedade moderna” nos vários discursos ideológicos sobre a “modernidade” possa adquirir um caráter paradoxalmente *atemporal* em direção ao *futuro*, por causa de sua contraposição, acriticamente exagerada, ao passado mais ou menos distante” (Mészáros, 2004, p. 70)

A difusão da Agricultura de Precisão, como desenvolvida a partir do Agronegócio, tem o condão de demarcar uma falsa divisão de caráter ideológico entre a agricultura praticada e ainda orientada pelo modelo vigente a partir da Revolução Verde e aquela que representa o “atual” e o “moderno” na produção agrícola, a trazida pela Agricultura de Precisão. Essa nova vertente ideológica, no entanto, se baseia mais em determinações impelidas por força da necessidade que o capitalismo tem de reconfigurar suas fabulações para se manter hegemônico do que em uma verdadeira transformação nas modalidades de produção agrícola.

O capitalismo, nesse processo, subverte e transforma, manipulando convenientemente uma ideologia - no caso, a ideologia da Agricultura de Precisão - para a produção da natureza (SOJA, 1990, p. 121)⁸⁶.

Vimos que a Revolução Verde - agora relegada à condição de obsoleta e irrelevante pelo advento da Agricultura de Precisão - se fundou a partir de um constructo de iniciativas científicas (majoritariamente estatais) que objetivavam, através da sujeição da natureza em detrimento das “suas leis e processos naturais”, potencializar a produção agrícola global. Compartilhamos o argumento de Smith (2008) segundo o qual, sob a perspectiva capitalista (e, por extensão, àquela do Agronegócio), a “hostilidade da natureza exterior justificava sua dominação”, de modo a abonar uma “reflexão parcial da realidade, a classe tenta universalizar sua própria percepção do mundo” (SMITH, 1990, p. 28).

Nesse sentido, às custas do emprego dos avanços científicos e da tecnologia deles decorrentes, a “hostilidade da natureza exterior” poderia ser domada e transformada para permitir um maior controle e assertividade quanto ao seu êxito produtivo.

⁸⁶ “No contexto da sociedade, a natureza, como a espacialidade, é socialmente produzida e reproduzida, apesar da sua aparência de objetividade e separação. O espaço da natureza, portanto, está repleto de política e de ideologia, de relações de produção e da possibilidade de ser significativamente transformado” (SOJA, 1990, p. 121)

Através da propagação ideológica e empresarial da Agricultura de Precisão, o *establishment* do Agronegócio se converteu no catalizador das narrativas da configuração de um campo moderno e - com a conivência do aparato estatal – receptivo aos interesses hegemônicos.

No Brasil a exacerbação do crescente poder da ciência e da técnica foi impulsionada através da comunhão de interesses entre o Agronegócio e a incontestável promotora da difusão do conceito de Agricultura de Precisão, a EMBRAPA.

Notamos que a importância do Estado como articulador e facilitador dos interesses do Agronegócio, como analisado no Capítulo anterior, não fica limitada às interações ocorridas no campo político, na esfera do Congresso Nacional e do Poder Executivo. Por meio da atuação da EMBRAPA - na qualidade de mediadora, de instituição pública que tem como missão "viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira"⁸⁷ - o Estado também se arroga, em parceria com o Agronegócio, a função de fiador de um conceito de produção agrícola.

A EMBRAPA define Agricultura de Precisão como "um sistema de manejo integrado de informações e tecnologias, fundamentado nos conceitos de que as variabilidades de espaço e tempo influenciam nos rendimentos dos cultivos" (EMBRAPA, 2016).

Em essência, essa definição não difere muito daquela apresentada pela congênere estadunidense da EMBRAPA, o USDA (United States Department of Agriculture), segundo o qual Agricultura de Precisão é "um sistema de manejo que é baseado na informação e na tecnologia, a partir de local específico e que usa uma ou mais das seguintes fontes de dados: solos, culturas, nutrientes, pragas, umidade ou rendimento, para a rentabilidade ideal, sustentabilidade e proteção do meio ambiente"⁸⁸ (USDA, 2003).

Ainda que as duas citadas definições de Agricultura de Precisão apresentem uma forte semelhança conceitual, que entendemos ser uma forma de homogeneizar

⁸⁷ EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Disponível em: <https://www.embrapa.br/missao-visao-e-valores>

⁸⁸ Texto original em inglês: "a management system that is information and technology based, is site specific and uses one or more of the following sources of data: soils, crops, nutrients, pests, moisture, or yield, for optimum profitability, sustainability, and protection of the environment". (adaptado de Precision Agriculture - USDA, 2003)

artificialmente o conceito, cabe ressaltar uma sutil diferenciação entre elas, ou seja, a menção explícita na versão do USDA à “sustentabilidade e proteção ao meio ambiente”.

Poderíamos entender que essa redação tenha sido acatada simplesmente como uma maneira de recepcionar as relevantes transformações técnicas pelas quais passou a agricultura nos últimos vinte e cinco anos.

Nos parece, no entanto, que essa inclusão de termos relacionados à sustentabilidade e proteção ao meio ambiente representou uma cogente forma de vincular o *modus* da Agricultura de Precisão ao imaginário disseminado pelo *establishment* geopolítico-financeiro-científico-midiático que necessita qualificar e legitimar o Agronegócio como moderno, sustentável e ambientalmente seguro.

E nesse sentido que se verifica uma maior ingerência do Agronegócio como financiador, não apenas de iniciativas empresariais de um setor agrícola em transformação, mas também como um mediador engajado entre a pesquisa e o mercado, conforme ressaltado por Huffman e Evenson (2006):

[...] “em um mundo em que a estrutura tanto da indústria agrícola quanto do sistema de pesquisa agropecuária experimentou uma mudança dramática. A produção agrícola tornou-se cada vez mais concentrada. A produção pecuária tornou-se cada vez mais industrializada. E as cadeias tradicionais entre produção agrícola e pecuária foram cortadas. A pesquisa agrícola feita pelo setor privado expandiu-se para superar, em muitas vezes, a pesquisa agrícola feita pelo setor público. O sistema de pesquisa agrária estatal agora é principalmente um produtor de insumos intermediários - de conhecimentos científicos e técnicos que atingem o agricultor na forma de materiais produzidos pelo setor privado”⁸⁹ (HUFFMAN; EVENSON, 2006. p. 157)

Podemos, a partir das referências apontadas pelos autores supracitados, apreender que existe um movimento concertado pelo *establishment* do Agronegócio para fazer prevalecer a Agricultura de Precisão e que vem substituindo e direcionando, enquanto se alastra e se radica, os esforços de pesquisa e desenvolvimento dos organismos estatais para as corporações privadas que passam, assim, a exercer decisiva influência nos fluxos do conhecimento e da sua respectiva difusão.

⁸⁹ Texto original em inglês: “in a world in which the structure of both the agricultural industry and the agricultural- research system has experienced dramatic change. Crop production has become increasingly concentrated. Livestock production has become increasingly industrialized. And the traditional farm-level linkages between crop and livestock production have been severed. Private-sector agricultural research has expanded to exceed public- sector agricultural research by several multiples. The federal-state agricultural research system is now primarily a producer of intermediate inputs - of scientific and technical knowledge that reaches the farmer in the form of materials produced by the private sector.” (HUFFMAN; EVENSON, 2006)

No caso específico do Brasil a atuação da EMBRAPA, enquanto principal órgão estatal de pesquisa, de difusão do conhecimento em matéria de inovação tecnológica e em processos de modernização da agricultura, tem se mostrado decisiva para a propagação da Agricultura de Precisão⁹⁰.

Afirmamos isso porque a EMBRAPA se revelou a parceira preferencial para que os esforços de divulgação e promoção da Agricultura de Precisão pelo *establishment* do Agronegócio tivessem um categórico êxito.

Nesse sentido, o passo inicial da EMBRAPA foi o de criar em 2009 uma estrutura organizacional e de gestão especialmente voltada para estimular expansão do conceito de Agricultura de Precisão e que envolveria além dos seus próprios recursos humanos e materiais, empresas privadas e agentes da comunidade acadêmica. Denominada “Rede Agricultura de Precisão II” o estímulo governamental para que a EMBRAPA atendesse às expectativas foi de tal monta que no fim de 2014 a empreitada contava com 200 pesquisadores em 20 centros de pesquisa da EMBRAPA, mais de 30 empresas privadas, nove universidades, três fundações e quatro institutos de pesquisa (EMBRAPA, 2016).

Assim, com o reforço de todo esse aparato institucional, a EMBRAPA acabou ostentando – para o contentamento do *establishment* do Agronegócio – e se apropriando no papel de protagonista da Agricultura de Precisão. E tanto assim o fez que a EMBRAPA editou uma publicação na qual informava, com detalhes, o seu sucesso, se avocando uma proeminência que, na realidade, foi desempenhado por empresas do Agronegócio⁹¹:

“Esse esforço ajudou a transformar o Brasil. Hoje a nossa agropecuária é uma das mais eficientes e sustentáveis do planeta. Incorporamos uma larga área de terras degradadas dos Cerrados aos sistemas produtivos. Uma região que hoje é responsável por quase 50% da nossa produção de grãos. Quadruplicamos a oferta de carne bovina e suína e ampliamos em 22 vezes a oferta de frango. Essas são algumas das conquistas que tiraram o País de uma condição de importador de alimentos básicos para a condição de um dos maiores produtores e exportadores mundiais” (EMBRAPA, 2016, grifo nosso).

⁹⁰ A parceira estabelecida entre a EMBRAPA e outro órgão estatal também criado no período da ditadura militar, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, dentro da perspectiva de uma política estratégica de controle do território que necessitava estruturar um aparato do conhecimento a fim de melhor poder direcionar a ocupação territorial brasileira (COSTA, 2013).

⁹¹ Essa impropriedade pode ser confirmada, contraditoriamente, nas páginas de uma publicação da própria EMBRAPA intitulada O mundo rural no Brasil do século 21 - A formação de um novo padrão agrário e agrícola (ALVES; BUAINAIN; NAVARRO; SILVEIRA, 2014)

Para os efeitos desta pesquisa, entendemos que há uma falaciosa afirmação na publicação acima referida, em especial no tocante à alegação de que “nossa agricultura é uma das mais sustentáveis do planeta”.

A questão da sustentabilidade da agricultura brasileira será analisada mais detidamente adiante. Entretanto, consigne-se desde logo que a agricultura brasileira é a maior consumidora mundial de agrotóxicos (CARNEIRO et al., 2015) e também que o bioma do cerrado brasileiro⁹² concentra os maiores níveis de desmatamento do território nacional justamente pela atuação do Agronegócio e sua ganância em expandir de modo incessante a sua fronteira agrícola (PIGNATI et. al., 2014).

Além dessa questão, o discurso triunfante da EMBRAPA e, por extensão, governamental se apropria de conquistas obtidas por empresas privadas que já haviam desenvolvido, por meio de investimentos próprios em pesquisa, ganhos de produtividade e acesso a mercados antes não explorados (ALVES; BUAINAIN; NAVARRO; SILVEIRA, 2014).

Como ficou demonstrado, a EMBRAPA, ao contrário, considera que a sua parceria com as instituições de pesquisa e a iniciativa privada, evidenciada pela concepção da Rede Agricultura de Precisão II, foi exitosa não obstante os reflexos que, entendemos, negativos que tal parceria acarretou em relação à questão dos Agrotóxicos e do meio ambiente.

O que autorizou que a EMBRAPA passasse a ter essa postura foi a preponderância das novas tecnologias desenvolvidas já a partir da narrativa do fenômeno da evolução da Agricultura de Precisão e a sua rápida apropriação pelo *establishment* do Agronegócio.

Historicamente, a Agricultura de Precisão inicialmente ganhou momento e reconhecimento global a partir da disseminação de avançadas técnicas de informações geográficas, notadamente através do aprimoramento e da potencialização da utilização de satélites para uma maior acuidade nas pesquisas e previsões meteorológicas. A diminuição das incertezas quanto à ocorrência de eventos extremos conseguida através da análise sistemática de modelos meteorológicos e climáticos proporcionou uma condição de maior segurança para a

⁹² Observatório do Clima. Disponível em <http://www.observatoriodoclima.eco.br/desmate-no-cerrado-supera-o-da-amazonia>. Acesso em 30 de dezembro de 2017.

definição do momento adequado para o plantio, trazendo uma acuidade no manejo das lavouras e mitigando a exposição à riscos como a quebra de safras e a perda de produtividade. A esse significativo avanço vieram-se somar a introdução - para o uso não militar - do Sistema de Posicionamento Global⁹³, comumente conhecido pela sua abreviação em inglês GPS (*global positioning system*) e a sistematização da categorização e da modelagem de tipos de solos a partir de uma exaustiva base de dados (CASTILLO, 1999).

Foi a ocorrência de um outro fenômeno tecnológico⁹⁴, entretanto, que transformou e gerou uma grande contribuição para a receptividade da Agricultura de Precisão: o desenvolvimento de uma nova geração de Agrotóxicos associada às sementes geneticamente modificadas.

Esta nova geração de agrotóxicos foi concebida a partir de experimentos em biotecnologia vegetal conduzidos no curso dos anos 1980 por pesquisadores da MONSANTO⁹⁵, uma das maiores corporações globais e um poderoso agente do *establishment* do Agronegócio. Segundo Castro (2012), foi a partir de uma decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos em 1980⁹⁶ que autorizou o patenteamento de seres vivos por laboratórios de pesquisas que permitiu que

[...] as experiências com a biotecnologia deixaram de estar restritas às pequenas empresas ligadas às universidades, para serem realizadas também por indústrias transnacionais farmacêuticas e/ou químicas responsáveis pelos insumos agrícolas. Essas empresas passaram a acompanhar a evolução genômica e criaram produtos que geravam benefícios agrônômicos e alavancavam as vendas de seus tradicionais agroquímicos” (CASTRO, 2012, p. 23).

Nesse contexto, ao custo de vultuosos recursos, as pesquisas científicas desenvolvidas pela MONSANTO resultaram em uma variedade de plantas de grandes

⁹³ A esse respeito ver MÉSZÁROS, 2004.

⁹⁴ Ver CASTRO, 2012.

⁹⁵ A Monsanto é uma empresa multinacional estadunidense sediada no estado do Missouri, EUA, e que conta com mais de 400 instalações em 67 países. A sua principal atuação está nas áreas da agroquímica e da biotecnologia. Seu principal produto é o Roundup, um herbicida à base de Glifosato. No ano fiscal de 2015 seu faturamento global foi de 15 bilhões de dólares. Desde setembro de 2016 a Monsanto e a Bayer entraram em tratativas voltadas à aquisição da Monsanto pela Bayer por um valor estimado de 66 bilhões de dólares estadunidenses. A concretização da negociação entre as duas empresas ainda está sujeita à aprovação pelas autoridades competentes nos Estados Unidos e na Europa. Disponível em <https://www.advancingtogether.com/en/home/>

⁹⁶ A transcrição desse julgamento pode ser acessada em: <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/447/303/case.html>

culturas agrícolas resistentes aos insetos, mas, ao mesmo tempo, tolerantes aos agrotóxicos. Tendo o Glifosato⁹⁷ como principal elemento químico associado aos genes da soja e sob o nome comercial de *RoundUpReady*, a MONSANTO avançou sobre as lavouras dos Estados Unidos e, em pouco mais dois anos, a taxa de adoção da tecnologia para a soja *RoundUpReady* passou a corresponder a mais da metade da toda a soja plantada naquele país (WHEELER, 2002).

Os organismos geneticamente modificados que foram desenvolvidos “podem conter uma ou várias das seguintes características: resistência aos herbicidas, resistência ao ataque de insetos, resistência aos vírus e traços de qualidade (*quality traits*)” (CASTRO, 2012, p. 23). Na última década as novas variedades de organismos geneticamente modificados já incorporaram novos *quality traits* como crescimento e amadurecimento mais acelerado e resistência às secas e demais fenômenos climáticos⁹⁸.

Assim, a partir da inovação tecnológica estava delineado o caminho para que variedades geneticamente modificadas resistentes aos agrotóxicos fossem introduzidas às outras culturas comerciais mais representativas do Agronegócio, como a do milho, do trigo e do algodão.

Esse quadro deu origem, obviamente, a uma acirrada disputa entre os principais atores do *establishment* do Agronegócio, levando as principais corporações transnacionais do setor agroquímico⁹⁹ a alavancarem seus investimentos em pesquisas e desenvolvimento para poder fazer frente ao desempenho da Monsanto.

O fenômeno científico e mercadológico originado pela introdução dos organismos transgênicos serviu para ajudar a propagar fortemente o movimento da Agricultura de Precisão que, a partir dos Estados Unidos, se dispersou pelo resto do mundo. E, como acontece em todo processo com características semelhantes dentro do capitalismo – onde estão presentes, numa mesma equação, inovação tecnológica; grande mercado consumidor e falta de regulação legal específica - foi o êxito

⁹⁷ (N-fosfonometilglicina, C₃H₈NO₅P)

⁹⁸ Ver PRAY.; FUGLIE, 2015.

⁹⁹ Oportunamente, dentro dessa nossa pesquisa, voltaremos a abordar os impactos econômicos e concorrenciais dessa relevante e transformadora dinâmica.

econômico inicial representado pelo aumento das áreas plantadas¹⁰⁰ que contribuiu decisivamente para que o conceito da Agricultura de Precisão unisse, de forma definitiva, o *establishment* do Agronegócio ao arranjo geopolítico-financeiro-científico-midiático.

Ficava evidenciado, também, a clara relação de submissão existente entre o centro do capitalismo global, representado pelo *establishment* do Agronegócio internacional (na figura das corporações estadunidenses e européias) e a sua periferia, protagonizada por um Estado refém da sua própria submissão às oligarquias rurais locais e da sua generosidade na promoção de políticas e facilitações aos agentes do campo brasileiro.

E é nesse contexto que retomamos o papel da EMBRAPA como mediadora e indutora, na qualidade de representante mais importante do setor científico-estatal, da parceria que pretendia legitimar a união entre *establishment* do Agronegócio global e a Agricultura de Precisão no Brasil.

Institucionalmente, a primeira iniciativa efetivamente tomada pela EMBRAPA foi liderar a criação da “Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão - CBAP”.

Segundo publicação da empresa, o objetivo da Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão era:

“fomentar a participação de instituições públicas ou privadas que guardam maior representatividade nacional, e pelos convidados especiais de notório saber, que possuem interfaces operacionais em Agricultura de Precisão no país, garantindo assim a representatividade de todos os específicos segmentos setoriais” (EMBRAPA, 2014).

Deste modo, através da CBAP, a EMBRAPA poderia estreitar sua parceria com “instituições públicas ou privadas”, sem qualquer diferenciação entre empresas nacionais ou estrangeiras e com “convidados especiais de notório saber que possuem interfaces operacionais em Agricultura de Precisão no país”, ou seja, agir no curso dessas parcerias mais como um sujeito passivo na condução do processo de expansão da Agricultura de Precisão no Brasil.

Afinal, quais empresas “possuem interfaces operacionais em Agricultura de Precisão no país”? A nós resta suficientemente claro que apenas as grandes

¹⁰⁰ No período entre 1996 e 1999, ou seja, a partir da introdução das sementes geneticamente modificadas na agricultura estadunidense as áreas plantadas das culturas de soja, algodão, milho com essa nova tecnologia tiveram um aumento médio de 2400%, 691% e 156%, respectivamente. (WHEELER, 2002).

corporações pertencentes ao *establishment* do Agronegócio global se encaixariam nessa categoria.

A necessidade de viabilizar e promover a Agricultura de Precisão no Brasil, em detrimento de outras eventuais prioridades da EMBRAPA, fica ainda mais evidente quando se observa quais seriam as principais competências da CBAP, conforme publicado pela EMBRAPA:

“As principais competências da SECBAP são: apoiar eventos relacionados à Agricultura de Precisão no Brasil; difundir e fomentar o conceito e as técnicas de Agricultura de Precisão; elaborar materiais de divulgação sobre Agricultura de Precisão para servir de instrumento de divulgação e difusão no Brasil; incentivar o desenvolvimento de programas de atualização profissional do pessoal especializado em Agricultura de Precisão; incentivar o desenvolvimento de programas de treinamento de mão-de-obra em Agricultura de Precisão em todos os níveis; captar as demandas de pesquisa junto aos setores de Agricultura de Precisão e encaminhá-las aos órgãos competentes; estimular a geração e/ou adaptação de conhecimentos e tecnologias de custo acessível em relação aos benefícios proporcionados; buscar formas de inserção da Agricultura de Precisão nas políticas agrícolas brasileiras; dialogar com os gestores públicos enfatizando a importância da Agricultura de Precisão para o desenvolvimento agropecuário e a sua sustentabilidade socioambiental; realizar levantamentos estatísticos sobre a evolução da Agricultura de Precisão no Brasil e manter um banco de dados, de domínio público, das atividades relacionadas à Agricultura de Precisão; informar e apoiar os trabalhos técnicos e científicos relacionados à Agricultura de Precisão; realizar articulações e parcerias para a elaboração dos instrumentos relativos à Agricultura de Precisão; identificar e articular os atores envolvidos com Agricultura de Precisão no cenário nacional; identificar as demandas e monitorar tendências em Agricultura de Precisão do país e do exterior; buscar a abertura de editais específicos para financiamento de pesquisa em Agricultura de Precisão, com foco em ações interinstitucionais; propor encaminhamentos e políticas públicas para o setor de Agricultura de Precisão; implementar e manter um fórum de discussão virtual em Agricultura de Precisão” (EMBRAPA 2014).

O que se depreende da leitura dessas competências da CBAP apenas corrobora com o nosso entendimento de que a prioridade era afinar o discurso oficial para acolher a Agricultura de Precisão “tropicalizada”, ao *establishment* do Agronegócio global. De especial relevância para esta pesquisa, no entanto, é a referência feita à competência para “dialogar com os gestores públicos enfatizando a importância da Agricultura de Precisão para o desenvolvimento agropecuário e a sua sustentabilidade socioambiental”.

A dicotomia que existe entre a essência do “desenvolvimento agropecuário” promovido pela Agricultura de Precisão e encampado pelo *establishment* do Agronegócio e a idealizada “sustentabilidade ambiental”, nos parece suficientemente evidente já que o principal repertório tecnológico e mercadológico utilizado é o da infalibilidade funcional e econômica dos Agrotóxicos transgênicos que, como procuramos demonstrar, pouco têm de sustentável. Igualmente grave, acreditamos, é a falta de qualquer alusão dos riscos à saúde humana proporcionados pelo uso de Agrotóxicos em escala industrial, como aquele exigido pelas dinâmicas que conduzem a expansão do Agronegócio mundializado via a Agricultura de Precisão. Nosso entendimento é lastreado em investigações realizadas no âmbito da Organização Mundial da Saúde¹⁰¹ em 2015 e, também, por pesquisadores brasileiros¹⁰², que indicam que o uso intenso e reiterado, não apenas do principal Agrotóxico utilizado no Brasil em associação com sementes transgênicas, o Glifosato - mas também de outras variedades de Agrotóxicos, (herbicidas, fungicidas, larvicidas, inseticidas) - oferece riscos à saúde humana e ao meio ambiente (BOMBARDI, 2017) (CARNEIRO *et al*, 2015) (LEVINE, 2007) (PIGNATI *et al*, 2007; 2014; 2017).

3.2 A Pesquisa Agrícola Dirigida

O Agronegócio mundializado precisa, para garantir sua reprodução, se renovar e assim conquistar novos mercados para sua cadeia produtiva. Dentro da dinâmica capitalista, a busca pela hegemonia no campo se revela também por uma consistente disputa por inovação e pelo domínio ideológico do processo de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico de aplicações que permitam maior lucratividade para agricultura. Esse esforço demanda, como bem apontou Smith (2008) que “o capital destine maciços recursos para facilitar o desenvolvimento e a aplicação de nova tecnologia, especialmente no apoio à ciência” (SMITH, 2008, p. 156).

Se, anteriormente, as inovações ficavam restritas ao maquinário utilizado para o preparo dos solos, para o manejo das lavouras e também para a logística de estocagem, transporte e escoamento da produção, a introdução de novas variedades

¹⁰¹ Ver BOMBARDI, 2017. IARC – *Monographs Volume 112: evaluation of five organophosphate insecticides and herbicides*; Disponível em <https://pedlowski.files.wordpress.com/2015/03/monographvolum112.pdf>

¹⁰² BOMBARDI, 2017. A esse respeito ver também o Parecer Técnico 01/2015 emitido por HESS e NODARI (2015), disponível em <http://noticias.ufsc.br/files/2015/07/parecer-t%C3%A9cnico-N.-01.pdf>

de plantas e sementes e de novos insumos como fertilizantes químicos e agrotóxicos durante a Revolução Verde possibilitou a expansão da cadeia produtiva e consequentemente dos lucros do então nascente *establishment* do Agronegócio.

A Revolução Verde marcou historicamente a modernização dos meios produtivos da agricultura por meio da atuação decisiva das empresas no financiamento das pesquisas e do desenvolvimento de inovações tecnológicas. Movidas pela ideologia anticomunista da guerra fria dominante nos Estados Unidos no período pós Segunda Guerra Mundial, grandes corporações lideradas pela Fundação Rockefeller e pela Fundação Ford empenharam substanciais recursos para o custeio de investigações científicas e, nesse esforço, contaram com o firme suporte da diplomacia e do *establishment* governamental estadunidense (RICHARDS, 2004. p. 265).

A racionalidade por trás dessa iniciativa era a de fomentar pesquisas que tivessem como objetivo o desenvolvimento de cultivares e de insumos que proporcionassem ganhos de produtividade no campo e, assim, afastasse o risco que uma eventual carência generalizada de alimentos pudesse dar origem a insatisfações populares, revoltas e, principalmente ao risco da implantação de regimes de orientação comunista. Outro fator inquietante à época foi o ressurgimento de especulações quanto ao crescimento da população mundial, fundamentadas em uma retomada da teoria Malthusiana. O risco da fome havia sido levado à categoria de ameaça ao Capitalismo, à nova ordem estabelecida na economia mundial liderada pelos Estados Unidos e, segundo a perspectiva imaginada pelas lideranças da Fundação Rockefeller, “era prioritário ganhar tempo, para desenvolver defesas contra as ameaças gêmeas de expansão comunista e da bomba populacional” (RICHARDS, 2004. p. 266).

Conjuntamente, nesse sentido, as Fundações Rockefeller e Ford criaram o Instituto Internacional de Pesquisa do Arroz “IRRI” (abreviação do inglês *Internacional Rice Research Institute*) que a partir das Filipinas, se converteu numa pioneira *joint-venture* voltada exclusivamente para a pesquisa agrícola no mundo (RICHARDS, 2004. p. 266-267).

Estava instituída, deste modo, sob os auspícios de fundações originadas e estreitamente ligadas ao grande capital, uma promissora modalidade da investigação científica voltada para a exploração de novas perspectivas tecnológicas na agricultura: a pesquisa agrícola dirigida. Nesse sentido, para abonar nosso entendimento,

retomamos a leitura de Smith (2008) “com o crescimento do papel do capital fixo, novos e maciços setores industriais são exigidos para pesquisa, projeto e desenvolvimento de instrumentos adequados de produção. A própria ciência se torna um negócio, o negócio de desenvolver as formas necessárias de capital fixo” (SMITH, 2008. p. 156)

As realizações iniciais dentro desse fenômeno ocorreram no segmento das sementes, com trabalhos científicos voltados para o melhoramento genético de espécies para criar as primeiras variedades de ampla adaptação e de alta produtividade (sensíveis a fertilizantes) em pesquisas desenvolvidas no México por Norman Borlaug¹⁰³, com recursos da Fundação Rockefeller. O sucesso decorrente da iniciativa aplicada no México levou Borlaug e a Fundação Rockefeller a expandirem suas pesquisas para o continente asiático e estabelecerem unidades de pesquisa na Índia e no Paquistão (RICHARDS, 2004, p. 267-8).

Esses empreendimentos se revelaram suficientemente bem-sucedidos e a pesquisa agrícola dirigida passaria a ser desenvolvida em várias localidades ao redor do mundo de modo a repercutir seu modelo. Com o sucesso no campo os mais importantes agentes e atores da ordem capitalista internacional se somariam às iniciativas das fundações estadunidenses para incrementar o apoio financeiro e organizacional.

Instituições como o Banco Mundial, IFC (Corporação Financeira Internacional) e a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) passaram a atuar na alocação de recursos para que os principais cultivos alimentares das regiões tropicais e nações subdesenvolvidas fossem incluídos nas investigações científicas que passariam a ser também acompanhadas pelo Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR), com assento na sede do Banco Mundial em Washington, Estados Unidos.

Esse apoio por parte de emblemáticas instituições públicas internacionais que compõe, até os dias atuais, a essência central do Capitalismo global representou a relevância que o tema adquiriu não apenas na geopolítica, mas, principalmente, no contexto econômico-financeiro. Com a abertura de novos mercados que foram criados a partir da difusão dessas modalidades de pesquisas e que, de certa forma, eram subsidiadas por políticas públicas de alcance global, as empresas dos países centrais

¹⁰³ Norman Borlaug foi um biólogo norte-americano que ficou conhecido como o mentor da Revolução Verde e que, pela sua contribuição ao combate à fome, recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1970.

vislumbraram a possibilidade de incrementar exponencialmente seus lucros (RICHARDS, 2004, p. 267-8).

O desempenho dessas empresas ganhou um providencial reforço com a vinculação dos financiamentos do Banco Mundial (ou de sua subsidiária para o setor privado, a IFC¹⁰⁴) para a produção agrícola feitos nos países periféricos à aquisição de sementes de alta produtividade acrescidos do pacote químico tecnológico que garantia o extraordinário aumento da produção, ou seja, o dueto agrotóxicos e fertilizantes (CLAPP; COHEN, 2009, p. 85); (BURBACH; FLYNN, 1980, p. 66); (SHIVA, 1991, p. 209-227).

Estava, assim, constituída a cadeia produtiva que se iniciava a partir das sementes desenvolvidas pelos laboratórios engajados na “causa justa” do anticomunismo, que passava pelo financiamento público internacional, na figura do Banco Mundial e/ou da IFC, e que – acrescida de fertilizantes e agrotóxicos – ganhava os campos dos países periféricos, terminando à disposição da parcela da população que podia comprá-los.

Esse contexto acabou por levar as corporações do Agronegócio atuantes na dinâmica da propagação da Revolução Verde que, ao mesmo tempo, participaram diretamente (pela produção científica das suas próprias unidades de pesquisa) ou indiretamente da pesquisa agrícola dirigida derivada da ação de terceiros e se beneficiaram do seu sucesso, a se posicionarem como forças hegemônicas do Agronegócio globalizado.

O fim da guerra-fria e do ímpeto ideológico anticomunista dela resultante somado à política neoliberal que predominava nos países centrais, notadamente nos Estados Unidos e no Reino Unido, acelerou o esmaecimento das pesquisas agrícolas que foram incentivadas ou financiadas por instituições privadas como as Fundações Rockefeller e Ford ou por entes internacionais públicos de caráter participativo como o Banco Mundial e a FAO (PRAY; FUGLIE, 2015).

É a partir desse momento que as corporações do Agronegócio assumem o protagonismo e a liderança das pesquisas agrícolas dirigidas. A onipotência dos

¹⁰⁴ A International Finance Corporation (IFC) tem linhas de crédito específicas para a indústria agroquímica, conforme informa no seu sítio institucional “os clientes da IFC nos setores químicos e de fertilizantes incluem uma gama diversificada de empresas locais nos mercados emergentes, bem como as transnacionais que investem nesses mercados”. Texto original em inglês: “IFC chemicals and fertilizers clients include a diverse range of local companies in emerging markets as well as multinationals investing in these markets.” Disponível em: http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/3ef6fc804c5ec4cd8508c5f81ee631cc/Chemicals+by+Regions_June+2013.pdf?MOD=AJPERES

mercados implicava que caberia a essas grandes corporações, justamente por representarem a materialização da reprodução desse modelo econômico-ideológico, investir em pesquisas e no desenvolvimento de inovações que pudessem lhes assegurar o controle sobre a cadeia produtiva do Agronegócio e a continuidade da sua hegemonia no campo (FUGLIE; HEISEY; KING; PRAY; SCHIMMELPFENNIG, 2012, p. 2031-2).

O avanço tecnológico desenvolvido a partir e decorrente da Revolução Verde, que o *establishment* do Agronegócio – como demonstramos - entendeu atualizar e apresentar aos mercados sob a pretenciosa qualificação de Agricultura de Precisão já incorporava, em caráter indissociável, a atuação da pesquisa agrícola dirigida para construir a fábula da sua imprescindibilidade e infalibilidade.

Para o *establishment* do Agronegócio, é a pesquisa agrícola dirigida que passa a legitimar, pela construção da narrativa das suas potencialidades apresentadas por um formidável arranjo midiático-publicitário, a definição do que representa para a agricultura mundializada o atual, o moderno, o lucrativo e o ambientalmente sustentável. Foi o que, no curso desta pesquisa, pudemos comprovar ao realizar trabalho de campo participando do principal evento anual dirigido à Agricultura de Precisão, a InfoAG 2017¹⁰⁵.

A atualização dessa base tecnológica não seria possível sem um investimento significativo por parte dessas corporações em programas de pesquisa e desenvolvimento, que são invariavelmente caros e que demandam um período longo de duração. Dados relativos aos dispêndios em programas de pesquisa e desenvolvimento privados¹⁰⁶ voltados às sementes, à biotecnologia, ao processamento de alimentos, aos insumos agrícolas e aos biocombustíveis no mundo mostram que, entre 1994 e 2010, houve um aumento exponencial dos gastos, na ordem de 43% (FUGLIE; HEISEY; KING; PRAY; SCHIMMELPFENNIG, 2012, p. 1031-2).

¹⁰⁵ Realizada a poucos quilômetros da sede mundial da MONSANTO, em Saint Louis, no estado do Missouri, Estados Unidos, a InfoAG é o maior evento mundial dedicado à Agricultura de Precisão. Voltaremos a abordar a InfoAG, no Capítulo IV.

¹⁰⁶ Apenas a MONSANTO, nos últimos 10 anos, investiu 14,3 bilhões de dólares norte-americanos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e produtos. Fonte: Monsanto. Disponível em <https://www.statista.com/statistics/273312/monsanto-research-and-development-expenditure-since-2008/>. No mesmo período, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) gastou 16,3 de dólares norte-americanos para fomentar toda a pesquisa científica no Brasil. Fonte: Nature. Disponível em <https://www.nature.com/news/brazilian-scientists-reeling-as-federal-funds-slashed-by-nearly-half-1.21766#/Drastic>. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

Esses programas de pesquisa e desenvolvimento são, por sua vez, conduzidos majoritariamente em laboratórios e centros de pesquisas localizados - devido a aspectos estratégicos de governança corporativa, de segurança e por questões legais (relativos à propriedade intelectual à proteção de marcas e patentes) - nos países centrais onde essas corporações estão sediadas e onde podem se beneficiar do acesso aos profissionais nos meios científicos e acadêmicos, já que as universidades contribuem com uma maior oferta de pessoal qualificado para o trabalho de pesquisa, o que acaba por reduzir os custos de contratação de mão de obra (ALFRANCA; HUFFMAN, 2003, p. 3); (FUGLIE; HEISEY; KING; PRAY; SCHIMMELPFENNIG, 2012, p. 1031-2).

Essa questão, referente ao financiamento, por parte dessas mesmas corporações, de centros de pesquisa e desenvolvimento e de laboratórios de universidades públicas (especificamente, mas não limitadas àquelas apenas concentradas no ensino das ciências agrônômicas e correlatas) reveste-se num importante fator para a nossa análise do fenômeno da pesquisa agrícola dirigida.

O financiamento corporativo da ciência desvia a finalidade precípua dessas universidades públicas, que é difusão do conhecimento e o aprimoramento das técnicas aplicáveis à produção agrícola. Ao interferir nesse processo, as corporações do Agronegócio estão colocando em risco, também, todo o arcabouço de saberes construídos historicamente e socialmente pelos agricultores para garantir a sua subsistência e que poderiam ser aprimorados através de interações e trocas de experiências com o meio acadêmico-científico.

O que se observa, no entanto, é uma dinâmica contrária, na qual o poder do capital acaba prevalecendo e criando um inegável conflito de interesses entre a produção científica e seus objetivos corporativos¹⁰⁷.

O inegável interesse do *establishment* do Agronegócio é ver prevalecer a Agricultura de Precisão que, por sua vez, impõe a utilização maciça de insumos e técnicas pretensamente modernas e alegadamente insubstituíveis para que o fenômeno da superprodução agrícola se materialize.

Para atingir esse seu objetivo de divulgar e promover as vantagens desse modelo, o *establishment* do Agronegócio, além de destinar recursos e acercar-se da academia, também fomenta a atuação de grupos de interesse, entidades associativas,

¹⁰⁷ A esse respeito ver: HECH, 2012 e ORESKES; CONWAY, 2010.

think tanks, organizações da sociedade civil e de outros mecanismos de caráter associativo para pressionar e influenciar não apenas a opinião pública para que prevaleça a sua narrativa.

Alguns desses arranjos, no entanto, se submetidos a uma análise mais detalhada quanto à sua configuração e atuação não resistem à comprovação da inexistência de conflitos de interesses ou, mesmo, de questões de incompatibilidade de natureza ética-científica.

Um primeiro exemplo onde identificamos um inequívoco caso de conflito de interesses e de incompatibilidade de natureza ética-científica é o da Associação Brasileira de Estudo das Abelhas¹⁰⁸, “A.B.E.L.H.A.”, por meio da qual o *establishment* do Agronegócio se articulou para influenciar a revisão do “Manual de Avaliação de Risco Ambiental de Agrotóxicos para Abelhas”¹⁰⁹, principal instrumento referente ao controle e fiscalização da produção e do manejo apícola no Brasil.

Por força do poder econômico e da influência política dos seus membros que, como demonstramos, são profundamente ligados à FPA e, como tal, têm trânsito junto às estruturas da administração pública brasileira permeáveis às causas do Agronegócio mundializado a A.B.E.L.H.A, em estreita parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) apresentou uma chamada pública¹¹⁰ que tinha como objeto:

“Apoiar projetos de pesquisa que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação do País.

¹⁰⁸ A A.B.E.L.H.A é constituída por verdadeiros protagonistas do *establishment* do Agronegócio como as produtoras de Agrotóxicos Basf, Syngenta e Bayer e de entidades de caráter associativo e de *lobbying* como a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado do Mato Grosso (APROSOJA/MT), Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (ABRAFRUTAS), Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA), União da Indústria de Cana de Açúcar (UNICA), Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDVEG) e da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Disponível em <http://abelha.org.br/>. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

¹⁰⁹ Ver Manual de Avaliação de Risco Ambiental de Agrotóxicos para Abelhas. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/agrotoxicos/reavaliacao-ambiental/2017/2017-07-25-Manual-IBAMA-ARA-Abelhas-IN0217-WEB.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

¹¹⁰ Chamada pública CNPq/MCTIC/IBAMA/Associação A.B.E.L.H.A nº 32/2017. Disponível em http://cnpq.br/chamadas-publicas?p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=abertas&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=7842. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

na área de insetos polinizadores”. E como objetivos: “Apoiar consórcios de pesquisa que preencham lacunas de conhecimento sobre insetos polinizadores, por meio da pesquisa integrada ao setor produtivo e sua aplicação direta no desenvolvimento de metodologias de avaliação de risco de agrotóxicos, na valoração do serviço ambiental de polinização prestado por insetos para o aumento da produtividade agrícola e no conhecimento da biodiversidade destes polinizadores no Brasil”
(CP A.B.E.L.H.A, grifo nosso).

Ao nos inteirarmos dos objetos e objetivos da referida chamada pública fica alarmantemente claro a existência de um conflito de interesses e de incompatibilidade de natureza ética-científica uma vez que as entidades privadas abrigadas na A.B.E.L.H.A. e, portanto, partícipes da chamada pública, são as maiores produtoras e/ou usuárias dos Agrotóxicos (no caso pesticidas nicotinoides) que, estudos¹¹¹ apontam, são nocivos às populações de abelhas e de outros insetos polinizadores. Essa nossa constatação, no entanto, aumenta à medida que nos deparamos com o item 4 da citada chamada pública, que trata dos Recursos Financeiros destinados à sua consecução, que diz:

“As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), sendo R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) oriundos do CNPq, R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais) oriundos da Associação ABELHA, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) oriundos do MCTIC e R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) oriundos do IBAMA, a serem liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira no CNPq” (CP A.B.E.L.H.A, grifo nosso).

Nada menos que 67,85% do total dos recursos financeiros disponibilizados serão custeados pela A.B.E.L.H.A., ou seja pelos maiores interessados em uma versão mais leniente, mais permissiva do Manual de Avaliação de Risco Ambiental de Agrotóxicos para Abelhas.

Tal disposição fere, afora a presunção mais singela da boa-fé, os preceitos legais abrigados na regulamentação relativa à administração pública, em especial ao art. 40 da Lei 13.019/2017¹¹² o qual determina: “é vedada a celebração de parcerias

¹¹¹ Ver Science, doi:10.1126/science.aan7038. Disponível em <http://www.sciencemag.org/news/2017/06/controversial-pesticides-can-decimate-honey-bees-large-study-finds>. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

¹¹² A Lei 13.019 “estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de

previstas nesta Lei que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado”.

Essa flagrante ilegalidade levou o Ministério Público Federal a requerer, junto ao Presidente do CNPq, a impugnação da Chamada Pública CNPq / MCTIC / IBAMA / Associação ABELHA Nº 32/2017.

Entendemos, que arranjos como os que resultaram na chamada pública ora considerada e – apropriadamente e tempestivamente – contestada pelos Procuradores da República denotam a percepção de onipotência que o *establishment* do Agronegócio alcançou no Brasil¹¹³, notadamente após as alterações na gestão dos setores da administração pública afeitos à agricultura, à pecuária, à pesquisa e ao meio ambiente levadas a cabo pelo Governo Federal no curso de 2016.

Tomemos o exemplo de um outro arranjo que, apesar de mais amplo em seu escopo, é menos explícito e, portanto, mais dissimulado, mas - não obstante – deixa latente a parceria de determinados pesquisadores com *establishment* do Agronegócio, estamos nos referindo ao Conselho Científico Agro Sustentável, CCAS¹¹⁴.

O CCAS se auto define como:

“...uma organização da Sociedade Civil, criada em 15 de abril de 2011, com domicílio, sede e foro no município de São Paulo - SP, com o objetivo precípua de discutir temas relacionados à sustentabilidade agro e se posicionar, de maneira clara, sobre o assunto”, e continua ... “O CCAS é uma entidade privada, de natureza associativa, sem fins econômicos, pautando suas ações na imparcialidade, ética e transparência, sempre valorizando o conhecimento científico. Os associados do CCAS são profissionais de diferentes formações e áreas de atuação, tanto na área pública quanto privada, que comungam o objetivo comum de pugnar pela sustentabilidade agro brasileira. São profissionais que se destacam por suas atividades técnico-científicas e que se dispõem a apresentar fatos concretos, lastreados em verdades científicas, para comprovar a sustentabilidade das atividades agrícolas.

fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil”. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

¹¹³ Algumas tentativas de ingerência do *establishment* do Agronegócio em órgãos da administração pública também foram observadas nos Estados Unidos e na União Européia. A esse propósito ver também: <https://www.scientificamerican.com/article/epa-atrazine-herbicide/#>; <https://www.sciencedaily.com/releases/2014/09/140903121850.htm> e <http://journals.openedition.org/sapiens/1648>

¹¹⁴ Ver Conselho Científico Agro Sustentável, CCAS. Disponível em <http://agriculturasustentavel.org.br/sobre-o-ccas>. Acesso em janeiro de 2018.

A agricultura, apesar da sua importância fundamental para o país e para cada cidadão, tem sua reputação e imagem em construção, alternando percepções positivas e negativas, não condizentes com a realidade. É preciso que professores, pesquisadores e especialistas no tema apresentem e discutam suas teses, estudos e opiniões, para melhor informação da sociedade. É importante que todo o conhecimento acumulado nas Universidades e Instituições de Pesquisa sejam colocados à disposição da população, para que a realidade da agricultura, em especial seu caráter de sustentabilidade, transpareça” (CCAS 2018, grifo nosso).

Segundo informam ainda, o CCAS tem como Visão, Missão e Valores, respectivamente:

“Valorizar e promover a agro sustentabilidade junto a sociedade”. E a sua Missão: “Promover e difundir a agro sustentabilidade em todas as etapas de seu processo produtivo”. Zelar “pela imagem do produtor rural brasileiro e de seus produtos derivados da agro sustentabilidade, bem como pela segurança alimentar, educação no campo, meio ambiente, cidadania e qualidade de vida da população brasileira”. “Promover e incentivar a educação, o uso de tecnologias que incrementem a produção agrícola e qualidade dos alimentos, fibras e energia produzidas de forma sustentável”. Valores: “O CCAS pautará suas ações dentro dos mais elevados níveis de: ética, transparências, integridade, respeito a diversidade, credibilidade e imparcialidade. Valorizar os profissionais e demais agentes que atuem em benefício e defesa da agro sustentabilidade (CCAS 2018, grifo nosso).

A nós parece ser suficientemente contraditório que uma organização que diz pautar “suas ações dentro dos mais elevados níveis de: ética, transparências, integridade, respeito a diversidade, credibilidade e imparcialidade” não entenda haver conflito de interesses com os estreitos vínculos existentes entre os “profissionais que se destacam por suas atividades técnico-científicas” e as forças representativas do Agronegócio.

Assim como entendemos que a omissão, na comunicação institucional do CCAS, quanto ao seu objetivo de “pugnar pela sustentabilidade da agricultura brasileira”, evidencia uma plataforma de divulgação e de defesa da Agricultura de Precisão, em especial da utilização de Agrotóxicos.

A apresentação de “fatos concretos, lastreados em verdades científicas”, para “comprovar a sustentabilidade das atividades agrícolas”, como explicitado na comunicação institucional do CCAS, demonstra um comprometimento entre a

pesquisa agrícola dirigida e o *establishment* do Agronegócio a partir da noção de que o uso de Agrotóxicos pode ser sustentável.

Curiosamente, a respeito da propalada transparência e ética que, supostamente, orientam as motivações do CCAS, na citada comunicação institucional do CCAS, especificamente na seção “Sobre o CCAS”, a palavra sustentável aparece em 6 ocasiões, a palavra sustentabilidade aparece em 4 ocasiões e palavra ética em 2 oportunidades. Já as palavras Agrotóxico e Agronegócio, no entanto, não estão presentes no corpo do texto.

Oportunamente, vamos demonstrar a absoluta incompatibilidade entre o conceito de sustentabilidade (nos moldes endossados pelo CCAS e por outros *think tanks* no Brasil e também no exterior) e a utilização de Agrotóxicos. Mas, por hora, apontamos como essa incoerência em relação à questão do uso de Agrotóxicos e, que ficou sub-repticiamente afastada do material de promoção e divulgação institucional do CCAS, de modo a ocultar o engajamento de seus colaboradores, aflora de forma bastante contundente quando “*professores, pesquisadores e especialistas no tema apresentam e discutem suas teses, estudos e opiniões, para melhor informação da sociedade*” para que “*sejam colocados à disposição da população, para que a realidade da agricultura, em especial seu caráter de sustentabilidade, transpareça*”, como exposto em artigo publicado no *Estado de São Paulo*, de autoria de 3 Conselheiros do CCAS¹¹⁵, em 18 de julho de 2016.

Com insuspeito título de “Agrotóxicos são necessários ou não?”¹¹⁶ o artigo serviu para introduzir o CCAS e, dentro da perspectiva por nós utilizada, demonstrar a sua defesa da pesquisa agrícola dirigida e do seu apelo técnico-científico-midiático, como fica claro:

“A comunidade científica acompanha com rigor as inovações tecnológicas e o desenvolvimento da agricultura no Brasil e o Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS) tem o objetivo de discutir temas relacionados à sustentabilidade da atividade agrícola e tomar posição, de maneira clara e isenta, sobre o assunto, valorizando o

¹¹⁵ Jose Otavio Menten, Ciro Rosolem e Luiz Carlos Correa Carvalho são respectivamente: Diretor do CCAS e Professor Associado da ESALQ-USP; Vice-Presidente de Estudos do CCAS e Professor Titular da FCA-UNEP; Membro do CCAS e Presidente da ABAG, Associação Brasileira do Agronegócio.

¹¹⁶ Disponível em <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,agrototoxicos-sao-necessarios-ou-nao,10000063690>. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

conhecimento científico” (<http://agriculturasustentavel.org.br>) (MENTEN; ROSOLEM; CARVALHO, 2016).

O texto segue discorrendo de forma entusiasmada acerca das benesses do modelo econômico empregado no campo brasileiro, o que se depreende da leitura do seguinte trecho:

“O Brasil é líder na produção e na exportação de soja, milho, cana, algodão, laranja, etc. Essas conquistas se deram em paralelo ao desenvolvimento social do campo e maior consciência e respeito ambiental. O aumento da produtividade foi mais importante do que a expansão da área cultivada, de modo que cerca de 65% do território brasileiro continua coberto por matas nativas. Nos últimos 35 anos, a produção de grãos no Brasil aumentou 198%, enquanto a área cultivada cresceu apenas 28%” (<http://agriculturasustentavel.org.br>) (MENTEN; ROSOLEM; CARVALHO, 2016, grifo nosso).

Em outro segmento aparece um neologismo que não tem outro intuito senão o de dissimular e de amenizar toda e qualquer eventual polêmica sobre a questão dos Agrotóxicos, a partir da utilização do termo “fitossanitários” em vez da própria expressão “Agrotóxicos”. A única vez que o termo Agrotóxicos aparece, e mesmo assim na forma desidiosa, é no título do referido artigo. Vejamos: “Medidas de controle são necessárias, incluindo o uso de produtos fitossanitários, para reduzir danos, manter a produtividade, a qualidade e custos compatíveis dos produtos agrícolas”. Os autores seguem defendendo as vantagens e a onipotência dos Agrotóxicos: “O manejo químico com produtos fitossanitários é um dos mais utilizados, por sua eficiência e sua segurança. Trata-se da aplicação de inseticidas, fungicidas e herbicidas. Se os produtos fitossanitários não fossem utilizados, a produção agrícola sofreria redução da ordem de 50%” (grifo nosso).

Assim, e em mais dez ocasiões ao longo do artigo, onde deveria constar a expressão Agrotóxicos resplandece a sua forma atenuada, menos estigmatizada e falsamente inofensiva, “Fitossanitários”¹¹⁷. No artigo em questão, a defesa da utilização dos “produtos Fitossanitários” contraria e distorce, de forma inequívoca, o senso comum e de vasta literatura sobre os malefícios que utilização de “Fitossanitários”, sugerindo que: “Os produtos fitossanitários em uso no Brasil são extremamente seguros. São desenvolvidos por empresas que empregam ciência e tecnologia de ponta” (grifo nosso).

Mas, é ao final do artigo, que os autores franqueiam o quanto estão comprometidos em alienar, em assentar uma verdade própria, inegavelmente comprometida - aparentemente sem se preocupar com constrangimentos de natureza ética – como quando sugerem a troca da denominação de Agrotóxicos para “Fitossanitários”, de rotular os “Fitossanitários” como “seguros” ou, ainda, ao afirmar que: “Existem insinuações relacionando o uso de produtos fitossanitários a maior incidência de câncer, malformação congênita, resíduos em leite materno, etc., sem demonstração de nexo causal. Não há evidências científicas para suportar tais hipóteses. O assunto exige tratamento responsável” (sic) (grifo nosso).

Mais adiante, na seção específica sobre os Agrotóxicos e os efeitos da sua utilização nas questões da saúde, voltaremos a abordar, com as devidas evidências, os efeitos danosos que os “extremamente seguros Fitossanitários” têm causado, indiscriminadamente, não apenas às pessoas, mas, também, em relação ao meio-ambiente.

¹¹⁷ Em relação ao uso da expressão “produtos Fitossanitários” em oposição à expressão Agrotóxicos, chamamos a atenção para a sintonia que existe entre os projetos de Lei patrocinados pela FPA e esta perspectiva defendida pelo Conselho Científico para Agricultura Sustentável.

CAPITULO IV

As Corporações Produtoras de Agrotóxicos e seu Marketing Fabuloso

4.1 – As Corporações Produtoras de Agrotóxicos

Podemos descrever as corporações que exercem um papel de liderança na cadeia produtiva dos Agrotóxicos como sendo versões aprimoradas e refinadas do modelo de Capitalismo prevalente nestas primeiras décadas do século XXI. Afinal, poucos segmentos da economia têm prosperado num ritmo tão extraordinário e em tantas geografias ao redor do mundo quanto essas corporações. Possivelmente, os dois únicos segmentos que possam rivalizar essa performance de tão formidável êxito sejam aqueles das indústrias química e farmacêutica os quais, não por acaso, são estreitamente relacionadas¹¹⁸ com as corporações produtoras dos Agrotóxicos, ou até mesmo sejam apenas divisões de finalidades de negócios dentro da mesma empresa¹¹⁹.

O ponto em comum que estreita a relação entre essas duas indústrias decorre das potencialidades transformadoras que podem ser alcançadas a partir dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e de aplicações inovadoras deles derivadas¹²⁰. É do sucesso desses investimentos que tanto as corporações produtoras de Agrotóxicos quanto as empresas farmacêuticas dependem para avaliar e enaltecer os seus domínios sobre os mercados e também a sua prevalência na construção de um imaginário fabuloso segundo o qual seus produtos e soluções tecnológicos são imprescindíveis e infalíveis.

Para Pelaez, as corporações produtoras de Agrotóxicos poderiam ser diferenciadas entre “integradas” e “especializadas” a partir da capacidade de atuação dentro das etapas de cada uma das suas respectivas cadeias produtivas. Nessa perspectiva as corporações integradas, segundo o autor:

¹¹⁸ Duas das mais relevantes corporações produtoras de Agrotóxicos, a Syngenta e a Bayer, foram originadas na indústria farmacêutica. Já a DowDuPont, a Basf e a Monsanto foram desenvolvidas a partir de operações da indústria química.

¹¹⁹ É o que ocorre, por exemplo, no caso da Basf, da Bayer e da Sumitomo.

¹²⁰ Ver KREBS, 1992.

“caracterizam-se por serem grandes transnacionais e apresentarem maior dinamismo tecnológico devido à maior capacidade de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de novas moléculas ou ingredientes ativos com efeito agrotóxico. Seis empresas destacam-se com essas características: Syngenta, Bayer, Basf, DuPont, Dow e Monsanto. O restante das empresas possui baixa capacidade de investimento em P&D de novas moléculas químicas e, consequentemente, atuam fundamentalmente na fabricação e comercialização de produtos equivalentes, sendo chamadas de “especializadas”. Neste grupo destacam-se sete empresas transnacionais (Sumitomo, Makhteshim Agan - MAI, Nufarm, Arysta, FMC, United Phosphorus e Cheminova). Este mercado constitui-se em um oligopólio com franja competitiva, no qual o núcleo oligopolizado é composto por seis empresas integradas, responsáveis por 67% das vendas mundiais em 2011, com as respectivas participações: Syngenta (19%); Bayer (15%); Basf (11%); Dow (11%); Monsanto (6%); e DuPont (5%)” (PELAEZ et al, 2016, 876-7, grifo nosso).

Ou seja, a diferença substancial quanto ao desempenho está diretamente relacionada com a potência econômica e financeira das grandes corporações produtoras de Agrotóxicos e, portanto, com a competência de integrar e engajar recursos científicos para gerar inovações.

No mesmo artigo, Pelaez observa a dimensão do poder do capital:

“as empresas integradas controlam a fatia mais lucrativa do mercado devido a sua capacidade de obtenção e patenteamento de novos ingredientes ativos. Os custos para a síntese de um novo ingrediente ativo são estimados em torno US\$ 250 milhões, com um tempo de desenvolvimento de até 10 anos (PHILLIPS, McDOUGALL, 2010). Outro indicador da intensidade tecnológica dessas empresas é o número de patentes registradas. Em 2010, as seis maiores empresas submeteram 992 pedidos de patentes, envolvendo tecnologias de formulação, de processo e de síntese química: Bayer (473); BASF (204); Syngenta (182); Dow (83); DuPont (48); e Monsanto (7) (AGROW, 2013)” (PELAEZ et al, 2016, p. 876-7; grifo nosso).

Se os números apresentados servem para dar uma noção considerável acerca da influência e da diferença que faz o poder do capital, tais números não demonstram, contudo, um outro fator igualmente importante que é aquele referente ao apelo exercido a partir do arranjo geopolítico-financeiro-científico-midiático¹²¹ para reiterar e

¹²¹ No ano de 2015 a FAPESP e a Glaxo SmithKline Brasil (GSK) anunciaram na terça-feira (17/11) a criação de dois novos Centros de Excelência em Pesquisa no Estado de São Paulo – um deles sediado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e dedicado a desenvolver novas tecnologias na área de química sustentável e outro no Instituto Butantã, voltado à validação de alvos terapêuticos que possibilitem a criação de novos fármacos para doenças de base inflamatória (grifo nosso). Disponível em: http://agencia.fapesp.br/fapesp_e_gsk_anunciam_dois_novos_centros_de_excelencia_em_pesquisa/22274/

promover as inovações tecnológicas advindas com as novas patentes. Esse é o fator que tal arranjo busca manipular e formatar para justificar, através da supervalorização das novas patentes¹²², a substituição do velho pelo novo, do certo pelo preciso, do eficiente pelo infalível.

No curso da última década as transformações que ocorreram no mercado global de insumos agrícolas impactaram não apenas essas corporações e suas dinâmicas empresariais, mas também as geografias onde o fenômeno do Agronegócio avançou e, também, nas áreas onde ele ainda busca se expandir. Nesse sentido, é oportuno identificar quais foram, dentre múltiplos fatores, aqueles mais importantes e quais, sob a nossa perspectiva, impulsionaram tal avanço.

O primeiro fator foi aquele relativo às inovações e avanços tecnológicos que se sucederam no período pós Revolução Verde. Enquanto os avanços tecnológicos daquele período tinham por base a indústria petroquímica, o progresso tecnológico recente tem por plataforma a indústria bioquímica.

O segundo fator foi, em parte, decorrente do sucesso do primeiro fator acima analisado. A disputa por inovações tecnológicas que pudessem se converter em expansão e dominação dos mercados motivaram inúmeras transformações nas estruturas societárias das corporações produtoras dos Agrotóxicos. Como citamos anteriormente, os crescentes custos para realizar pesquisas científicas cada vez mais sofisticadas e desenvolver novos produtos vêm tendo um peso relativo cada vez mais significativo nos orçamentos das corporações produtoras de Agrotóxicos. Diante desse panorama e com a possibilidade de adquirir e, conseqüentemente, garantir o acesso, ao mesmo tempo, tanto do know-how tecnológico quanto de fatias relevantes do mercado de Agrotóxicos, muitas empresas optaram por alavancar seus domínios através de compras estruturadas do controle acionário de suas concorrentes locais e globais.

Incorporações, aquisições e fusões transformaram o cenário desse mercado através de operações vultuosas que acabaram por reduzir a competição entre essas

¹²² Conforme o Cesar Rengifo, presidente da GSK, contou que há cinco anos a empresa tomou a decisão de investir em países onde há ciência de qualidade, entre eles o Brasil, e para isso criou o programa Trust in Science. “Hoje confirmamos nosso compromisso, pois nosso investimento no país vai aumentar em 50% nos próximos cinco anos. Nosso objetivo é, no futuro, lançar um produto orgulhosamente descoberto no Brasil”, afirmou.

empresas ao proporcionarem o surgimento de empresas hegemônicas com atuação global. A redução da competição é apenas parte do problema desse fenômeno da concentração econômica. O passo seguinte ao da concentração econômica é, invariavelmente, uma escalada nos preços praticados além do risco de uma diminuição do ritmo de desenvolvimento de inovações.

O movimento de concentração do mercado de Agrotóxicos através de aquisições, incorporações e fusões teve seu primeiro ímpeto ainda durante a Revolução Verde, num segmento que, à época, representava a inovação no campo: as sementes geneticamente melhoradas. Atualmente, as iniciativas focam a integração da produção e a dominação horizontal do mercado de organismos geneticamente modificados e dos Agrotóxicos a eles associados.

Se no ano de 2007 o controle sobre o mercado global dos Agrotóxicos era dividido entre 13 corporações que dominavam 61% do mercado, em 2013 o número foi reduzido para seis corporações que detêm, como grupo monopolista, cerca de 70% do mercado (PELAEZ et al, 2015, p. 161-3). Durante esta pesquisa, o movimento de concentração desse mercado tem se intensificado fortemente, com negociações envolvendo todas as 6 líderes de mercado para criar um oligopólio jamais visto dentro do Agronegócio.

Tabela 1: As 10 maiores empresas produtoras de Agrotóxicos 2016

Empresa	Vendas de Agrotóxicos 2016 (US\$ bilhões)	% do mercado
Syngenta (China)	9,57 bilhões	19,2%
Bayer (ALEMANHA)	18,81 bilhões	17,6%
Basf (ALEMANHA)	6,61 bilhões	12,3%
Dow (EUA)	4,63 bilhões	9,3%
Monsanto (EUA)	3,51 bilhões	7,0%
DuPont (EUA)	2,88 bilhões	5,8%
Adama (CHINA)	2,87 bilhões	5,8%
Sumitomo Chemical (JAPAO)	2,38 bilhões	4,8%
FMC (EUA)	2,27 bilhões	4,5%
UPL (EUA)	2,15 bilhões	4,3%
Demais	4,66 bilhões	9,3%
TOTAL	49.920 bilhões	82%

Fonte: AgroNews, disponível em: <http://news.agropages.com/News/NewsDetail---24183.htm>. Acesso em 10 de fevereiro de 2018.

As negociações recém-concluídas e as que estão em curso são as seguintes: a fusão da Dow Chemical com a DuPont, pelo valor de 130 bilhões de dólares estadunidenses, que criou a maior corporação da indústria química nos Estados Unidos, foi confirmada em 01 de setembro de 2017¹²³. A aquisição da estadunidense Monsanto pela alemã Bayer Crop Sciences pelo valor de 66 bilhões de dólares estadunidenses e que vai dar origem à “maior empresa de sementes e de agroquímicos do mundo”, teve sua aprovação pelas autoridades federais e estaduais estadunidenses noticiada em comunicado conjunto¹²⁴ pelas duas empresas em 01 de dezembro de 2017 (a aprovação definitiva pelas autoridades regulatórias da União Européia é esperada para ocorrer ainda no primeiro quadrimestre de 2018). Iniciadas em 2016 as negociações pela compra da empresa suíça Syngenta pela ChemChina, empresa estatal chinesa, pela cifra de 43 bilhões de dólares estadunidenses foi autorizada pelas autoridades antitruste estadunidenses e da União Européia, respectivamente, em 04 e 05 de abril de 2017¹²⁵.

O que está se consolidando, além de uma concentração jamais imaginada para um setor tão relevante para as cadeias produtivas da agricultura, é um novo arranjo geopolítico que reordena - ao mesmo tempo em escala global - o *establishment* do Agronegócio e as corporações produtoras de Agrotóxicos. Essa nova geopolítica reflete o rearranjo das estruturas globais de poder que emergiram após a grave crise econômica internacional iniciada em 2008 e cujas consequências ainda são sentidas, em maior ou menor grau, até os dias atuais.

¹²³ Disponível em http://www.dow-dupont.com/home/default.aspx?src=gg-kg_dd-glb_dow-dupont-merger. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

¹²⁴ Disponível em <https://www.advancingtogether.com/en/ir-media/press-releases/cfius-completes-review-of-proposed-merger-of-bayer-and-monsanto/>. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

¹²⁵ Disponível em <http://money.cnn.com/2017/04/05/investing/syngenta-chemchina-takeover-acquisition/index.html>. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

Tabela 2: As 6 maiores empresas produtoras de Agrotóxicos 2018 – Projeção

Empresa	Agrotóxicos – Participação do mercado global
Syngenta (CHINA)	26,2%
Bayer (ALEMANHA)	24,6%
DowDuPont (EUA)	15,1%
Basf (ALEMANHA)	12,3%
Adama (CHINA)	5,8%
Sumitomo Chemical (JAPÃO)	4,8%
Demais	11,2%
TOTAL	100%

Projeção feita sobre os dados disponibilizados no AgroNews (<http://news.agropages.com/News/NewsDetail---24183.htm>), levando em conta as fusões e aquisições ocorridas em 2017 ou ainda em curso em janeiro de 2018.

O desfecho dessa onda de reestruturações, que atingiu de forma jamais vista o mercado global de Agrotóxicos e sementes, indica que as corporações hegemônicas poderão - além de compelir os produtores agrícolas a pagar mais pelas sementes e insumos - exercer uma maior capacidade de influir nos processos políticos e regulatórios (ambientais, sanitários e trabalhistas) tanto na esfera nacional quanto na internacional (IPES, 2017).

Nesse contexto, teremos apenas 3 empresas (sendo uma chinesa e duas alemãs) concentrando o poder sobre mais de 63% do mercado. Enquanto a presença de corporações alemãs pode ser explicada pela sua condição de uma plenamente consolidada potência econômica capitalista e pela secular tradição do país nas pesquisas e no desenvolvimento da química moderna (MEYER-THUROW, 1992), o avanço da China como uma nação que está exercendo um protagonismo nas significativas mudanças ocorridas na indústria agroquímica global merece uma análise mais detalhada.

4.2 – O Impacto das Corporações Chinesas no Campo Brasileiro

Em pouco mais de duas décadas a China mudou radicalmente sua posição no cenário econômico mundial. De um país fechado ao mundo e voltado para o interior de suas próprias fronteiras, para o posto de segunda maior economia global. A China parece ter assimilado o ensinamento de NYE (2011) de que “recursos não constituem poder a menos que possam ser usados para influenciar atores ou o resultado de uma

situação¹²⁶” (NYE, 2011. p. 8). As reformas estruturais iniciadas por Deng Xiaoping em 1978 transformaram profundamente a República Popular da China de uma nação rural e atrasada, em um país urbano e próspero (KISSINGER, 2012)¹²⁷.

Entendemos que o fenômeno que determinou a mudança das perspectivas de crescimento econômico para a China foi a admissão do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), em dezembro de 2001. A adesão chinesa à OMC e, portanto, à uma concertação capitalista internacional, permitiu que a China participasse de forma integrada dos acordos comerciais preferenciais abrindo, desta forma, o acesso aos mercados de todo o planeta. Especificamente em relação aos mercados de produtos e insumos relacionados à produção agrícola, a entrada da China na OMC marcou o início de um ciclo virtuoso que propiciou a sua transformação, de um mercado antes visto apenas como um potencial grande importador de produtos e insumos agrícolas¹²⁸ para um enorme e dinâmico mercado bidirecional (importador e exportador) integrado às cadeias produtivas do Agronegócio internacional.

O processo de *aggiornamento* capitalista da produção agrícola chinesa iniciado através das reformas levadas a efeito por Xiaoping apresentou mecanismos de mercado para a produção agrícola e, assim, criou as condições para que a agricultura chinesa alcançasse, já na década de 1990, consideráveis índices de produtividade no campo¹²⁹. Esse processo de modernização selou, pela sua dimensão e importância estratégica, a entrada do país no mercado global de Agrotóxicos¹³⁰.

¹²⁶ Texto original em inglês: “resources do not constitute power unless they can be used to influence actors or the outcome of a situation”.

¹²⁷ Não obstante os indicadores positivos apontados por Kissinger (2012), a China ainda apresenta um quadro de desigualdade e de contradições no campo social. A esse respeito ver Han; Zhao; Zhang (2015)

¹²⁸ CAO, K.; BIRCHENALL, J. 2014; KREBS, A.V. 1992; CRAMER, G. L.; JENSEN, C.W.; SOUTHGATE, D. D. 1997; RICHARDS, P. 2004; ZHU, W.J. 2008; ZHANG, W. J.; JIANG, F. B.; OU, J. F. 2011.; WHATMORE, S. J. 1995.

¹²⁹ Entre entre 1991 e 2013, a produção agrícola chinesa cresceu a uma taxa média anual de 6,5% (CAO; BIRCHENALL, 2013)

¹³⁰ Esse fenômeno seria ainda alavancado pelos benefícios dos rebaixamentos tarifários decorrentes da entrada do país na OMC.

A economia chinesa como um todo, no mesmo período, cresceu em um ritmo ainda mais acelerado¹³¹, fato que levou o país ao posto de segunda maior economia do mundo¹³² e que acabaria por transformar as dinâmicas comerciais globais. Com a necessidade de garantir a segurança alimentar da nação mais populosa do planeta, a agricultura chinesa demandava insumos que, teoricamente, assegurassem uma maior produtividade no campo.

Com a demanda por insumos crescendo e, dentro do modelo singular do capitalismo de estado chinês que permitia que empresas estrangeiras se associassem com empresas chinesas para transferir tecnologia em troca do acesso ao extraordinário mercado doméstico chinês, em um curto espaço de tempo a produção e o consumo de agrotóxicos na China cresceram exponencialmente. Segundo Zhu (2008), existiam na China cerca de 2000 empresas produzindo anualmente mais de 1,73 milhões de toneladas de Agrotóxicos, tornando o país “o maior produtor e exportador, e o segundo maior consumidor de agrotóxicos” (RAJINDER et al., 2009).

Se levarmos em consideração apenas os números apresentados no âmbito da cadeia produtiva da agricultura doméstica chinesa, seus valores e sua dimensão já seriam suficientemente significativos, quando observamos a expansão global das corporações de Agrotóxicos chinesas os números são também impactantes e podem oferecer uma perspectiva ainda mais reveladora do seu alcance.

Segundo estudo de Pelaez, a principal vantagem competitiva da indústria chinesa de Agrotóxicos foram seus baixos preços, cujos valores “correspondem a cerca de 40% da média mundial em 2012”, o que a levou a experimentar a “maior taxa de crescimento (700%) entre os principais países exportadores, posicionando-se, em 2013, como o principal país” (PELAEZ, 2015, p. 164-5).

Incentivados pelo governo chinês e alavancados pela bonança originada ao longo desse continuado período de forte crescimento econômico, muitas empresas

¹³¹ A taxa de crescimento média do PIB da China entre 2001 e 2016 foi de 9,73% enquanto que a taxa de crescimento média da economia mundial no mesmo período foi de 2,69%. Disponível em <https://tradingeconomics.com/china/gdp-growth-annual>. Acesso em 01 de fevereiro de 2018.

¹³² De acordo com o Banco Mundial a economia chinesa atingiu, no ano fiscal de 2016, um produto interno bruto da ordem de 11,199 trilhões de dólares norte-americanos, consolidando sua posição como segunda maior economia global. <http://www.worldbank.org/en/country/china/overview> Consulta em 31 de janeiro de 2017.

chinesas se voltaram ao exterior para celebrar acordos comerciais que assegurassem à Pequim, no âmbito da OMC, acesso prioritário às matérias primas necessárias para a manutenção do seu desenvolvimento e, também, para garantir a segurança alimentar chinesa.

Nesse sentido, os investidores chineses buscavam, também pelas limitações geográficas¹³³ à sua produção agrícola, adquirir terras diretamente ou através de investimentos em grandes projetos do Agronegócio que lhes franqueassem o acesso a alimentos ou a insumos para a indústria alimentícia em condições preferenciais.

Foi esse fenômeno que originou um forte aumento nos valores das terras agriculturáveis, afetando principalmente as geografias dos países periféricos. O apetite por terras por parte dos investidores chineses pôde ser notado desde o sudeste asiático e a Oceania, passando pela África até chegar às Américas (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2009).

Especificamente, neste estudo, vamos abordar apenas o alcance e os reflexos que essa expansão teve no campo Brasileiro, notadamente em relação à utilização de Agrotóxicos já que a exploração desses novos territórios agrícolas pelos prósperos capitais chineses insinuava a utilização de um repertório tecnológico no qual os Agrotóxicos desfrutavam de um destacado protagonismo. Essa incursão chinesa no Brasil também, de certa forma, vem se somar à percepção difundida pelo arranjo geopolítico-financeiro-científico-midiático dos agentes do Agronegócio brasileiro que os capitalistas estrangeiros são os precursores não apenas de ambicionados investimentos, mas, igualmente, das inovações modernizadoras no campo. Os investimentos chineses não se limitam, portanto, às terras, à implantação da Agricultura de Precisão e de toda sua pretensa e propalada “exuberância” tecnológica “infalível” e “sustentável”. Foram além, garantindo recursos para projetos de infraestrutura na área dos transportes (rodovias, ferrovias e portos), para a produção

¹³³ De acordo com FAO cerca de 11,30% de todo o território chinês são considerados terras aráveis, próprias para o cultivo agrícola. Pelo critério da FAO, as terras aráveis incluem áreas ocupadas com culturas temporárias (áreas com cultivo duplo são contados apenas uma vez), campos temporários para o roçado ou para pasto, as hortas e os terrenos usados ainda que temporariamente para o pousio.
<http://data.worldbank.org/indicator/AG.LND.ARBL.ZS?end=2013&locations=CN&start=1961&view=chart>
Acesso em 26/11/2017

e estocagem de *commodities* agrícolas, de modo a dinamizar o setor exportador brasileiro (FRISCHTAK; SOARES; O'CONOR, 2013).

Uma característica desse modelo de investimento chinês no campo brasileiro é que as empresas chinesas resistem a incorporar o conteúdo local nos meios que usam para a produção. Idealmente, preferem manter as partes mais relevantes da produção na China para conseguir preservar a vantagem competitiva decorrente dos seus baixos custos trabalhistas.

Nesse caso se enquadram, igualmente, as empresas produtoras de Agrotóxicos que além de usufruírem destes baixos custos trabalhistas, se beneficiam pelo regime de propriedade intelectual que divide o mercado entre produtos com patente válida e produtos com patentes expiradas. Dentro do prazo de validade de uma patente a exclusividade é assegurada ao seu fabricante, ao passo que a partir da expiração da patente fica possibilitada a fabricação de produtos com características equivalentes ou genéricos (PELAEZ, 2016, p. 876-7). É nesse segmento que os fabricantes chineses têm maior atuação ao oferecerem Agrotóxicos com composição análoga àquela dos originais a um preço competitivo e que, adicionados aos ganhos de escala decorrentes da maciça produção chinesa, conquistam cada vez mais mercado. Dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (SINDAG), demonstram que produtos originários da China assumiram, a partir de 2012, a liderança da importação de Agrotóxicos, “os genéricos responderam por 60,7% da receita do setor no ano passado, ante apenas 43% em 2011. Ou seja, a participação dos produtos protegidos por patentes - e importados principalmente de Estados Unidos, Inglaterra e Suíça - cedeu de quase 57% para 39,2%”¹³⁴.

Deste modo, dentro da lógica capitalista de garantir sua contínua reprodução e acumulação, percebe-se que estavam criadas as condições necessárias para que os chineses marcassem a presença na cadeia produtiva do Agronegócio brasileiro, em parcerias na exploração de terras, financiamentos para a produção que incluíam maquinário e insumos agroquímicos estrangeiros, mão-de-obra barata e abundante (nas “duas pontas”, tanto na China quanto no Brasil), além da possibilidade de

¹³⁴ <http://www.valor.com.br/agro/3131586/importacao-de-agrotoxicos-bate-recorde>. Acesso em 27 de setembro de 2016.

controlar e administrar todo o processo produtivo da *commodity*, do campo aos portos exportadores.

4.3 - O Marketing Fabuloso

Dentre os espaços geográficos que compõe um dos elementos constitutivos de uma narrativa que pretende explicar como as fábulas tóxicas contribuem para o avanço do Agronegócio mundializado no Brasil, nossa escolha incidiu sobre os Cerrados. Ainda que a dispersão geográfica do Agronegócio mundializado pelo Brasil tenha se alastrado, endemicamente¹³⁵, por todos os demais biomas brasileiros¹³⁶, é nos Cerrados que esse fenômeno tem se revelado na sua forma mais aguda, sendo a partir das transformações nele ocorridas e no êxito produtivo ali alcançado que são municadas as narrativas fabulosas da promoção e do marketing do Agronegócio mundializado.

Para definir os limites geográficos dos Cerrados, adotamos o caminho percorrido por Diniz (2006), ao tratar de tema análogo:

“A grande região central do Brasil definida pelo Cerrado e pelos ecótonos de transição (Cerrado-Amazônia, Cerrado-Caatinga e Amazônia-Caatinga) possui 2 milhões de quilômetros quadrados ou 23% do território nacional, superado apenas pela Floresta Amazônica. Ela compreende quase toda a totalidade dos estados do Centro-Oeste brasileiro (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal) e do estado do Tocantins, parcelas expressivas dos estados de Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Piauí e pequenas parcelas dos estados de São Paulo, Paraná, Roraima, Amapá” (DINIZ, 2006, p. 16).

O movimento de transformação das modalidades de ocupação dos Cerrados se deu inicialmente com a migração de agricultores vindos majoritariamente dos estados do sul do Brasil e de São Paulo que buscavam oportunidades que lhes permitissem repetir, com ganhos de escala, a experiência de produção baseada no núcleo familiar. Nesse sentido, esses agricultores contaram com a providencial colaboração dos estudos científicos feitos pela EMBRAPA, já que à época, a EMBRAPA, através do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados -

¹³⁵ É o que pretendemos evidenciar na seção referente à Fábula da Sustentabilidade.

¹³⁶ Segundo o IBAMA os biomas existentes no território brasileiro são os seguintes: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. Disponível em http://siscom.ibama.gov.br/monitora_biomass/. Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

“POLOCENTRO” e do Programa Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados “PRODECER¹³⁷” centrava suas pesquisas no estudo das condições físico-químicas e pedológicas presentes nos Cerrados brasileiros, com o intuito de autorizar e ratificar cientificamente a “tropicalização” de variedades da soja. As investigações científicas evidenciaram a possibilidade da disseminação da produção da soja naquele bioma, desde que com a adoção de um oneroso repertório tecnológico (DINIZ, 2006) (OLIVEIRA, 2007).

A partir desse “aval técnico-científico” que, por sua vez, seguia na esteira da Revolução Verde, ficou aberto o caminho para que o domínio e a transformação da natureza em grandes extensões territoriais brasileiras pudessem acontecer. A tentativa de viabilização econômica, entretanto, só foi encetada a partir da concessão de estímulos estatais no fim da década de 1970¹³⁸, que financiariam a aplicação de insumos e a utilização de novas técnicas permitindo, assim, a transformação de uma vasta “área de reserva” anteriormente ocupado pela pequena agricultura camponesa, por populações tradicionais e pela pecuária extensiva, em uma nova fronteira agrícola voltada para a produção de culturas agrícolas destinadas majoritariamente para a exportação. Conforme Frederico e Buhler (2015), áreas de reserva são territórios *“passíveis de serem incorporadas ao modo de produção dominante, é condição sine qua non para a dinâmica da fronteira, restrita a alguns países africanos, asiáticos e, em particular, à sul-americanos, como o caso brasileiro”* (FREDERICO; BUHLER, 2015, p. 199). Tal conceito é reforçado pela leitura que os autores fazem do entendimento de Brandão, segundo o qual o “território brasileiro se constituiu como uma plataforma econômica que conjuga alta e fácil valorização para capitais mercantis financeirizados com forte desigualdade, exclusão social, degradação ambiental e apropriação privada de recursos naturais” (BRANDÃO apud FREDERICO; BUHLER, 2015, p. 199).

A conversão das áreas de “reserva” existentes nos Cerrados ao capital para a conformação de novas fronteiras agrícolas do Agronegócio, devido às suas peculiares características edafoclimáticas demanda um aval técnico-científico para justificar a

¹³⁷ Posteriormente, a EMBRAPA, faria mais duas atualizações do PRODECER em 1985 e em 1992.

¹³⁸ Os governos do período da ditadura militar (1964 a 1985) incentivaram, sob o pretexto de integrar economicamente o territorial nacional, a ocupação de vastas áreas com projetos agrícolas voltados para cultivos de exportação (principalmente a soja e o algodão).

sua territorialização. As onerosas exigências econômico financeiras e territoriais necessárias para a produção em escala industrial de *commodities* agrícolas nos Cerrados acabariam se revelando inviáveis aos moldes da produção camponesa que historicamente nele ocorria e que, forçosamente, acabou desencadeando um inquietante movimento que resultou na expropriação de suas terras. Esse processo de expansão sobre as áreas de “reserva” resultou (e ainda resulta) em muitos conflitos no campo, conflagrando tensões em regiões onde, alavancado por políticas incentivos governamentais, o Agronegócio converteu em suas novas “fronteiras” (OLIVEIRA, 2001)¹³⁹

Simbolicamente, como expôs Martins,

“a fronteira é o lugar da liminaridade, da indefinição e do conflito. Tem sido o lugar da busca desenfreada de oportunidades. Tem sido o lugar da espoliação de camponeses que, lenta e secularmente expulsos de áreas incorporadas ao processo moderno de reprodução ampliada e territorial do capital” (MARTINS, 2009, p. 19).

Como indicam Frederico e Buhler (2015) essa espoliação dos camponeses que se ocupavam da produção de culturas não “commodotizáveis” como o arroz, o feijão e a mandioca, implicou na redução da oferta de alimentação básica em detrimento da produção de *commodities* agrícolas exportáveis.

O avanço do capital sobre os Cerrados não pode ser dissociado de dois fatores que propiciaram as condições para o seu êxito: a oferta de crédito subsidiado para a formação das unidades produção de *commodities* agrícolas e, a introdução de um consistente e moderno arsenal agroquímico para converter e adequar, no ritmo exigido pela voracidade dos mercados internacionais, a solo dos Cerrados aos ciclos da produção agrícola científica (ALVES, 2015).

O primeiro fator, a oferta de créditos subsidiados, tem reflexos praticamente imediatos no aumento da área plantada e, conseqüentemente, na produtividade. Em estudo conduzido por Frederico e Buhler (2015), ficou evidenciado esse fenômeno com a constatação que o crédito rural no período entre 1999 e 2013 cresceu nada

¹³⁹ A esse respeito ver também: DATALUTA, disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/>. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

menos que 226%, passando de “R\$ 35 bilhões para mais de R\$ 110 bilhões”. A maior disponibilidade de crédito rural elevou a área plantada que, no período citado, repercutiu significativamente¹⁴⁰ em duas culturas bastante representativas para o Agronegócio exportador como a soja e a cana-de-açúcar. Os números indicam um incremento na produtividade bastante expressivo, passando a área plantada de:

“13 milhões de hectares para 25 milhões de hectares, no primeiro caso [soja], e de aproximadamente cinco milhões para pouco mais de nove milhões de hectares, no segundo [cana], com acréscimo de 10% e 20% na produtividade, respectivamente. A quantidade produzida de soja aumentou de 31 milhões para cerca de 70 milhões de toneladas, e a de cana-de-açúcar de cerca de 330 milhões para mais de 720 milhões de toneladas, crescimento de 120% em ambas as culturas” (FREDERICO; BUHLER, 2015, p. 202).

As consequências desse aumento da oferta de crédito para financiar a produção das *commodities* agrícolas pelo Agronegócio globalizado nas terras dos cerrados brasileiros e a expansão das áreas cultivadas delas decorrentes foram sentidas, também, no âmbito da oferta de cultivares que representam a base da alimentação da imensa maioria de brasileiros. Enquanto a expansão das áreas de plantio da soja, do algodão e do milho “*commodotizáveis*” cresceu de 88% para 95% das terras cultivadas naquela região, as lavouras de arroz, do feijão e da mandioca diminuíram para apenas 5% (FREDERICO; BUHLER, 2015, p. 211).

O segundo fator que vem contribuir para o avanço do capital nos Cerrados e que vai propiciar, a um considerável custo econômico e ambiental (que, num primeiro momento, é desprezado e desconsiderado), é a utilização de um arsenal agroquímico com a finalidade de converter e adequar, no ritmo demandado pela voracidade dos mercados internacionais, o solo dos Cerrados aos imperativos da produção agrícola em grande escala.

¹⁴⁰ Ainda em relação à importância direta do crédito rural, especificamente e restringindo um pouco mais para um recorte espacial relativo ao oeste do estado da Bahia, apenas nos municípios daquela fronteira do Agronegócio como Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Correntina, Jaborandi, Cocos e São Desidério, os números compilados por Frederico e Buhler (2015) trazem uma realidade ainda mais impactante, indicando que no ano de 2012 foram captados “cerca de R\$ 2,6 milhões em pouco mais de cinco mil contratos, valor equivalente a 56,5% do total arrecadado pelo estado da Bahia e 30,2% do total de crédito destinado a todos os municípios da região Nordeste. Entre 2000 e 2012, enquanto o valor total do crédito rural disponibilizado pelo estado brasileiro cresceu pouco mais de 200%, no oeste da Bahia o crescimento foi de 2.098%”. (FREDERICO; BUHLER, 2015, p. 202).

Considerado, até os anos 1970 do século XX, como terra pouco favorável à produção agrícola os Cerrados do Brasil central eram explorados economicamente majoritariamente pela atividade da pecuária extensiva que, devido às características florísticas e estruturais do bioma¹⁴¹, dele pouco se exigia em termos de recursos para sua produção.

O maior impedimento para a produção agrícola comercial nos Cerrados se deve à baixa fertilidade dos seus solos predominantemente ácidos (pH baixo) e com pouca concentração de cálcio, fatores que o sujeitam à perda acentuada de minerais pelo processo de lixiviação. Outro atributo pedológico dos Cerrados que dificulta a sua fecundidade é a pouca presença de fósforo assimilável, com média ou baixa disponibilidade de nitrogênio e potássio trocável, e teor baixo e/ou muito baixo de cálcio e magnésio trocáveis (DINIZ, 2006, p. 93). Um fator que contribui para o empobrecimento maior dos solos do Cerrado é o fator climático, com a predominância de uma grande diferenciação pluviométrica, com um período de seca e outro bastante úmido, característico do regime climático estacional. A forte percolação causada pela intensa concentração de chuvas entre os meses de outubro e março acentuam o processo de lixiviação, colaborando decisivamente para a perda de nutrientes.

A solução desenvolvida pela EMBRAPA¹⁴² para remediar as carências¹⁴³ do solo dos Cerrados, especificamente aquele decorrente das baixas concentrações de cálcio, foi a prescrição técnica da calagem¹⁴⁴ - aplicação de calcário (CaCO_3) que é um carbonato de cálcio e magnésio - e adubação, tanto com macro quanto com micronutrientes, podem torná-los férteis e produtivos, seja para a cultura de grãos ou de variedades frutíferas, para agir diretamente como neutralizador da acidez do solo. Uma vez encaminhada e superada a questão da correção das carências

¹⁴¹ Revista Brasileira de Biociências, Porto Alegre, v. 5, supl. 2, p. 102-104, jul. 2007

¹⁴² A EMBRAPA - responsável pelo desenvolvimento de tecnologias agrícolas dedicadas para as características específicas do Cerrado, criou um núcleo próprio para o tema, a EMBRAPA/CPAC1 - Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados, atualmente designada EMBRAPA - CERRADOS.

¹⁴³ Entendemos que as “carências” indicadas em relação aos solos dos Cerrados, se restringem às perspectivas de exploração econômica impostas pelo Agronegócio uma vez que, ancestralmente, os solos dos Cerrados têm sido utilizados satisfatoriamente para a produção agrícola convencional.

¹⁴⁴ Disponível em: <http://eco.ib.usp.br/cerrado/index.htm>

intrínsecas ao solo do Cerrado que converteu milhões de hectares de terras¹⁴⁵ para a apropriação pela agricultura comercial (que mais tarde ganharia o imaginário, a mídia, parte da academia e glamour como “Agronegócio”), o próximo movimento foi dirigido para assegurar que a oportunidade de acesso à essa generosa conjunção da “*grande disponibilidades de terras mais crédito agrícola subsidiado*” resultasse em uma equação rentável para os detentores da terra e do capital (DINIZ, 2006).

Foi a partir desse contexto que o protagonismo passou a ser assumido pelos defensores do moderno arsenal agroquímico composto por fertilizantes e Agrotóxicos desenvolvidos a partir do conhecimento científico derivado da fase terminal do fenômeno da Revolução Verde. As variadas armas desse arsenal proporcionariam excepcionais ganhos de produtividade para a agricultura comercial não obstante os impactos indelévels causados tanto ao meio ambiente quanto aos processos produtivos no campo que, a partir de então, estariam irreversivelmente submissos ao capital.

Afirmamos isso porque no campo brasileiro como um todo e, especificamente, nos Cerrados passa a prevalecer a versão – alavancada pela propaganda dos feitos da pesquisa agrícola dirigida - que o progresso trazido pelas inovadoras tecnologias e insumos altamente científicos e reificados na forma da Agricultura de Precisão, são absolutamente indispensáveis para a produção agrícola.

Coincidentemente, os portadores dessa emergente realidade são as grandes corporações produtoras de Agrotóxicos e de insumos agrícolas que, em coparticipação com os demais atores do *establishment* do Agronegócio mundializado, se esforçam para explorar e construir, através de estratégias de comunicação social engendradas pelo arranjo geopolítico-financeiro-científico-midiático, a fábula da dependência da agricultura em relação a esse repertório.

Entendemos que esse avanço do Agronegócio mundializado sobre os Cerrados foi facilitado pelo domínio que as oligarquias latifundistas ainda exercem sobre as dinâmicas territoriais no país (como demonstramos quando abordamos os antecedentes históricos e as singularidades da questão agrária no Brasil)

¹⁴⁵ Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/tccerrado/>; e <https://www.embrapa.br/cerrados>. Acesso em 03 de fevereiro de 2018.

notadamente aquelas que remetem à posse de áreas de reserva e que são, portanto, passíveis de serem griladas pelos detentores do capital e revertidas à exploração pelo Agronegócio.

4.3.1 Confabulando as Estratégias de Marketing

O encadeamento estratégico que existe para promover o Agronegócio mundializado como aglutinador, produtor e difusor da construção social da fábula da dependência da agricultura em relação aos Agrotóxicos, passa, obrigatoriamente, por uma precisa e articulada campanha publicitária que envolve a totalidade dos atores do arranjo geopolítico-financeiro-científico-midiático que o sustenta.

O objetivo maior desse processo é tornar pública a idéia que as empresas da cadeia produtiva do Agronegócio, assim como seus produtos e serviços conexos, merecem ser aceitas por simbolizarem, numa tríade virtuosa, a “modernidade científica” - fruto da prevalência da ciência sobre o empirismo, a “eficiência econômica” – devido aos resultados de maior produtividade no campo, e o “respeito à vida” – decorrente da sua condição de sustentabilidade ambiental.

Tal concertada propaganda institucional está sujeita, no entanto, às restrições impostas no âmbito da Constituição Federal¹⁴⁶ e de outras regras que compõe o citado sistema normativo dos Agrotóxicos, em especial a Lei 7802/89 e a Lei 9294/96¹⁴⁷.

Os principais dispositivos legais são bastante claros quanto à extensão da proibição de fazer propaganda de Agrotóxicos, vejamos respectivamente:

“A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso” (Art. 220, parágrafo 4º da Constituição Federal. Grifo nosso)

“A propaganda comercial de agrotóxicos, componentes e afins, em qualquer meio de comunicação, conterá, obrigatoriamente, clara advertência sobre os riscos do produto à saúde dos homens, animais e

¹⁴⁶ Ver Constituição Federal Art. 220, § 4º.

¹⁴⁷ Ver Lei 9294/96, o Decreto 4074/02 e a Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

ao meio ambiente, e observará o seguinte [...]” (Art. 8º da Lei 7802/89. Grifo nosso)

“A propaganda de defensivos agrícolas que contenham produtos de efeito tóxico, mediato ou imediato, para ser humano, deverá restringir-se a programas de rádio ou TV e publicações dirigidas aos agricultores e pecuaristas, contendo completa explicação sobre a sua aplicação, precaução no emprego, consumo ou utilização, segundo o que dispuser o órgão competente do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, sem prejuízo das normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde ou outro órgão do Sistema Único de Saúde” (Art. 8º da Lei 9294/1996. Grifo nosso)

Diante desse quadro adverso, para neutralizar as vedações legais, os esforços publicitários e midiáticos das grandes corporações produtoras de Agrotóxicos foram concentrados em uma estratégia que busca atenuar o caráter deletério dos seus produtos, atrelando-os, dissimuladamente, ao contexto fabuloso do Agronegócio mundializado.

Essa conveniente articulação implícita permite que os objetivos básicos da propaganda continuem sendo seguidos, ou seja, que a divulgação de informações para mudar ou influenciar as atitudes das pessoas (agentes) em relação à uma crença ou idéia se materialize (KOTLER, 2006).

Entendemos que esse processo de convencimento do arranjo geopolítico-financeiro-científico-midiático quanto à onipotência e ao caráter hegemônico do Agronegócio mundializado e do seu pacote químico tecnológico se estruturou a partir de fabulosas narrativas direcionadas aos produtores, aos promotores institucionais/formadores de opinião e voltadas ações ao público em geral. É se constata, por exemplo, num *outdoor* publicitário situado no epicentro do cultivo do Agronegócio mundializado, no município de Sapezal, no Mato Grosso.

Figura 1: Propaganda do evento promovido pela parceria entre as corporações produtoras de Agrotóxicos e entidade do Agronegócio (Fundação MT) em Sapezal-MT.

Fonte: Trabalho de Campo em Sapezal, MT: Dez./2017.

A alternativa adotada pelas corporações produtoras de Agrotóxicos encontra abrigo na percepção positiva que o Agronegócio mundializado desfruta como gerador de riquezas e de desenvolvimento para o país¹⁴⁸. Tal sentimento de pujança econômica e, por consequência, de onipotência é devido, em grande parte, ao fato que a crise econômica que assolou o Brasil nos últimos três anos foi sensivelmente menos sentida no segmento do Agronegócio. Enquanto o PIB brasileiro experimentou uma queda de 7,20 % no biênio 2015/6¹⁴⁹, o PIB referente ao segmento do Agronegócio observou um crescimento de 4,50% no mesmo período¹⁵⁰.

Esse cenário favorável em meio a um quadro geral de pessimismo econômico suscitou a oportunidade de incrementar o aparato de propaganda e *marketing* do Agronegócio mundializado e que trazia, por extensão, as corporações produtoras de

¹⁴⁸ Ver <http://www.cnabrazil.org.br/noticias/dados-do-ibge-confirmam-o-agronegocio-brasileiro-como-principal-suporte-da-economia-do-pais>

¹⁴⁹ Ver <http://www.valor.com.br/brasil/4890366/pib-do-brasil-cai-72-em-dois-anos-pior-recessao-desde-1948>

¹⁵⁰ Ver <http://www.valor.com.br/agro/4921342/pib-do-agronegocio-cresceu-45-em-2016-diz-cna>

Agrotóxicos. Essa relativa prosperidade¹⁵¹ no campo, por sua vez, fez com que ocorresse uma forte movimentação no sentido de difundir e alardear, internamente e também para o exterior, o momento da expansão do Agronegócio mundializado no Brasil. A tarefa de promover o Agronegócio mundializado e de gerar oportunidades e plataformas promocionais a partir de conteúdos jornalísticos voltados ao setor que propiciassem retorno publicitário levou as empresas de comunicações a desenvolverem estratégias e estruturas operacionais dedicadas exclusivamente para o segmento do “Agronegócio”.

Nesse sentido, o maior grupo de comunicações do Brasil, as Organizações Globo, desenvolveu, a partir da sua principal empresa – a Rede Globo de Televisão¹⁵² (Rede Globo) – uma abrangente plataforma de mídia voltada ao mercado publicitário do Agronegócio¹⁵³.

Denominado fabulosamente de “Mapa da Mina¹⁵⁴” o qual, segundo a emissora: “é um importante instrumento de planejamento de mídia que permite potencializar os resultados da comunicação com o consumidor, a partir de um levantamento com informações do agronegócio no Brasil”. O material promocional destinado aos anunciantes (potenciais usuários da plataforma) expõe todo o encantamento da Rede

¹⁵¹ Entendemos que essa “prosperidade no campo” é relativa pois enquanto o Agronegócio se expandia houve o agravamento da violência e das conflagrações no campo brasileiro. Note-se que, ao contrário do que ocorre em relação à cobertura jornalística do Agronegócio, os maiores veículos de comunicação do Brasil não dão ênfase a esse fenômeno na sua cobertura jornalística. Ver <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/3727-conflitos-no-campo-brasil-2016>

¹⁵² A “Rede Globo de Televisão” será tratada a partir desse ponto simplesmente como “Rede Globo”, incluindo, nessa definição, as principais afiliadas da empresa que têm presença significativa nos principais mercados do Agronegócio brasileiro divididas, respectivamente, nos seguintes estados brasileiros: São Paulo - EPTV (Regiões de Campinas e Ribeirão Preto), TV TEM (Regiões de Bauru, São Jose do Rio Preto e Sorocaba); Mato Grosso – TV Centro América (todas as regiões do estado); Mato Grosso do Sul – TV Morena (todas as regiões do estado); Goiás – TV Anhangüera (todas as regiões do estado); Tocantins - TV Anhangüera (todas as regiões do estado); Bahia – TV Oeste (Região de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães); Maranhão – TV Mirante (todas as regiões do estado); Rondônia – TV Amazônica (todas as regiões do estado); Minas Gerais – TV Integração (todas as regiões do estado); Paraná – RPC (todas as regiões do estado) e Rio Grande do Sul – RBS (todas as regiões do estado).

¹⁵³ Por questões que entendemos ser de natureza mercadológica, a Rede Globo adota a expressão “Agro” para fazer menção, em suas vinhetas publicitárias, ao Agronegócio. O uso da expressão “Agro” também ocorre em materiais publicitários divulgados pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).

¹⁵⁴ Ver <http://www.portfolioglobo.com.br/mapadamina/>

Globo com o “Agro”, ganhando contornos triunfais e que, entendemos, novamente, tem teor fabuloso:

“SIGA O MAPA DA MINA E FAÇA GRANDES INVESTIMENTOS

- Que o agronegócio é um dos setores de maior sucesso no Brasil e que anualmente movimenta bilhões de reais em nossa economia, muita gente já sabe. Mas o que a maioria das pessoas nem imagina é que por trás disso há uma enorme cadeia produtiva que se espalha pelos quatro cantos deste país ao longo do ano, ao sabor das culturas e de suas safras. Siga as orientações do nosso Mapa e conquiste excelentes resultados de mídia para sua marca ou produto. Afinal, a regra é simples: ofertar onde há demanda traz sempre melhores resultados!” (REDE GLOBO, 2017, p. 4)

Como não se pode falar em “Mapa da Mina” sem citar, nominalmente, o vil metal, a referência ao dinheiro e à cadeia de consumo do Agronegócio também é feita de forma bastante enfática:

“O DINHEIRO DO AGRO CIRCULA MUITO ALÉM DA ÁREA RURAL !

O agro não está só no campo e na lavoura. Está na mesa das pessoas, no comércio, na indústria, está por toda parte! A riqueza gerada pelo agronegócio movimenta os outros setores da economia, formando uma grande cadeia de consumo que se renova a cada safra. Essa cadeia começa no planejamento do produtor rural, desde a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de insumos, como sementes ou adubos, contratação de mão de obra, de serviços. Com a colheita e a venda da produção, é dinheiro na mão do produtor e dos trabalhadores rurais, que poderão comprar eletrodomésticos, celulares, trocar de carro, viajar, sair mais... São mais empregos gerados, mais pessoas com poder de consumo, mais compras. É um efeito multiplicador que gera novas cadeias de consumo e impulsiona a economia” (REDE GLOBO, 2017, p. 6-7)

O Mapa da Mina faz uma referência explícita tanto à concentração de renda gerada pela comercialização da safra quanto ao alcance e à dispersão geográfica da maior rede de televisão do país:

“O Mapa da Mina é um importante instrumento de planejamento de mídia que permite potencializar os resultados da comunicação com o consumidor, a partir de um levantamento com informações do agronegócio no Brasil. O quadro Concentração de Renda Agrícola sinaliza de forma clara e objetiva, mês a mês, qual é concentração de renda gerada pela comercialização de uma ou mais culturas na região de cobertura das 123 emissoras que compõem a Rede Globo” (REDE GLOBO, 2017, p. 10)

Outra crucial informação trazida pelo Mapa da Mina diz respeito a uma pesquisa realizada para mostrar o perfil do produtor rural, como se dá sua relação

com a tecnologia e de que forma ele usa os meios e veículos de comunicação para sua informação e entretenimento:

“A Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMR&A) disponibilizou em maio/2017 uma nova onda da Pesquisa Hábitos do Produtor Rural. Em sua 7ª edição, o estudo, realizado pela Informa Economics (IEG/FNP), investigou o perfil do produtor rural, seus hábitos de compra, envolvimento com a tecnologia e, principalmente, seus hábitos de mídia: os meios e veículos de comunicação que consulta para sua informação profissional e para seu entretenimento. Público-alvo da pesquisa: homens e mulheres responsáveis pela decisão de compra e uso de insumos agropecuários, máquinas e implementos agrícolas para a propriedade. A pesquisa quantitativa teve uma amostra realizada de 2.835 entrevistas pessoais junto a propriedades de pequeno, médio e grande portes, em 15 estados brasileiros, envolvendo 11 culturas agrícolas e 4 rebanhos. Alguns aspectos levantados merecem destaque, como a redução da idade média dos produtores e maior participação das mulheres na gestão de atividades relacionadas ao agronegócio. O levantamento mostrou mais uma vez que o meio TV e, principalmente, a programação da Globo são fundamentais para quem deseja atingir de forma mais eficaz o público rural” (REDE GLOBO, 2017, p. 25-9)

Os dados da pesquisa evidenciam que a “TV é o meio de comunicação mais utilizado pelos produtores para se manterem atualizados sobre a atividade agropecuária” e que a Rede Globo é a “preferida dos produtores rurais” (REDE GLOBO, 2017, p. 26). Um importante dado qualitativo trazido pela pesquisa indica que dentre os maiores picos de audiência experimentados pela Rede Globo¹⁵⁵, o segundo colocado ocorre na programação que exhibe conteúdos específicos, produzidos pela emissora, dedicados à temática do Agronegócio, como o programa Globo Rural¹⁵⁶.

¹⁵⁵ Ver, REDE GLOBO, 2017, p. 29.

¹⁵⁶ O programa Globo Rural foi lançado em 1980, sendo o primeiro programa jornalístico exibido em rede nacional de televisão centrado na agropecuária. Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/main.jsp?lumPageId=FF8080813B2DDA1D013B2E2530B920C0&query=GLOBO+RURAL>. Acesso em 06 de fevereiro de 2018.

Figura 2: Material sobre o Agronegócio na TV Globo, mencionando o Programa Globo Rural

Fonte: Website da Rede Globo, disponível em <http://negocios8.redeglobo.com.br/PDF/MidaKit/9-0085%20FolderAgroNegocio%20L12-Spreads.pdf>

A produção do Globo Rural serve como principal plataforma a partir da qual as ações do marketing direcionado ao Agronegócio são exibidas e também onde é difundido um mix de matérias sobre: a produção agropecuária (incluindo a promoção de técnicas lastreadas na Agricultura de Precisão); os modos de vida e tradições no meio rural e a respeito de questões relativas à sanidade vegetal e animal no campo brasileiro. É nesse último quesito, sobre a sanidade vegetal, que ocorre a interação com especialistas e técnicos que, por sua vez, intercedem, conforme o caso específico, podendo recomendar o uso de Agrotóxicos no tratamento da lavoura.

Para robustecer suas interações com o Agronegócio mundializado e com a cadeia de valor e de concentração de renda a ele atrelados (conforme apontado no Mapa da Mina) a Rede Globo – fazendo uma leitura oportuna quanto à prosperidade que ocorria no Agronegócio mesmo em meio ao auge da crise econômica que assolava o país – lançou, em 2016, a campanha concebida pelas suas gerências de Marketing e de Comunicação “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil” a qual, segundo o Diretor Comercial da empresa, Roberto Schmidt, pretende:

“conectar o consumidor com o produtor rural e ao mesmo tempo desmistificar a produção agrícola aos olhos da sociedade urbana. O agronegócio tem que investir na construção de sua marca junto à população em geral, a fim de criar empatia e confiança. Queremos mostrar que a riqueza gerada pelo agronegócio movimentará os outros setores da economia. A idéia é fazer com que o brasileiro tenha orgulho do agro”¹⁵⁷ (Grifo nosso)

Acompanhados pela vinheta "Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo", a campanha tinha como objetivo:

“tratar a importância dos produtos agrícolas e das coisas do campo para a sociedade brasileira. Os produtos agrícolas estão inseridos no dia-a-dia de todo cidadão urbano. Procuramos também sempre citar quantos empregos aquela atividade agrícola gera e quanto ela movimentará na economia”¹⁵⁸ (Grifo nosso).

As manifestações exaradas pelo executivo da Rede Globo sobre os objetivos da campanha “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil” corroboram o nosso entendimento de que existe um movimento concertado para impor a ideologia hegemônica do Agronegócio mundializado. Nesse contexto, estão presentes a tríade fabulosa do “sucesso” composta pelos seguintes elementos: a tecnologia da Agricultura de Precisão (“Agro é Tech”), o caráter atual e positivo do Agronegócio (“Agro é Pop”) e o seu maior e mais relevante atributo, a onipotência (“Agro é Tudo”).

Assim, dentro desse fenômeno de imposição ideológica alinharam-se, no que denominamos de *establishment* midiático patrocinado pelo Agronegócio mundializado, os maiores grupos de comunicações do Brasil¹⁵⁹ - os quais, devido à

¹⁵⁷ Ver <http://www.startagro.agr.br/por-que-o-agronegocio-precisa-de-uma-comunicacao-moderna/>. Acesso em 08 de fevereiro de 2018.

¹⁵⁸ Ver <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/10/agronegocio-e-valorizado-em-campanha-da-rede-globo.html>

¹⁵⁹ As iniciativas da Rede Globo em relação ao Agronegócio mundializado foram mimetizadas pelo Grupo Bandeirantes de Comunicação (Bandeirantes) que inaugurou, em 2005, o Canal Terra Viva. Cobrindo quase a totalidade do território nacional e com um conteúdo voltado exclusivamente ao Agronegócio o Canal Terra Viva lançou a campanha Somos Agro, que é a variante da Bandeirantes do “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil”.

Ver: <http://tvterraviva.band.uol.com.br/>

No mesmo sentido, o Grupo J & F, pertencente à família Batista e um dos maiores produtores de proteína animal do mundo, é proprietário do Canal Rural. Ver: <http://www.canalrural.com.br/>

Destacamos a participação das seguintes empresas de mídia que também tem forte atuação e que produzem conteúdo sobre o Agronegócio: Grupo Folha de São Paulo, o Grupo Estado de São Paulo, Grupo RBS e Editora Três. Digno de nota é, também, o fato que dentre os dez maiores jornais do Brasil de circulação paga por ano, cinco - O Globo (RJ), Folha de São Paulo (SP), Estado de São Paulo (SP), Zero Hora (RS) e Correio do Povo (RS) - têm seções e/ou cadernos regularmente dedicados à temática do Agronegócio. As duas maiores revistas mensais de circulação nacional dedicadas ao tema Agronegócio: Globo Rural (Editora Globo) e Dinheiro Rural (Editora Três) têm, respectivamente, uma tiragem de 75.000 e 24.000 exemplares. Fonte: <https://www.ivcbrasil.org.br/>

sua relevância “pautam” os principais temas e conteúdos e servem de caixa de ressonância para o resto da imprensa - além das grandes empresas com atuação direta no Agronegócio bem como de empreendimentos de “outros setores da economia”, com forte participação do setor bancário¹⁶⁰, que buscam expandir seus negócios para capitalizar a “riqueza gerada pelo agronegócio” que “movimenta os outros setores da economia, formando uma grande cadeia de consumo que se renova a cada safra”.

4.3.2 O Marketing do Agronegócio Mundializado no Brasil – a perspectiva do estrangeiro

Entendemos que no Brasil esse processo de convencimento do êxito do Agronegócio mundializado - integrado subliminarmente à idéia da cogente utilização de Agrotóxicos - traz como importante componente adicional a participação de forças hegemônicas do *establishment* do capitalismo global. Nos referimos às expectativas que os atores produção capitalista internacionalizada têm quanto à aptidão do campo brasileiro desempenhar, entre outras narrativas fabulosas, seu papel de “*celeiro do mundo*”¹⁶¹.

Figura 3: Página inicial da Bayer Crop Science na Internet.

¹⁶⁰ Além dos bancos controlados pela União, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, os três maiores bancos do país, Itaú, Bradesco e Santander têm ampliado sua participação no fomento ao Agronegócio e nas suas “cadeias de consumo”.

¹⁶¹ Como anteriormente demonstrado, essa designação exagerada encerra, também, uma perspectiva fabulosa a qual foi reiteradamente utilizada por vários líderes brasileiros. Vide páginas 24 e 25, supra.

Fonte: Website internacional da Bayer CropScience disponível em: <https://www.cropscience.bayer.com/en/stories/2014/agriculture-in-brazil-champions-of-soy>. Acesso em 27 de fevereiro 2018.

Para além da já antológica visão de um país tropical exótico e superlativo, aos olhos dos estrangeiros surge uma nova onda de mitificação do país que, assim, reuniria todos os fatores essenciais para alimentar o mundo tais como grande disponibilidade de terras, recursos hídricos abundantes, e insolação adequada para a exploração agrícola na extensa faixa macroclimática que compreende o território brasileiro (figura 3, supra).

Nos Cerrados, reconhecidamente, área preponderante da produção das *commodities* exportáveis do Agronegócio, todas as condições edafoclimáticas mencionadas iriam se somar às vantagens do relevo predominantemente suave das chapadas e chapadões e, portanto, amplamente favoráveis à mecanização modernizadora do Agronegócio (ROSS et al., 2011)

A demanda global por terras aráveis e por *commodities* agrícolas que eclodiu após a crise financeira de 2008 vai marcar o início de um renovado ciclo de interesse no campo brasileiro. Esse interesse viria a ficar ainda mais irrefreável com a perspectiva trazida pela crença que o *establishment* do Agronegócio mundializado tinha ao seu dispor todo o repertório tecnológico necessário para, de fato, transformar o Brasil no celeiro do mundo.

Ao repertório tecnológico juntaram-se múltiplos lobbies na forma do arranjo geopolítico-financeiro-científico-midiático do capitalismo hegemônico internacional. A título ilustrativo, podemos destacar dois artigos publicados justamente por duas entidades as quais, uma pela sua representatividade ideológica como formadora de opinião dentre os defensores do liberalismo econômico clássico e a outra pelo seu peso político-institucional no plano dos países hegemônicos do capitalismo, reiteram o momento do mitificado redescobrimento do campo brasileiro.

O primeiro artigo foi publicado na edição internacional da influente revista britânica de orientação econômica ideológica liberal, *The Economist*. Sob o título “O Milagre do Cerrado”¹⁶² o artigo discorre, em um tom que oscila entre o ufanismo e a

¹⁶² Título original em inglês: “The Miracle of the Cerrado”.

promoção ideológica do Agronegócio, sobre o advento da produção agrícola comercial no Cerrado, trazendo as particularidades físicas geográficas e o potencial econômico existente naquele bioma e, também, no Brasil. O texto aborda a concentração fundiária existente no Brasil comparando-a à realidade existente nos Estados Unidos, demonstrando a diversidade da produção representada por três lavouras (algodão, soja e milho) enquanto estabelece uma relação fabulosa ao compara as diferenças escalares ao afirmar que “o tamanho de uma fazenda nos Cerrados do oeste baiano e o tamanho médio das propriedades no estado norte americano do Iowa pode alcançar a impensável relação de duzentas vezes para uma vez”¹⁶³.

A publicação enfatiza o papel da EMBRAPA na submissão da natureza dos Cerrados aos ditames da ciência, usando como exemplo o “preparo da terra com a aplicação calcário e fertilizantes o que já a transformou em oceanos brancos de algodão”¹⁶⁴. Outro trecho do artigo faz uma jocosa analogia dizendo que tal produção agrícola excepcional “estaria acontecendo no Piauí, que seria a Timbuktu do Brasil, uma área remota, um pouco anárquica onde o posto de saúde mais próximo fica a meio dia de distância e a maioria das pessoas vive do pagamento de assistência social pelo Estado - não é nada menos que um milagre”¹⁶⁵.

Assim, equilibrando o texto entre dados econômicos formidáveis, comparando-os com informações de outros países e fazendo uso de alegorias fabulosas que denotam traços antológicos, o artigo da *The Economist* vai elaborando um *constructo* extremamente favorável não à agricultura brasileira, mas, essencialmente, às potencialidades do Agronegócio mundializado que estaria em processo de territorialização no Brasil. A menção ao nível relativamente baixo de utilização de subsídios estatais pelos agricultores brasileiros quando comparados com aqueles percebidos por agricultores norte americanos, europeus e por agricultores de países

Disponível em <http://www.economist.com/node/16886442>

¹⁶³ Texto original em inglês: “...this farm at Jatobá will plant and harvest cotton, soybeans and maize on 24,000 hectares, 200 times the size of an average farm in Iowa”.

¹⁶⁴ Texto original em inglês: “...prepared with lime and fertilizer; and some have already been turned into white oceans of cotton.”

¹⁶⁵ Texto original em inglês: “...this is happening in Piauí - the Timbuktu of Brazil, a remote, somewhat lawless area where the nearest health clinic is half a day's journey away and most people live off state welfare payments—is nothing short of miraculous”.

membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, é considerada “impressionante” pela publicação ¹⁶⁶.

Saindo um pouco dos aspectos econômicos é na abordagem dos fatores naturais que a artigo propaga com mais veemência os diferenciais que fariam do Brasil a opção ideal para, na condição de potencial “celeiro do mundo”, alavancar investimentos e expandir ainda mais o Agronegócio. Dentre esses fatores, dois mereceram e dedicada atenção da revista: a quantidade de terras aráveis ainda não exploradas e a disponibilidade de recursos hídricos existentes no país. Enaltecendo os números projetados pela FAO (que são inclusive mais generosos que os próprios números reconhecidos, segundo a revista, oficialmente pelo Brasil) que colocam o país na liderança incontestada quanto à ocorrência de terras potencialmente aráveis com “mais de 400 milhões de hectares, ainda que apenas 50 milhões estejam sendo explorados”. Segundo a publicação, “oficialmente o Brasil reconhece 300 milhões de hectares”, o que, “de qualquer modo, é uma vasta quantidade”.

Em relação a esses dados, especificamente, chamam atenção o desprezo editorial pela diferença, de 100 milhões de hectares na quantidade de terras potencialmente aráveis, apontada entre os números da FAO e aqueles citados como reconhecidos pelo Brasil. Acreditamos que esse “descuido”, ainda que enquanto dado de uma análise empírica, reforça a postura e o tom promocional adotado pela *The Economist*. O segundo dos fatores naturais mencionados diz respeito à questão da disponibilidade de recursos hídricos para a produção agrícola existentes no Brasil.

O artigo da *The Economist* aponta que “o Brasil tem, também, mais água”. Usando como fonte o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Recursos Hídricos de 2009, segundo o qual “o Brasil tem mais 8.000 bilhões de quilômetros cúbicos de água renovável por ano, facilmente mais que qualquer outro país. O Brasil sozinho, (população: 190 milhões) tem mais água renovável que toda a Ásia (população: 4 bilhões)”.

Assim, a partir dessa narrativa exuberante (e contraditoriamente, também catastrófica) quanto à abundância do recurso natural mais essencial tanto à agricultura

¹⁶⁶ Para maiores informações a esse respeito ver o *paper* elaborado pela OECD intitulado: “Brazil - Agricultural Policy Monitoring and Evaluation”, disponível em <http://www.oecd.org/brazil/brazil-agriculturalpolicymonitoringandevaluation.htm>

e à humanidade, o texto situa o Brasil como detentor estratégico dos dois mais importantes ativos para o avanço do Agronegócio: terra e água.

O artigo faz ainda uma breve referência, no nosso entender de forma quase constrangida, aos problemas relativos à questão ambiental, ao afirmar que o Agronegócio “muitas vezes, é acusado de derrubar a floresta para criar suas fazendas, mas quase nenhuma desta nova terra encontra-se na Amazônia; mais sim no Cerrado”. A revista, assim, adota o entendimento que o Cerrado, enquanto o segundo maior dos biomas brasileiros e que representa 23% do território nacional, pode prescindir da sua existência para dar lugar à agricultura comercial, ao Agronegócio mundializado. Imaginamos que um assunto dessa importância e tão sensível como o dos impactos ambientais resultantes da atividade agrícola, tanto no presente quanto no futuro, deveriam merecer uma abordagem mais aprofundada.

O penúltimo segmento do artigo da *The Economist* retoma a contribuição que a EMBRAPA fez para o avanço da agricultura brasileira. Sem explicitar que a empresa nada mais fez do que seguir o receituário já percorrido no curso da Revolução Verde, a revista noticia a capacidade transformadora da EMBRAPA, argumentando que a mesma precisou, ainda que diante de tantas terras aráveis propícias para a exploração agrícola, que “criar terra, no sentido de, torna-la própria para a agricultura”, concluindo que o “Cerrado, ao representar 70% da produção agrícola do Brasil, se transformou no novo Meio-Oeste”. Por fim, essa alusão ao Meio-Oeste¹⁶⁷ norte americano, nada mais perpetra, segundo o nosso entendimento, além de uma propaganda subliminar com o intuito de conectar, no imaginário do leitor formador de opinião, a história de sucesso daquela que é a mais importante região agrícola dos Estados Unidos, e é igualmente alcunhada de “o celeiro dos Estados Unidos”.

A última parte do artigo explora a diferença existente entre as grandes e produtivas fazendas da agricultura comercial e as ineficientes fazendas “de passatempo”. Nesse sentido “estudos indicam que a metade das 5 mil das fazendas brasileiras faturam menos que R\$ 10.000,00 reais por ano e produzem apenas 7% da produção agrícola total, ao passo que as 1,6 mil grandes fazendas da agricultura comercial produzem 76% da produção agrícola total”. Nesse trecho final fica bastante

¹⁶⁷ De acordo com o US Census Bureau os estados que constituem a região de 1.943.879 de km² conhecida como Meio-Oeste são os seguintes: Illinois, Indiana, Iowa, Kansas, Michigan, Minnesota, Missouri, Nebraska, Dakota do Norte, Dakota do Sul, Ohio e Wisconsin.

evidente a opção por realçar a suposta eficiência e a superioridade das grandes fazendas da agricultura comercial, ou seja, dos latifúndios.

Deste modo, embalados pelo encantamento com as perspectivas de um campo brasileiro convertido em “celeiro do mundo” por intervenção do Agronegócio avalizado pelo capital e pela ciência, os agentes formadores de opinião do capitalismo liberal, representados pela força dos meios de comunicação, monopolizados por poucas empresas (que têm entre seus principais patrocinadores, grandes conglomerados corporativos dos setores financeiro, energético, de transportes, de bens de consumo e do complexo industrial agrícola-alimentar) que consideram a informação como um produto e que estimulam uma tentativa de promover a transmutação dos valores e das paisagens prósperas do Meio-Oeste norte americano para os Cerrados brasileiros, mesmo que esse processo resulte em transformações irreversíveis e na extinção do próprio bioma (GUARESCHI; ROMANZINI; GRASSI, 2008) (PORTO, 2014).

O segundo e mais recente artigo editado na forma de um relatório, datado de 2014, e intitulado “*O Próximo Celeiro do Mundo – Como a América Latina Pode Alimentar o Mundo*”, ainda que não seja um estudo específico sobre o Brasil, destaca enfaticamente as potencialidades do campo brasileiro (TRUITT-NAKATA; ZEIGLER, 2014).

Inicialmente, é fundamental notar que o relatório teve a chancela do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, organização de fomento integrante do sistema financeiro internacional criado a partir da conferência de Bretton Woods e, também, da *Global Harvest Initiative* – GHI, uma entidade financiada pelo e de apoio institucional, científico e corporativo ao Agronegócio mundializado que, a partir da sua sede nos Estados Unidos, reúne as maiores e mais importantes corporações do setor.

Segundo a sua comunicação institucional, a *Global Harvest Initiative* se apresenta como “Uma voz do setor privado para o crescimento da produtividade em toda a cadeia de valor agrícola para atender de forma sustentável as exigências de um mundo em crescimento”.

Deste modo, para difundir e fazer a “voz do setor privado” ser ouvida, a *Global Harvest Initiative* conta com a influência e o poder de corporações privadas e de

instituições públicas que abrangem um amplo espectro das cadeias produtivas do Agronegócio norte americano que foram mundializadas.

Fazem parte da *Global Harvest Initiative* as seguintes empresas¹⁶⁸ e entidades: Monsanto, DowDuPont Pioneer (Agrotóxicos e sementes transgênicas); Mosaic (fertilizantes); Elanco (produtos veterinários); AGCO, John Deere e Mitsubishi (maquinário agrícola); GrainPro e Ag Growth International (estocagem e logística); IBM e Fontagro (tecnologia da informação); Mondelez, Coca Cola, Unilever (indústria da alimentação); Universidade da Florida, Universidade de Purdue e CIAT (pesquisa agrícola); The Nature Conservancy, World Cocoa Foundation e SAI Plataforma (ONGs); SwissRe (seguros), e The World Food Programme, IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (instituições públicas internacionais).

Com um arranjo dessas proporções a *Global Harvard Initiative* não estaria a incentivar nenhuma outra perspectiva para o desenvolvimento da agricultura que não fosse aquela do Agronegócio mundializado. Desse modo, a peça de *marketing* institucional (convertida em relatório) por ela produzido em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento não tem outra finalidade a não ser a de divulgar um eloquente e ideológico enunciado com uma série de recomendações para que os países da América Latina, sob a sua liderança, pudessem se converter no “Próximo Celeiro do Mundo”.

A primeira das recomendações pede que ambos setores, público e privado estabeleçam o compromisso de incrementar as pesquisas agrícolas para que as inovações tecnológicas possam chegar mais cedo ao campo. O principal argumento utilizado pelos autores é que “na América Latina para cada 100 dólares em mercadorias produzidas pelo setor agrícola, apenas 1,10 dólares é investido em pesquisa agrícola, ao passo que nas economias mais desenvolvidas este investimento tende a ser mais de três vezes esse valor” (TRUITT-NAKATA; ZEIGLER, 2014, p. 22).

O texto ainda menciona o exemplo do Brasil que, “apesar de ser o país da região que mais investe em pesquisa e desenvolvimento, com 1,5 % do PIB agrícola em pesquisa, cerca de 40 % acima da média dos países da região, mas ainda abaixo

¹⁶⁸ Muitas destas empresas, diretamente ou por meio de subsidiárias, fazem parte do ranking das maiores corporações do Agronegócio mencionado nas páginas 31 e 32, *supra*.

dos 2 a 3 % investidos pelos países desenvolvidos” (TRUITT-NAKATA; ZEIGLER, 2014, p. 23).

Além de encorajar os gastos em pesquisas agrícolas por parte do setor privado, a entidade demanda que sejam reforçados os mecanismos de proteção da propriedade intelectual, a fim de que sejam preservados os direitos proprietários das corporações que dela participam ou que se beneficiem da sua ação.

Nas palavras da *Global Harvest Initiative*: “uma robusta proteção da propriedade intelectual é essencial para que as empresas tenham a capacidade de investir continuamente no desenvolvimento de novas tecnologias que ajudarão os agricultores a proteger e expandir a oferta de alimentos” (TRUITT-NAKATA; ZEIGLER, 2014, p. 26).

Entendemos que ao propor essa evidente intromissão no aparato jurídico institucional de cada um dos países envolvidos, a *Global Harvest Initiative* pretenda, de fato, minimizar os riscos de uma eventual absorção indevida de tecnologia por terceiros dentro da sua “cadeia de valor agrícola”.

Na recomendação seguinte, o que transparece é uma clara ação de *marketing* por parte da *Global Harvest Initiative*, que busca incrementar os serviços de extensão agrícola para que estes fiquem “mais fortes e mais eficazes” e, desta forma, atrelados às necessidades impostas pelas “novas tecnologias e mecanização para alcançar operações agrícolas produtivas, sustentáveis e financeiramente bem-sucedidas”. Parte fundamental desse processo, decerto, seriam “desempenhadas por ONGs e organizações multilaterais” de modo a “ajudar a replicar modelos de extensão eficazes em toda a região” (TRUITT-NAKATA; ZEIGLER, 2014, p. 28-9).

Outra vez, como já expusemos anteriormente, o contexto traz de volta o discurso da eficácia, da prevalência do que é originado a partir dos centros hegemônicos, pelo *establishment* do Agronegócio, ou seja, os preceitos da Agricultura de Precisão.

A submissão ao Agronegócio aparece no relatório, por vezes, de forma menos sutil ao sugerir que

“os agricultores devem cada vez mais ter avançadas habilidades de negócios e de *marketing*, a fim de tirar partido das novas oportunidades apresentadas pelas mudanças nas cadeias de valor agrícolas, em particular o aumento da agricultura comercial impulsionado por grandes

varejistas regionais e globais de alimentos” (TRUITT-NAKATA; ZEIGLER, 2014, p. 49).

Essa recomendação, no entanto, não surpreende, pois quem a enuncia tem entre seus associados estratégicos grandes corporações da “cadeia de valor agrícola” os, quais por sua vez, estão atrelados aos “grandes varejistas regionais e globais de alimentos”.

Outro importante item mencionado no relatório elaborado pela *Global Harvest Initiative* e pelo BID, trata da infraestrutura de transporte e logística associados à atividade agrícola comercial, requisitando uma ativa participação dos governos locais no financiamento de projetos para, ultimamente, beneficiar o Agronegócio.

O apelo não poderia ser mais eloquente:

“Em ordem para a América Latina e o Caribe realizarem o seu potencial de produtividade e exportação do comércio agrícola, os governos da região devem aumentar o investimento de infra-estrutura para, pelo menos, 4% do PIB. Este compromisso com a modernização de estradas rurais, portos e ferrovias - bem como processos aduaneiros, irrigação, energia e infra-estrutura de comercialização - irá reduzir os custos de transporte e aumentar a competitividade dos produtores agrícolas domésticos e empresas” (TRUITT-NAKATA; ZEIGLER, 2014, p.34-5).

Entendemos que, ao fazer esse reclamo, os parceiros *Global Harvest Initiative* e BID estão impondo e induzindo os países da América Latina a um círculo vicioso de sujeição e dependência em relação ao sistema financeiro internacional.

Esse nosso entendimento fica ainda mais claro quando analisamos outras duas recomendações contidas no relatório. A primeira delas trata do “suporte à irrigação, à gestão hídrica e à mecanização” enquanto a segunda aborda a questão do acesso dos produtores agrícolas aos “serviços financeiros, à gestão de riscos e à disponibilidade de crédito”.

Mais uma vez, ao convocar os “agentes responsáveis pelas políticas públicas e pelas empresas agrícolas” para unir esforços e recursos para o “avanço da pesquisa científica voltada a aumentar a eficiência na irrigação e no manejo da água”, os autores do relatório advogam “a adoção generalizada de técnicas que conduzam a uma utilização mais sustentável da água para fins agrícolas”, ou ainda quando intercedem - usando o mesmo argumento da cooperação entre o setor público e o privado – para “estabelecer parcerias inovadoras que promovam a investigação, o

desenvolvimento e a adoção da agricultura mecanizada”, nada mais fazem do que direcionar, aos seus apoiadores financiadores e parceiros institucionais, promissoras oportunidades de negócios (TRUITT-NAKATA; ZEIGLER, 2014, p. 37).

No caso específico da mecanização da agricultura, no Brasil, os parceiros da *Global Harvest Initiative* são três empresas tradicionais do mercado nacional de tratores e colheitadeiras, a Massey Fergusson - Valtra e a John Deere.

O mesmo se aplica, também, quando o objeto do relatório passa a ser os serviços financeiros, a gestão de riscos e a disponibilidade de crédito. Nesse caso, o relatório sugere que os agricultores busquem como forma de proteção a possíveis quebras na produção uma categoria de seguro oferecida pela segunda maior resseguradora do mundo e membro do Comitê Técnico da *Global Harvest Initiative*, a empresa suíça Swiss Re Group¹⁶⁹.

Essa breve análise referente ao relatório intitulado “O Próximo Celeiro do Mundo – Como a América Latina Pode Alimentar o Mundo” - elaborado pela Global Harvest Initiative em parceria com o braço regional para as Américas do Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, nos apresentou uma estratégia de *marketing* que tem se revelada bastante apropriada para atender os interesses ideológicos do *establishment* do Agronegócio mundializado.

Diferentemente do *marketing* puramente institucional no qual quem comanda as ações publicitárias não está buscando o lucro, a estratégia de *marketing* utilizada pelo *establishment* do Agronegócio reúne elementos da modalidade de *marketing* comumente adotada pelos chamados “grupos de interesse”.

Especificamente em relação ao *establishment* do Agronegócio, os grupos de interesse estruturam ações de *marketing* dissimuladas como se fossem iniciativas de *marketing* institucional enquanto também organizam e coordenam ações de lobby e de *marketing* social de modo a influenciar não apenas os legisladores e formadores de opinião, mas, ultimamente, toda a sociedade.

No contexto da atuação desses grupos de interesse e do *marketing* que eles direcionam ao mercado do Agronegócio brasileiro a situação se revela ainda mais

¹⁶⁹ Ver: http://www.swissre.com/rethinking/food_security/Brazil_the_future_breadbasket_of_the_world.html

intrincada devido ao interesse que os detentores do capital hegemônico têm quanto às potencialidades econômicas do campo brasileiro.

Os exemplos aqui expostos, da publicação do artigo na *The Economist* e do relatório da *Global Harvest Initiative* já explicitam, a partir dos próprios títulos, respectivamente, “O Milagre do Cerrado” e “O Próximo Celeiro do Mundo – Como a América Latina Pode Alimentar o Mundo” servem para demonstrar como o olhar estrangeiro aplica a fabulação (mitificação) para fazer o *marketing* global do Agronegócio brasileiro.

As estratégias e a força do *marketing*, no entanto, não ficaram limitadas às publicações citadas que intentaram dar um peso *quasi* científico aos seus respectivos textos, mas que, fundamentalmente, apenas promoveram um dissimulado repertório publicitário que buscou expor algumas qualidades e potencialidades que cada uma das empresas a elas associadas (e referidas nos respectivos textos) tem para vender diretamente, ou sob a forma de consultorias técnicas, soluções e produtos para o Agronegócio.

Muito dos esforços de *marketing* do Agronegócio mundializado em geral e dos Agrotóxicos em particular, é articulado e guiado pela fabulosa narrativa dedicada ao papel que o Agronegócio mundializado representa para o Estado, para a economia e para a sociedade brasileira.

Além das expressões importadas dos países centrais do capitalismo, majoritariamente dos Estados Unidos - o que aliás, não ocorre apenas em relação ao setor da agricultura comercial, pois não foi apenas o “*agribusiness*” que se converteu em “Agronegócio” - existe também uma banalização do uso de lugares-comuns para qualificar o Agronegócio mundializado que acabam se incorporando ao imaginário coletivo e que ganham força de uma verdade que, se pretende ver prevalecer incontestemente, absoluta.

Somando-se ao uso das frases e expressões comparativas e fabulosas que distorcem a natureza e a geografia do campo brasileiro, como as que definem regiões e biomas como se de fato fossem a “Califórnia” brasileira, o “novo Meio-Oeste” ou ainda o “celeiro do mundo”, existem outras que carregam um forte componente ainda mais alegórico e ideológico sendo que, dentre essas, uma que é mais vulgarmente utilizada – até por incorporar o viés neoliberal predominante entre os ruralistas e

devidamente incorporado ao discurso político da CPA - aquela que define o Agronegócio mundializado em voga no país como sendo “o Brasil que dá certo”.

Ainda que a análise das extensões e dos alcances econômicos, políticos, sociais e geográficos que a expressão “o Brasil que dá certo” encerra e incorpora não seja objeto do presente estudo, a nós cabe evocar quais elementos nela contidos têm conexão com a questão do *marketing* dos Agrotóxicos e com as repercussões destes para o processo de hegemonização e territorialização do Agronegócio mundializado no Brasil.

O “Brasil que dá certo” e que, a partir e sob a condução do Agronegócio mundializado, é difundido para ser reproduzido por todo o campo brasileiro, constitui um território não formal onde, ao mesmo tempo, o visível e o imaginário se confundem para, outra vez, erigirem uma versão fabulosa da realidade. É visível enquanto os agentes que o promovem estão a oferecer aos meios de comunicação (que, por sua vez, também podem pertencer a empresários ligados ou que sejam agentes Agronegócio¹⁷⁰) uma grande quantidade de dados científicos e econômicos-estatísticos que, reforçam a narrativa oficial de que os governos (federais, estaduais e municipais), enquanto na gestão do aparato estatal, fazem sobre o seu êxito.

É fabuloso e contraditório quando analisamos os dados estatísticos e indicadores sociais de algumas geografias¹⁷¹ do “Brasil que dá certo” segundo a perspectiva propagandeada Agronegócio mundializado. Podemos utilizar como exemplo os números relativos à cidade de Sinop, na chamada “fronteira norte” do Agronegócio no estado de Mato Grosso, que em apenas 43 anos após sua fundação tem uma população estimada pelo IBGE¹⁷² em mais de 135 mil habitantes, uma taxa de mortalidade infantil de 13,08 óbitos por mil nascidos vivos (que a coloca na posição 2474 de 5570 municípios brasileiros) e esgotamento sanitário adequado em apenas

¹⁷⁰ Ver Castilho, 2012.

¹⁷¹ De acordo com dados do IBGE a cidade de Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, tem uma taxa de mortalidade infantil média de 9.52 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.2 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 317 de 417 e 353 de 417, respectivamente. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/luis-eduardo-magalhaes/panorama>. Segundo o IBGE, a cidade de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, tem uma taxa de mortalidade infantil média de 11.36 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.3 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 307 de 645 e 332 de 645, respectivamente. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ribeirao-preto/panorama>

¹⁷² Dados IBGE relativos a Sinop, MT. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/sinop/panorama>

10,8% dos seus domicílios (ocupando a posição nº 4294 dentre os 5570 municípios do Brasil).

Como já expusemos, muitos desses dados científicos e econômicos-estatísticos têm origem na pesquisa agrícola dirigida com a reprodução do modelo econômico vigente e, portanto, comprometida com essa construção do conceito do “Brasil que dá certo”. A construção imagética do conceito do “Brasil que dá certo” é alicerçada em números e estatísticas superlativos. O Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário¹⁷³ deverá registrar um crescimento de 10,9% em 2017, de acordo com previsão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

No biênio 2016-2017 a produção de grãos deverá sair dos 232 milhões de toneladas para atingir mais de 288 milhões de toneladas no biênio 2026-2027. Indicando uma taxa de crescimento de mais de 24% em relação ao que se produz atualmente no campo Brasileiro. Ainda segundo o IPEA, “para os próximos dez anos a área total plantada com lavouras deve passar de 74 milhões de hectares em 2016/2017 para 84 milhões em 2026/2027, ou seja, um acréscimo de dez milhões de hectares”¹⁷⁴.

Ainda que esses dados possam insinuar que tal incremento estaria diretamente ligado aos ganhos de produtividade alcançados pelo Agronegócio brasileiro que, por seu turno, convalida esse feito à agricultura “moderna e precisa”, o fator preponderante para o aumento da produtividade é o aumento, como indica o IPEA, da área plantada.

É fato, também, que no campo do “Brasil que dá certo”, a agricultura “moderna e precisa” faz um uso brutal de Agrotóxicos e fertilizantes químicos.

Como havíamos indicado anteriormente, e confirmado por Pelaez (2016)

“a quantidade de agrotóxicos ingerida no Brasil é tão alta, que o país está na liderança do consumo mundial desde 2008. Desde este ano, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de consumo de Agrotóxicos. Os números falam por si, nos últimos dez anos o mercado mundial desse setor cresceu 93%, já no Brasil, esse crescimento foi de 190%, de acordo com dados divulgados pela Anvisa” (PELAEZ, 2016)

¹⁷³ O PIB do agronegócio considera os segmentos de insumos, produção primária, agroindústria e serviços, tanto no ramo agrícola quanto no pecuário. Fonte CEPEA, disponível em <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>

¹⁷⁴ Ver <http://sna.agr.br/pib-do-agronegocio-estimativas-de-crescimento/>.

Assim, constata-se que a conexão entre a produtividade e o consumo de Agrotóxicos não decorre de um *marketing* e de uma propaganda expressa, direta, veiculada maciçamente nos meios de comunicação e propalada pela grande mídia. Mesmo porque como indicamos anteriormente, a princípio, a questão do *marketing* dos Agrotóxicos é demarcada pelo fato da legislação brasileira restringir a propaganda comercial dos “defensivos agrícolas” sob a mesma justificativa teleológica que limita a propaganda de “produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos e terapias”.

As restrições formais à propaganda comercial dos Agrotóxicos, no entanto, não alcançam o intangível, o imaginário estabelecido entre seus usuários do Agronegócio de que, no pacote tecnológico da agricultura moderna, dos instrumentos de precisão (sejam de informações climáticas e meteorológicas, de instrumentos de geoposicionamento e de navegação, de medição de umidade e demais informações pedológicas) ao maquinário de última geração (veículos aéreos não tripulados, tratores, colheitadeiras, roçadeiras, plantadeiras, pulverizadores e dispersores de insumos agroquímicos) e, também, de equipamentos para a irrigação, os Agrotóxicos constituem uma parte indispensável sendo, portanto, sob esse contexto, um inofensivo coadjuvante nesse repertório da modernidade.

4.4 As Feiras Setoriais do Agronegócio Mundializado

A propaganda e o marketing do Agronegócio mundializado, da “agricultura moderna e precisa”, do “Brasil que dá certo” encontram nas feiras setoriais a estrutura apropriada para reforçar a exaltação da sua perspectiva fabulosa de produção agrícola. Reunindo elementos que evidenciam o consórcio entre as forças locais do Agronegócio mundializado e setores da administração pública em todas as regiões do país diretamente afetadas pelo seu processo de expansão, os vinte maiores desses eventos reuniram, em 2017, mais três milhões de visitantes e atingiram um faturamento estimado em mais de 15 bilhões de reais¹⁷⁵.

Este consórcio entre o Agronegócio e a administração pública (em quaisquer das esferas onde tais feiras aconteçam, federal, estadual e municipal), ao contrário do que as iniciativas de propaganda e *marketing* possam implicar, não traz o “novo” ou o

¹⁷⁵ Ver REDE GLOBO, 2017, p. 50

“moderno”, servindo apenas para estreitar os vínculos ancestrais e arcaicos existentes entre o poder econômico do capitalismo cingido no Agronegócio e as estruturas de poder do Estado.

Nesse sentido, as forças do Agronegócio não buscam sair da proteção do Estado, mas, pelo contrário, desejam nele se consolidar e se abrigar, vez que a confusão entre o público e o privado as beneficiam e retroalimentam as estruturas políticas e institucionais patrimonialistas e conservadoras (MARTINS, 1994).

Se, antes do relativamente recente processo de mundialização da economia, essas feiras tinham um escopo bem mais restrito e se limitavam à uma simplificada exposição de maquinários e implementos agrícolas às quais eventualmente também eram inseridos elementos culturais locais e regionais (como apresentações de dança e festivais gastronômicos), nos tempos atuais as feiras se converteram, acima de tudo, em sofisticados eventos para a realização de negócios que abrangem a aquisição de maquinário, a concessão de variadas modalidades de financiamentos, demonstrações técnicas dos novos equipamentos e, também, para o entretenimento dos seus visitantes.

São nesses eventos agora ampliados e repaginados que o arranjo geopolítico-financeiro-científico-midiático que suporta o Agronegócio mundializado apresenta, ao mundo exterior (e, portanto, aos capitais locais e internacionais) suas realizações, suas inovações e as suas concepções sobre seu futuro.

As feiras se constituem, desse modo, em local para onde convergem todos os atores protagonistas e coadjuvantes da cadeia produtiva do Agronegócio e, também, os bancos, as financeiras e as empresas de comercialização de *commodities*.

Figura 4: AGRISHOW – a referência da “Rota Oficial do Agronegócio”

Fonte: Trabalho de Campo na AGRISHOW, Ribeirão Preto, SP, maio de 2017.

A necessidade de lucrar e de reforçar a construção da imagem e da narrativa de protagonismo experimentado pelo Agronegócio brasileiro através da conquista técnico-científica e consequentemente territorial dos Cerrados se mostrou tão promissora que os organizadores da maior dessas feiras do Agronegócio brasileiro, a AGRISHOW, estabeleceram uma parceria estratégica de negócios com uma operadora internacional de feiras e eventos para alavancar sua exposição global¹⁷⁶.

O caso da AGRISHOW é bastante emblemático pelo fato dele reunir todos os elementos que constituem a exacerbação máxima do *marketing* do modelo em construção tanto do Agronegócio mundializado quanto de suas fábulas tóxicas.

¹⁷⁶ Desde 2015 a Agrishow é organizada em parceria com a empresa britânica Informa Exhibition PLC.

Criado por empresários que representam o grupo mais politicamente organizado do Agronegócio nacional, a AGRISHOW – “Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação” - é realizado anualmente em Ribeirão Preto, estado de São Paulo, cidade que este grupo político e empresarial denominou como sendo a “capital do Agronegócio”. Essa base ideológica e financeira criou as condições para a AGRISHOW se estabelecer como a maior e mais importante feira do Agronegócio na América Latina, tanto pela quantidade de marcas expostas quanto pelo volume de vendas¹⁷⁷. Esse protagonismo corroborou para que as lideranças do Agronegócio convertessem o evento AGRISHOW e as dinâmicas econômicas divulgadas a partir de Ribeirão Preto, como a Capital do Agronegócio, em referência nacional para a divulgação e legitimação do modelo de exploração moderna do campo brasileiro.

Parte dessa legitimação provém também do suporte e da parceria estratégica existente entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, a FAESP e os organizadores da AGRISHOW os quais são os maiores incentivadores do Agronegócio e remetem, mais uma vez, à pesquisa agrícola dirigida. O recinto onde se localiza a AGRISHOW é o Pólo Regional de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios do Centro – Leste¹⁷⁸ (Centro da Cana) o qual, por sua vez, está sob a responsabilidade da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) órgão dedicado ao fomento do Agronegócio no âmbito do governo paulista.

Na semana da realização da AGRISHOW, no entanto, os auditórios do “Centro da Cana” são convertidos em centros de promoção de produtos e de divulgação de pesquisas relacionadas às inovações e vantagens tecnológicas da agricultura de precisão, dos novos Agrotóxicos e fertilizantes à promoção de *startups* e à divulgação de estudos e pesquisas que enaltecem o Agronegócio mundializado e seu protagonismo. No recinto também são realizadas as demonstrações de maquinários e implementos agrícolas e as atividades chamadas de “dias de campo” com visitas selecionadas aos “*plots*” onde o agricultor e potencial consumidor pode interagir com os cultivares produzidos sob os ditames da ciência e da agricultura modernas.

¹⁷⁷ Ver REDE GLOBO, 2017, p. 52.

¹⁷⁸ A área é também conhecida por “a fazenda do IAC (Instituto Agrônomo de Campinas)” ou “fazenda do Estado” e serve de base para cursos e seminários de capacitação profissional dos produtores agrícolas e para a formação da sua mão de obra.

Também são nesses *plots* que as corporações dos Agrotóxicos incrementam suas ações de propaganda e *marketing* com a amostragem de espécies de plantas “tratadas” com as novas formulações de Agrotóxicos e introduzem as novas variedades vegetais aos agricultores e, entre estas, variedades geneticamente modificadas (figuras 5 e 6).

Figuras 5 e 6: “*Plots*” na AGRISHOW 2017

Fonte: Trabalho de Campo na AGRISHOW, Ribeirão Preto, SP, maio de 2017

Dentro de uma limitada escala de algumas dezenas ou centenas de metros quadrados, se conformam áreas cultivadas com rigor estético e imagético orientados pelo *marketing* para materializar os discursos da modernidade e da infalibilidade preconizados pelos Agrotóxicos. As visitas aos *plots* cenograficamente produzidos realçam e mimetizam a natureza para que ela seja, ao mesmo tempo, controlada, dócil, inofensiva e virtualmente lucrativa. Assim, busca-se disseminar e endossar a idéia que os Agrotóxicos são, além de eficientes, ambientalmente sustentáveis (figura 7).

Figura 7: Material promocional distribuído pela DuPont na AGRISHOW 2017 vinculando o uso de agrotóxicos à sustentabilidade ambiental.

Fonte: Trabalho de Campo na AGRISHOW, Ribeirão Preto, SP, maio de 2017.

Este conceito de uma ciência agrícola ambientalmente sustentável vai permear os eventos de “tecnologia agrícola” - sendo que a expressão pode ser convertida, conforme o caso, por conveniência ou imposição das forças do *marketing* do Agronegócio Mundializado, para “Agricultura de Precisão” - estruturados pelo Agronegócio brasileiro – seguindo as experiências e práticas existentes nos Estados Unidos e na Europa. A partir do advento da AGRISHOW, tais eventos se converteram num modelo que passou a ser replicado para outras cidades onde o Agronegócio brasileiro se expandia e se consolidava (figuras 8 e 9).

Figuras 8 e 9: vista parcial da BAHIA FARM SHOW 2017

Fonte: Trabalho de Campo na BAHIA FARM SHOW, Luís Eduardo Magalhães, BA, junho de 2017

Nesse processo a força exercida pelas iniciativas de propaganda e *marketing* foi duplamente representada. Inicialmente ao trazer a “modernidade importada” dos países centrais em eventos que faziam a conexão entre as inovações tecnológicas dos maquinários e dos insumos agrícolas, a Agricultura de Precisão, pretensamente científica, infalível e sustentável. E, numa segunda etapa, ao usar *constructos* de natureza ideológico-discursivos para disseminar e legitimar esse modelo a partir da “Capital do Agronegócio” para outros pólos do “Brasil que dá certo”.

Assim, dentre outras, cidades como Luís Eduardo Magalhães (Bahia Farm Show) no estado da Bahia; Rondonópolis (Exposul), Lucas do Rio Verde (Show Safra

Br 163), Campo Novo do Parecis (Parecis SuperAgro), Sinop (Exponop), Primavera do Leste (Farm Show) e Cuiabá (Expoagro) no estado do Mato Grosso; Palmas (Agrotins) no estado de Tocantins; Londrina (Expolondrina), Cascavel (Show Rural) e Maringá (Expoingá) no estado do Paraná; Rio Verde (Tecnoshow) e Goiânia (Exposição Agropecuária do estado de Goiás) no estado de Goiás; Balsas (Agrobalsas) no Maranhão e até mesmo Brasília (Agro Brasília) no Distrito Federal, entre outras, realizaram significativos eventos¹⁷⁹ modelados a partir da AGRISHOW.

Nesse sentido, dentro da presente pesquisa, efetuamos 5 trabalhos de campo sendo o primeiro na EXPOAGRO em março de 2017 (em San Nicolás, província de Buenos Aires na Argentina) e os seguintes na AGRISHOW em maio de 2017 (em Ribeirão Preto, SP), na BAHIA FARM SHOW em junho de 2017 (em Luís Eduardo Magalhaes, BA) na InfoAg em julho de 2017 (em Saint Louis, estado do Missouri, nos Estados Unidos) e nos municípios Mato-grossenses de Sapezal Campo Novo do Parecis.

A maior e mais relevante feira do agronegócio mundializado no país, a AGRISHOW, representa, como demonstramos, sob a perspectiva do *establishment* do Agronegócio, o “estado da arte” dos eventos promocionais voltados ao campo.

Enquanto o porte de cada evento vai refletir a pujança e o momento específico que cada produção regional respectiva possa eventualmente estar atravessando – o que também depende das cotações internacionais das principais *commodities* agrícolas como soja, milho, algodão e do açúcar, entre outros - a repercussão e o alcance ideológico e midiático dos eventos “padrão AGRISHOW” atendem aos interesses do *establishment* do Agronegócio mundializado uma vez que os produtores agrícolas e trabalhadores rurais diretamente “interessados” nas inovações tecnológicas podem se sentir como protagonistas e não apenas como meros pacientes das transformações em curso no “Brasil que dá certo”.

¹⁷⁹ No ano de 2017 as feiras do Agronegócio que experimentaram um maior crescimento no seu faturamento em relação ao ano de 2016 foram os eventos realizados em Balsas, no Maranhão (Agrobalsas + 53%); em Luís Eduardo Magalhaes, na Bahia (BAHIA FARM SHOW +50%) e em Palmas no Tocantins (Agrotins +44%). Fonte: REDE GLOBO, 2017, p. 50). Ver também: <http://www.calendariodoagronegocio.com.br>.

Essa constatação decorre também do grau de sofisticação que os eventos promocionais voltados ao Agronegócio adquiriram, transformando as feiras agropecuárias em espaços do moderno, onde segundo Arruda (2007)

“a feira especializada do agronegócio constitui uma espetacularização do campo modernizado onde o espaço vivenciado é metamorfoseado pelo o da abstração generalizada do real ancorado na manipulação de imagens e da técnica capaz de simular, de criar novos valores, de impor novos consumos produtivos e consumptivos” (ARRUDA, 2007, p. 225).

Percebemos esse fenômeno no nosso trabalho de campo realizado no “BAHIA FARM SHOW – Feira de Tecnologia Agrícola e Negócios”, em Luís Eduardo Magalhães (LEM) no dia 30 de maio de 2017. Entendemos que a cidade do Oeste baiano e, por extensão a feira agropecuária por ela promovida, se enquadraria, em duas categorias aqui versadas: o “padrão AGRISHOW” e o “Brasil que dá certo”.

O BAHIA FARM SHOW é, como a sua congênere de Ribeirão Preto, uma “*feira de tecnologia agrícola*” e, portanto, sob a nossa perspectiva, é uma promotora da Agricultura de Precisão. Sua estrutura organizacional, conforme indicado (figura 10), segue o padrão AGRISHOW, com um perfil análogo de patrocinadores, significativa participação do Estado (em suas três esferas: federal, estadual e municipal) diretamente ou por meio de órgãos de fomento e/ou de bancos por ele controlados; relevante contribuição dos representantes das associações empresariais que tem estreitas relações com o segmento econômico representado pelo Agronegócio¹⁸⁰ e de apoiadores institucionais (nos dois eventos referidos como “realizadores”); forte atuação de bancos privados, e o onipresente suporte da Rede Globo como emissora/mídia oficial (figuras 11 e 12).

¹⁸⁰ Entendemos estes como representados pelas associações de classe e com caráter corporativista como a Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG, a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - ABIMAQ, a Associação Nacional para Difusão de Adubos – ANDA, a Confederação Nacional da Agricultura – CNA, o Serviço Nacional de Aprendizado Rural e a Sociedade Rural Brasileira – SRB. No caso específico da organização da BAHIA FARM SHOW prevalecem a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia – AIBA, a Associação Baiana de Produtores de Algodão - ABAPA e Associação dos Revendedores de Máquina e Implementos Agrícolas da Bahia – ASSOMIBA.

Figura 10: Banners oficiais da AGRISHOW 2017 e da BAHIA FARM SHOW 2017.

Fonte: Trabalho de Campo na AGRISHOW 2017 e na BAHIA FARM SHOW 2017

Figuras 11 e 12: Estande da Rede Globo, respectivamente na AGRISHOW 2017 e na BAHIA FARM SHOW

Fonte: Trabalho de Campo na AGRISHOW 2017 e na BAHIA FARM SHOW 2017

Ainda que predominantemente assemelhadas quanto ao seu conteúdo, em parte devido às afinidades existentes entre as diferentes categorias empresariais do segmento do Agronegócio, identificamos algumas diferenciações entre as duas “feiras de tecnologia agrícola”, especificamente no que concerne às iniciativas de propaganda e *marketing* de Agrotóxicos, que nos sensibilizaram nesse trabalho de campo.

Enquanto na AGRISHOW todas as corporações produtoras de Agrotóxicos se apresentam confinadas em um setor específico, dentro do “Shopping Rural Coopercitrus” (estande da DuPont na AGRISHOW, vide figura 13) e, assim, praticamente fora do *mainstream* do evento, no contexto da BAHIA FARM SHOW, as empresas se apresentam de forma mais ostensiva com seus estandes localizados em meio às outras congêneres e expositoras, sendo que uma dessas empresas – a DuPont – para enfatizar ainda mais a fábula, construiu uma representação cenográfica de um celeiro típico do Meio-Oeste norte americano (vide figura 14, estande da DuPont).

Figura 13: Estande da DuPont na AGRISHOW 2017.

Fonte: Trabalho de Campo, na AGRISHOW 2017 e na BAHIA FARM SHOW 2017

Figura 14: Estande da DuPont, na BAHIAFARM SHOW 2017

Fonte: Trabalho de Campo, na AGRISHOW 2017 e na BAHIA FARM SHOW 2017

Entendemos que, no âmbito da AGRISHOW, as entidades realizadoras do evento ABAG, ABIMAQ, ANDA, FAESP e SRB indicam que priorizam, em relação às corporações produtoras de Agrotóxicos, uma relação de alinhamento cauteloso. Como principal evento promocional do *establishment* do Agronegócio mundializado no Brasil, a AGRISHOW, através de suas entidades realizadoras, indica que prevalece a narrativa da dissimulação.

No caso da BAHIA FARM SHOW, nossa percepção é que a entidade realizadora do evento, a Associação de Agricultura e Irrigantes da Bahia (AIBA) prefere - no maior evento de promoção do Agronegócio mundializado no Nordeste do Brasil - enfatizar sua estreita parceria com as corporações produtoras de Agrotóxicos e indicar que estas foram instrumentais¹⁸¹ nas transformações que ocorreram no curso dos últimos trinta anos e que converteram a “fronteira” dos Cerrados localizados nos chapadões do oeste baiano em uma das mais prósperas regiões agrícolas¹⁸² do Brasil

¹⁸¹ Nesse sentido a AIBA foi pródiga em estabelecer convênios e parcerias com empresas desse segmento como a Monsanto, Syngenta, DowDuPont, Bayer e a Basf.

Ver <http://aiba.org.br/noticias/laboratorio-alerta-ferrugem-e-implantado-na-cidade-de-luis-eduardo-magalhaes/#.Wod1IainGyI>; <http://www.monsantoglobal.com/global/br/noticias/Pages/monsanto-sera-destaque-forum-sustentabilidade-agricultura.aspx>; <http://aiba.org.br/noticias/curso-sobre-tecnologia-de-pulverizacao-aerea/#.WodzyainGyI>; <http://aiba.org.br/noticias/forum-debate-adocao-da-area-de-refugio-estruturado-na-bahia/#.Wod0QqinGyI>

¹⁸² Ver: Anuário da Região Oeste da Bahia Safra 2009/10. Disponível em: http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2013/11/anuario_oeste_bahia_2010.pdf. Ver também: <http://aiba.org.br/a-aiba/>

e, também, em uma das regiões com maiores índices de intoxicação por Agrotóxicos de uso agrícola no país. (BOMBARDI, 2017, p. 154)

O fato da BAHIA FARM SHOW ocorrer numa região tomada e convertida pelo Agronegócio em uma “fronteira” da produção agrícola mundializada, parte do território fabuloso do “Brasil que dá certo”, promove a dimensão transformadora e homogeneizante que o *establishment* do Agronegócio mundializado consegue alcançar por meio daquelas ações de propaganda e *marketing* centradas na Agricultura de Precisão.

Enquanto conceito - como um imperativo tecnológico do Agronegócio mundializado – a Agricultura de Precisão é encontrada associada à dominação simbólica e definitiva da natureza e convertida aos principais temas da produção agrícola e, conseqüentemente, aos seus eventos promocionais. A Agricultura de Precisão, nesse contexto, se tornou a representação da contemporaneidade e do infalível no campo.

É o que se observa em grande parte da comunicação visual dos estandes das empresas nos grandes eventos do Agronegócio: “Agricultura de Precisão” como expressão corrente, vulgarizada e disseminada como reificação da moderna e transformadora produção agrícola. Sob essa perspectiva, a Agricultura de Precisão, simboliza uma atualização digital do “campo-fábrica”, atestando um insistente controle e mobilidade da produção capitalista no campo.

Figura 15: Estande da Precision Planting aludindo à possibilidade de se obter 99% de precisão na produção agrícola.

Fonte: Trabalho de Campo na BAHIA FARM SHOW, Luís Eduardo Magalhães, BA, junho de 2017

Figura 16: Estande da John Deere atestando seu elo com a Agricultura de Precisão

Fonte: Trabalho de Campo na AGRISHOW 2017

Figura 17: Estande da empresa *Abelardo Cuffia*, representante comercial de empresas que oferecem soluções em Agricultura de Precisão

Fonte: Trabalho de Campo na AGRO EXPO 2017, San Nicolás, provincia de Buenos Aires, Argentina, março de 2017

Entendemos que esse *branding*¹⁸³ da Agricultura de Precisão decorreu da estratégia articulada pelo arranjo geopolítico-financeiro-científico-midiático do *establishment* do Agronegócio mundializado. Foi o que concluímos quando realizamos a pesquisa de campo no maior evento mundial sobre a Agricultura de Precisão, a InfoAg, em Saint Louis, nos Estados Unidos, em julho de 2017.

Este trabalho de campo na InfoAg também nos permitiu constatar a relevância e o protagonismo que as corporações ligadas ao Agronegócio têm buscado dar ao emprego da tecnologia “de última geração” na produção agrícola. A ênfase nas tecnologias digitais, no armazenamento de “informações precisas” em “*big data*” e na interpretação instantânea dessas informações por meio de “inteligência artificial”.

O evento, caracterizado pela apresentação de inovações na forma novos produtos, serviços e soluções do “estado da arte” da tecnologia aplicada à agricultura para modernizar a produção no campo¹⁸⁴, tem um viés francamente voltado à promoção, não apenas da Agricultura de Precisão, mas também da hegemonia dos Estados Unidos como difusor da nova perspectiva de Agronegócio mundializado e, a partir de agora, “digitalizado”.

Entendemos que essa movimentação por parte do *establishment* do Agronegócio estadunidense indica uma reorientação estratégica diante das recentes transformações que vem ocorrendo no âmbito das grandes corporações produtoras de Agrotóxicos, e que resultaram numa maior concentração de poder (nesse segmento) em empresas estrangeiras. Diante desse contexto, verificamos na InfoAg, a maior disposição das empresas estadunidenses em investir na produção de conceitos, aplicações e soluções tecnológicas voltadas à produção agrícola (e da narrativa que a mesma, quando atrelada a tais modernas tecnologias é

¹⁸³ Segundo Kotler (2006): “Branding significa dotar produtos e serviços com o poder de uma marca. Está totalmente relacionado a criar diferenças. Para colocar uma marca em um produto, é necessário ensinar aos consumidores quem é o produto batizando-o, utilizando outros elementos de marca que ajudem a identificá-lo bem como a que ele se presta e por que o consumidor deve se interessar por ele”. Kotler; 2006, p. 269.

¹⁸⁴ Os principais tópicos abordados pelas empresas na InfoAg eram concernentes a: variabilidade dos recursos naturais (incluindo a variabilidade dos solos e dos terrenos); gerenciamento de variabilidade (incluindo técnicas de amostragem); conservação ambiental e do solo (incluindo sedimentos, lixiviação, escoamento e drenagem); recomendação química de proteção de nutrientes e culturas e qualidade de colheita; tecnologia de plantio com apoio de sistemas de posicionamento DGPS e de monitoramento meteorológico.

“ambientalmente sustentável”), do que na produção de insumos “materiais” como fertilizantes e agroquímicos.

Nesse sentido, presenciamos na InfoAg algumas modalidades de propaganda e *marketing* utilizadas pelas corporações produtoras de Agrotóxicos que não encontramos nas feiras visitadas no Brasil, como o emprego de projeções de imagens em realidade virtual para demonstrar de forma fabulosa a eficiência de determinada inovação e uma grande ênfase no emprego de drones e de veículos aéreos não tripulados (ventes) na captura de imagens e mesmo na coleta de amostras de solo e de plantas para análise local ou remota.

Em relação ao trabalho de campo realizado na Argentina, tivemos a oportunidade de observar a homogeneização existente quanto ao plano estrutural de um grande evento realizado pelo *establishment* do Agronegócio mundializado (PORTO- GONÇALVES, 2006). Na EXPOAGRO versão argentina da AGRISHOW (o maior e mais celebrado evento dedicado ao Agronegócio naquele país), nos deparamos – em relação à propaganda e *marketing* de Agrotóxicos¹⁸⁵ – com uma conjuntura amplamente diversa da que encontramos tanto na AGRISHOW quanto na BAHIA FARM SHOW. Em estandes monumentais, as grandes corporações produtoras de Agrotóxicos utilizam uma ampla gama de recursos visuais e sensoriais para mostrar aos visitantes as vantagens competitivas e os atributos técnicos de seus produtos. Da realidade virtual aos videogames, dos sorteios para assistir jogos de futebol no país sede de uma dessas empresas, passando pelo “jardim dos Agrotóxicos”, a propaganda e o marketing dos Fitossanitários¹⁸⁶ (essa é o termo utilizado pela indústria na Argentina) no âmbito da EXPOAGRO nada tem de dissimulada (ver figuras 18 a 21). Nesse contexto, um fato que precisa ser ressaltado é a presença na EXPOAGRO de um estande da Câmara de Sanidade Agropecuária e de Fertilizantes¹⁸⁷ - CASAFE, uma associação empresarial que representa a “Indústria da Ciência dos Cultivos”. Nesse recinto, a CASAFE atua na propaganda e

¹⁸⁵ O mercado argentino de Agrotóxicos cresceu aproximadamente 25% no ano safra 2016-2017. Ver <http://agrovoz.lavoz.com.ar/agricultura/con-la-cosecha-record-el-mercado-de-agroquimicos-crecio-2>. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

¹⁸⁶ Na Argentina a legislação que disciplina essa matéria impõe restrições similares aquelas impostas pelo sistema normativo dos Agrotóxicos existente no Brasil. Ver http://www.anmat.gov.ar/webanmat/normativas_generales.asp

¹⁸⁷ Essa associação, CASAFE (Cámara de Sanidad Agropecuaria y Fertilizantes), funciona nos moldes das suas congêneres brasileiras ANDEF e SINDVEG e reúne as maiores corporações produtoras de Agrotóxicos do mundo como a Syngenta, Monsanto, Bayer, DowDuPont e Basf. Ver <http://www.casafe.org/institucional/socios/>.

marketing institucionais, promovendo as “boas práticas” na utilização de Agrotóxicos.

Figuras 18, 19: Estandes das corporações produtoras de Agrotóxicos na EXPOAGRO 2017

Fonte: Trabalho de Campo na AGRO EXPO 2017, San Nicolás, província de Buenos Aires, Argentina, março de 2017

Fonte: Trabalho de Campo na AGRO EXPO 2017, San Nicolás, província de Buenos Aires, Argentina, março de 2017

Figuras 20 e 21: Estandes das corporações produtoras de Agrotóxicos na EXPOAGRO 2017

Fonte: Trabalho de Campo na AGRO EXPO 2017, San Nicolás, província de Buenos Aires, Argentina, março de 2017

Fonte: Trabalho de Campo na AGRO EXPO 2017, San Nicolás, província de Buenos Aires, Argentina, março de 2017

Identificamos, também, em nossos trabalhos de campo, tanto nas edições da AGRISHOW em 2016 e 2017, no BAHIA FARM SHOW em 2017 a atração que os estandes dedicados exclusivamente à venda de roupas e acessórios com as logomarcas das corporações do Agronegócio exercem sobre parte dos visitantes desses eventos, os quais passam, assim a “vestir a camisa” e, de modo simbólico, a

incorporar a forças dessas “catalisadoras” da “modernidade” e do “sucesso” no campo (figuras 22 e 23).

Figura 22: John Deere “store” na BAHIA FARM SHOW 2017

Fonte: Trabalho de Campo na BAHIA FARM SHOW, Luís Eduardo Magalhães, BA, junho de 2017

Figura 23: New Holland “Store & Cafe” na AGRISHOW 2017

Fonte: Trabalho de Campo na AGRISHOW 2017

4.5 O *Marketing* e a Fábula da Sustentabilidade

Ainda que as campanhas e diretrizes de *marketing* das corporações produtoras de Agrotóxicos possam priorizar circunstancialmente uma ou outra categoria por elas usualmente utilizadas (marketing institucional ou em mídias especializadas, a pesquisa agrícola dirigida, eventos e feiras promocionais, entre outras ações promocionais e mercadológicas) existe uma questão estratégica que vincula todas essas iniciativas, a da sustentabilidade ambiental.

Ao mesmo tempo em que os agentes do Agronegócio promovem a apropriação dos recursos naturais e estabelecem, durante tal dinâmica, a criação de fronteiras reais e imaginárias entre o moderno e o arcaico na agricultura, a questão da sustentabilidade ambiental segue permeando as narrativas de modo a conferir uma forma de legitimidade para tal processo.

O fenômeno do avanço do capital sobre a natureza em busca de recursos físicos e naturais que pudessem ser convertidos em ganhos econômicos tem marcado a história e a geografia do Brasil (e também da América Latina) desde a chegada dos europeus no Século XVI. De usurpadores de territórios inteiros a especuladores de terras, a presença estrangeira buscava transformar os trópicos em zona de produção de lavouras que pudessem atender os seus respectivos mercados domésticos (TUCKER, 2007); (CROSBY, 1993). O surgimento das corporações agrícolas-industriais as quais, mais tarde, seriam substituídas e convertidas ao atual modelo das grandes corporações globais do Agronegócio, aceleraram esse processo com a ajuda de atores locais e com o financiamento de investidores internacionais.

À intensificação da dinâmica de apropriação e submissão de vastas extensões territoriais, principalmente, mas não limitados aos Cerrados - convertidos pela ciência em terras economicamente viáveis sob o padrão de exploração econômica vigente no campo brasileiro - ao Agronegócio somou-se, em semelhante proporção, à uma destruição sem precedentes dos recursos naturais que resultou no agravamento das condições de sobrevivência das populações tradicionais e indígenas¹⁸⁸.

A narrativa formulada pelos protagonistas da apropriação das novas fronteiras agrícolas brasileiras - ocorrida a partir do plantio das *commodities* agrícolas pelo

¹⁸⁸ A este respeito ver: DIEGUES, 2008; MARTINEZ-ALIER, 2007.

Agronegócio mundializado - sugere uma analogia com o uso que os colonos que se estabeleceram na América do Norte fizeram das novas tecnologias que os capacitaram a empreender as transformações na natureza dos territórios “intocados” que, pelo impacto causado, equivaleriam a uma “segunda criação” daquela natureza, como sugere Nye (2003) na sua obra “América como a Segunda Criação: Tecnologia e Narrativas de Novos Começos”. (NYE, 2003)

Outros dois fatores citados pelo autor guardam similaridades com o processo atualmente em curso no Brasil: o primeiro fator diz respeito à idéia de que os recursos naturais são infinitos e que, portanto, a acumulação das riquezas dela derivadas não teriam limites, e que a tecnologia se incorporaria, assim, como força propulsora da perspectiva de dominação e submissão da natureza em sentido amplo e irrestrito; o segundo fator revela que “muitos desses avanços tecnológicos concentraram o poder econômico e político nas mãos de ricos capitalistas”. É esse fenômeno, propriamente, que estamos assistindo em relação à brutal concentração nas corporações produtoras de Agrotóxicos e que está afetando toda a produção agrícola global.

O *modus operandi* do Agronegócio mundializado no território brasileiro parece confirmar os argumentos do autor estadunidense já que sua busca por novas terras nas fronteiras agrícolas¹⁸⁹, parece ser irrefreável. De fato, o *establishment* do Agronegócio concentra os recursos (em associação com o capital hegemônico internacional) e a dinâmica política para converter, com a providencial contribuição dos avanços tecnológicos, o ordenamento do território das novas fronteiras agrícolas em espaço para mais reprodução do modelo econômico e acumulação. (FREDERICO; BUHLER, 2015); (FAIRBARN, 2014); (KREBS, 1992); (OLIVEIRA, 1998; 2010; 2015)

As novas fronteiras agrícolas do campo brasileiro, onde prospera o Agronegócio, constituem territórios que refletem e incorporam as características da ordem social, política e econômica que os criaram (DELANEY, 2005). A agricultura dominante nos latifúndios produtores de *commodities* é, igualmente, resultado dos avanços tecnológicos advindos da Agricultura de Precisão.

¹⁸⁹ A este respeito ver: FREDERICO; BUHLER, 2015

Os defensores do conceito de Agricultura de Precisão construíram - para efeitos de propaganda e *marketing* – o discurso que seus atributos técnicos e científicos são de tal ordem que lhes autorizariam a incorporar, nos seus processos produtivos, os mais variados tipos de Agrotóxicos e de sementes geneticamente modificadas. A partir deste discurso, por obra e força do arranjo geopolítico-financeiro- científico-midiático que sustentam o Agronegócio mundializado e, por extensão, a Agricultura de Precisão, foi incorporado - de forma inapropriada e contraditória - a narrativa fabulosa que a utilização dos Agrotóxicos é ambientalmente sustentável. Essa fabulosa narrativa, no entanto, interessa apenas às corporações produtoras de Agrotóxicos e encontra forte resistência e oposição por parte de setores da sociedade civil, de atores políticos, econômicos e, também, de parte da Academia (BOMBARDI, 2017); (MOORE, 2015); (LEVINE, 2007); (MIRANDA et al, 2007); (PORTO-GONÇALVES, 2006); (SHIVA, 1991); (WEIR, SHAPIRO, 1981).

Ao estabelecer um vínculo, que entendemos ser incongruente, entre a sustentabilidade ambiental e um processo de exploração agrícola que depende da utilização de Agrotóxicos e de outros insumos químicos para atingir resultados impactantes de produtividade, o *establishment* das corporações produtoras de Agrotóxicos está, na realidade, praticando o que se convencionou chamar de *greenwashing*¹⁹⁰. Ou seja, está promovendo ações de propaganda e *marketing* e fazendo associações infundadas e enganosas sobre a sustentabilidade ambiental não apenas dos Agrotóxicos por ela desenvolvidos e produzidos, mas, também, como a respeito da tecnologia e das fábulas que são a eles incorporados (PAGOTTO, 2013) (RAMUS; MONTIEL, 2005). Tal prática ocorre em flagrante inobservância tanto dos preceitos estabelecidos pela legislação específica quanto pelo CONAR¹⁹¹ e pelo Código de Defesa do Consumidor¹⁹² que vedam, nas peças publicitárias, expedientes

¹⁹⁰ Sobre *Greenwashing* ver: PAGOTTO, 2013.

¹⁹¹ Ver <http://www.conar.org.br/>

¹⁹² O Código de Defesa do Consumidor, introduzido pela Lei nº. 8.078/90, veda a publicidade enganosa ou abusiva, em seu Art. 37, caput e parágrafos 1º e 2º:

É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.

§ 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

§ 2º É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores

que ofendam a ética ou induzam a erro quanto à veracidade de valores ambientais consagrados.

O que se observa, na realidade, são iniciativas mercadológicas e que oferecem soluções alegadamente “mais verdes” e “ecológicas” aos agricultores e potenciais consumidores ávidos pelas inovações e por mais produtividade, as quais estariam, ao menos teoricamente, asseguradas pela moderna tecnologia encampada pela Agricultura de Precisão. Os significados e os conteúdos involucrados nessas ações de propaganda e *marketing* são, no entanto, meramente simbólicos já que correspondem apenas às iniciativas que objetivam atrelar o Agronegócio mundializado à categoria de setor econômico e corporativo moderno, em sintonia com as práticas adotadas por outros segmentos do mercado em termos de sustentabilidade ambiental¹⁹³.

Nesse sentido o Agronegócio mundializado necessita se esforçar e investir em campanhas de propaganda e *marketing* para convencer não apenas a sua cadeia produtiva, mas todo o conjunto da sociedade que suas dinâmicas produtivas são consistentes com o que esta mesma sociedade anseia em relação à proteção e ao respeito ao meio ambiente. O alto índice de utilização dos recursos hídricos, a necessidade de supressão da cobertura vegetal pré-existente para a formação dos cultivos, os agravos à fauna e à flora, os impactos sociais e de saúde infligidos aos trabalhadores e às populações rurais decorrentes desse violento processo de apropriação e conformação do espaço rural “modernizado” compelem o Agronegócio mundializado a elaborar uma fabulosa representação midiática-publicitária-acadêmica que estabeleça uma conexão entre a narrativa da sustentabilidade e o mundo exterior que, no entanto, não encontra sustentação na realidade (IPES, 2017).

A prática do *greenwashing* fica evidenciada a partir do momento em que se estabelecem as mais básicas relações de causalidade entre essa representação e as práticas adotadas pelo Agronegócio mundializado que não resistem, mesmo com todo o apoio do seu arranjo geopolítico-financeiro-científico-midiático, às suas contradições.

ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança. (grifo nosso)

¹⁹³ É o que se observa, também, entre outros segmentos da economia como os de transporte, da mineração, do petróleo e da geração de energia.

De início, não nos parece plausível que se intente promover como ambientalmente sustentável um modo de exploração e produção que é baseado na monocultura extensiva voltada às *commodities* agrícolas. Segundo Tucker (2007) seria possível ainda, se ficássemos adstritos apenas à questão da sustentabilidade ambiental, estabelecer uma relação entre monoculturas extensivas que fazem uso de Agrotóxicos e de fertilizantes químicos e as monoculturas que não as utilizam. De acordo com o autor “a era anterior à introdução da agricultura química intensiva foi de muitas maneiras menos ecologicamente destrutiva, mesmo nas plantações de monoculturas concentradas, do que na era subsequente aos agroquímicos. Durante o nosso século, ao longo de um amplo espectro de situações, as produções familiares eram mais variadas quanto às espécies e socialmente mais justas, se não mais ambientalmente estáveis, do que aquelas da monocultura corporativa” (TUCKER, 2007, p. 424).

Outra contradição que identificamos quando se busca atrelar tais processos produtivos do Agronegócio “ambientalmente sustentável” da Agricultura de Precisão enquanto ocorre a contaminação dos recursos hídricos e dos solos pela intensa utilização de insumos químicos. Diferentemente dos cultivares das monoculturas extensivas onde a paisagem escancara, de forma suficientemente espetacular, o quanto ambientalmente insustentáveis eles são, a contaminação das águas e dos solos, por sua vez, não se revela de forma explícita aos olhos do observador. Afinal, a força das imagens e da propaganda e do *marketing* da sustentabilidade ambiental não permite identificar prontamente a degradação que ocorre na natureza e, também, seus impactos na saúde dos trabalhadores rurais e nas populações afeitas à essa forma de contaminação.

A mais apropriada referência científica sobre essa questão da contaminação não explícita, “invisível”, foi aquela elaborada por Rachel Carson na sua obra seminal intitulada “Primavera Silenciosa”¹⁹⁴, lançada em 1962. Segundo Carson (1969) o uso intensivo de Agrotóxicos, particularmente do DDT, vinha causando uma aguda, porém imperceptível, contaminação dos recursos hídricos, da flora e da cadeia alimentar de muitas espécies da fauna estadunidense, o que, inexoravelmente, acabava por resultar na morte das espécies afetadas. As pesquisas de Carson, que ultimamente

¹⁹⁴ Título original em inglês: *Silent Spring*.

levaram ao banimento do uso do DDT, também deram causa a importantes mudanças no quadro normativo estadunidense exigindo que as corporações produtoras de Agrotóxicos tivessem o ônus da prova em relação à segurança de seus produtos¹⁹⁵.

É sintomático, no contexto aqui discutido, que desde o momento posterior ao lançamento¹⁹⁶ de Primavera Silenciosa até os dias atuais, o *establishment* das corporações produtoras de Agrotóxicos ainda conteste a teoria de Carson e que seu livro ainda seja fonte de inspiração para campanhas difamatórias contra os movimentos de preservação ambiental e, os estimule, *mutatis mutandis* a promover a defesa do uso de Agrotóxicos (HECHT, 2012) (ORESQUES; CONWAY, 2010).

Essa problemática abordada por Carson (1969) foi também recentemente revisitada por Nixon (2011) que estabeleceu uma relação entre a percepção do que as forças do *marketing* buscam divulgar e a realidade que se conforma na como uma violência lenta, invisível e letal. De acordo com o autor:

“por violência lenta quero dizer uma violência que ocorre gradualmente e fora da vista, a violência da destruição atrasada que está dispersa no tempo e no espaço, uma violência debilitante que normalmente não é vista como violência”¹⁹⁷ (NIXON, 2011, p. 22).

Entendemos que essa perspectiva encampada pelo autor serve para abordar a conjuntura existente nos territórios regidos pela presença do Agronegócio mundializado no país e nas relações econômicas e socialmente assimétricas dela resultantes e que tornam invisíveis suas casualidades e fatalidades. Abordar a invisibilidade e as fatalidades derivadas da violência lenta e debilitante significa se defrontar com a questão da subnotificação dos casos de intoxicação por Agrotóxicos. Estudos conduzidos Bochner (2007) e Bombardi (2011), entre outros, indicam que a relação entre os casos de intoxicação por Agrotóxicos que são notificados e aqueles

¹⁹⁵ As descobertas científicas de Rachel Carson foram tão impactantes e significativas que dariam origem, anos mais tarde à Agência de Proteção Ambiental¹⁹⁵ dos Estados Unidos (Environmental Protection Agency EPA) e influenciaria o advento dos movimentos ambientais pelo mundo afora. A este respeito acessar: http://www.americaslibrary.gov/aa/carson/aa_carson_consequenc_3.html

¹⁹⁶ A Monsanto publicou, na edição da Monsanto Magazine de outubro de 1962, “The Desolate Year” (O Ano Desolado, tradução livre), um livro que contesta e ataca a obra de Rachel Crason. Disponível em: <https://iseethics.files.wordpress.com/2011/12/monsanto-magazine-1962-the-desolate-year.pdf>

¹⁹⁷ Texto original em inglês: “By slow violence I mean a violence that occurs gradually and out of sight, a violence of delayed destruction that is dispersed across time and space, an attritional violence that is typically not viewed as violence at all”. Tradução livre.

não comunicados aos serviços de saúde pública¹⁹⁸ é de aproximadamente 1 para cada 50 (BOCHNER, 2007) (BOMBARDI, 2011). Essa situação, *per se*, já sugere a necessidade de uma revisão nos procedimentos em vigor por parte dos órgãos competentes¹⁹⁹ a fim de provocar a devida publicidade que a gravidade desta questão requer (PIGNATI *et al*, 2007; 2014; 2017)

Um dos maiores desafios, segundo Nixon (2011), seria justamente

“como converter em imagens as narrativas dos desastres que se movem lentamente e que estão há muito tempo em formação, desastres que são anônimos e que ninguém estremece, desastres que são friccionais e indiferentes às tecnologias impulsionadas pelos sentidos do nosso mundo da imagem”²⁰⁰ (NIXON, 2011, p. 23).

Além das questões decorrentes da fragilidade social e da invisibilidade dos sujeitos que são afetados pelas calamidades ambientais e humanas²⁰¹ originadas na reiterada contaminação por Agrotóxicos no âmbito do Agronegócio mundializado, permanece, ainda a demanda de estabelecer estratégias para, segundo o autor:

“converter emergências longas da violência lenta em histórias dramáticas o suficiente para atrair o sentimento público e garantir a intervenção política para estas emergências cuja repercussão deram origem a alguns dos desafios mais críticos do nosso tempo”²⁰² (NIXON, 2011, p. 23).

¹⁹⁸ Ver Portaria nº 777/GM do Ministério da Saúde, de 28 de abril de 2004 dispõe sobre os procedimentos técnicos para a notificação compulsória de agravos à saúde do trabalhador em rede de serviços sentinela específica, no Sistema Único de Saúde – SUS. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt0777_28_04_2004.html. Ver também portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016, disponível em: http://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Portarias/Portaria_204.pdf

¹⁹⁹ Os principais órgãos que compõem a estrutura oficial de notificação são: o Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN, o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – SINITOX e os Centros de Informação e Assistência Toxicológica – CIATs.

²⁰⁰ Texto original em inglês: “how can we convert into image and narrative the disasters that are slow moving and long in the making, disasters that are anonymous and that star nobody, disasters that are attritional and of indifferent interest to the sensation-driven technologies of our image-world”. Tradução livre.

²⁰¹ A esse respeito ver PIOVANO (2015). Disponível em <http://www.burnmagazine.org/essays/2015/08/pablo-piovano-the-human-cost-of-agrotoxins/>

²⁰² Texto original em inglês: “How can we turn the long emergencies of slow violence into stories dramatic enough to rouse public sentiment and warrant political intervention, these emergencies whose repercussions have given rise to some of the most critical challenges of our time”. Tradução livre.

Nesse sentido, coube à Academia realizar investigações científicas que contrariassem a tendência de alinhamento ao *mainstream* do Agronegócio e que buscassem promover a visibilidade necessária aos afetados por essa grave conjuntura e prover os argumentos que habilitassem as forças da sociedade civil a postular mudanças. Dentre os principais trabalhos, destacamos as investigações que tiveram como viés a interdisciplinaridade e que abrangeram conjuntamente as questões da saúde humana e da sustentabilidade ambiental. As publicações foram efetuadas: pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO (CARNEIRO *et al*, 2015); pelos pesquisadores da UFSC (ARAGÃO, 2012); pela equipe de pesquisadores do Instituto de Saúde Coletiva – ISC e do Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador - NEAST da UFMT (PIGNATI *et al*, 2014; 2007; 2017); por um grupo de pesquisadores de 8 instituições do qual participaram a UFC, UECE, UFMG, UEPE, UNB, FIOCRUZ/PE, (RIGOTTO *et al*, 2011); por pesquisadores da USP (BOMBARDI, 2011; 2013; 2017) e do Centro de Informação Científica e Tecnológica da FIOCRUZ (BOCHNER, 2007).

Em que pese o rigor e a relevância que guiaram tais investigações, seus resultados não foram devidamente reverberados e, deste modo, não chegaram a, como notado por Nixon (2011), “atrair o sentimento público e garantir a intervenção política”. O establishment do Agronegócio, ao contrário, segue se utilizando de todos os recursos e esforços (incluindo, mas não se limitando, aos de natureza política, financeiras e materiais) necessários para fazer prevalecer o seu arsenal de propaganda e *marketing* em prol dos argumentos quanto à sustentabilidade ambiental de seus produtos e práticas. Nesse sentido, o alcance imagético proporcionado pelos “*plots*” na forma de “*showcases*”, que mimetizam a natureza e que são revelados fabulosamente nos eventos promocionais do Agronegócio exercem no nosso “mundo da imagem” um impacto sensorial intenso e simbólico pois divulgam uma paisagem cenográfica emoldurada e controlada, livre de riscos ao meio ambiente, isenta e distante de quaisquer perspectivas de contaminação dos recursos naturais e das populações afeitas à produção agrícola moderna.

Assim, num embate desigual fomentado a partir do alheamento estimulado pelos meios de comunicação e difundida pela grande mídia que prioriza seus interesses comerciais por meio de campanhas como a do “Agro a Indústria-Riqueza do Brasil – Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo”, as quais potencializam, em

detrimento da veiculação de informações sobre a forma de violência que vai se conformando de maneira lenta e que vai assolando letalmente o campo, a prática do *greenwashing* pelo *establishment* do Agronegócio. Essa conjunção serve para confirmar a agenda imposta e financiada por grupos de interesse das grandes corporações, dos agentes da pesquisa agrícola dirigida e de organizações não governamentais brasileiras (ONGs) e, principalmente, de suas congêneres internacionais, comprometidas com o discurso da agricultura “verde” que tem como objetivo desconstruir e ocultar qualquer narrativa antagônica.

Nesse contexto, podemos atribuir um fator proeminente aos avanços na área da biotecnologia que proporcionaram o desenvolvimento de sementes geneticamente modificadas para serem utilizadas simultaneamente com novas formulações de Agrotóxicos. Essas inovações tecnológicas foram celebradas e promovidas pelas empresas fabricantes como se, de fato, representassem uma perspectiva ambientalmente mais sustentável pela possibilidade de, ao mesmo tempo, aumentar a produtividade e reduzir a utilização de Agrotóxico na produção agrícola.

A realidade, no entanto, tem se revelado significativamente diferente uma vez que o consumo de Agrotóxicos vem aumentando de modo consistente desde a introdução e a disseminação das variedades transgênicas dos principais cultivares representativos do Agronegócio. Dados disponibilizados pela ABRASCO na forma de uma peça intitulada “Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na saúde”, estabelecem uma contundente relação entre a entrada em vigor, em 2005, da Lei da Biossegurança²⁰³ que autorizou a utilização de variedades transgênicas no Brasil e o incremento no consumo de Agrotóxicos nos anos subsequentes (CARNEIRO *et al*, 2015).

O dossiê da ABRASCO revela que “A liberação do sistema “*RoundupReady*” no Brasil fez com que fosse necessário que a ANVISA aumentasse em 50 vezes o nível de resíduo de Glifosato permitido no grão colhido”, segundo o documento. A semente *RoundupReady* (RR) é resistente ao *Roundup*, Agrotóxico à base de Glifosato, produzido pela Monsanto. O estudo afirma que a aplicação do produto acelera o desenvolvimento de plantas resistentes ao Glifosato, que por sua vez

²⁰³ Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111105.htm

demanda o consumo de produtos mais tóxicos para seu controle, alguns deles banidos em outras partes do mundo (CARNEIRO *et al*, 2015).

Em recente contribuição sobre essa temática Bombardi (2017) indica que o quanto o Brasil é leniente em relação à uma vasta gama de Agrotóxicos que têm seu uso e sua comercialização vetados em outras geografias, notadamente na União Européia, e o quanto dessa situação sugere um potencial agravamento nos riscos à saúde e à sustentabilidade do meio ambiente no território brasileiro.

Ao permitir que esse fenômeno ocorra o Estado brasileiro patenteia a passividade sob o qual se dá seu alinhamento aos interesses do Agronegócio mundializado e mostra, ao mesmo tempo, o quanto as corporações produtoras de Agrotóxicos se permitem exercer uma flexibilidade ética sob os auspícios de arranjos com o ente estatal. São nas suas ações de propaganda e *marketing* focadas no tema da sustentabilidade, no entanto, que essa flexibilidade ética se revela em sua inteireza.

Em um evento denominado “Fórum Agronegócio Sustentável” (sic), promovido pelo Grupo Folha²⁰⁴ e patrocinado, conjuntamente, pelo Banco do Brasil, pelo Governo Federal, pelo governo do estado de Mato Grosso, pelo governo do estado de Goiás e pela Bayer, onde foram abordados temas da ordem do dia relativos ao Agronegócio mundializado e introduzidos, na usual narrativa triunfal, como a discussão dos “desafios para o desenvolvimento do setor no país, que atualmente possui uma participação de 23% do PIB. Até o final de 2017 a safra agrícola corresponderá a um total de 240,3 milhões de toneladas, segundo estimativa do IBGE – um aumento de 30,1% se comparado à produção de 2016. É o chamado fenômeno da supersafra”, Gerhard Bohne²⁰⁵, Diretor de Operações da divisão Crop Science da BAYER, ao ser inquirido por nós sobre a razão da empresa comercializar no país produtos com ingredientes ativos banidos na União Européia, respondeu que:

“Todo o produto registrado no Brasil passa por três órgãos, ANVISA, IBAMA e MAPA, então assim, nenhum produto que é vendido, comercializado pela Bayer são produtos que não são registrados e passados pelas autoridades mais severas que nós temos hoje no Brasil nessas três agências. Então você tem sim produtos comercializados no Brasil que são adaptados para o hemisfério sul como já mencionei.

²⁰⁴ Ver <http://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2017/09/1914981-folha-realiza-forum-sobre-agronegocio-sustentavel.shtml>

²⁰⁵ Informação fornecida por Bohne durante o Fórum Agronegócio Sustentável, São Paulo, 2017.

Várias tecnologias da companhia são adaptadas para uma tecnologia tropical. Então assim você não tem essa condição no hemisfério norte. Vou citar um exemplo: você teve a explosão de uma praga que sumiu depois que é a helicoverpa que foi uma praga de uma condição tropical que não existe no hemisfério norte. E nós desenvolvemos um produto pra uma condição brasileira. Então assim, muitas vezes, pra responder essa pergunta de forma muito objetiva...é, tem os órgãos que registram nossos produtos segundo uma tecnologia tropical que exige tecnologias diferenciadas do hemisfério norte". (informação verbal, grifo nosso)

A resposta do executivo da BAYER apresenta algumas contradições que demonstram como algumas fabulações adquirem - a partir de evento promocional realizado por um dos maiores grupos de mídia do Brasil (Grupo Folha), avalizado pelo patrocínio de entes da administração pública (Banco do Brasil, Governo Federal, e governos estaduais de Goiás e Mato Grosso) e por uma das maiores corporações globais da indústria de Agrotóxicos (BAYER) – contornos de fidedignidade e de verdade incontestes.

Os fatos, no entanto, trazem elementos que desautorizam essa presunção. A questão do sistema normativo dos Agrotóxicos (por nós já mencionado) indica que, ao contrário do alegado, o Brasil conta com um sistema falho, onde a burocracia excessiva permite que as formulações dos Agrotóxicos tenham validade praticamente infinita e que os órgãos de autorização, fiscalização e controle (ANVISA, IBAMA e MAPA) estão, no curso de suas respectivas atribuições, sujeitos a ingerências políticas em prejuízo de critérios técnicos (ARAGÃO, 2012) (CARNEIRO; et al, 2015) (FOLGADO, 2017). Outra contradição identificada na fala do executivo da BAYER é a referência à origem e à dispersão do “alvo” dos Agrotóxicos, a *Helicoverpa Armigera*. Diferentemente do informado, a *Helicoverpa Armigera* não é “uma praga de uma condição tropical que não existe no hemisfério norte”. Segundo informações veiculadas pela própria BAYER²⁰⁶ e pela EMBRAPA²⁰⁷ a espécie se origina em zonas morfoclimáticas temperadas, mas tem dispersão mundial²⁰⁸, sendo encontrada em “partes da Europa, Ásia, África e da Australasia”.

²⁰⁶ Ver <https://www.cropscience.bayer.com/en/crop-compendium/pests-diseases-weeds/pests/helicoverpa-armigera>

²⁰⁷ Ver <https://www.embrapa.br/alerta-helicoverpa>

²⁰⁸ A esse respeito ver também: Tay, W. T. *et al.* Mitochondrial DNA and trade data support multiple origins of *Helicoverpa armigera* (Lepidoptera, Noctuidae) in Brazil. *Sci. Rep.* **7**, 45302; doi: 10.1038/srep45302 (2017).

A afirmação “nós desenvolvemos um produto pra uma condição brasileira” indicando que a BAYER teria buscado uma solução dedicada exclusivamente para o campo brasileiro traz uma outra contradição, já que tudo que empresa fez foi oferecer duas “soluções” para as infestações de *Helicoverpa Armigera* que ocorreram em solo brasileiro, os inseticidas “Larvin” e “Belt”. Acontece, porém, que ambos inseticidas apresentam, nas suas respectivas formulações, dois ingredientes ativos o Tiodicarbe e a Flubendiamida, que são banidos em outras jurisdições²⁰⁹. Os produtos que a BAYER destina ao mercado brasileiro e que - segundo o veiculado no “Seminário Agronegócio Sustentável” – contribuem conjuntamente com todo o segmento do agronegócio para o “chamado fenômeno da supersafra”, trazem componentes comprovadamente prejudiciais à saúde humana e à sustentabilidade ambiental, mas que são legalmente comercializados no Brasil, ou seja, segundo a perspectiva defendida pelo executivo da BAYER, concluímos que seriam essas as “tecnologias diferenciadas do hemisfério norte”, e que o “produto pra uma condição brasileira” nada mais é que uma variedade de inseticida que contém ingredientes ativos proibidos, devido aos seus efeitos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, no exterior.

Outra situação que também revela uma contradição entre a narrativa da sustentabilidade ambiental defendida pelo *establishment* do Agronegócio – desta feita impulsionado pela suposta redução do uso de Agrotóxicos através da introdução das sementes geneticamente modificadas – também foi constatado em outros relevantes países produtores de *commodities* agrícolas.

Uma matéria publicada pelo jornal *The New York Times*, na sua edição de 29 de outubro de 2016²¹⁰, corroborando com Perry, Liberto, Hennessy e Moschini (2016) e com Bonny (2016), revela que nos Estados Unidos e no Canadá, países que se converteram em grandes cultivadores de variedades geneticamente modificadas, ocorreu um aumento no consumo e na utilização de Agrotóxicos enquanto o crescimento da produtividade se manteve em níveis inferiores aos verificados em

²⁰⁹ O uso do princípio ativo Tiodicarbe, que é a principal ingrediente utilizado na formulação do Agrotóxico Larvin 800 recomendado pela Bayer para combater a *Helicoverpa Armigera* foi banido na União Européia em 2006. Ver <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32007D0366&from=DE>; O uso do princípio ativo Flubendiamida, que é a principal ingrediente utilizado na formulação do Agrotóxico Belt, recomendado pela Bayer para combater a *Helicoverpa Armigera*, foi banido nos Estados Unidos em 2016. Ver https://www.epa.gov/sites/production/files/2016-03/documents/flubendiamide_noic_published_03-04-16.pdf

²¹⁰ Ver HAKIM, 2016.

países da Europa ocidental que não utilizaram as espécies transgênicas. Na França, um dos países europeus citados pelo jornal e onde os organismos geneticamente modificados estão legalmente banidos houve, no período entre 2000 e 2013, uma expressiva redução na utilização de Agrotóxicos, notadamente entre os herbicidas e fungicidas, na ordem de 48% e 47,5% respectivamente (PERRY; CILIBERTO; HENNESSY; MOSCHINI, 2016) (BONNY, 2016).

O artigo revela, ainda, que similarmente ao que vem ocorrendo no campo brasileiro onde - de acordo com o levantamento feito por Bombardi (2017) a partir de dados disponibilizados pelo IBAMA, no ano de 2014 o “volume de Glifosato vendido no Brasil correspondeu a mais da metade do volume total de Agrotóxicos comercializados” (BOMBARDI, 2017, p. 35) - parte significativa do crescimento no uso de herbicidas na agricultura estadunidense é devido à utilização do sistema de proteção vegetal “*Roundup*”, centrado no ingrediente ativo Glifosato, igualmente produzido na matriz da multinacional americana Monsanto (WHEELER, 2002).

As contradições existentes entre o discurso do *marketing* da sustentabilidade ambiental e a realidade também evidenciam o quadro de descompasso que existe entre as expectativas das corporações produtoras de Agrotóxicos em relação às suas inovações tecnológicas e as suas aplicações práticas no campo.

Ainda que o debate sobre a questão de se autorizar ou não a introdução e o uso de organismos geneticamente modificados na agricultura brasileira tenha sido precocemente encerrado por pressão dos grupos econômicos e políticos ligados ao Agronegócio com a entrada em vigor da Lei da Biossegurança, a conveniência da sua utilização - em face do acentuado passivo ambiental e humano dele resultante - deveria ser revisitada já que, como indicam as referências citadas, a geração mais recente de organismos geneticamente modificados incrementa o uso e potencializa os riscos de contaminação por Agrotóxicos.

Esta conjuntura em muito se assemelha àquela que foi descrita por Weir e Shapiro (1981) no seminal artigo intitulado “O Círculo de Veneno: Agrotóxicos e Pessoas num Mundo Faminto²¹¹” onde os autores descrevem a dinâmica do complexo global das corporações produtoras de Agrotóxicos na qual determinados ingredientes

²¹¹ Título original em inglês: “The Circle of Poison: Pesticides and People in a Hungry World”.

ativos proibidos para o uso na agricultura dos países centrais continuavam a ser ali produzidos e exportados para países periféricos onde seriam utilizados quase que inteiramente na produção de *commodities* de exportação retornando, deste modo, aos países centrais na forma de alimentos contaminados por resíduos de Agrotóxicos nos alimentos (WEIR; SHAPIRO, 1981). A perspectiva apresentada no contexto do “Círculo do Veneno” foi atualizada por Galt (2008) em artigo no qual o autor ressalta que houve uma alteração quanto à sua dinâmica, mas, não necessariamente, quanto ao seu desfecho. Para ele, após a entrada em vigor das Convenções de Roterdã²¹² e de Estocolmo²¹³, devido a questões regulatórias e da dinâmica do mercado global de Agrotóxicos, os principais ingredientes ativos abrangidos nessas convenções não estão mais chegando aos países em desenvolvimento apenas a partir dos países centrais, mas também por meio da fabricação local. Esse quadro, entende o autor, no entanto, apenas reflete uma acomodação ocorrida no âmbito dos processos organizacionais e produtivos do *establishment* do Agronegócio e das corporações produtoras de Agrotóxicos com vistas a satisfazer, minimamente, algumas exigências regulatórias decorrentes da entrada em vigor das citadas convenções e a obter, simultaneamente, maiores ganhos de escala e benefícios de natureza fiscal tributária (GALT, 2008).

Nesse sentido, a partir da lição de Bombardi (2017), observamos que, em relação aos ingredientes ativos, as “tecnologias diferenciadas do hemisfério norte” (sic) – ao menos dentro das suas respectivas jurisdições, são consideravelmente menos indulgentes daquelas existentes no Brasil. Segundo a autora, o registro autorizado (permitido) alcança, no Brasil, “504 Ingredientes Ativos” ao passo que “destes, mais de uma centena deles são proibidos na União Européia, precisamente 149” e conclui “portanto, 30% de todos os Ingredientes Ativos (agrotóxicos) utilizados no Brasil são proibidos na União Européia” (BOMBARDI, 2017, p. 39). Essa conjuntura

²¹² Sob os auspícios da ONU, foi organizada em 1998 a Convenção de Roterdã, que estipulou um Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas. Comumente referida como a convenção PIC, a Convenção de Roterdã foi recepcionada pelo ordenamento legal brasileiro por meio do Decreto nº 5.360 de 31 de janeiro de 2005

²¹³ A ONU também organizou a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes em 2001. Comumente referida como Convenção POP seu objetivo era promover a eliminação ou a restrição da produção e do uso dos poluentes orgânicos persistentes. A Convenção de Estocolmo foi recepcionada pelo ordenamento legal brasileiro por meio do Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005.

indica que as inquietações que fundamentaram o conceito do Círculo de Veneno continuam presentes e que o mesmo continua efetivamente a existir.

Em contrariedade às essas evidências, o *establishment* das corporações produtoras de Agrotóxicos e do Agronegócio mundializado, entretanto, ainda mantêm as iniciativas de propaganda e *marketing* voltadas à construção de uma fabulosa (e improvável) associação entre a produção das *commodities* agrícolas exportáveis e a sustentabilidade ambiental.

A necessidade de convencer uma parte significativa de estratos das populações dos países centrais que são sensíveis à causa da sustentabilidade e que tem uma agenda de engajamento político ambiental “verde”, parece ser a justificativa usada pelo *establishment* dos Agrotóxicos para levar adiante a prática do *greenwashing*. Uma consulta aos *websites* institucionais das principais corporações do setor manifesta, com maior ou menor “convicção”, a “devoção” que cada uma delas tem na questão da sustentabilidade ambiental.

4.5.1 A SYNGENTA e o Projeto Soja + Verde

O exemplo que usaremos para revelar as contradições que existem entre as fabulosas narrativas intentadas pelos esforços de propaganda e *marketing* é o da SYNGENTA, empresa, agora, chinesa que atua globalmente e que ocupa a primeira posição no ranking das maiores corporações produtoras de Agrotóxicos no mundo²¹⁴, com um volume de vendas anuais próximo de 20 bilhões de dólares norte americanos. Dentre as maiores empresas do Brasil Agronegócio brasileiro²¹⁵, a SYNGENTA ocupa a décima oitava posição, atrás das congêneres BASF e BAYER, respectivamente na décima sexta e na décima oitava posições.

A atuação e a estratégia de comunicação corporativa da SYNGENTA trazem na sua *webpage*²¹⁶ uma referência ao “*Plano de Agricultura Sustentável*” o qual, por sua vez, indica “*Promover a Biodiversidade*” ao assumir o compromisso de “*Aumentar*

²¹⁴ Ver ranking na página 105.

²¹⁵ Ver ranking na página 31.

²¹⁶ Ver <https://www.syngenta.com.br/promover-biodiversidade>.

a biodiversidade em 5 milhões de hectares²¹⁷ de terras cultivadas”. Para essa empreitada, especificamente, para o Brasil a SYNGENTA desenvolve, em parceria estratégica com a organização não governamental transnacional *The Nature Conservancy* (TNC), o projeto Soja+Verde.

Inicialmente, nos chama a atenção, a aparentemente incômoda parceria entre a SYNGENTA e a TNC pois entendemos que os objetivos e as finalidades de uma e de outra entidade seriam, a princípio, irreconciliáveis. Por outro lado, essa parceria revela mais um aspecto de como a relação entre as grandes corporações produtoras dos Agrotóxicos e as maiores e mais poderosas ONGs transnacionais podem dissimular agendas progressistas em prejuízo a escancaradas práticas de *greenwashing* (OTTAWAY e STEPHENS, 2008).

Essa dissimulação se materializa pela comunhão de interesses corporativos, estratégicos e mercadológicos mutuamente benéficos já que enquanto a SYNGENTA se torna protagonista da “Soja+Verde”, a TNC pode se autopromover como a hígida guardiã da sustentabilidade ambiental num dos “teatros de guerra” (aos olhos da comunidade internacional) mais relevantes e exuberantes dentre as geografias da conservação ambiental, as “principais regiões produtoras do Estado do Mato Grosso”.

Os próprios objetivos do projeto Soja+Verde aparentam ser, no entanto, mais uma afirmação de uma aspiração com características de uma ação de *marketing* do que uma meta supostamente alcançável, vejamos:

“promover a produção sustentável da soja nas principais regiões produtoras do Estado do Mato Grosso por meio da regularização ambiental de propriedades rurais, seguindo as diretrizes do Código Florestal Brasileiro. O Soja+Verde é atualmente o principal projeto de biodiversidade apoiado pela Syngenta globalmente, sendo responsável por mais de 25% do resultado global de biodiversidade reportado entre 2013 e 2015” (SYNGENTA, 2015; grifo nosso) .

No nosso entender, tanto o território quanto a lavoura escolhida, denotam um caráter promocional, para efeitos midiáticos e de *marketing* e não ultimamente interessado na sustentabilidade ambiental. Afinal a soja, muito mais de ser a principal *commodity* agrícola produzida no Brasil, é o cultivar que mais impulsiona a fronteira agrícola do Agronegócio mundializado sobre os já combalidos

²¹⁷ A título comparativo, 5 milhões de hectares equivalem à área total da Costa Rica.

Cerrados brasileiros e que segue adentrando sobre as frágeis franjas da floresta amazônica.

Além disso, do desmatamento à colheita, passando pela concentração fundiária, estudos indicam que a modalidade de produção agrícola que ocorre no Mato Grosso é uma das mais deletérias que existem no campo brasileiro (BOMBARDI, 2017); (PIGNATI et al, 2017) ;(GIRARDI, 2016).

Nos últimos vinte anos o desmatamento no estado atingiu o total de 142.747 km², o que equivaleu a 33,4% do total do desmatamento ocorrido na Amazônia legal²¹⁸. A concentração fundiária mato-grossense está entre as mais altas do país²¹⁹, reproduzindo o padrão de monopolização da propriedade da terra pelo grande capital produtor de commodities voltadas à exportação (GIRARDI, 2015; 2016).

Enquanto a situação do Mato Grosso nas questões relativas ao desmatamento e à concentração fundiária já o posicionam negativamente no cenário nacional, quando observamos os dados sobre o consumo e utilização de Agrotóxicos, a situação é ainda mais inquietante, já que o estado ocupa a primeira posição no país.

Segundo Bombardi (2017), entre os estados brasileiros, o Mato Grosso teve, no período 2012-2014, a maior média anual do uso de agrotóxico, alcançando 191.439 toneladas. Esse maciço uso de Agrotóxicos, de acordo com a autora, tem repercute nos indicadores da saúde da população:

“O estado do Mato Grosso, por exemplo, é aquele em que há a maior utilização de agrotóxicos no país, 17,7% do total, consumindo praticamente 1/5 de todo o agrotóxico comercializado no Brasil, não é difícil inferir a subnotificação de dados deste estado, já que o estado da Bahia, por exemplo, tem mais casos notificados que o do Mato Grosso, entretanto, a Bahia ocupa o 7º lugar em termos de consumo de agrotóxicos, consumindo 5,3% dos agrotóxicos vendidos no país”. (BOMBARDI, 2017, p. 54).

Essas questões também foram abordadas nas contribuições de Pignati *et al.* (2007, 2017), que apresentam as correlações entre a dinâmica da expansão do Agronegócio, a sustentabilidade ambiental, a brutal utilização de Agrotóxicos nos

²¹⁸ Fonte: PRODES/INPE; disponível em <http://www.obt.inpe.br/prodes/dashboard/prodes-rates.html>

²¹⁹ A esse respeito ver também Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA – Brasil. Relatório 2014. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

municípios onde se concentra a produção agrícola no estado e a consequente degradação nos indicadores de saúde das populações:

“Trata-se de um processo de insustentabilidade ambiental: na primeira etapa se desmata/destrói o cerrado e/ou a floresta; numa segunda fase se implanta um sistema agropecuário dependente de alta tecnologia, de equipamentos e de sementes híbridas ou transgênicas dependentes de agrotóxicos e fertilizantes químicos para se desenvolverem; como consequência, a terceira etapa deste processo provoca danos imediatos (agudos) e/ ou tardios (crônicos) à saúde humana e ambiental ou cria situações de riscos para além dos locais das plantações agrícolas, ampliando os agravos, com impacto negativo social, sanitário e ambiental” (PIGNATI *et al*, 2007, p. 107)

“partir dos resultados deste estudo, observa-se que os indicadores de saúde (intoxicações agudas, incidência de malformação fetal e mortalidade por câncer infanto-juvenil) apresentaram correlação positiva ao indicador ambiental (consumo de agrotóxicos) apontando uma associação entre o aumento do consumo de agrotóxicos e os coeficientes médios dos indicadores de saúde. É possível identificar a concentração do consumo de agrotóxicos nos municípios do centro (3,3 a 14,6 milhões de litros) e sul (744 mil a 3,3 milhões de litros) do estado de Mato Grosso, onde a produção agrícola é mais intensa. Neste sentido, é possível estabelecer correlações estatísticas e visualizar as pressões numa perspectiva espacial e ecológica, contribuindo com análises dos municípios agrícolas brasileiros, sobretudo da exposição humana e ambiental aos agrotóxicos, como consequência do modelo agrícola” (PIGNATI *et al*, 2017, p. 3291)

É nessa conjuntura desoladora e manifestamente insustentável, onde os efeitos mais danosos da utilização de Agrotóxicos são sentidos que a SYNGENTA e a TNC promovem o projeto Soja+Verde, voltado ao Plano de Agricultura Sustentável o qual, por sua vez, indica “Promover a Biodiversidade”. Entendemos, no entanto, que tanto o projeto Soja+Verde quanto o plano que o abriga (Plano de Agricultura Sustentável) nada oferecem de concreto, além do emprego de expressões de uso padronizado (“sustentável”, “conservação” e “biodiversidade”), comuns às ações de propaganda e *marketing* tanto do *establishment* do Agronegócio quanto das corporações produtoras de Agrotóxicos. Em nenhuma oportunidade a palavra “saúde” aparece quer no escopo do material de divulgação da SYNGENTA relativo ao “principal projeto de biodiversidade apoiado pela Syngenta globalmente” (SYNGENTA, 2015), ou ainda em meio à publicação institucional da TNC - “Planejando Paisagens Produtivas Sustentáveis” (TNC, 2014).

Outra evidência que o projeto Soja+Verde integra apenas mais um convencional exemplo de *greenwashing* é a declaração do executivo chefe da SYNGENTA, Erik Fyrwald:

“O Plano Agricultura Sustentável exemplifica a forma como fazemos negócios e, a partir os dados que estão sendo gerados, estamos ajudando os agricultores a aplicar as melhores práticas e monitorar os benefícios para o meio ambiente em seus resultados. Avancando, queremos ainda evoluir o plano para entender melhor como os agricultores podem ser mais eficientes no uso que fazem da água e reduzir suas emissões de carbono. E, continuando a parceria com nossos clientes, fornecedores e outras partes interessadas na cadeia de valor dos alimentos, seremos capazes de combinar os recursos e os conhecimentos necessários para alimentar com o mundo com segurança e cuidar do nosso planeta”²²⁰ (SYNGENTA, 2015; grifo nosso).

Na sua fala, o representante da SYNGENTA, reitera os argumentos comumente empregados no sentido de que a atuação da empresa se materializa através iniciativas altruísticas que buscam, ao mesmo tempo, “beneficiar o meio ambiente” e “alimentar o mundo”.

A construção do *greenwashing* em relação ao projeto Soja+Verde, no âmbito da parceria SYNGENTA – TNC é arrematada pela parceria desta última com uma das maiores corporações do *establishment* do Agronegócio em Mato Grosso, o Grupo Amaggi.

Segundo Juliana Lopes, Diretora de Sustentabilidade da Amaggi²²¹, em depoimento reproduzido na publicação institucional da TNC - “Planejando Paisagens Produtivas Sustentáveis”, o Soja+Verde:

“é um projeto de grande importância, tendo em vista o incentivo à sustentabilidade na cadeia da soja em solo mato-grossense, um dos Estados de maior produção agrícola do Brasil. [...] para o conhecimento do produtor do que precisa ainda ser feito em sua propriedade para o

²²⁰ Texto original em inglês: “The Good Growth Plan exemplifies the way we do business and, through the data that is now being generated, we are helping farmers to apply best practices and monitor the benefits to the environment and their bottom line. Going forward, we want to evolve the plan further to better understand how farmers can improve the efficiency with which they use water and reduce their carbon emissions. And by continuing to partner with our customers, suppliers and other stakeholders in the food value chain, we will be better able to combine the resources and knowledge required to safely feed the world and take care of our planet”. Disponível em <https://www.syngenta.com/media/media-releases/yr-2017/27-03-2017>

²²¹ Além da Amaggi, e da SYNGENTA a publicação institucional da TNC - “Planejando Paisagens Produtivas Sustentáveis” tem o suporte de outras significativas corporações do Agronegócio mundializado como a Adecco Agro, Bunge, Cargil, Klabin e Suzano.

atendimento da legislação ambiental. A região do projeto tem um impacto bastante significativo para o Mato Grosso, pois representa o maior centro produtor de soja do Brasil, responsável por cerca de 10% da produção nacional" (TNC, 2014, p. 35; grifo nosso)

Entendemos que esse aval ao projeto Soja+Verde por parte do Grupo Amaggi é uma evidência, pela sua forte presença nos municípios mato-grossenses onde foram registrados altos índices de contaminação nos indicadores de saúde (vide Pignatti *et al*, 2017), da contradição que existe no cerne da parceria entre o *establishment* do Agronegócio e entidades como a TNC que entendem que o conceito de sustentabilidade, além de servir como conceito de propaganda e *marketing*, se presta a conformar a natureza para servir ao crescimento do Agronegócio mundializado.

Uma outra questão inquietante em relação à TNC, segundo Ottaway e Stephens (2008), tem sido sistemática proximidade com os grandes conglomerados hegemônicos, em situações de conflitos de interesses – como o caso por nós mencionado, envolvendo a parceria entre a SYNGENTA, outras empresas produtoras de Agrotóxicos e órgãos da administração pública federal para, por meio de atuação concertada no âmbito da A.B.E.L.H.A., tentar influenciar a revisão de normas de proteção à espécies da fauna brasileira - que abrangem desde as suas modalidades e fontes de financiamento à aspectos éticos relativos à sua governança corporativa (OTTAWAY e STEPHENS, 2008, p.76-80).

Entendimento similar tem Diegues (2008) quando discorre sobre o modelo de sustentabilidade defendido pela TNC e também por suas entidades congêneres atuantes na conservação da natureza tais como o Fundo Mundial para a Natureza Selvagem (*World Wildlife Fund, WWF*), a Conservação Internacional (*Conservation International*) e a Sociedade de Conservação da Vida Selvagem (*Wildlife Conservation International*), as quais, segundo ele:

“influenciam os modelos de ciência da conservação hoje usados no país. Os cientistas dos países do Norte, alguns deles remunerados por essas grandes organizações, têm desenvolvido conceitos e práticas conservacionistas pouco adequados à conservação da natureza dos trópicos”. (DIEGUES, 2013, p. 14)²²².

²²² Uma outra circunstância suscitada Diegues (2008) e de extrema importância foi o absoluto descaso com que essas mesmas ONGs transnacionais abordaram a dimensão humana das populações sujeitas aos impactos ambientais resultantes de suas iniciativas conservacionistas. Segundo ele, ao não incorporarem “as variáveis sócio culturais e muito menos os saberes tradicionais” as ONGs, nas suas ações, “tendem a deixar de lado as populações locais que são marginalizadas dos processos de conservação e uso sustentável” (DIEGUES, 2013, p. 17).

4.5.2 A CropLife e o Alcance Global da Fábula da Sustentabilidade

A perspectiva de sustentabilidade vislumbrada a partir da atuação da SYNGENTA em conjunto com a TNC no caso da Soja+Verde é emblemática por demonstrar, numa dimensão regional, o quanto tal empreitada, não obstante sua fragilidade, sensibiliza atores e afeta vastas extensões geográficas.

Formada pelas maiores corporações produtoras de Agrotóxicos²²³ a “Crop Life Internacional”²²⁴ (CropLife) serve como uma plataforma estratégica desse segmento do Agronegócio mundializado para estruturar ações concertadas voltadas à disseminação das suas narrativas relativas à sustentabilidade e transforma-las num fenômeno de alcance global.

Nesse propósito, a CropLife concentra suas iniciativas em ações de propaganda e *marketing* voltadas à sustentabilidade apoiada no desenvolvimento do que ela se apropriou como sendo a sua perspectiva de “ciência agrícola”. No caso, no entanto, o que a CropLife trata *lato sensu* como “ciência agrícola” é uma fabulação que dissimula o pacote agroquímico produzido pela suas consorciadas num conceito mais sustentável, atrelado à ciência agrícola e não ao uso de Agrotóxicos.

Assim, a prática do *greenwashing* se materializa não apenas na sustentabilidade do “verde” ou do ecológico, mas, nomeadamente, numa perspectiva da produção agrícola que é ao mesmo tempo científica e precisa.

A CropLife se auto intitula “a voz e os principais defensores da indústria da ciência agrícola²²⁵” e que, sob o mote “defendemos o papel das inovações agrícolas na proteção de culturas e na biotecnologia vegetal para apoiar e promover a agricultura sustentável”²²⁶, pretende fornecer através da ciência agrícola “ferramentas e tecnologias agrícolas modernas que ajudam os agricultores a cuidar do nosso

²²³ As empresas que fazem parte da CropLife Internacional são: Basf, Bayer, DowDuPont, Monsanto, Syngenta, Sumitomo Chemical e FMC.

²²⁴ A CropLife International está incorporada sob as leis da Bélgica e, portanto, da União Européia.

²²⁵ Texto original em inglês: “the voice and leading advocates for the plant science industry”.

²²⁶ Texto original em inglês: “We champion the role of agricultural innovations in crop protection and plant biotechnology to support and advance sustainable agriculture”.

planeta, alimentam uma população crescente e levar o progresso às comunidades rurais²²⁷”.

O mundo, segundo a CropLife, “precisa de agricultores, e os agricultores precisam da ciência agrícola” (sic). E para atender a esse mundo sequioso de “ciência agrícola” a CropLife conta com uma rede global²²⁸ de organizações que estão aptas a “levar as inovações da ciência agrícola para fazendeiros de todo o mundo”.

É na exposição dos seus “valores” que a CropLife aborda a questão da sustentabilidade condicionada, à concretude do uso “responsável” da ciência agrícola.

“Estamos unidos por uma paixão por melhorar a agricultura através do engajamento e parcerias. Estamos abertos à necessidade de uma variedade de práticas agrícolas sustentáveis e discussões informadas sobre o futuro da agricultura. Nós nos preocupamos com nosso planeta e gerenciamos inteligentemente seus recursos finitos. Estamos comprometidos com a agricultura sustentável e o uso responsável de tecnologias da ciência agrícola em todo o mundo”²²⁹ (CROPLIFE, 2018, grifo nosso)

Na comunicação promocional dos “seus valores” a CropLife utiliza argumentos discursivos que sugerem uma forte conotação emocional como “unidos por uma paixão por melhorar a agricultura” e a preocupação com o “futuro do nosso planeta” que, entendemos, são incompatíveis com as finalidades empresariais das empresas que compõe tal arranjo empresarial. Afinal, o que une cinco das seis maiores corporações produtoras de Agrotóxicos do mundo – dentro dos mais basilares princípios do capitalismo global – a busca incessante por mais lucros e por maiores retornos financeiros para seus acionistas, não comportaria o uso de tais elementos discursivos a não ser para servir ao propósito de desorientar a opinião pública.

²²⁷ Texto original em inglês: “Plant science provides modern agricultural tools and technologies that help farmers look after our planet; feed a growing population; and progress to rural communities”.

²²⁸ Fazem parte da “rede global” da CropLife as seguintes organizações: CropLife Canada, CropLife America, Biotechnology Industry Organization (BIO), AgroBio Mexico – América do Norte; EuropaBio, European Crop Protection Association – Europa; CropLife Asia, CBI Japan, Japan Crop Protection Association – Ásia Pacífico; CropLife Latin America, AgroBio Brazil, CIB Brazil, ArgenBio – América Latina; AfricaBio, CropLife África/Oriente Médio.

²²⁹ Texto original em inglês: “We are united by a passion to improve agriculture through engagement and partnerships. We are open to the need for a variety of sustainable agricultural practices & informed discussion on the future of farming. We care about our planet and managing its finite resources intelligently. We are committed to sustainable agriculture and the responsible use of plant science technologies worldwide”

Seguindo, ao afirmar que está comprometida com a “agricultura sustentável” e o uso responsável de “tecnologias da ciência agrícola” dispersadas por todo o mundo a CropLife faz, pela prática do greenwashing e do branding da “ciência agrícola”, um conveniente anteparo à imagem das suas tóxicas consorciadas.

O escopo de atuação da CropLife, através da sua rede global, vai além da “Proteção da Lavoura” e/ou da “Biotecnologia Agrícola”, itens que destaca no seu material promocional. O material promocional institucional da CropLife se presta também a assumir posicionamentos políticos em nome das suas consorciadas, e a exhibir ações de *lobbying* em debates sobre questões regulatórias e científicas pelo mundo afora²³⁰.

É o que a CropLife explicita quando critica a situação por ela enfrentada no âmbito do sistema regulatório na União Européia:

“Trabalhamos com instituições internacionais e governos para garantir a introdução de padrões transparentes e viáveis baseados em avaliações sólidas da ciência e de avaliações de risco que sejam harmonizados sempre que possível. Infelizmente, a regulamentação da biotecnologia vegetal está longe de ser harmonizada. Diferentes regiões têm abordagens bastante diferentes e não reconhecem a validade das aprovações de outros países. E nem todos os países baseiam suas decisões em evidências científicas: na Europa em particular, a tomada de decisões é muitas vezes política. Tais diferenças não fazem nada para proteger os consumidores ou o meio ambiente, mas sim criar barreiras desnecessárias à inovação e ao comércio²³¹”. (CROPLIFE, 2018, grifo nosso)

Essa manifestação da CropLife, no nosso entendimento, se configura como um verdadeiro libelo acusatório contra o bom senso e denota como tal arranjo empresarial pode assumir, na defesa de suas causas, a feição de um cartel monopolista que pretende estar acima dos controles legais e dos regramentos das jurisdições onde ele atua. A argumentação de que a “tomada de decisões é muitas vezes política” se revela desprovida de qualquer fundamento de razoabilidade uma vez que todo processo

²³⁰ Ver: <https://croplife.org/plant-biotechnology/regulatory-2/>

²³¹ Texto original em inglês: “We work with international institutions and governments to ensure the introduction of transparent, workable standards based on sound science and risk assessments that are harmonized where possible. Unfortunately, the regulation of plant biotechnology is currently far from harmonized. Different regions have quite different approaches and do not recognize the validity of other countries’ approvals. And not all countries base their decisions on scientific evidence: in Europe in particular, decision-making is often political. Such differences do nothing to protect consumers or the environment, but instead create unnecessary barriers to innovation and trade”. Disponível em <https://croplife.org/plant-biotechnology/regulatory-2/>

decisório está sujeito a considerações de natureza política mormente quando estão abrangidas questões relativas à saúde pública e à sustentabilidade do meio ambiente. A alegação mais inverossímil, no entanto, é que diferentemente das autoridades europeias, a CropLife atua para proteger os supostos beneficiários das “inovações” e do “livre comércio”, os consumidores e o meio ambiente.

A CropLife também faz uso do seu material promocional institucional para afirmar, escorada na prática do *greewashing* e na fabulosa retórica de que apenas o Agronegócio mundializado através de uma produção agrícola científica e dependente do uso de Agrotóxicos pode alimentar o mundo,

“Os produtos químicos de proteção de culturas, comumente chamados de pesticidas ou produtos agroquímicos, desempenham um papel vital no controle das pragas e doenças que ameaçam o nosso abastecimento alimentar. As culturas alimentares devem competir com 30 mil espécies de ervas daninhas, 3.000 espécies de nematoides e 10.000 espécies de insetos devoradores de plantas. Sabemos que, apesar do uso de produtos de proteção de culturas modernas, 20 a 40% da produção potencial de alimentos ainda será perdida anualmente para as pragas. Essas perdas podem ocorrer enquanto a cultura está crescendo no campo, quando está armazenada e em casa. Em suma, um adequado e confiável fornecimento de alimentos não pode ser garantido sem o uso de produtos de proteção de culturas”²³² (CROPLIFE, 2018).

Destacamos, ainda, a ênfase que a CropLife dedica às suas supostas vantagens, abordando situações complexas e as escorando na dependência da sua própria tecnologia para contribuir com a sustentabilidade ambiental:

“A CropLife International e seus membros têm o compromisso de disponibilizar as melhores tecnologias para ajudar a alcançar uma produção de alimentos suficiente, segura e saudável, melhorar as condições de subsistência e a preservação de recursos não renováveis. O uso de tecnologias agrícolas como a biotecnologia vegetal pode aumentar a produtividade de terras já cultivadas, reduzir a necessidade de cultivar terras adicionais e assim contribuir para a conservação da biodiversidade”²³³ (CROPLIFE, 2018, grifo nosso)

²³² Texto original em inglês: “Chemical crop protection products, commonly referred to as pesticides or agrochemical products, play a vital role in controlling the pests and diseases that threaten our food supply. Food crops must compete with 30,000 species of weeds, 3,000 species of nematodes and 10,000 species of plant-eating insects. We know that despite the use of modern crop protection products 20-40% of potential food production is still lost every year to pests. These losses can occur while the crop is growing in the field, when it is in storage and in the home. In short, an adequate, reliable food supply cannot be guaranteed without the use of crop protection products”. Disponível em: <https://croplife.org/crop-protection/benefits/>

²³³ Texto original em inglês: CropLife International and its members are committed to making available the best technologies to help achieve sufficient, safe and healthy food production, improved livelihoods and the preservation of non-renewable resources. The use of agricultural technologies such as plant biotechnology can

Identificamos que essas afirmativas desvelam, novamente, um repertório fabuloso a partir do qual a CropLife sugere que suas empresas consorciadas exercem um autoproclamado e decisivo protagonismo na missão de alimentar o mundo. Nesse sentido, a CropLife, por meio de seus membros, estaria empenhada em “disponibilizar as melhores tecnologias” para que a produção de alimentos seja “suficiente, segura e saudável” e que, uma vez alcançada essa performance, cessaria a necessidade de “cultivar terras adicionais”, o que resultaria na “conservação da biodiversidade”.

Entendemos que as premissas invocadas pela CropLife são contraditórias – e só servem para dar, mais uma vez, vazão ao *greenwashing* - pois partem de um equivocado conceito de que o uso da tecnologia e dos Agrotóxicos a ela associados é determinante para garantir a proteção das lavouras e uma produção agrícola suficiente para “alimentar o mundo”. As corporações consorciadas à CropLife desenvolvem produtos que são utilizados principalmente para a agricultura em larga escala, voltada à produção de *commodities* que não constituem a base da alimentação que a maioria da população mundial consome. Quanto à alegada conservação da biodiversidade, a produção agrícola em larga escala suportada por Agrotóxicos é incontestavelmente nociva aos recursos naturais e nada indica que o incremento do uso desses insumos iria resultar em uma maior produtividade a qual, por sua vez, induziria os agentes do Agronegócio a “reduzir a necessidade de cultivar terras adicionais” (ONU, 2017); (CARRINGTON, 2017).

Entendemos que essa apreciação de algumas modalidades de divulgação, propaganda e *marketing* que as corporações produtoras de Agrotóxicos em associação com o *establishment* do Agronegócio mundializado, demonstram - enquanto forças do capitalismo hegemônico – o poder, os recursos e o aparato do seu arranjo geopolítico-financeiro-científico-midiático para manter a disseminação das suas fabulosas narrativas em detrimento de uma dimensão humana e mais ambientalmente sustentável das dinâmicas afeitas a exploração da atividade agrícola.

increase the productivity of land already cultivated, reduce the need to farm additional land and thus contribute to conservation of biodiversity. Disponível em: <https://croplife.org/plant-biotechnology/regulatory-2/environmental-risk-assessment/>

Considerações Finais

A análise dos temas que constituíram esta tese nos fez concluir que a questão do uso de Agrotóxicos no contexto da produção agrícola brasileira se converteu num intricado conjunto de fábulas que se estruturaram a partir da atuação concertada de múltiplos sujeitos, que se confundem na condição de parceiros e de protagonistas do Agronegócio mundializado.

As forças hegemônicas que, a partir dos Estados Unidos, desenvolveram o conceito do Agronegócio sob uma perspectiva do capitalismo ali perpetrado buscaram a sua expansão em consórcio com as iniciativas do governo estadunidense voltadas à ampliação dos mercados para as suas corporações transnacionais, notadamente no período do pós-guerra.

Nesse contexto, constatamos que a internacionalização das empresas que atuavam nas cadeias produtivas da atividade agropecuária nos Estados Unidos foi sensivelmente impactada pelo desenvolvimento de um inovador repertório tecnológico no campo, que autorizava e incentivava o uso de Agrotóxicos em larga escala, o fenômeno que se convencionou chamar de Revolução Verde.

A pesquisa sobre a abrangência desse fenômeno indica que o mesmo, enquanto avalista ideológico da cientificação da agricultura, foi instrumental e decisivo para que o Agronegócio adquirisse, sob o suporte institucional do *establishment* capitalista e financeiro global, o protagonismo necessário para conduzir as dinâmicas que movimentam a agricultura global.

Essa conjuntura seria alterada com o advento do neoliberalismo nos países centrais e a sua disseminação mundo afora, a partir de meados da década de 1980, que acabaria por alcançar o campo brasileiro e contribuir para que aqui ocorresse a formação e a territorialização dos monopólios na agricultura, movimento que abrangeu corporações transnacionais e empresas nacionais.

Nossa pesquisa evidenciou que o Estado brasileiro tem, no decorrer de um longo período histórico, privilegiado os detentores da terra e do poder oligárquico e mantém com estes uma estreita parceria que acaba por torná-lo um viabilizador das fábulas no campo.

O Estado, neste contexto, vem permitindo que forças políticas organizadas e caracterizadas por um posicionamento ancestralmente conservador penetrem e interfiram na gestão do seu aparato legal-racional e técnico-estatal de modo a

influenciar tanto as decisões sobre as políticas públicas ao voltadas ao campo brasileiro quanto dos processos legislativos que constituem o sistema normativo dos Agrotóxicos.

Identificamos que ao optar por destinar, por meio de tais políticas públicas, bilhões de reais em subsídios para fomentar os grandes produtores agrícolas e corporações monopolistas afiliadas ao *establishment* do Agronegócio mundializado, o Estado atua decisivamente para perpetuar o grave quadro social existente num campo conflagrado por conflitos fundiários decorrentes de uma ordem econômica injusta e opressora.

Nossa pesquisa sobre a construção do conceito de Agricultura da Precisão também indica uma participação do aparato estatal, enquanto facilitador e promotor das narrativas articuladas a partir do *establishment* do Agronegócio mundializado, para conduzi-la ao mesmo patamar de protagonismo no âmbito da produção agrícola científica que a sua predecessora histórico-ideológica, a Revolução Verde.

Nesse sentido, sustentamos que existem convincentes evidências de que, devido a gestões originadas nas corporações produtoras de Agrotóxicos em face dos órgãos da administração pública estatal, existem comprometimentos de natureza ideológico-corporativa nas investigações e pesquisas acerca das implicações e danos à saúde e ao meio ambiente que tal utilização dos Agrotóxicos, no contexto referendado pela Agricultura de Precisão no campo brasileiro.

Apontamos que, para o *establishment* do Agronegócio mundializado, a Agricultura de Precisão enquanto reedição ideológica, revista e ampliada da Revolução Verde, revigora os discursos fabulosos de que a modernidade no campo precisa ser ratificada pelo emprego “preciso” de equipamentos digitais e da tecnologia materializada sob a forma dos Agrotóxicos que são difundidos como sendo eficazes e, a partir de tal característica, ambientalmente sustentáveis.

A construção das fábulas que permeiam o imaginário sobre o modelo de exploração da agricultura apoiado nas dinâmicas do Agronegócio mundializado demanda um portentoso e concertado esforço de estratégicas ações de propaganda e *marketing*.

Estas ações de propaganda e *marketing* utilizadas pelo *establishment* do Agronegócio mundializado se valem basicamente de duas plataformas para propagar o discurso que apregoa a superioridade e a infalibilidade da produção “agricultura

moderna e precisa” lastreada na Agricultura de Precisão e na ampla utilização de insumos agroquímicos.

A primeira plataforma de divulgação se utiliza da estreita parceria que o *establishment* do Agronegócio, enquanto representante do poder hegemônico no campo, tem com os mais representativos grupos de mídia e de comunicação do país para promover campanhas publicitárias de caráter institucional, centradas em invencionices, ficções, sucessos inventados e fabulações – como procuramos demonstrar na tese - com o intuito de realçar ideologicamente e convencer o grande público de que a modalidade de exploração econômica das riquezas existentes no campo brasileiro pelo Agronegócio mundializado é a mais apropriada uma vez que esta proporciona, ao mesmo tempo, segurança alimentar, superávits para a balança comercial brasileira enquanto promove a sustentabilidade ambiental.

A segunda plataforma de propaganda e *marketing* que corrobora para as fabulações do Agronegócio mundializado enquanto provedor da “agricultura moderna e precisa” e também como responsável pelo “Brasil que dá certo” reúne elementos que evidenciam o consórcio entre as forças locais do Agronegócio mundializado e setores da administração pública nas principais localidades diretamente afetadas pelo seu processo de expansão são suas feiras setoriais que, emolduradas em grandes eventos cenográficos, simbolizam a homogeneização das suas estratégias de propaganda e *marketing*.

Dentre o conjunto das fábulas tóxicas que, numa perspectiva mundializada, conformam a expansão da produção agrícola brasileira o que se revelou mais agudo e dissimulado foi aquele alardeado pelas ações de propaganda e *marketing* estruturadas, conjuntamente, pelo arranjo geopolítico-financeiro-científico-midiático das corporações produtoras de Agrotóxicos e do *establishment* do Agronegócio mundializado e que concerne o conceito de sustentabilidade ambiental.

A análise dessa estratégia promocional no contexto desta tese nos leva a concluir que o emprego do conceito de sustentabilidade ambiental como o aqui descrito caracteriza a prática de *greenwashing* por mascarar, no âmbito da produção agrícola supostamente moderna e precisa, através da utilização de uma narrativa fabulosa, elementos vinculados à saúde, ao meio-ambiente e ao bem-estar das populações, e que têm sido dissimuladamente empregados para auferir uma perspectiva que, entendemos, ser absolutamente inverossímil.

Finalizamos este trabalho afirmando a tese de que um conjunto de *fábulas tóxicas* tem sustentado no plano ideológico - com a conivência, mediação e subsídio do Estado brasileiro - a expansão da produção agrícola capitalista no país.

Taís fábulas têm se configurado como uma edição renovada, ou melhor diríamos, uma segunda etapa, do avanço do capitalismo no campo através da monopolização do território pelas transnacionais do setor agroquímico, particularmente perpetrada após o advento da transgenia.

As fábulas são o desígnio no nível imaterial e, portanto, ideológico, da viabilização desta monopolização do território, em um movimento que unifica os interesses dos grandes proprietários de terras no Brasil e das empresas agroquímicas transnacionais.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A.; **Os Domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas; São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ABRAMOVAY, R.; **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**; São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da Unicamp, 1992.
- AGNEW, J.; CORBRIDGE, S.; **MASTERING SPACE** - Hegemony, territory and international political economy; New York: Routledge, 2003.
- AGROESTAT. Estatística de Comercio Exterior do Agronegócio Brasileiro.** 2014. Disponível em: http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT_CADASTRO.html
- ALFRANCA, O., HUFFMAN, W.; **Aggregate Private R&D Investments in Agriculture**: The Role of Incentives; Public Policies, and Institutions, *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 52, No. 1 (October 2003), pp. 1-21
- ALGIERI, A.; KALKUHL, M.; TADESSE, G.; von BRAUN, J.; **Drivers and triggers of international food price spikes and volatility**; Food Policy; Volume 47, August 2014, Pages 117-128, Elsevier Publications; Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0306919213001188>
- ALVES, V. E. L.; in ALVES (et al.) 2015; **Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil**; São Paulo: Consequência, 2015.
- ALVES, E.; BUAINAIN, A. M.; NAVARRO, Z.; SILVEIRA, J. M.; **O mundo rural no Brasil do século 21** - A formação de um novo padrão agrário e agrícola.; Brasília, DF: Embrapa, 2014.
- ARAGÃO, A. (Org); **Agrotóxicos: a nossa saúde e o meio ambiente em questão**: aspectos técnicos, jurídicos e éticos; Florianópolis: FUNJAB, 2012. 380p. – (Direito e Saúde; v.3)
- ARIENTI, W. L.; FILOMENO, F. A.; **Economia política do moderno sistema mundial**: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi; Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007.
Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2138>
- ARRUDA, Z.; **Onde está o agro desse negócio?** Transformações sócio-espaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio. Tese de Doutorado; Campinas: UNICAMP, 2007.
- BALL, J.; The Politics of Climate Change Stink. That's Why 'Think Globally, Act Locally' Is Back; **The New Republic**, New York, April 22, 2014. Disponível em: <https://newrepublic.com/article/117459/earth-day-2014-think-globally-act-locally-back>
- BECKER, B. K.; **Reflexões Sobre a Geopolítica e a Logística da Soja na Amazônia** in Dimensões Humanas da Biosfera- Atmosfera na Amazônia; In: ALVES, D. S.; (et al.) 2007; São Paulo – EDUSP, 2007, p. 113-128.

BERNARDI, A. C. C.; INAMASU, R. Y.; **Inovação em Agricultura de Precisão**; in Agricultura de precisão: resultados de um novo olhar; In BERNARDI (et al.) 2014, editores técnicos. – Brasília: Embrapa, 2014.

BNDES - Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/instituicoes-financeiras-credenciadas/rede-credenciada-brasil>; Acesso em 22 de outubro de 2017.

_____ - Disponível em:
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>;
Acesso em 23 de outubro de 2017.

_____ - Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa>;
Acesso em 23 de outubro de 2017.

BOMBARDI, L. M.; **Campesinato, Luta de Classes e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo)**; Tese de Doutorado; São Paulo: USP, 2005.

_____ **Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil**: a nova versão do capitalismo oligopolizado. In: Boletim Dataluta. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, Setembro de 2011, p. 1-21. Disponível em:
http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/artigodomes/9artigodomes_2011.pdf; Acesso em 28 de outubro de 2017.

_____ **Agrotóxicos**: uma arma silenciosa contra os direitos humanos; *Direitos Humanos no Brasil 2013*: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2013

_____ **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Européia**. São Paulo: FFLCH – USP, 2017.

BOCHNER, R.; **Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – SINITOX e as intoxicações humanas por agrotóxicos no Brasil**. Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 12 (1): 73-89,2007.

BONNY, S.; **Genetically Modified Herbicide-Tolerant Crops, Weeds, and Herbicides**: Overview and Impact; Environmental Management (2016) 57: 31. <https://doi-org.ez67.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s00267-015-0589-7>

BRANDAO, C. A.; **Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo**. In: ALMEIDA, A. W. B. (et al.) 2010; Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo; Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 39-70.

BRASIL - **SEAFDA** Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - CASA CIVIL (SEAFDA, 2017); Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>; Acesso em 20 de novembro de 2017.

BRASIL - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA (2017) Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-antigoApresentação do Plano Agrícola e Pecuário PAP%20alterado.pdf>; Acesso em: 20 de novembro de 2017.

BROMLEY, N.; **Law, Space and the Geographies of Power**; San Francisco: Guilford Press, 1994.

BRUNO, R.; **Senhores da Terra, Senhores da Guerra – A Nova Face Política das Elites Agroindustriais no Brasil**; Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BURBACH, R., FLYNN, P.; **Agribusiness in the Americas**; New York: Monthly Review Press, 1980.

BURCH, D.; CLAPP, J.; MURPHY, S.; **Cereal Secrets The world's largest grain traders and global agriculture**; Oxford: Oxfam GB, 2014.

CAO, K.; BIRCHENALL, J.; **Agricultural Productivity, Structural Change, and Economic Growth in Post-Reform China**; Journal of Development Economics, Volume 106, January 2014, p. 165.

CARNEIRO, F.F. (Org.); **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na saúde**; Organização de F.F. Carneiro, L.G.S. Augusto, R.M. Rigotto, K. Friedrich e A. C. Burgio, Rio de Janeiro: EPSVJ; São Paulo: Fiocruz/Expressão Popular, 2015, 624p.

CARRINGTON, D.; UN experts denounce 'myth' pesticides are necessary to feed the world; The Guardian, London, 7 Oct. 2017. Disponível em <https://www.theguardian.com/environment/2017/mar/07/un-experts-denounce-myth-pesticides-are-necessary-to-feed-the-world>. Acesso em 05 de março de 2018.

CARSON, R.; **Primavera Silenciosa**; São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CASTILHO, A.; **Partido da Terra – como os políticos conquistam o território brasileiro**; São Paulo: Contexto, 2012.

CASTRO, B. S.; **Organismos geneticamente modificados: as noções de risco na visão de empresas processadoras, organizações não governamentais e consumidores**. Tese de Doutorado, Campinas: UNICAMP, 2012.

CASTILLO, R. A.; **Sistemas orbitais e uso do território**. Conhecimento digital e integração eletrônica do território brasileiro; Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH – Geografia USP, 1999.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada; disponível em <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indices-de-exportacao-do-agronegocio.acpx>; Acesso em 30 de novembro de 2017.

CHARLES, D.; **Lords of the Harvest: Biotech, Big Money, and the Future of Food**; Cambridge, Massachusetts: Perseus Publishing, 2001.

CLAPP, J.; COHEN, M. J.; **The Global Food Crisis – Government Challenges and Opportunities**; Toronto: Wilfrid Laurier University Press, 2009.

COSTA, S. H. G.; **A Questão Agrária no Brasil e a Bancada Ruralista no Congresso Nacional**; Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. FFLCH. USP. São Paulo, 2012. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08012013-143125/pt-br.php>

COSTA, W. M.; **Geografia Política e Geopolítica – Discursos Sobre o Território e o Poder**; São Paulo: EDUSP, 2013.

CROPLIFE – **Website institucional**. Disponível em <https://croplife.org/about/>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

CROSBY, A.W.; **Imperialismo Ecológico – A Expansão Biológica da Europa: 900-1900**; São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

D'AMATO, C.; TORRES, J.; MALM, O.; **DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano) Toxicidade e Contaminação Ambiental – Uma Revisão**; Quim. Nova Vol. 25, No.6, 995-1002, 2002. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/qn/v25n6a/12776.pdf>

DAL RI, F.; GUIMARAES, T.A.; PELAEZ, V.M.; SILVA, L.; TEODOROVICZ, T; **A (des)coordenação de políticas para a indústria de agrotóxicos no Brasil**; Revista Brasileira de Inovação, Campinas (SP), 14, n. esp., p. 153-178, julho 2015.

DATALUTA; **Relatórios DATALUTA**. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

DAVIS, J.; GOLDEBERG, R.A.; **Concept in Agribusiness**; Boston: Division of Research, Harvard University, 1957.

DELANEY, D.; **Territory a Short Introduction**; Malden: Blackwell Publishing, 2005.

DINIZ, B.P.C.; **O grande cerrado do Brasil central: Geopolítica e Economia**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH – Geografia USP, 2006.

DIEGUES, A. C.; **O Mito Moderno da Natureza Intocada**; São Paulo: HUCITEC NUPAUB/USP, 2008.

ELIAS, D.; **Globalização e Agricultura – A região de Ribeirão Preto SP**; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

EMBRAPA - **Agricultura de Precisão**;
<https://www.macroprograma1.cnptia.embrapa.br/redeap2/o-que-e-agricultura-de-precisao>; Acesso em 16 de agosto de 2016.

FERNANDES, B. M., GIRARDI, E. P.; **Geografia da conflitualidade no campo brasileiro**: in Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas - A diversidade das formas das lutas no campo; Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros e Maria Ignez Paulilo (orgs.), São Paulo: UNESP, 2009.

FPA – **Frente Parlamentar da Agropecuária**
<http://www.fpagropecuaria.org.br/fpa>; Acesso em 20 de novembro de 2017.

FAIRBAIRN, M.; **Like gold with yield**: evolving intersections between farmland and finance; *Journal of Peasant Studies*, 2014, ahead-of-print: 1-19. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03066150.2013.873977#.UyJDjD-wK0J>

FAO - **The State of Agricultural Commodity Markets 2009** - High food prices and the food crisis – experiences and lessons learned - Disponível em <http://www.fao.org/docrep/012/i0854e/i0854e00.htm>

FAORO, R.; **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**; 5. Ed. São Paulo: Globo, 2000.

FERREIRA, A., B., Holanda.; **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 749.

FOLGADO, C., A., R.; et al.; **Direito e Agrotóxico – Reflexões Críticas sobre o Sistema Normativo**; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

FREDERICO, S.; BUHLER, E.; **Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia**; in *Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil*; Vicente Eudes Lemos Alves (org.), São Paulo: Consequência - FAPESP, 2015.

FRERIS, N.; LASCHEFSKI, K.; **A Fachada Verde da Exploração Madeireira**: os mitos da certificação madeireira e da vocação florestal na Amazônia; Disponível em: www.wrm.org.uy/paises/Brasil/fachadaverde.pdf. Acesso em: 20 de fevereiro de 2012.

FREY, K.; **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes a prática da análise de políticas públicas no Brasil**. In *Planejamento e Políticas Públicas*, nº 21, p. 211-259, jun. 2000.

FRISCHTAK, C.; SOARES, A.; O'CONOR, T.; **Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012**; Washington: BID, 2013.

FUGLIE, K.; HEISEY, P.; KING, J.; PRAY, C.; and SCHIMMELPFENNIG, D.; **The Contribution of Private Industry to Agricultural Innovation**; *Science* 338 - (November 2012), (6110), 1031-1032. [doi: 10.1126/science.1226294]

FUGLIE, K.; SCHIMMELPFENNIG, D.; **Introduction to the special issue on agricultural productivity growth**: a closer look at large, developing countries; *Journal of Productivity Analysis*; June 2010, Volume 33, Issue 3, pp 169–172

FURTADO, C.; **Formação econômica do Brasil**; São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HAN, J.; ZHAO, Q.; ZHANG, M.; **China's income inequality in the global context**, *Perspectives in Science* Volume 7, March 2016, Pages 24-29, Elsevier Publications; Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2213020915000518>

HERMAN, A.; **Freedom's Forge**; New York: Random House, 2012.

HOUAISS, A.; **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**; Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. 4º ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Objetiva 2010, p. 347.

GALT, R.; **Beyond the circle of poison: Significant shifts in the global pesticides complex 1976-2008**; in *Global Environmental Change*, 18 (2008) 786–799, Elsevier Publications.

GALT, R.; **From Homo Economicus to Complex Subjectivities**: Reconceptualizing Farmers as Pesticide Users; *Antipode*, March 2013, Vol.45(2), pp.336-356.
doi:10.1111/j.1467-8330.2012.01000.x

GIRARDI, E. P.; **Uma leitura da questão agrária em Mato Grosso**; *Confins* [Online], 25 | 2015. URL:
<http://journals.openedition.org/confins/10446>; DOI: 10.4000/confins.10446

_____; **Mato Grosso: expressão aguda da questão agrária brasileira**; *Confins* [Online], 27 | 2016, URL:
<http://journals.openedition.org/confins/10898>; DOI: 10.4000/confins.10898

GOLDFRANK, W.; **Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein**; *Journal of World-Systems Research*; VI, 2, summer/fall 2000, 150-195 – Part I;
Disponível em: <http://jwsr.ucr.edu>

GRAZIANO DA SILVA, J. A.; **Modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil; Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GREGORY, D; et al.; **The Dictionary of Human Geography**; Chichester: Wiley-Blackwell, 2009.

GRYNSZPAN, M.; PANDOLFI, D. C.; **Da revolução de 30 ao golpe de 37**: a depuração das elites; *Revista de Sociologia e Política*, UFPR: Curitiba, nº 9, p. 7-23, 2009. Disponível em <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39295>.

GUARESCHI, P. A.; ROMANZINI, L. P.; GRASSI, L. B.; **A "mercadoria" informação**: um estudo sobre comerciais de TV e rádio. *Paidéia*: Ribeirão Preto, v. 18, n. 41, p. 567-580, Dec. 2008. Disponível em
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2008000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 de fevereiro de 2018.

HAKIM, D.; Doubts About the Promised Bounty of Genetically Modified Crops. **The New York Times**, New York, 29 Oct. 2016. Disponível em:
<https://www.nytimes.com/interactive/2016/10/30/business/gmo-crops-pesticides.html>. Acesso em 17 de janeiro de 2017.

HARVEY, D.; **A brief history of neoliberalism**; Oxford: Oxford University Press, 2005.

HECHT, D.; **How to make a villain**: Rachel Carson and the politics of anti-environmentalism; Endeavour Volume 36, Issue 4, December 2012, Pages 149–155, Brunswick, 2012.

HESS, S. C.; NODARI, R. O.; **Parecer técnico sobre o ingrediente ativo Glifosato**, nº 1/2015 – Florianópolis. Disponível em <http://noticias.ufsc.br/files/2015/07/parecer-t%C3%A9cnico-N.-01.pdf>

HILL, E.; **The Future of Agriculture**; 2014. Disponível em <http://www.trunity.net/sam2/view/article/51cbf44f7896bb431f6af560>

_____. **The Economics of Agriculture**; 2015. Disponível em <http://www.trunity.net/sam2/view/article/51cbf44e7896bb431f6af534>

HILLISON, J.; **The Origins of Agriscience**: or where did all that scientific agriculture come from? Journal of Agricultural Education, 8 Vol. 37, No. 4, 1996. Disponível em <http://www.jae-online.org/index.php/back-issues/58-volume-37-number-4-1996/556-the-origins-of-agriscience-or-where-did-all-that-scientific-agriculture-come-from>

HUFFMAN, W. E.; EVENSON, R. E.; **Science for Agriculture – A Long Term Perspective**; Ames: Blackwell Publishing. 2006.

IANNI, O.; **Origens agrárias do Estado brasileiro**; São Paulo: Brasiliense, 1984.

INPUT - **Iniciativa para o Uso da Terra**; http://www.inputbrasil.org/wp-content/uploads/2016/08/Evolucao_do_Credito_Rural_CPI.pdf

IPES. **Too Big to Feed**, Exploring the impacts of mega-mergers, consolidation and concentration of power in the agri-food sector. *Report by the International Panel of Experts on Sustainable Food Systems (IPES-Food)*. Paris: IPES, 2017. http://www.ipes-food.org/images/Reports/Concentration_FullReport.pdf

KISSINGER, H.; **On China**; New York: Penguin Books, 2012.

KOTLER, P.; **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle; São Paulo: Atlas, 2006.

KOTLER, P.; KELLER, K.; **Administração de Marketing**; 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KREBS, A.V.; **The Corporate Reapers** – the Book of Agribusiness; Washington, D.C. Essential Books, 1992.

LEFEVBRE, H.; **The Production of Space**; Cambridge, MA: Blackwell, 1991.

LEVI-FAUR, D.; **The Global Diffusion of Regulatory Capitalism**; The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science, Vol 598, Issue 1, pp. 12 - 32 SAGE - March 1, 2005; Disponível em <https://doi.org/10.1177/0002716204272371>

LEVINE, M.J.; **Pesticides: a toxic time bomb in our midst**; Westport: Praeger Publishers, 2007.

LOVATO, M.; **Greenwashing no Brasil**: quando a sustentabilidade ambiental se resume a um rótulo; in Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM; www.ufsm.br/redevistadireito; Santa Maria, 2000.

MARTINEZ-ALIER, J.; **O Ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, A. A. B.; **Crédito rural – Evolução histórica, aspectos jurídicos e papel do conselho monetário nacional e do banco central do Brasil**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 73, fev 2010. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7156. Acesso em 22 de dezembro de 2017

MARTINS, J. S.; **O Poder do Atraso – Ensaios de Sociologia da História Lenta**; São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, M. (Org.); **O Banco Mundial e a Terra – ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**; São Paulo: Viramundo, 2004.

MARX, K.; **O Capital**. Livro I.; São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F.; **A Ideologia Alemã**; São Paulo: Martins Fontes, 2007.

McMICHAEL, P.; **The Power of Food**; Em Agriculture and Human Values 17: 21–33; The Hague: Kluwer Academic Publishers, 2000.

MEIRELLES, H. L.; **Direito Administrativo Brasileiro**; São Paulo: Malheiros, 2016.

MENDONÇA, M. S.; **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**: A construção do conceito de Agronegócio; Tese de Doutorado, FFLCH – Geografia USP. 2013.

MENTEN, J. O.; ROSOLEM, C.; CARVALHO, L. C. C.; **Agrotóxicos são necessários ou não?** in O Estado de São Paulo, 19 de julho de 2016. <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,agrototoxicos-sao-necessarios-ou-nao,10000063690>. Acesso em: 27 agosto de 2016.

MÉSZÁROS, I.; **O Poder da Ideologia**; São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MEYER-THUROW, G.; **The Industrialization of Invention**: A Case Study from the German Chemical Industry. Chicago: The University of Chicago Press. Isis, 73(3), 363-381. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/231441>. Acesso em 15 de janeiro de 2018.

MIRANDA, A. C. et al. **Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 7-14, Mar. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 de setembro de 2017.

MORAES, G.; **Câmara dos Deputados**; Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ECONOMIA/536325-ESTADOS-PODEM-NAO-TER-COMPENSACAO-ESPERADA-POR-PERDAS-COM-LEI-KANDIR,-ADMITEM-DEPUTADOS.html>; Acesso em 30 de novembro de 2017.

MONDARDO, M. L.; **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras - BA**: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais; Revista NERA: Presidente Prudente, Ano 13, nº. 17, p. 112-130, Jul-Dez./2010. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1355/1342>.

NEGRÃO, J. H. B.; **Selvagens e incendiários**: o discurso anticomunista do governo Vargas e as imagens da Guerra Civil Espanhola. São Paulo : Humanitas : Fapesp, 2005.

NORDER, A. C.; **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**; Revista NERA: Presidente Prudente, Ano 17, nº. 24, p. Jan-Jun./2014. Disponível em revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/2421/2574

MOORE, J.; **Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital**; Verso: London, 2015.

NIXON, R.; **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor**; Harvard University Press, Cambridge, 2011.

NYE, D.; **America as Second Creation**: Technology and Narratives of New Beginnings; MIT Press, Cambridge, 2003.

NYE Jr, J. S.; **The Future of Power**; New York: Public Affairs, 2011.

OLIVEIRA, A. U.; **“A Mundialização do Capitalismo e a Geopolítica Mundial no Fim do Século XX”**. in Ross, J. (org.), **Geografia do Brasil**, São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. **A Geografia das Lutas no Campo**; São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf

_____. **A Questão da Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês** - AGRÁRIA, São Paulo, No. 12, pp. 3-113, 2010.

_____. **A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo**: o lugar mundial da agricultura brasileira. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, Ago. 2015. ISSN 2179-0892

ONU – Organização das Nações Unidas; **Report of the Special Rapporteur on the right to food**; Human Rights Council; Thirty-fourth session 27 Feb.-24 Mar. 2017 Agenda item 3; Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G17/017/85/PDF/G1701785.pdf?OpenElement>. Acesso

em 05 de março de 2018.

ORESQUES, N.; CONWAY, E. M.; **Merchants of Doubt** – How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues From Tobacco Smoke to Global Warming. New York: Bloomsbury Press, 2010.

OTTAWAY, D. B.; STEPHENZ, J.; “**Por Dentro da TNC – Nature Conservancy: Banco de Terra Sem Fins Lucrativos Arrebata Bilhões. Filantropia Faz Ativos em Parcerias Com as Corporações**”; in DIEGUES, A. C. (org.), A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas; São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

PAGOTTO, E. L.; **Os Conflitos Éticos da Propaganda Ambiental**; Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política em Geografia Humana. Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, 2013. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-22072013-141652/publico/DissertacaoFinal.pdf>

PELAEZ, V.; MELO, M.; HOFMANN, R.; HAMERSCHMIDT, P.; MEDEIROS, G.; MATSUSHITA, A.; TEODOROVICZ, T.; MOREIRA, F.; WELINSKI, J.; HERMIDA, C. **Monitoramento do mercado de agrotóxicos**. Departamento de Economia, UFPR, 2010. Disponível em: <http://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/oligopolizado-mercado-de-agrotoxicos-cresce-no-brasil-quatro-vezes-acima-da-media-mundial/>. Acesso em 26 de novembro 2016

PELAEZ, V.; **Fragilidade da Anvisa e o Uso Indiscriminado de Agrotóxicos no Brasil**; São Leopoldo: Instituto Humanitas - Unisinos, 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/539242>. Acesso em 27 de novembro 2016.

PELAEZ, V.M.; GUIMARAES, T.A.; TEODOROVICZ, T.; **A dinâmica do comércio internacional de agrotóxicos**; Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 36, n.4, p. 869-892, março de 2016; Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/RPA%202%202016.pdf Acesso em 27 de novembro 2016.

Perry, E. D.; Ciliberto, F.; Hennessy, D. A.; Moschini, G.; **Genetically engineered crops and pesticide use in U.S. maize and soybeans**. Science Advances, 2(8), e1600850. <http://doi-org.ez67.periodicos.capes.gov.br/10.1126/sciadv.1600850>

PHILIPPE, J.; VERGER, P.; BOOBIS, A., **Reevaluate Pesticides for Food Security and Safety**; SCIENCE; VOL 341; 16 AUGUST 2013; pg. 717.

PIGNATI, W. A.; LIMA, F. A. N. S.; LARA, S. S.; CORREA, M. L. M.; BARBOSA, J. R.; LEÃO, L. H. C.; PIGNATI, M. G.; **Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde**; Ciência & Saúde Coletiva, 22(10):3281-3293, 2017.

PIGNATI, W. A.; OLIVEIRA, N. P.; SILVA, A. M. C.; **Vigilância aos agrotóxicos: quantificação do uso e previsão dos impactos na saúde-trabalho-ambiente para os municípios brasileiros**; Ciência e Saúde Coletiva; vol. 19 (12): 4669-4678, Dez. 2014.

PIGNATI, W. A.; MACHADO, J.M.H.; CABRAL, J.F.; **Acidente rural ampliado**: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde – MT.; Ciência e Saúde Coletiva; vol. 12 (1): 105-114, 2007.

PIOVANO, P.; **The Human Cost of Agrottoxins**; Burn Magazine; Published on August 11, 2015. Disponível em <http://www.burnmagazine.org/essays/2015/08/pablo-piovano-the-human-cost-of-agrotoxins/>

PIPPIN, R.; **On the Notion of Technology as Ideology: Prospects**; in Technology, Pessimism, and Postmodernism; EZRAHI, Y.; MENDELSON, E.; SEGAL.; (orgs.); Amherst: University of Massachussetts Press, 1995.

PIRES, J.L. F.; CUNHA, G.R. da; PASINATO, A.; FRANÇA, S.; RAMBO, L.; **Discutindo agricultura de precisão – aspectos gerais**; Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2004; (Embrapa Trigo. Documentos Online; 42); Disponível em: http://www.cnpt.embrapa.br/biblio/do/p_do42.htm

PORTO, J. R. S.; **O discurso do agronegócio**: modernidade, poder e “verdade”; Revista NERA: Presidente Prudente, Ano 17, nº. 25, p. 25-47, Jul-Jun./2014. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2769/2731>.

PORTO-GONÇALVES, C. W. P.; **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. P.; ALENTEJANO, P.; **Geografia agrária da crise dos alimentos**; ALAI, América Latina en Movimiento, 2009. Disponível em <http://www.alainet.org/pt/active/29607>

PRADO JÚNIOR, C.; **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**; São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____.; **História econômica do Brasil**; São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRAY, C.; FUGLIE, K.; **Agricultural Research by the Private Sector**; Annu. Rev. Resource. Econ. 2015, 7:399–424
Disponível em <http://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev-resource-100814-125115>

RAFFESTIN, C.; **Por Uma Geografia do Poder**; São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAJINDER, P.; BANDRAL, R.S.; ZHANG, W.J., et al.; **Integrated Pest Management**: a global overview of history, programs and adoption; In: Integrated Pest Management: Innovation-Development Process (Vol. 1) (P. Rajinder and A. Dhawan editors); Springer, 1-50, 2009.

RAMUS, C. A.; MONTIEL, I.; **When Are Corporate Environmental Policies a Form of Greenwashing?** in Business & Society, Vol. 44 No. 4, December 2005, 377-414; Los Angeles: Sage Publications, 2005.

REDE GLOBO. **Mapa da Mina**. <http://www.portfolioglobo.com.br/mapadamina/>. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

REVISTA EXAME; – **Ranking traz as 400 maiores do agronegócio brasileiro**; 10 de agosto de 2017. São Paulo: Editora Abril, 2017. Disponível em <https://exame.abril.com.br/revista-exame/400-maiores-do-agronegocio/>

RICHARDS, P.; **Private versus Public? Agenda Setting in International Agro-technologies**; in Agribusiness and Society – Corporate Responses to Environmentalism, Market Opportunities and Public Regulation; (JANSEN and VELLEMA Editors); New York: Zed Books, 2004.

RIGOTTO, R. (Org.); **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe. Fortaleza: UFC/Expressão Popular, 2011.

SANTOS, B. S.; **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência; 6.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M.; **Por Uma Outra Globalização** – do pensamento único à consciência universal; Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____**A Natureza do Espaço** – Técnica e Tempo. Razão e Emoção; 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2008

_____**Técnica, Espaço, Tempo** - Globalização e Meio Técnico-Científico - Informacional; São Paulo: EDUSP, 2008.

SHATZ, H.; VENABLES, A.; **The Geography of International Investment**; The Oxford Handbook of Economic Geography; New York: Oxford University Press Inc., 2000.

SHIVA, V.; **The Violence of the Green Revolution**; Goa: The Other India Press, 1991.

SILVA, J. G.; **Tecnologia e agricultura familiar**; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

SINGH, P.; **Economic Benefits and Ecological Cost of Green Revolution**: a case study of Punjab.; Journal of Economic and Social Development; Vol. VII, No. 1; Bangalore, 2011.

SMITH, N.; **Uneven Development** – nature, capital, and the production of space.; The University of Georgia Press.; Athens, GA., 2008.

SOARES-FILHO, B.S., et al., **Cracking Brazil's Forest Code**. Science, Vol. 344 p. 363-4, No. 6182, 2014.

SOJA, E.; **Postmodern Geographies – The Reassertion of Space in Critical Social Theory**; London: Verso Books, 1990.

STORPER, M.; **Globalization, Localization, and Trade**; The Oxford Handbook of Economic Geography; New York: Oxford University Press Inc., 2000.

SYNGENTA – **Plano de Agricultura Sustentável**; 2015; disponível em <https://www.syngenta.com.br/promover-biodiversidade>

THE ECONOMIST; **The Miracle of the Cerrado**; 26 August 2010. Disponível em <http://www.economist.com/node/16886442>. Acesso em 20 de agosto de 2016.

TNC – THE NATURE CONSERVANCY; **Planejando Paisagens Produtivas Sustentáveis**; 1ª Edição, São Paulo: 2014; disponível em <https://www.tnc.org.br/quem-somos/publicacoes/livreto-planejando-paisagens-produtivas.pdf>

TOYE, J.; **Dilemmas of Development**: Reflections on the Counter-Revolution in Development Theory and Policy, Oxford: Blackwell, 1993.

TRUITT-NAKATA, G., ZEIGLER, M.; **The next global breadbasket: how Latin America can feed the world**: a call to action for addressing challenges and developing solutions; Washington: IDB Monograph, 2014.

USDA - **Precision Agriculture**; 2003; Disponível em: <http://www.precisionag.org/html/introduction.html>. Acesso em 15 de agosto de 2016.

VAIL, D.; **Toxic Fables**: the advertising and marketing of agricultural chemicals in the great plains, 1945-1985; Endeavour; Volume 36, Issue 4, December 2012, Pages 165-173.

VICENTINO, C. DORIGO, G.; **História do Brasil**, São Paulo: Scipione, 2004.

WEBER, M.; **Sociologia**. São Paulo: Atlas, 2000.

WEIR, D.; SHAPIRO, M.; **The Circle of Poison**: Pesticides and People in a Hungry World; Institute for Food and Development Policy, San Francisco, 1981.

WHATMORE, S. J.; **From Farming to Agribusiness**: The Global Agro-food Chain; In R. Johnston, P. Taylor, & M. Watts (Eds.), *Geographies of Global Change: Remapping the World in the Late 20th Century*, Oxford: Basil Blackwell, 1995.

WHEELER, W.; **Pesticides in Agriculture and the Environment**; New York: Marcel Dekker, 2002.

ZHANG, W.J.; JIANG, F. B.; OU, J. F.; **Global pesticide consumption and pollution**: with China as a focus; Proceedings of the International Academy of Ecology and Environmental Sciences, 2011, 1(2):125-144; Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228841853_Global_pesticide_consumption_and_pollution_With_China_as_a_focus

ZHU, W.J.; **Production situation and development trend of Chinese pesticides**. Journal of China Agrochemicals, 5: 40-44, 2008. Disponível em: [http://www.iaees.org/publications/journals/piaees/articles/2011-1\(2\)/Global-pesticide-consumption-pollution.pdf](http://www.iaees.org/publications/journals/piaees/articles/2011-1(2)/Global-pesticide-consumption-pollution.pdf)